

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**CRISLAINE MOTTER**

***O AGRONEGÓCIO DE CARNES DE AVES E  
SUÍNOS E A ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL  
DO OESTE CATARINENSE***

**Uberlândia  
2020**

**CRISLAINE MOTTER**

***O AGRONEGÓCIO DE CARNES DE AVES E SUÍNOS E A  
ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como quesito parcial à obtenção do título de doutora em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia e Gestão do Território.

**Orientador:** Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira.

**Uberlândia-MG  
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

- M922a  
2020 Motter, Crislaine, 1992-  
O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do Oeste Catarinense [recurso eletrônico] / Crislaine Motter. - 2020.
- Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3017>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.
1. Geografia. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente, 1981-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado, Número 203, PPGGEO				
Data:	27 de agosto de 2020	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	18h:00m
Matrícula do Discente:	11613GEO003				
Nome do Discente:	CRISLAINE MOTTER				
Título do Trabalho:	O AGRONEGÓCIO DE CARNES DE AVES E SUÍNOS E A ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala [Webconferência], Campus [sala virtual pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mirlei-fachini-vicente-perreira>], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [GEOGRAFIA], assim composta: Professores Doutores: [Dimas Moraes Peixinho - UFJ - Jataí-GO; Ricardo Alberto Scherma - UFFS - Chapecó - SC; Beatriz Ribeiro Soares - IG-UFU; João Cleps Junior - IG-UFU e Mirlei Fachini Vicente Pereira - IG-UFU] orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). **Mirlei Fachini Vicente Pereira - IG-UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. A defesa aconteceu via Webconferência em Função do Covid-19.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Mirlei Fachini Vicente Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2020, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2020, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Ribeiro Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2020, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dimas Moraes Peixinho, Usuário Externo**, em 01/09/2020, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Alberto Scherma, Usuário Externo**, em 02/09/2020, às 23:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2216430** e o código CRC **D9241428**.

*A Adir e Elenita Motter,  
pelo desejo incessante de tornar possível  
e mesmo distante, caminhar junto.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer também é o momento de fazer os devidos reconhecimentos às pessoas que de alguma forma ou outra contribuíram na jornada de elaboração desta tese. A estes, dedico algumas linhas de agradecimento, atenção e reconhecimento.

Aos meus pais, Adir e Elenita Motter, pelo exemplo de dedicação e amor, por sempre acreditaram e me apoiarem na busca da concretização dos meus sonhos. Sem vocês, eu nada seria!

Aos meus irmãos, Charlean e Chaiane, que nos momentos de ausência dedicada à pós-graduação, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Aos amigos de longa data e mais recentes, com os quais dividi aflições, mas também alegrias e aprendizado. Obrigada por deixarem essa jornada mais leve.

Agradeço de modo especial ao professor Dr. Mirlei Vicente Pereira, orientador deste trabalho, pela sugestão do tema da pesquisa, pela confiança em meu trabalho e, principalmente, por não medir esforços na condução desta pesquisa.

À Universidade Federal de Uberlândia, pela estrutura de ensino e pesquisa e por todo o suporte oferecido.

Ao Instituto de Geografia, aos secretários e a todo corpo docente da pós-graduação que participaram de minha formação acadêmica, pelas discussões e aprendizagens compartilhadas ao longo dessa trajetória.

Agradeço à prof. Dr. Beatriz Ribeiro Soares e ao Prof. Dr. João Cleps Júnior, pelas preciosas contribuições dadas tanto na defesa do projeto como no exame de qualificação. Agradeço também pelas contribuições na banca final.

Ao professor Dr. Dimas Moraes Peixinho, e ao prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma, pelas instigantes contribuições feitas durante a banca de defesa deste trabalho.

Aos produtores entrevistados, por dedicarem um pouco de seu tempo a sanar minhas dúvidas e compartilhar suas experiências de vida. A Adir Motter, em especial, por me acompanhar durante o trabalho de campo e auxiliar na condução das entrevistas.

A todos que de uma forma ou outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O Oeste Catarinense atualmente se insere na economia nacional como a principal região produtora e fornecedora de carne de aves e suínos, tanto para o mercado nacional como para exportação. O setor agroindustrial, que teve origem na região e se consolidou como um segmento moderno de produção de carnes foi estimulado por inúmeros fatores, outrora imprescindíveis para sua consolidação. No presente momento, a atuação das grandes empresas do setor realiza-se a partir da dialética entre ordem local e a ordem global, tornando emblemático o estudo do espaço regional onde ocorre a produção propriamente dita. Isto porque é no espaço local ou regional onde a cooperação entre as diferentes etapas do processo produtivo é melhor identificada, demonstrando as nuances da consecução do agronegócio globalizado. Neste contexto, buscamos sustentar a tese de que o tradicional setor de carnes de aves e suínos no Oeste catarinense, diante de suas características endógenas (estrutura fundiária, organização produtiva familiar e capital local na implantação das agroindústrias) e de fatores exógenos de certo modo mais recentes (políticas para o setor e dinâmica do mercado consumidor), resultou em uma região altamente competitiva, dotada de expressivos investimentos produtivos, permitindo-nos reconhecê-la como como Região Produtiva do Agronegócio. Para isto, nosso objetivo consiste em compreender a feição, no Oeste Catarinense, dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e da organização das redes agroindustriais, a partir da dinâmica territorial do agronegócio de carnes de aves e suínos na referida região. Como metodologia, privilegiamos a definição de temas, processos, variáveis e indicadores que permitem identificar como ocorre a atuação das redes agroindustriais e seus respectivos impactos no espaço regional. Deste modo, constatamos um conjunto de atividades, atores e locais atrelados à moderna produção agroindustrial que, embora compreendam relações interescares, são visíveis principalmente no espaço regional. Este, por sua vez, se apresenta cada vez mais especializado, haja vista que a difusão do agronegócio globalizado foi (e ainda é) a principal indutora de transformações nos espaços rural, urbano e regional do Oeste Catarinense.

**Palavras-chave:** Região Produtiva do Agronegócio. Especialização Regional. Oeste Catarinense.



## ABSTRACT

The Santa Catarina west area currently includes the national economy as the main producer and supplier of poultry and pork meat, both for the national market and for exportation. The agro-industrial sector, which originated in the region and has consolidated itself as a modern meat production segment, has been stimulated by numerous factors, once essential for its consolidation. At present, the activities of large companies in the sector are carried out based on the dialectic between the local order and the global order, making the study of the regional space emblematic, where production happens. This is because it is in the local or regional space where cooperation between the different stages of the production process is best identified, demonstrating the nuances of achieving globalized agribusiness. In this context, we seek to support the thesis that the traditional poultry and pork meat sector in the West of Santa Catarina, because of its endogenous characteristics (land structure, family productive organization and local capital in the implementation of agro-industries) and of exogenous factors in a certain way more recent (policies for the sector and consumer market dynamics), resulted in a highly competitive region, endowed with significant productive investments, allowing us to recognize it as an Agribusiness Productive Region. To this end, our objective is to understand the characteristics, in Western Santa Catarina, of the processes of productive restructuring of agriculture and the organization of agro-industrial networks, based on the territorial dynamics of poultry and pork meat agribusiness in that region. As a methodology, we favor the definition of themes, processes, variables, and indicators that allow us to identify how the performance of agroindustrial networks occurs and their respective impacts in the regional space. In this way, we found a set of activities, actors, and places linked to modern agro-industrial production that, although comprising inter-scale relations, are visible mainly in the regional space. This is increasingly specialized, given that the spread of globalized agribusiness was (and still is) the main driver of changes in rural, urban and regional areas in the West of Santa Catarina.

**Keywords:** Agribusiness Productive Region. Regional Specialization. West of Santa Catarina.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Oeste Catarinense, microrregiões (IBGE) e principais cidades (2018).....	51
Figura 2: Mapa de Santa Catarina com destaque para os municípios de Chapecó e Cruzeiro (1927).....	54
Figura 3: Propriedade típica na região de Joaçaba (1957). ....	55
Figura 4: Transporte de porcos em Chapecó (sem data).....	57
Figura 5: Configuração típica de propriedade integrada no município de Pinhalzinho (2019).....	78
Figura 6: Evolução das exportações de produtos de origem animal do Oeste Catarinense – por peso (1997-2018). ....	81
Figura 7: Evolução das exportações de produtos de origem animal do Oeste Catarinense – por valor (1997-2018). ....	81
Figura 8: Esboço do circuito produtivo a partir das ações de grandes empresas do setor (2018).....	105
Figura 9: Localização das unidades da BRF no mundo (2018).....	106
Figura 10: Localização das unidades da Seara/JBS no mundo (2018). ....	107
Figura 11: Circuito produtivo e especificidades da produção de uma grande cooperativa (2018).....	110
Figura 12: Cooperativa Aurora e principais importadores no mundo (2018). ....	112
Figura 13: Unidades fabris, centros de distribuição e escritórios comerciais da BRF, Seara/JBS e Aurora no mundo (2018) .....	114
Figura 14: Localização das principais agroindústrias processadoras de carnes de aves e suínos na região Oeste Catarinense (2018). ....	124
Figura 15: Municípios do Oeste Catarinense com matriz/filiais das cooperativas filiadas ao sistema Aurora (2018).....	126
Figura 16: Manifestação da campanha Chapecó solidária à carne forte (2017).....	140
Figura 17: Disponibilidade energia elétrica nos domicílios da mesorregião Oeste Catarinense (1970-2010).....	151
Figura 18: Projetos Hidroenergéticos do Oeste de Santa Catarina (2016).....	153
Figura 19: Exportações do Oeste Catarinense por Portos - porcentagem do valor exportado (2017).....	154
Figura 20: Ferrovias no estado de Santa Catarina (2007).....	156

Figura 21: Rodovias no estado de Santa Catarina (2020) .....	158
Figura 22: Cidades do Oeste Catarinense com mais de cinco unidades de armazéns (2019) .....	160
Figura 23: Emancipações a partir de Chapecó e Joaçaba .....	162
Figura 24: Número de municípios por faixa de população no Oeste Catarinense (2010) .....	163
Figura 25: Variação populacional de 1991 a 2010, nos municípios do Oeste Catarinense. .....	165
Figura 26: Variação nas taxas de urbanização entre 2000 e 2010 nos municípios do Oeste Catarinense. ....	166
Figura 27: Predominância da população urbana ou rural no Oeste Catarinense (2010). .....	167
Figura 28: Região de Influência de Florianópolis (2018) .....	169
Figura 29: Região de influência de Chapecó (2018). ....	170
Figura 30: Valor adicionado ao PIB nos municípios com população acima de 20 mil e/ou com agroindústrias no Oeste Catarinense (2017) .....	172
Figura 31: Produtos exportados pelo Oeste Catarinense (2018). ....	182
Figura 32: Produtos importados pelo Oeste Catarinense (2018). ....	182
Figura 33: Vista geral de Chapecó em 1940 e vista parcial em 2014.....	191
Figura 34: Localização das unidades processadoras das maiores agroindústrias em Chapecó (2020).....	196
Figura 35: Participação (em %) da indústria, serviços e agropecuária no valor adicionado ao PIB municipal (1939-2017) .....	197
Figura 36: Divisão dos empregos no setor de indústrias de transformação (em porcentagem) em Chapecó (2017).....	200
Figura 37: Estabelecimento comercial de insumos agropecuários - Chapecó (2019)..	202
Figura 38: Distribuidora de produtos de nutrição animal em Chapecó (2020).....	203
Figura 39: Revenda especializada em tratores e colheitadeiras em Chapecó (2020) ...	204
Figura 40: Instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó (2019)	213
Figura 41: Ampliação do perímetro urbano de Chapecó da metade da década de 70 para o final da década de 70 e localização agroindustrial em 1980. ....	217
Figura 42: Atividades comerciais presentes no bairro Efapi (2016) .....	219
Figura 43: Ocupações irregulares no bairro Efapi (2020).....	220
Figura 44: Elevado situado nas proximidades da BRF (2020).....	220

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais destinos da produção agropecuária no Oeste Catarinense (2007) .....	175
Quadro 2: Nível de centralidade para destino da produção agropecuária das cidades do Oeste Catarinense (2018). ....	176
Quadro 3: Principais municípios de origem dos insumos agropecuários no Oeste Catarinense (2007).....	177
Quadro 4: Nível de atração agropecuária das cidades do Oeste Catarinense para aquisição de insumos (2018).....	178
Quadro 5: Nível de atração agropecuária das cidades do Oeste Catarinense para aquisição de maquinários e implementos (2018). ....	179
Quadro 6: Nível de atração agropecuária das cidades do Oeste Catarinense para assistência técnica – (2018).....	179

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura fundiária do Oeste Catarinense (1970, 1980 e 1995). .....	74
Tabela 2: Estrutura fundiária do Oeste Catarinense (1995, 2006 e 2017). .....	78
Tabela 3: Efetivo dos rebanhos de aves e suínos – Santa Catarina e mesorregiões (2017). .....	124
Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários com produção animal integrada à indústria no Oeste Catarinense, por agricultura familiar e não familiar (2006).....	128
Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários com produção integrada à indústria no Oeste Catarinense, por grupos de área (2006).....	129
Tabela 6: Número de vínculos ativos nas atividades de abate de aves e suínos por município (2017) .....	135
Tabela 7: Evolução da população total, urbana e rural de Chapecó (1940-2010).....	192
Tabela 8: PIB Municipal e valores adicionados da agropecuária, indústria, serviços e administração (R\$ mil) - Chapecó (2002-2017).....	198
Tabela 9: Número de estabelecimentos e empregos por setor em Chapecó (2017) .....	199
Tabela 10: Número de estabelecimentos das atividades atreladas ao consumo produtivo – Chapecó (2019).....	202
Tabela 11: Número de estabelecimentos e vínculos das atividades industriais atreladas às agroindústrias (2017). .....	208
Tabela 12: Número de estabelecimentos e vínculos das atividades industriais atreladas a produção agropecuária (2017).....	209
Tabela 13: Bancos existentes em Chapecó (2020) .....	211
Tabela 14: Instituições de ensino presencial e número de cursos presenciais em Chapecó (2020).....	214

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio  
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina  
ACAV – Associação Catarinense de Avicultura  
ACCS – Associação Catarinense de Criadores de Suínos  
ACIC – Associação Comercial Industrial de Chapecó  
AEMA – Associação Estadual de Mulheres Agricultoras  
AEPAC – Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses  
AESCA – Associação Estadual Cooperação Agrícola  
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
ALL – América Latina Logística  
APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CAI – Complexo Agroindustrial  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.  
CEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina  
CERAÇÁ – Cooperativa Distribuidora de Energia do Vale do Araçá  
CGH – Centrais Geradoras Hidrelétricas  
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
COSAG – Conselho Superior do Agronegócio  
DER – Departamento de Estradas e Rodagens  
EaD – Ensino à Distância  
EFAPI – Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira  
FACESC – Faculdade de Educação Superior de Chapecó  
FAEM – Faculdade Empresarial de Chapecó  
Febraban – Federação Brasileira de Bancos  
FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias  
FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina  
FETIAESC – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Indústrias de Alimentação e Afins do Estado de Santa Catarina  
FETRAF-SC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo  
FNA – Fórum Nacional da Agricultura  
FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária  
FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  
FUNDESTE – Fundação Universitária do Oeste  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPA – Instituto Pensar Agropecuária  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MEC – Ministério da Educação  
MERCOAGRO – Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
OMS – Organização Mundial do Comércio  
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas  
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRF – Polícia Rodoviária Federal  
PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REGIC – Região de Influência das Cidades

RPA – Região Produtiva Agrícola

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SEST – Serviço Social do Transporte

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SIMEC – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico da Região de Chapecó

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

UDESC – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

UDR – União Democrática Ruralista

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UHE – Usina Hidrelétrica de Energia

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

UPL - Unidade Produtora de Leite



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
Breve caracterização dos aspectos metodológicos .....	23
1. DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO SETOR DE CARNES DE AVES E SUÍNOS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE.....	26
1.1 A constituição das Redes Agroindustriais e as transformações na agropecuária brasileira após a década de 1950 .....	26
1.1.1 Reestruturações no sistema capitalista mundial .....	26
1.1.2 Reestruturações da agropecuária brasileira: do CAI às Redes Agroindustriais.....	30
1.2 Novo pacto da economia política do agronegócio e a mobilização do termo <i>agribusiness</i> no Brasil.....	36
1.3 Criação e desenvolvimento das agroindústrias de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense .....	51
1.3.1 Ocupação e aspectos da formação inicial do território no Oeste Catarinense .....	52
1.3.2 A criação das primeiras agroindústrias na região.....	59
1.3.3 O processo de modernização agropecuária e a atuação do Estado na constituição do Complexo Agroindustrial de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense.....	62
1.3.4 Um período de transição (décadas de 1980-1990) .....	72
1.3.5. A virada de século e a conformação atual do agronegócio de carnes no Oeste Catarinense.....	76
2. REDES AGROINDUSTRIAIS DO AGRONEGÓCIO DE CARNES DE AVES E SUÍNOS NO OESTE CATARINENSE .....	85
2.1 O conceito de rede nos estudos das relações agroindustriais .....	85
2.2 Pressupostos conceituais para a definição de redes agroindustriais .....	94
2.3 Redes corporativas do agronegócio de carnes de aves e suínos e a feição do circuito espacial produtivo no Oeste Catarinense.....	101
2.4 As redes locais do agronegócio de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense .....	115
2.4.1 Os ativos e os recursos funcionais ao agronegócio de carnes de aves e suínos.....	116
2.4.2 A relevância da região para o agronegócio de carnes de aves e suínos.	123

2.4.2 A superposição de redes agroindustriais e os principais atores envolvidos .....	125
2.4.3 Incertezas e instabilidades do agronegócio de carnes e seus impactos territoriais.....	138
3. ASPECTOS DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA REDE URBANA DO OESTE CATARINENSE .....	142
3.1 O Oeste Catarinense como expressão de uma região produtiva do agronegócio de carnes de aves e suínos .....	142
3.2 A Região Produtiva do Agronegócio de aves e suínos e seus sistemas técnicos .....	149
3.3.1 Energia .....	150
3.3.2 Portos e aeroportos .....	153
3.3.3 Ferrovias.....	155
3.3.4 Rodovias.....	157
3.3.5 Armazéns .....	159
3.3 Dinâmica populacional e caracterização da rede urbana do Oeste Catarinense .....	162
3.4 Os fluxos produtivos agropecuários e suas implicações na rede de cidades .	171
3.5 As exportações do setor como reflexo da especialização produtiva regional	181
4. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DE UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO.....	184
4.1 A formação das cidades do agronegócio .....	184
4.2. O agronegócio de carnes de aves e suínos na conformação das funções urbanas de Chapecó .....	190
4.3. O consumo produtivo da moderna agropecuária em Chapecó .....	200
4.3.1 O consumo produtivo do campo em Chapecó .....	201
4.3.2. Atividades industriais voltadas ao processamento industrial.....	207
4.3.3. Serviços bancários, educacionais e feiras agropecuárias em Chapecó.	210
4.4 O Caráter cooperativo da urbanização de Chapecó.....	216
CONCLUSÃO .....	222
REFERÊNCIAS .....	228

No atual período histórico, o campo brasileiro é marcado por um projeto de acumulação no setor agropecuário, realizado no âmbito da política econômica e financeira do Estado, comumente denominado como “agronegócio”. Para Delgado (2012, p. 94), o agronegócio vai se apresentar no Brasil como a associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, realizando uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio do Estado.

Para Oliveira (2016, p. 110), porém, o agronegócio constitui uma propaganda enganosa amplamente difundida. De acordo com o autor, elaborou-se uma concepção de agronegócio que inclui a realidade “antes da porteira com aquela depois da porteira, e as duas à aquela dentro da porteira”, visando inflar dados estatísticos e dar ao agronegócio uma importância maior do que ele representa. Esta suposta importância seria a premissa para manter-se como beneficiário dos recursos do Estado, impedindo que se revele o quadro fundiário brasileiro e a consequente necessidade da reforma agrária.

Nesse contexto, o agronegócio vai se constituir, principalmente a partir dos anos 2000, como uma estratégia econômica que visa superávits na balança comercial. Com efeito, os limites desta aposta, descritos por Delgado (2012), vão incluir a dependência do capital estrangeiro, a intensificação da renda fundiária e a pressão pela superexploração de recursos naturais e humanos, expressos num processo continuado de reprimarização da pauta exportadora desde então.

O agronegócio de carnes de aves e suínos, da mesma forma que as demais atividades do agronegócio, tem ganhado relevância em termos econômicos no país. Conforme dados da ABPA (2020), tanto a produção quanto os volumes de exportação do setor se mantêm estáveis na última década: a produção brasileira de carnes de aves passou de 12,2 milhões de toneladas em 2010 para 13,2 milhões em 2019, enquanto a produção de suínos aumentou de 3,2 milhões de toneladas em 2010 para 3,9 milhões de toneladas em 2019. As exportações destes produtos, da mesma forma, também revelam esta tal estabilidade: no ano de 2010, as exportações de carne de frango geraram uma receita de US\$ 6,8 bilhões e, em 2019, o valor das exportações foi de US\$ 6,9 bilhões. As exportações de carne suína, por sua vez, foram de US\$ 1,3 bilhões em 2010, e em 2019 geraram uma receita de US\$ 1,5 bilhões (ABPA, 2020).

Nesse contexto, esta pesquisa busca avaliar as transformações territoriais na produção de carnes de aves e suínos, a partir de um importante espaço do setor no Brasil, que é a região Oeste Catarinense. Com as transformações recentes no setor, observamos um conjunto de atividades, agentes e locais atrelados à produção agroindustrial que, embora compreendam relações interescalares, são visíveis principalmente no espaço regional, onde predominam as relações atravessadas pelas redes agroindustriais do agronegócio de carnes de aves e suínos. Nesse contexto, questionamos: qual é a feição regional resultante da dinâmica apresentada pelo agronegócio de carnes de aves e suínos no Oeste de Santa Catarina? Mais especificamente, indagamos: quais os impactos do processo de modernização da agropecuária na região? Quais os agentes mais representativos da rede agroindustrial do agronegócio de aves e suínos hoje? Quais relações estabelecidas no espaço regional resultaram da dinâmica do agronegócio globalizado? Qual o peso das agroindústrias de carnes de aves e suínos na estruturação e na dinâmica da principal cidade da região?

Diante de tais questionamentos, a tese central deste trabalho é que do tradicional setor de carnes de aves e suínos no Oeste catarinense, diante de suas características endógenas (estrutura fundiária, organização produtiva familiar e capital local na implantação das agroindústrias) e de fatores exógenos de certo modo mais recentes (políticas para o setor e dinâmica do mercado consumidor), resultou-se uma região altamente competitiva, dotada de expressivos investimentos produtivos, permitindo-nos reconhecê-la como aquilo que Denise Elias (2011) define como Região Produtiva do Agronegócio.

De tal proposição também deriva nossa hipótese de pesquisa – entendemos que o setor de carnes de aves e suínos, que historicamente figura como principal atividade econômica do Oeste Catarinense, ao mesmo tempo em que conhece nas últimas décadas do século XX a expansão para novos espaços produtivos no território nacional e alcança, na virada do século, novos mercados (incluindo o externo), provavelmente reforçou, no Oeste Catarinense, a condição de uma região especializada.

Nesse sentido, o objetivo desta tese é compreender a feição, no oeste catarinense, dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e da organização das redes agroindustriais, a partir da dinâmica territorial do agronegócio de carnes de aves e suínos na referida região. Para tanto, definimos os seguintes objetivos específicos de pesquisa: a) investigar como ocorreu o processo de reestruturação produtiva da agropecuária e seus impactos no uso e ocupação do espaço na região Oeste Catarinense; b) identificar as

atividades e os agentes mais representativos das redes agroindustriais do agronegócio de carnes de aves e suínos; c) investigar a dinâmica regional e evidenciar os processos que a caracterizam como uma região especializada do agronegócio e; d) analisar a economia urbana e o consumo produtivo em Chapecó, principal cidade da região.

Visando atingir tais objetivos, utilizamos, dentre alguns outros procedimentos e elementos conceituais, a proposta construída por Denise Elias (2013a) para o estudo das Regiões Produtivas do Agronegócio. Por meio de temas como a reestruturação produtiva da agropecuária, organização das redes agroindustriais, reestruturação e especialização regional e reestruturação da cidade propostas por Elias (2013a), selecionamos variáveis e indicadores (coletados em fontes primárias e secundárias) que indicam como ocorre a atuação das redes agroindustriais e seus respectivos impactos nos espaços rural, urbano e regional. Vistas em conjunto, tais transformações territoriais permitem compreender a dinâmica das redes agroindustriais e fornece subsídios para o entendimento da Região Produtiva do Agronegócio de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense.

A organização do texto da tese compreende quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões. No primeiro capítulo, intitulado “Desenvolvimento e consolidação do setor de carnes de aves e suínos na região Oeste Catarinense” buscamos, ainda que de modo breve, avaliar como ocorreu o processo de modernização agropecuária no Brasil, reconhecendo também os processos de ordem global (nomeadamente as reestruturações verificadas no âmbito do sistema capitalista) que diretamente influenciaram tal processo. A partir do entendimento da dinâmica do setor agropecuário no território brasileiro, sobretudo a partir dos esforços de modernização observados na segunda metade do século XX, até o chamado novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), na virada do século, avaliamos como ocorreu o processo de modernização agropecuária na região Oeste Catarinense, o surgimento e desenvolvimento do agronegócio de carnes de aves e suínos.

No segundo capítulo, intitulado “Redes agroindustriais: a organização espacial do setor de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense”, procuramos evidenciar os agentes e lugares articulados pelas redes agroindustriais de carnes de aves e suínos na região. Assim, realizamos uma breve revisão das definições de rede nos estudos geográficos e, mais especificamente, de como elas são abordadas nos estudos atrelados ao setor agroindustrial. A partir destes, buscamos abordar a rede agroindustrial de forma a privilegiar atores, atividades e o território relacionados ao agronegócio de carnes de aves e suínos. Avaliando as práticas do agronegócio de carnes de aves e suínos sobretudo por

meio dos conceitos de circuito espacial de produção, horizontalidades e verticalidades, propomos ao final, como recurso metodológico, a diferenciação entre redes corporativas e redes locais na composição das redes agroindustriais.

Com foco específico no espaço regional, o capítulo 3 é intitulado “Aspectos da especialização produtiva regional e suas implicações na rede urbana do Oeste Catarinense”. O objetivo central deste capítulo é evidenciar a participação do agronegócio de carnes de aves e suínos na dinâmica regional, destacando as agroindústrias como principais agentes da reestruturação regional e seu peso na conformação da rede urbana. Como fundamentação teórica, realizamos breve resgate da noção de região, a fim de subsidiar o recorte específico das Regiões Produtivas do Agronegócio, cunhada por Elias (2011).

Como a difusão do agronegócio globalizado é uma das principais indutoras de transformações nos espaços rurais, urbanos e regionais, abordaremos inicialmente os sistemas técnicos que conferem fluidez à produção agroindustrial. Para destacar as transformações regionais, evidenciaremos a dinâmica populacional e a rede urbana da região, que tem como principal característica a presença de inúmeras pequenas cidades, centralizadas por uma cidade média. Posteriormente, buscamos analisar os fluxos agropecuários e confrontá-los com as características da rede urbana regional. Por fim, destacaremos o peso das exportações de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense

No último capítulo, “O processo de urbanização e a configuração de uma cidade do agronegócio”, o objetivo foi analisar a estruturação urbana e a difusão do consumo produtivo em Chapecó, principal cidade da região. Tendo como referência os estudos de Milton Santos e Denise Elias, abordamos os processos atrelados a constituição das chamadas cidades do campo ou, como prefere a autora, das cidades do agronegócio. Com um breve histórico da formação de Chapecó, evidenciamos os momentos mais significativos na conformação de uma cidade do agronegócio, destacando a dinâmica populacional, econômica e o mercado de trabalho local. Ademais, apresentamos os dados do consumo produtivo que, em Chapecó apresenta a particularidade de ser limitado pela organização produtiva do agronegócio a partir do mecanismo de integração. Por fim, abordamos o carácter desigual verificado em cidades do agronegócio.

Para finalizar, as conclusões contemplam uma síntese do trabalho, onde evidenciamos as relações entre os temas e processos abordados e os principais desfechos resultantes da tese.

## **Breve caracterização dos aspectos metodológicos**

Com as transformações no espaço agrícola e no setor agroindustrial verificadas nas últimas décadas, observa-se a transformação não somente no campo, mas também nos espaços urbano e regional, conformando, em algumas regiões brasileiras, o que Elias (2011) denomina de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs). Para a interpretação destes espaços, Elias (2013a) propõe um esquema metodológico que busca, entre outros, conhecer as dinâmicas da reestruturação produtiva da agropecuária, a organização das redes agroindustriais e a reestruturação urbana/regional e da cidade que se realizam nas áreas de difusão do capitalismo no campo – indicando um conjunto de temas, processos, variáveis e indicadores.

Tomando como base a proposta da autora, a adaptamos de acordo com as particularidades do agronegócio de carnes de aves e suínos e da configuração espacial da região Oeste Catarinense, objetivando uma melhor definição deste espaço. Como proposto por Elias (2013a), atentamos, no decorrer da pesquisa, para os principais agentes produtores do espaço, destacando as singularidades do quadro rural, urbano e regional e, quando possível, estabelecemos periodizações que evidenciam os momentos onde as transformações são mais significativas, permitindo assim reconhecermos rupturas e continuidades. Com base nos temas indicados por Elias (2013a), optamos por um formato de redação onde cada capítulo é destinado a um tema específico, onde são trabalhados os processos, as variáveis e os indicadores inerentes a cada tema. Além destes, também foram agregados alguns dos dados dos eixos de operacionalização sugeridos pela autora, e acrescentados novos de acordo com as particularidades da situação geográfica analisada.

Neste sentido, o primeiro tema a ser investigado compreende a reestruturação produtiva da agropecuária, cujos processos envolvem as mudanças dos sistemas técnicos agrícolas; as funções desempenhadas pelo Estado (em diferentes níveis); a consolidação da agricultura familiar e da estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades como pilares da organização produtiva regional; o crescimento no número de estabelecimentos integrados à agroindústria em detrimento dos não-integrados; as formas de sujeição formal dos produtores (em virtude da normatização ditada pelas agroindustriais e o atrelamento do agricultor não só a agroindústria, mas a outras indústrias de insumos e equipamentos) e, por fim; a exclusão de produtores pouco capitalizados frente as exigências normativas do sistema de integração.

As variáveis e os indicadores a serem operacionalizados, visando interpretar os processos acima descritos, compreendem a mobilização dos seguintes dados: informações históricas da constituição do espaço agrícola da região, ano de instalação das agroindústrias, área dos estabelecimentos agropecuários, tipo de uso das terras, estrutura fundiária, a área e número de estabelecimentos agropecuários, grau de integração com o mercado, integração ou não de produtores à agroindústria e tipo de organização produtiva (agricultura familiar ou não familiar).

O segundo tema investigado compreende a organização das redes agroindustriais, particularmente das grandes empresas do setor de carnes de aves e suínos presentes no Oeste Catarinense, compondo uma feição regional ao circuito espacial produtivo de aves e suínos, cujos processos são exemplificados pelas novas formas de organização produtiva e gerencial; a expansão das unidades agroindustriais processadoras e distribuidoras para locais além do estado e/ou do país, em contrapartida a centralização do poder de comando; as formas de apropriação dos recursos disponíveis no território; a superposição das redes no espaço regional; o aumento das imposições, pelas agroindústrias, das formas de produção agropecuária e, por fim; a permanência do Estado no fomento à atividade agroindustrial.

Estes processos podem ser compreendidos e analisados por meio da identificação do número de agroindústrias presentes no Oeste Catarinense; localização e ano de instalação; holding a qual pertence; identificação das etapas do modelo de produção adotado pelas agroindústrias; localização das unidades produtivas; número de cooperativas associadas às redes agroindustriais; número de integrados às agroindústrias e a área destes estabelecimentos; número de empregados nas indústrias de carnes de aves e suínos; número de organizações de classe e dos eventos que demonstram as fragilidades da região.

O terceiro tema a ser investigado abrange a reestruturação regional, pautado nos processos de especialização regional; reforço das grandes empresas associadas às redes industriais como principais agentes produtores e gestores deste espaço; incremento da urbanização; alterações nos padrões demográficos; criação e adensamento de infraestruturas produtivas; sobreposição dos fluxos econômicos na rede de cidades e; o aumento da centralidade urbana e agropecuária por parte de uma cidade de porte médio.

As variáveis e os indicadores que permitirão analisar a especialização produtiva regional compreendem, para além da relevância econômica do setor no conjunto da região, a evolução da população (total/urbana/rural) e a taxa de urbanização dos



municípios que a compõem; a caracterização dos centros urbanos na rede de cidades; os sistemas técnicos atrelados à produção agroindustrial; os dados de exportação e importação; a composição do Produto Interno Bruto (PIB) e; os fluxos agropecuários.

Por fim, o quarto tema compreende a reestruturação da cidade, analisada por meio de processos como o reforço das agroindústrias como principais agentes produtores e gestores do espaço urbano e rural; o incremento populacional e o impulso à urbanização; crescimento da economia urbana e do mercado de trabalho; a ampliação do consumo produtivo agrícola e agroindustrial e; o aprofundamento da urbanização corporativa.

As variáveis selecionadas para interpretar tais processos, assim, envolvem as informações históricas da estruturação da cidade, a evolução da população total, urbana, rural e a taxa de urbanização, a composição e evolução do Produto Interno Bruto (PIB), o número de estabelecimentos e dos empregos por setor, o número e tipo de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços relacionados ao agronegócio, os serviços de educação especializada, a difusão da rede bancária e a diversificação do setor financeiro e; o número de eventos atrelados ao setor agroindustrial.

As variáveis e os indicadores de cada tema abordado na pesquisa foram obtidos através de levantamento de dados primários e, sobretudo, de dados secundários. No primeiro grupo, destacamos os trabalhos de campo e, no segundo grupo, os bancos de dados oficiais, como o IBGE, SIDRA, RAIS-CAGED, SECEX, IPEA, e-MEC, CONAB, sítio na internet do governo de Santa Catarina e da Prefeitura de Chapecó; bem como de dados divulgados por instituições privadas, como listas telefônicas, sítios eletrônicos de empresas, cooperativas e feiras. Os dados obtidos foram sistematizados em mapas, gráficos e tabelas para permitir a sua análise.

Por meio de tais procedimentos, identificamos as características tanto do espaço agrário quanto do espaço urbano e regional do Oeste Catarinense, reconhecendo suas particularidades. Uma visão em conjunto nos permitiu compreender a dinâmica que caracteriza o agronegócio (hoje tornado global) de carnes de aves e suínos e a configuração da região produtiva, com centro na cidade de Chapecó.

### **DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO SETOR DE CARNES DE AVES E SUÍNOS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE.**

#### **1.1 A constituição das Redes Agroindustriais e as transformações na agropecuária brasileira após a década de 1950**

Neste trabalho, buscaremos demonstrar a constituição das redes agroindustriais a partir da dinâmica do agronegócio de carnes de aves e suínos presente no Oeste de Santa Catarina. Para atingirmos esse objetivo, consideramos fundamental investigar como ocorreu o processo de reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil e seus impactos no uso e ocupação do espaço agrícola na região Oeste Catarinense. Nesse sentido, iniciamos nossa discussão abordando as transformações verificadas no âmbito do sistema capitalista mundial, nomeadamente os processos de reestruturação. Posteriormente, e em consonância com o desenvolvimento capitalista, abordaremos os processos de modernização da agropecuária no Brasil, a constituição dos Complexos Agroindustriais, o novo pacto da economia política e a formação das redes agroindustriais. A partir deste referencial, abordaremos a constituição e o desenvolvimento do setor agroindustrial no Oeste Catarinense

##### *1.1.1 Reestruturações no sistema capitalista mundial*

Conforme Soja (1993), o período atual pode ser interpretado como o resultado mais recente de uma série de espacialidades, complexamente relacionadas com as sucessivas etapas do desenvolvimento capitalista. Ou seja, as transformações em curso são inerentes ao funcionamento do capitalismo, em seus sucessivos momentos de ascensão e de crise. Embora a história do capitalismo seja marcada por momentos onde ocorreram rupturas no sistema, vale destacar que estas não ocorrem de forma abrupta, como se um conjunto de características econômicas, políticas, sociais e culturais fosse,

num momento particular no tempo, substituído inteiramente por uma organização particularmente nova. De acordo com Soja (1993, p. 206),

A geografia histórica do capitalismo não tem sido marcada por grandes reviravoltas e substituições completas de sistemas, mas, antes, por uma sequência evolutiva de reestruturações parciais e seletivas, que não apagam o passado nem destroem as condições estruturais profundas das relações sociais e espaciais capitalistas. Assim, não há justificativa para uma “corrida” ingênua e simplista “ao pós” – ao pós-industrialismo, pós-capitalismo, pós-marxismo – que insista no derradeiro fim de uma era, como se o passado pudesse ser descartado e jogado fora.

Entretanto, como destaca Mandel (1982, p. 309) é de conhecimento geral que a partir do momento em que o capitalismo dominou o mercado mundial, “seu desenvolvimento assumiu um caráter cíclico peculiar apenas a este modo de produção, com fases sucessivas de recessão, ascensão, *boom*, superaquecimento, quebra, depressão, etc.”. Tradicionalmente abordadas como “colapsos” ou “crises”, estas oscilações conjunturais do capitalismo foram tratadas por Mandel (1982) por meio da discussão sobre “ciclos”, assentadas na teoria das ondas longas do desenvolvimento capitalista.

Esta teoria, de tal modo, trata dos longos períodos históricos do capitalismo de expansão e enfraquecimento da acumulação do capital. Baseada na tendência de queda da taxa média de lucro formulada por Karl Marx, as ondas longas de Mandel (1982) refletem as tendências ora de ascensão e estabilidade, ora de queda da taxa média de lucro, com as consequentes expansão e enfraquecimento das forças produtivas. Para o autor, nos períodos de oscilação ascendente, há um aumento na massa e na taxa de lucro e, conseqüentemente, um aumento no volume e ritmo de acumulação. Em crises e subsequentes períodos de depressão, ao contrário, a massa e a taxa de lucro declinarão, juntamente com o volume e ritmo de acumulação do capital. “O ciclo econômico consiste, assim, na *aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação*” (MANDEL, 1982, p. 75, grifos do autor).

Para Mandel (1982) as transformações verificadas desde o pós-guerra (ou após a Grande Depressão de 1929/32), representam uma onda longa significativamente diferente das anteriores. Este período – definido como capitalismo tardio – é marcado pela expansão do processo de acumulação, onde as contradições internas do modo de produção capitalista tornaram-se ainda mais agudas (MANDEL, 1982). Com sua expansão ancorada na terceira revolução tecnológica, o capitalismo tardio foi acompanhado, na visão do autor, por fenômenos que indicavam o declínio e a decomposição do sistema. Na década de 1960, quando a economia mundial parecia estar em auge (anos “dourados”

do fordismo), Mandel (1982) identificou – com sua publicação original concluída em 1972 – que o capitalismo apresentava sinais de declínio, apontando para uma “onda longa com tonalidade de estagnação”.

Harvey (2014), porém, argumenta que o período de expansão do capitalismo no pós-guerra pode ser chamado de período fordista-keynesiano, por ter sua base em um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. O fordismo, conforme o autor, distinguia-se dos demais sistemas capitalistas porque a produção em massa significava, simultaneamente, consumo em massa, uma nova forma de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, que refletiam uma sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

A produção em massa, entretanto, desencadeou uma crise de superacumulação que, segundo Harvey (2014), foi tratada através do deslocamento temporal, realizado pela aceleração do tempo de giro e pelo desvio de recursos atuais para a exploração futura (como investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações, infraestruturas, etc.), e pelo seu deslocamento espacial (expansão geográfica/ajuste espacial). A abertura do investimento estrangeiro e do comércio, conforme o autor, permitiram que a capacidade produtiva excedente dos países capitalistas avançados fosse absorvida, além de significar a formação de mercados de massa globais e a incorporação da população mundial (fora do regime comunista) na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo.

Estas formas de lidar com os problemas da superacumulação, entretanto, não foram efetivas em longo prazo. Conforme Harvey (2014), o deslocamento temporal acumulou uma vasta dívida, e a única solução governamental viável foi tentar afastar o problema através da monetização. Com efeito, a impressão desenfreada de dinheiro resultou num surto inflacionário que reduziu drasticamente o valor real das dívidas passadas. Por outro lado, o deslocamento espacial acabou por criar novos centros geográficos de acumulação e uma série de países recém industrializados que, com sua maturação, acabaram se tornando novos centros de superacumulação e, em grande medida, muito competitivos (HARVEY, 2014).

Assim sendo, a crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estado. Os mecanismos desenvolvidos para controlar as tendências de crise simplesmente terminaram por ser vencidos pela força das contradições subjacentes do capitalismo. (HARVEY, 2014, p. 174).

As dificuldades de conter as contradições inerentes ao capitalismo, para Harvey (2014), podem ser apreendidas pela rigidez que marcou o período de 1965 a 1973. Com efeito, o declínio do sistema fordista-keynesiano iniciou uma fase de mudança, fluidez e incerteza. Segundo Soja (1993), com a então ordem econômica e social incapaz de promover os reparos convencionais, passou-se a exigir, cada vez mais, uma expressiva mudança estrutural. Assim, as décadas de 70 e 80 foram marcadas por tanto por uma reestruturação econômica, quanto por um reajustamento social e político.

Vale ressaltar que “a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados” (SOJA, 1993, p. 194). Em suas manifestações, ressalta Soja (1993, p. 194), a reestruturação é originária de graves impactos nas situações e práticas preexistentes e, ao mesmo tempo, é reativa a elas: “Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança”. Por este motivo, os sistemas de acumulação preexistentes não desaparecem completamente diante de sua crise, mas coexistem com o sistema considerado novo.

Harvey (2014), assim como Soja (1993), acredita que as transformações verificadas após a década de 1970 seguem os padrões de ascensão e crises inerentes ao sistema capitalista. Para Soja (1993), este período pode ser interpretado como uma tentativa recente da busca por um “arranjo” espaço-temporal voltado para a sobrevivência do capitalismo. Apesar disto, há uma clara aceitação de o capital e o trabalho apresentam características bem distintas das verificadas no período fordista-keynesiano.

De início, a fuga da rigidez que marcava o período fordista tem se destacado com principal assimetria. Segundo Harvey (2014), a “acumulação flexível”, que marca o período contemporâneo, tem como base um conjunto de processos flexíveis de trabalho, mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo. As principais características desta fase destacadas pelo autor compreendem o surgimento de novos setores de produção, o fortalecimento dos serviços financeiros (e da financeirização da economia de modo geral), a criação de novos mercados e, principalmente, a intensificação de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais.

Frente a estas transformações, “o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo” (HARVEY, 2014, p. 150, grifos do autor). Neste contexto, o conhecimento científico e o

controle do fluxo de informação e dos veículos de propagação têm sido fundamentais para a acumulação capitalista. Além disso, a reorganização do sistema financeiro também se impôs como fator central no desenvolvimento da acumulação flexível: Segundo Harvey (2014), na atual fase do capitalismo, a concentração de poder em instituições financeiras tem menos relevância do que o aumento de novos instrumentos e mercados financeiros associados a ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação em escala global.

O rompimento das hierarquias rígidas presentes no período anterior, resultou também em repentinas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores quanto entre regiões geográficas (HARVEY, 2014). Neste sentido, Soja (1993) argumenta que os sistemas de produção verticalmente desintegrados e a mobilidade acelerada do capital facilitaram a busca por superlucros em qualquer parte do mundo. Assim, “os mosaicos relativamente estáveis de desenvolvimento regional desigual tornaram-se, subitamente, quase caleidoscópios” (SOJA, 1993, p. 208). As regiões mais industrializadas e prósperas, conforme o autor, passaram por um momento de declínio e desindustrialização, ao passo que muitas regiões periféricas se transformaram em novos centros de crescimento industrial e expansão econômica. Isto foi reflexo, de acordo com Soja (1993), do mais ampliado processo de descentralização e internacionalização geográfica da produção industrial.

De modo geral, as reestruturações do sistema capitalista não ocorreram de forma homogênea e simultânea em todas as regiões geográficas. Cada setor econômico também respondeu de forma singular dentro deste processo. Apesar disto, não há dúvidas que as alterações nos padrões de desenvolvimento capitalista influenciaram a economia e a sociedade como um todo. Dentre as regiões geográficas e os setores que foram impactados, privilegiaremos neste trabalho os pertinentes ao desenvolvimento da agropecuária brasileira, que serão explorados a seguir.

### *1.1.2 Reestruturações da agropecuária brasileira: do CAI às Redes Agroindustriais*

Durante muito tempo, a agropecuária brasileira foi marcada pelo predomínio do latifúndio-minifúndio e por sua subordinação às lógicas da natureza. Esta característica, conforme Müller (1989), só foi dissolvida através da diversificação de investimentos no país e com a transição para uma economia industrial, consolidada na década de 1950. Esta década, para o autor, representa a expansão do capitalismo pós-guerra num país atrasado

da periferia, cuja industrialização ocorreu fundamentalmente pela fusão interesses internos, externos e do Estado.

Com a consolidação do processo geral de industrialização – nomeadamente no setor produtor de bens de capital e insumos básicos – iniciou-se o processo específico da industrialização da agropecuária. A indústria e a vida urbana, neste período, tornaram-se o centro dinâmico da economia e passaram a impor demandas e condicionar as transformações no campo (SILVA, 1996). A dinâmica da agricultura passou então a ser voltada para o atendimento da demanda interna, mas, como ressalta Silva (1996), sua modernização continuou dependente da importação de máquinas e insumos. A partir de 1960, e em virtude das políticas de diversificação de exportações e substituição de importações, ocorreu a expansão das agroindústrias processadoras e a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (MÜLLER, 1989). Assim, “a agricultura brasileira transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o predomínio do modo moderno, que combina insumos e serviços industriais com terra e trabalho” (MÜLLER, 1989, p. 60).

As transformações no campo em relação ao período anterior, de acordo com Silva (1996), envolveram a substituição da economia natural por atividades agrícolas e pecuárias integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agropecuária e a substituição das importações pelo consumo produtivo interno. Para Müller (1986) e Silva (1996), as transformações ocorridas no setor agropecuário brasileiro a partir da década de 1960 podem ser interpretadas como a integração entre as indústrias que produzem para a agricultura/pecuária, a agricultura propriamente dita e as indústrias processadoras/beneficiadoras das matérias primas agrícolas, constituindo os chamados complexos agroindustriais (CAIs).

Cabe ressaltar que a transformação da base técnica da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais, como argumenta Delgado (1985), são processos distintos e historicamente separados. O primeiro, conforme o autor, envolve o processo de transformação dos meios de produção utilizados na agricultura, iniciado na década de 1950 e que ganhou dinamismo e abrangência no final da década de 1960, com a conjugação de um sistema financeiro apropriado que possibilitou as transformações na base técnica da agropecuária – nomeadamente a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios para a

agricultura patrocinados pelo II PND, e uma certa folga cambial nas transações externas (DELGADO, 1985).

A constituição do CAI, por outro lado, data do final dos anos 1960, e é caracterizada basicamente pela implantação, no país, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura (DELGADO, 1985). Outro fator importante na consolidação do CAI, segundo Delgado (1985), foi o desenvolvimento e/ou a modernização de um mercado nacional para produtos industrializados de origem agropecuária, que permitiu o desenvolvimento de uma série de agroindústrias. Com setores industriais a montante e a jusante do setor agropecuário, consolida-se os chamados complexos agroindustriais.

Deste modo, conforme Elias (2003), a produção rural tornou-se dependente de uma gama importante de produtos industriais, e os cultivos e criações nos CAIs eram destinados, prioritariamente, a produção de *commodities* e de matérias primas para as agroindústrias em expansão. Por seu valor de troca na bolsa de mercadorias e mercados futuros, as *commodities* oriundas do campo ganharam relevância na manutenção de saldos positivos na balança comercial e, por isso, sua produção foi particularmente incentivada pelo Estado (OLIVEIRA, 2003). “Caracteriza-se assim uma nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro” (ELIAS, 2003, p. 321).

De modo geral, como destaca Hespagnol (2008), o período entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de 1970 tem como característica a expansão da economia mundial e a atuação significativa do Estado na coordenação, regulação e estímulo às atividades produtivas. Conforme o autor, a ação do Estado no Brasil ocorreu principalmente com preocupações econômicas, visando sobretudo completar a ação do capital privado.

A partir da década de 1970, como destacado anteriormente, o capitalismo mundial passou por um momento de crise e queda do modelo de acumulação então vigente. Assim, Gomes (2011) analisa esta etapa da reestruturação produtiva brasileira como reflexo da queda do sistema fordista no plano mundial. A partir de então, conforme a autora, o país passou a acompanhar a dinâmica geral do sistema capitalista, e teve que lidar com os novos padrões de competitividade internacional.

Com efeito, no setor agropecuário, a década de 1970 foi marcada por processos de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., pela expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas



integradas verticalmente e a organização de conglomerados por meio de fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes (ELIAS, 2003). Além disso, difundiu-se em grande escala a biotecnologia, que somada às inovações químicas e mecânicas anteriores, afetou sobremaneira a velocidade de rotação do capital no processo produtivo (ELIAS, 2003).

A partir de meados da década de 1980 e com maior intensidade nos anos 1990, novos condicionantes passaram a influenciar a dinâmica do setor agropecuário.

No âmbito da economia mundial, desencadearam-se mudanças associadas à crise do sistema capitalista e potencializadas por meio de saltos profundos no conhecimento científico que abriram as portas para inovações “revolucionárias” com fortes repercussões, não só no processo produtivo em si mesmo, mas nas formas de organização da produção e na implementação de novas estratégias empresariais (MAZZALI, 2000, p. 27).

Na esfera nacional, Delgado (2012) argumenta que esse período é caracterizado pelas crises fiscais do Estado (1982 e 1999, respectivamente), pela mudança neoliberal e pela promulgação da Constituição de 1988. Esses fatos e as políticas conjunturais decorrentes, para o autor, atuaram no sentido de desmontar o projeto modernizante anterior, sem, entretanto, estruturar condições para a construção de uma nova estratégia no setor agropecuário. Conforme Silva (1999), o início dos anos 1990 foi marcado pelo “desmanche” dos instrumentos de política agrícola, como a garantia de preços mínimos, estoques reguladores e redução do crédito agropecuário, além da queda nos recursos (gastos) públicos destinados à agricultura, como infraestrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica, entre outros.

Neste período ocorreu também uma repentina abertura comercial, que segundo Silva (1999) desencadeou sérios problemas para a agropecuária brasileira, que se via impossibilitada de competir com produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem. Assim, a crise no mercado interno e a necessidade de um aumento no superávit na balança comercial acarretaram na pressão por exportações e, conseqüentemente, na adaptação das empresas aos novos padrões de qualidade, inovações tecnológicas e gestão de mão de obra (GOMES, 2011).

Embora sem políticas estruturadas, no início dos anos 2000 houve o relançamento do agronegócio, frente a algumas iniciativas que convergiram para a implementação do que Delgado (2012) chama de “economia do agronegócio”. O novo pacto da economia política do agronegócio, de acordo com o autor, é constituído principalmente pela “articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação

de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra” (DELGADO, 2012, p. 109).

Para Mazzali (2000), entretanto, as transformações verificadas a partir dos anos 1990 representam a perda do modelo explicativo via complexo agroindustrial. “Apesar de não estar evidente a ‘ruptura do modelo’, observa-se o ‘redirecionamento’ do processo de integração ou de alguns agentes no curso do processo” (MAZZALI, 2000, p. 27). Conforme o autor, os elementos básicos que davam sustentação ao CAI – exemplificados pelo padrão tecnológico baseado nos princípios da “revolução verde”, um modo de inserção da agricultura no mercado internacional e um determinado perfil de intervenções do Estado – sofreram significativas transformações.

A diminuição da atuação do Estado e a emergência de um processo de reestruturação que abrangeu a indústria como um todo, ressalta Mazzali (2000), conduziram forçosamente a busca por maior flexibilidade e elevaram o grau de autonomia dos agentes econômicos. Para o autor, o ponto central deste novo cenário compreende a considerável ampliação do campo de ação dos capitais com interesses na atividade agroindustrial.

Com a redução do grau de indução, pelo Estado, e no contexto de profundas transformações nos mercados e na concorrência, enfraqueceram-se as bases que sustentavam as articulações entre os agentes, deixando “em aberto” o campo de opções estratégicas e propiciando, assim, o ambiente para a reestruturação das relações. A partir daí, as articulações intra e intersetores ficaram por conta das estratégias do setor privado. (MAZZALI, 2000, p. 36).

As novas configurações verificadas no setor agroindustrial e elencadas por Mazzali (2000) envolveram novas relações resultantes do processo de externalização e/ou terceirização de atividades, estreitamento das relações com os fornecedores (principalmente com produtores agrícolas, distribuidores e clientes) e a consolidação de alianças entre empresas concorrentes. Estas características, na visão do autor, representam a perda do valor explicativo de complexo agroindustrial, haja visto que as novas articulações “não estão assentadas em relações bem definidas e estruturadas a partir da matriz de insumo-produto, mas em um conjunto de estratégias dos agentes que redefinem dinamicamente a forma e o conteúdo das relações” (MAZZALI, 2000, p. 150).

A partir dos anos 1990, Mazzali (2000) argumenta que as estruturas, os mercados e a concorrência passaram a se apresentar como variáveis ativas no processo produtivo, e o ambiente tornou-se uma entidade dinâmica que se modifica em decorrência das estratégias dos agentes e de seus relacionamentos. A organização “em rede”, assim, é

utilizada pelo autor como novo modelo explicativo da organização do setor agroindustrial, e suas características envolvem a superação da dicotomia entre a unidade econômica e seu ambiente, a dependência com os demais agentes que a circundam e o rompimento de qualquer tipo de fronteira (geográfica, setorial ou empresarial). Com base nas diferentes formas de relações entre as empresas, a organização em rede expressa a intensificação da interdependência entre os agentes econômicos (MAZZALI, 2000).

Do mesmo modo, Silveira (2005, p. 216) descreve que uma das características estruturais das atividades agroindustriais é “a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares”. Estas características são melhor apreendidas, na visão do autor, por meio do conceito de rede. Para Silveira (2005), o conceito de rede também permite analisar o território como componente ativo no desenvolvimento das atividades agroindustriais.

Para Elias (2013a), as redes agroindustriais são entendidas como a associação de todas as atividades inerentes ao agronegócio e, por tal motivo, expressam a articulação entre os espaços rural, urbano e regional. A autora também ressalta que em áreas onde o agronegócio moderno se expande, ocorre a transformação do meio natural e do meio técnico em meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008a), ou seja, na medida em que os espaços agrícolas se mecanizam e passam a compor parte das redes agroindustriais modernas (com a utilização intensiva de capital, tecnologia e informação), também ocorrem transformações no espaço urbano e regional.

As regionalizações desencadeadas pelo processo de reestruturação produtiva da agropecuária e da organização das redes agroindustriais também compõem o que Elias (2013a) chama de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs).

As RPAs compõem-se quer por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quer por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também por cidades de porte médio). Esses formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassados pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de importantes commodities ou importantes produções agropecuárias (ELIAS, 2013a, p. 201).

Além disso, as RPAs, por se apresentarem conectadas aos centros de poder e consumo em nível mundial, tem nas grandes corporações concernentes as redes agroindustriais seus principais agentes produtores do espaço agrícola, urbano e regional (ELIAS, 2011). Nesse contexto, Elias (2011) enfatiza que o território se organiza tendo

como base as imposições dadas pelo mercado, cujo comando é exercido por grandes empresas, nacionais e/ou multinacionais.

Em síntese, as transformações verificadas recentemente na dinâmica agropecuária demonstram que as estratégias e a organização do setor privado representam, mais do que nunca, um fator essencial do investimento, da produtividade, da produção e da renda. Como destacado por Oliveira (2003), a lógica atual é a lógica mundial, e o nacional está a ela submetido. “O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura num negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo” (OLIVEIRA, 2003, p. 121). Como consequência, instaura-se no território brasileiro uma nova forma de acumulação no setor agropecuário, ancorada sobretudo nas políticas financeira e econômicas do Estado.

## **1.2 Novo pacto da economia política do agronegócio e a mobilização do termo *agribusiness* no Brasil**

Dos sucessivos momentos de alteração na base técnica, econômica e política que marcam o desenvolvimento da agropecuária no Brasil, cabe destacar o início dos anos 2000, marcado sobretudo por um novo projeto de acumulação no setor agropecuário. Este, por sua vez, está ancorado sobremaneira em uma noção cunhada ainda na década de 1950 nos Estados Unidos, o *agribusiness*. Assim, este item é destinado a demonstrar a conceituação original do termo e interpretar os contextos de sua utilização no Brasil, além de evidenciar sua relação com o novo projeto de acumulação no setor agropecuário, realizado no âmbito da política econômica e financeira do Estado, denominado de Agronegócio (DELGADO, 2012).

O termo *agribusiness*, de acordo com Ribeiro Neto (2018), tornou-se público pela primeira vez em 1955, durante uma conferência proferida por John Davis, então professor na Harvard Business School. Nesta ocasião, Davis argumentava que para garantir renda e ganhos de produtividades, os produtores deveriam ser menos dependentes do Estado e mais do entendimento dos agentes privados da agricultura em si e dos negócios a ela relacionados. Para unir em um único conceito a ideia de que a agricultura e os negócios estão estritamente relacionados, Davis propôs a aglutinação das palavras “agri” de *agriculture* e *business* para fazer referência a todas operações relacionadas à produção e a distribuição de alimentos e fibras (RIBEIRO NETO, 2018).

Para aprofundar a discussão sobre o tema, Davis e Goldberg lançaram, em 1957, o livro “*A concept of agribusiness*”, que viria a influenciar sobremaneira os meios acadêmicos e políticos tanto nos Estados Unidos quanto, mais tarde, nos países periféricos do sistema capitalista. Nesta publicação, conforme Mendonça (2013), os autores ressaltavam que o campo estava passando por uma revolução tecnológica baseada no “progresso científico”, o que demandava a formulação de políticas públicas de apoio à exploração agrícola frente ao aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição de alimentos e fibras. Para Davis e Goldberg, as “fazendas modernas” passaram a ter função comercial baseada em monocultivos, e as demais atividades (como armazenamento, processamento e distribuição) foram transferidas à outras empresas, além de ocorrer o desenvolvimento de empresas voltadas aos demais produtos industriais utilizados nesse modelo agrícola, como tratores, fertilizantes, ração, pesticidas, etc. Naturalmente, ocorria uma interdependência entre estes setores, mas, para Davis e Goldberg, não existia até o momento uma palavra que descrevesse esta relação, daí a proposta da utilização do termo *agribusiness* (MENDONÇA, 2013).

Nesse contexto, o termo designava “o total das operações que envolvem manufatura e distribuição de suprimentos agrícolas; operações produtivas nas fazendas; e armazenamento, processamento, e distribuição de *commodities* agrícolas e produtos feitos a partir destas” (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2, apud MENDONÇA, 2013, p. 51). De acordo com Ribeiro Neto (2018), Davis e Goldberg ainda propuseram a divisão do *agribusiness* em três segmentos distintos, denominado *Primary Agribusiness Triaggregate*, composta por: 1) insumos e máquinas agrícolas (que envolvem também as operações de manufatura, comercialização e prestação de serviços), 2) a produção agropecuária propriamente dita e 3) as atividades de processamento e distribuição (comercialização).

O objetivo de Davis e Goldberg era atentar para o fato de que os problemas relacionados aos setores de alimentos e fibras nos Estados Unidos eram de competência e abrangência do *agribusiness* e não da agricultura, ressaltando a importância da formulação de políticas públicas para o setor agrícola-empresarial. (MENDONÇA, 2013). Para sustentar esses investimentos, os autores ressaltavam que o *agribusiness* constituiria parte importante da economia estadunidense (entre 35% e 50%), além disso, defendiam que a chamada industrialização da agricultura proporcionaria melhor qualidade de vida para a população, através do fornecimento de alimentos que, à época,

começaram a passar por processos de salinização, desidratação, enlatamento e congelamento, permitindo maior durabilidade aos produtos (MENDONÇA, 2013).

Embora a noção que descrevia o encadeamento das atividades agropecuárias promovidas pelos avanços tecnológicos e que resultava em ganhos de produtividade tivesse algum reconhecimento na esfera pública, sua adoção pelo governo dos Estados Unidos ganhou proeminência somente na segunda metade da década de 1960, como descrito por Ribeiro Neto (2018). Conforme o autor, a noção passou a ser operada no contexto internacional da Guerra Fria, quando a inflexão na política exterior norte americana buscava liderar a “guerra contra a fome”. Segundo os cálculos do Departamento de Agricultura, desde o início da década de 1960 o consumo mundial de alimentos havia passado a produção de comida no mundo e a diferença seria regulada por estoques, principalmente dos Estados Unidos. Por ser insustentável seguir por muito tempo com o foco no uso internacional dos excedentes agrícolas do país, tornava-se necessário o aumento da produção de alimentos em países menos desenvolvidos, evitando assim a instabilidade econômica e política em âmbito global (RIBEIRO NETO, 2018).

A nova posição geopolítica dos EUA, de acordo com Ribeiro Neto (2018), fez com que as corporações norte-americanas se aproximassem das discussões promovidas na Harvard Business School sobre o *agribusiness*, procurando inserir-se e destacar-se na estratégia governamental posta em prática.

Segundo Ray Goldberg (1966), a alteração de foco da política norte-americana para a crise alimentar mundial atribuía maior ênfase ao setor privado, abrindo a possibilidade da exportação de uma abordagem integrada a qual reconhecesse que todas as partes do *agribusiness* – insumos, operações na fazenda, processamento e distribuição, além da infraestrutura de transporte, crédito, armazenamento, comunicação e educação – devessem caminhar juntas. (RIBEIRO NETO, 2018, p. 80).

Ao propor a adoção do termo *agribusiness* na nova estratégia política governamental, ressalta Ribeiro Neto (2018), os criadores da noção objetivavam se aproveitar do momento para fazer o Estado apoiar mais decididamente a atuação, no exterior, das corporações norte-americanas relacionadas à agropecuária. Nesse contexto, “a proposta de menor participação estatal para a política de sustentação de renda, como avançada por Davis (1955), era complementada com a demanda por forte atuação governamental na promoção das iniciativas das grandes empresas no exterior” (RIBEIRO NETO, 2018, p. 81). Assim, não se buscava a diminuição do Estado na economia, mas a garantia da seletividade de sua participação conforme os interesses das corporações envolvidas.

Segundo Ribeiro Neto (2018), ao mesmo tempo em que se disseminava a ideia de uma “guerra contra a fome” que legitimava a articulação entre corporações e o Estado na esfera pública, lançava-se a noção de “Revolução Verde” que justificava a principal relação no *agribusiness*: aquela entre as indústrias a montante e a agropecuária em si. O termo, de acordo com o autor, buscava nomear os ganhos de produtividade relacionados ao uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, dentre outras tecnologias, nos países do chamado “terceiro mundo”. Assim, a chamada revolução verde promoveu tanto a abertura de mercados para as exportações norte-americanas destes insumos, quanto legitimou o apoio estatal dos EUA na construção de plantas industriais de fertilizantes e agrotóxicos nestes países (RIBEIRO NETO, 2018). A difusão deste modelo, de tal modo, significava tanto a ampliação dos mercados para os setores financeiros e industriais quanto a possibilidade de exploração do excedente de trabalhadores e produtos a um baixo custo para a indústria.

Vale destacar que “a ‘exportação’ deste modelo aprofunda a especialização dos monocultivos em determinados países e a divisão internacional do trabalho, a partir da herança colonial” (MENDONÇA, 2013, p. 65). Na América Latina, a introdução deste modelo de produção agropecuária reforçou o papel histórico de alguns países como fornecedores de matérias primas, sobretudo para os países industrializados. Para propagar o *agribusiness*, segundo Mendonça (2013), foi também necessário difundir a ideia de que o desenvolvimento das atividades agropecuárias estaria ligado a extensão territorial, a mecanização e a padronização da produção. Como este processo demandava grande capital, era utilizado para justificar a expropriação de camponeses visando aumentar a disponibilidade de terra e de proletários rurais. Outrossim, o ímpeto da modernização acabou por gerar a dependência, nesses países, de insumos agrícolas e canais de comercialização que eram controlados por corporações norte-americanas.

No Brasil, de acordo com Silva (1996), o crescimento agrícola entre 1930 e 1950 era pautado sobretudo na expansão da área cultivada e nas formas tradicionais de tecnologia – contribuindo para isso as políticas governamentais voltadas a integração do mercado nacional e ao desenvolvimento das redes de transporte. Na década de 1950 verifica-se um processo de alteração na base técnica da produção agropecuária, que visa o aumento da produtividade, desencadeada sobretudo pelas importações de tratores e fertilizantes. Entretanto, o autor ressalta que a modernização agrícola não avançava completamente, principalmente pelas dificuldades de internalização dos setores industriais produtores de bens de capital e insumos básicos.

Nesse contexto de transformações, segundo Ribeiro Neto (2018), ocorreu um intenso debate relacionado ao desenvolvimento e a necessidade (ou não) de mudanças estruturais, principalmente ligadas às questões agrárias e agrícolas no país. Com a ascensão das lutas por reforma agrária, os debates centravam-se em torno de qual política pública deveria ser priorizada, destacando-se, no lado da defesa de uma política agrária, as publicações de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães e, ao lado oposto, os textos de Antônio Delfim Netto – que priorizava a política agrícola. Essas discussões, entretanto, foram interrompidas em 1964 pelo Golpe Militar, e, com isso, as propostas de Delfim Netto encontraram terreno fértil para tornarem-se políticas públicas (RIBEIRO NETO, 2018).

Como exemplo, Ribeiro Neto (2018) descreve o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) lançado em 1967. Conforme o autor, este programa tinha vários aspectos em comum com os anseios da política norte-americana. Entre eles, destaca que o PED apresentava uma formulação de política agrícola considerando os setores a montante e a jusante da produção agropecuária, era orientado a grandes empresários e planejava o fortalecimento do crédito rural e o apoio deliberado a intensificação do uso de insumos e máquinas agrícolas e a modernização das etapas de armazenamento, transporte, industrialização e comercialização. Não por acaso, as corporações norte-americanas relacionadas com as etapas à montante da agropecuária, segundo Silva (1996), aproveitaram-se dos incentivos fiscais proporcionados pelo Estado brasileiro para planejar a transferência de plantas industriais (obsoletas, na maioria dos casos) para o Brasil.

As políticas da chamada “modernização conservadora”, assim, impuseram transformações radicais nas formas de produzir do setor agrário brasileiro. Conforme Silva (1996, p. 19), nesse período “pode-se dizer que a forma de produzir é imposta por instancias externas à unidade produtiva (como os pacotes tecnológicos difundidos a partir da economia norte-americana), que se vê compelida a adotá-las sob pena de não sobreviver no mercado”. Em suma, a modernização da agricultura brasileira foi pautada sobretudo na internacionalização do paradigma da Revolução Verde e na centralidade do Estado, que atuava como principal financiador e articulador dos atores responsáveis pela reformulação tanto da base técnica quanto política e normativa da agricultura brasileira.

Ademais, foi durante este processo de modernização da agricultura que a noção de *agribusiness* passou a ser mobilizada no Brasil, principalmente como inspiração para uma série de publicações. Destas, destaca-se as de Alberto Passos Guimarães, que a



utilizou como base para o desenvolvimento do termo Complexo Agroindustrial. Segundo Ribeiro Neto (2018), apesar da expressão ter sido utilizada décadas atrás em referência às unidades de produção e processamento da cana-de-açúcar, Passos Guimarães inovara ao acoplar ao termo Complexo Agroindustrial (CAI) a visão intersetorial trazida da noção de *agribusiness*. A partir de então, o conceito de CAI passou a ser utilizado e difundido por vários pesquisadores como unidade de análise da crescente relação entre a agropecuária, as indústrias a montante e a jusante desta e os serviços. Porém, o autor destaca que

Se o conceito de Complexo(s) Agroindustrial(is) tinha, em sua abordagem intersetorial, a inspiração na noção de *agribusiness*, ele rumava para outra direção, como unidade de análise do processo brasileiro de subordinação da agropecuária às indústrias relacionadas a ela, cabendo, ainda, ter em conta que havia ênfases específicas relacionadas ao conceito, de acordo com cada autor (RIBEIRO NETO, 2018, p. 121).

Neste primeiro momento, o processo de modernização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais tinham como principal coordenador e financiador o Estado, porém, nas últimas décadas do século XX, ocorreu o desmanche dos instrumentos de política agrícola, deixando o setor aquém de uma nova estratégia política (DELGADO, 2012; SILVA, 1999). Assim, o período que vai de 1980 a 1990 é caracterizado por Delgado (2012) como um período transitório entre as duas grandes alianças entre o setor agrário e o Estado: a modernização conservadora (1965-1985) e a economia do agronegócio (a partir dos anos 2000).

Para Delgado (2012), as crises cambiais que marcaram esse período (1982 e 1999), revelam, em cada contexto histórico, uma grave desorganização do sistema econômico, que pressiona o Estado a adotar ajustes estruturais com o fito de atender ao constrangimento externo. Este “ajuste externo”, na visão do autor, apresenta três fases bem demarcadas: a primeira ocorre após um longo período de crescimento econômico, indo de 1982 a 1993, e representa a primeira tentativa de resposta à crise de endividamento, acionando, para isto, o setor agrícola exportador e as cadeias agroindustriais conexas para gerar saldos de comércio exterior. A segunda fase (1994-1999), por sua vez, é marcada pela abundância de liquidez internacional, o que fez com que as políticas de incentivo às exportações fossem abandonadas, acreditando-se que com a abertura comercial e financeira da economia brasileira, o problema recorrente da dependência de recursos externos seria resolvido pelos mercados. Conseqüentemente, e em pouco tempo, desencadeou-se um novo surto de endividamento externo, culminando

na crise cambial de 1999. Por fim, a terceira fase vai dos anos 2000 até o presente, e tem como característica o relançamento do setor primário no comércio externo a qualquer custo (DELGADO, 2012).

Vale destacar que a partir da década de 1990, segundo Frederico (2013), o campo brasileiro conheceu uma nova onda de modernização, decorrente, sobretudo, da redefinição do papel do Estado, das políticas de cunho neoliberal e dos novos sistemas técnicos agrícolas, com grande conteúdo de informação. Para o autor, este novo paradigma do setor agrícola tem como característica o aperfeiçoamento ou a superação, em certa medida, do padrão tecnológico difundido pela revolução verde (sobretudo pela utilização das novas tecnologias da informação e comunicação) e o aumento do poder de regulação das *tradings*, grandes empresas de capital aberto e grupos financeirizados – derivado da diminuição do papel do Estado como regulador da agricultura. Segundo Frederico (2013) esses fatores fizeram emergir aquilo que Santos (2011) denomina como “agricultura científica globalizada”.

De acordo com Santos (2011), pode-se falar da existência de uma agricultura científica globalizada quando a produção no campo passa ter uma referência planetária, recebendo assim a influência das mesmas leis que controlam outros aspectos da produção econômica. Nesse sentido, instaura-se o imperativo da competitividade, que leva a instalação de uma agricultura exigente de ciência, técnica e informação, cujo principal resultado é o aumento da quantidade produzida em detrimento da superfície plantada. Nas áreas onde a agricultura científica globalizada se instala, salienta Santos (2011), verifica-se um aumento da densidade técnica, exemplificada pelo aumento da demanda de bens científicos (sementes, fertilizantes, defensivos, inseticidas, etc.) e assistência técnica.

Além disso, Santos (2011) ressalta que os produtos desta agricultura científica globalizada são escolhidos segundo uma base mercantil e que por isso, obedecem a parâmetros científicos e técnicos. Deste modo, todos os processos relacionados a produção, armazenamento, processamento, distribuição e comercialização são regidas por tais parâmetros, o que leva ao aprofundamento da racionalização do território e da própria sociedade. Isto, segundo o autor, é ainda mais sensível porque decorre de uma demanda “externa” e das respectivas dificuldades em oferecer uma resposta. Em outras palavras, o controle da produção não se realiza localmente, mas provem de centros decisórios externos, cabendo ao local atender a tais imperativos ou ser excluído do processo produtivo.

As transformações no setor agropecuário brasileiro a partir da década de 1980 também são interpretados por Elias (2013b), que define este novo modelo de produção como “agronegócio globalizado”. Segundo a autora, a reestruturação da agropecuária, dada pela intensificação da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais,

Resultou, entre outros, na exacerbação da apropriação capitalista da agricultura, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital, ao qual chamaremos aqui de agronegócio globalizado. (ELIAS, 2013b, p. 14).

Este modelo, para Elias (2017), se sustenta no tripé reestruturação produtiva, neoliberalismo e o imperativo do capital financeiro, tendo, entre seus principais objetivos “a obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de muitas novas mercadorias voltadas ao mercado urbano, nacional e internacional, de alimentos, de *commodities* e de agrocombustíveis” (ELIAS, 2017, p. 3). Além disso, a autora tem defendido que o agronegócio globalizado provocou alterações não somente no campo, mas também nos espaços urbano e regional. Nesse sentido, argumenta que as transformações na agropecuária brasileira, sobretudo após a década de 1980, desencadearam novas formas de uso e organização do território brasileiro, exemplificadas pela fragmentação do espaço rural, intensificação das relações campo-cidade, aumento da urbanização e reestruturação regional (ELIAS, 2003, 2006, 2008, 2013b).

É nesse contexto de transformações na agropecuária brasileira que o conceito de CAI passa a ser substituído paulatinamente por novas noções (como agricultura científica globalizada, de Milton Santos, ou agronegócio globalizado de Denise Elias), visando interpretar as transformações que se processaram no setor a partir da década de 1980. No âmbito político, por outro lado, a agropecuária brasileira segue sem uma estratégia política e econômica estruturada, porém, já com algumas formulações, baseadas sobretudo na noção de *agribusiness*.

A primeira proposta, conforme Ribeiro Neto (2018), foi elaborada pelo grupo Agroceres (empresa brasileira de genética animal e vegetal) ainda no final da década de 1980, e argumentava que a agropecuária deveria ser vista (pelo estado e pela opinião pública) não de forma compartimentada, mas através de suas ligações com os outros setores da economia. Entretanto, foi somente com a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) em 1993 que ocorreu a formalização do projeto político e econômico da Agroceres, iniciando a chamada “concertação política do agronegócio”.

Esta consistia em “uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e dos segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria *agribusiness*/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática” (RIBEIRO NETO, 2018, p. 44).

Na interpretação de Delgado (2012), o *agribusiness* compreende uma noção meramente descritiva dos processos de produção, distribuição e processamento industrial dos suprimentos agrícolas, realizados antes, durante e depois da produção agropecuária, sendo a reunião destas atividades uma espécie do novo setor de atividade econômica. Num esforço em estabelecer limites conceituais e históricos ao que foi empiricamente designado como agronegócio, o autor resgata a teoria do capital financeiro na agricultura, agora adaptada ao contexto de relações de uma economia política concreta. Assim, a ideia central é que a acumulação de capital na agricultura, nas cadeias agroindustriais, no mercado de terras e no sistema de crédito sob o patrocínio do Estado, retorna às políticas públicas nos anos 2000, tanto como estratégia econômica de comércio exterior quanto como um pacto de economia política – denominado novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012).

No primeiro caso, o relançamento do agronegócio, segundo Delgado (2012), ocorre após a crise de liquidez internacional de 1999, quando é retomada a estratégia de gerar saldos comerciais positivos a qualquer custo. Assim, os setores primário-exportadores são os escolhidos para gerar esse saldo comercial e a agricultura capitalista (que se autodenominou agronegócio) retorna com prioridade à agenda da política externa e à política agrícola interna (DELGADO, 2012).

Embora sem uma política estruturada, Delgado (2012) destaca que no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, houve o relançamento do agronegócio por meio de algumas iniciativas, quais sejam: 1) um programa de investimento em infraestrutura territorial que objetivava a incorporação de territórios, o desenvolvimento de meios de transporte e a criação de corredores comerciais funcionais ao agronegócio; 2) o direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (especialmente a Embrapa) para atuar em consonância com as empresas multinacionais do agronegócio; 3) uma regulação frouxa do mercado de terras; 4) a mudança na política cambial que, ao eliminar a sobrevalorização do Real, tornaria a economia do agronegócio competitiva no mercado internacional e funcional para a estratégia almejada do ajustamento macroeconômico e; 5) a reativação da provisão de crédito rural nos planos de safra.

Estas iniciativas, forçadas pela crise cambial, conforme Delgado (2012), foram privilegiadas na década de 2000 com um comércio exterior muito receptivo, ao menos para algumas *commodities* em rápida expansão e produtos minerais, que passaram a compor grande parte da pauta exportadora entre 2000 e 2010. Neste período, conforme analisado pelo autor, há uma elevação das exportações de produtos básicos e uma diminuição nas exportações de manufaturados, o que representa o fenômeno de “reprimarização” da pauta exportadora e, de certa forma, uma tendência à especialização no comércio exterior.

As políticas de reforço às exportações, principalmente a partir da década de 1990, somadas as lógicas financeira e liberal, representam o que Santos (1999) denominou “imperativo das exportações”. Conforme o autor, esse fenômeno marca a entrega da regulação dos usos do território para iniciativa privada, ou seja, são impostos de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a distribuição interna. Com isto, altera-se a divisão interna do trabalho para estabelecer e reforçar uma divisão internacional do trabalho, determinando como e o que produzir e exportar, além de privilegiar determinados lugares para ocupação e valorização (SANTOS, 1999).

Nesse contexto, reforça-se a posição de certos produtos considerados mais competitivos para compor a pauta das exportações. No caso brasileiro, esse papel é realizado principalmente pelos produtos primários de baixo valor agregado, ou seja, as *commodities*. Com efeito, Frederico (2013) descreve que ocorre um processo de commoditização não somente da economia, mas também do território, haja vista que certas regiões do país passaram a receber grandes investimentos públicos e privados, além de reunir infraestruturas e normas que tornam estas regiões funcionais para a produção de determinado gênero agrícola ou mineral, com vistas, principalmente, à exportação.

A reprimarização da pauta exportadora, porém, não é um fenômeno observado exclusivamente no Brasil. De acordo com Svampa (2013), apesar das diferenças entre os regimes políticos existentes, os países da América Latina ingressaram em uma nova ordem econômica e política-ideológica nos últimos anos do século XX, denominada “consenso das *commodities*”. Tendo como ponto de partida o *boom* dos preços internacionais de matérias primas e bens de consumo, o consenso das *commodities* consolidou um estilo de desenvolvimento neoextrativista, apoiado na superexploração de recursos naturais não renováveis e na expansão de fronteiras para territórios anteriormente considerados “improdutivos”, além de incorporar às atividades tradicionais

extrativas aquelas ligadas ao novo sistema agroalimentar – como o agronegócio e produção de biocombustíveis (SVAMPA, 2013).

Além disso, Svampa (2013) ressalta que a expressão consenso de *commodities* tem uma carga econômica e também política-ideológica, pois faz referência a ideia de que existiria um acordo (implícito, embora com o passar dos anos cada vez mais evidente) sobre o caráter inevitável da dinâmica extrativista, em virtude da crescente demanda global de bens primários e a suposta abundância de recursos naturais na América Latina. “Em nome das ‘vantagens comparativas’ ou da pura subordinação à ordem geopolítica mundial, conforme os casos, os governos progressistas, assim como aqueles mais conservadores, tendem a aceitar como ‘destino’ o novo consenso de *commodities*” (SVAMPA, 2013, p. 37, tradução nossa). Sob a alegação das vantagens comparativas, segundo a autora, são minimizadas as consequências ambientais e os conflitos sociais, econômicos e político-culturais decorrentes deste modelo.

A esta dinâmica externa, acrescenta-se no plano interno brasileiro, a partir dos anos 2000, o relançamento de alguns complexos agroindustriais, a grande propriedade fundiária e certas políticas de Estado, como a reconstituição do sistema de crédito bancário e a frouxidão na política fundiária (DELGADO, 2012). Estas características, por sua vez, ensejam um virtual pacto de economia política, “no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral” (DELGADO, 2012, p. 92). Assim, a articulação público-privada da política agrária e as estratégias privadas de acumulação de capital, de acordo com Delgado (2012), tornaram viável um novo projeto de acumulação de capital, centrado na captura de renda da terra e na lucratividade do conjunto de capitais associados ao agronegócio, caracterizando o novo pacto da economia política do agronegócio.

Diferente do que se observava no período caracterizado por Delgado (2012) como “período de transição”, a década de 2000 foi marcada por forte representação de agremiações relacionadas a agropecuária junto à esfera pública. Naquele período, conforme Mendonça (2005), ocorria uma crise de representação política entre as entidades patronais rurais, dada sobretudo pelo próprio processo de modernização da agricultura que, ao especializar a produção por ramos ou setores, acabou por propiciar a diferenciação dentro da classe dominante agrária. Com efeito, não existia uma entidade capaz de propor um discurso unificado para a agricultura.

Porém, Mendonça (2005) destaca a atuação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969 e que, em meados da década de 1980 tornou-se a força

dirigente dos grupos agroindustriais. Neste período, marcado pela retomada da questão agrária e pela divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pelo menos quatro agremiações do patronato rural disputavam a representação política legítima: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); a Sociedade Rural Brasileira (SRB); a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que apesar de ser entidade máxima da estrutura formal-legal do patronato, passava por uma crise de representação junto ao governo – elemento que, conforme Ribeiro Neto (2018), deu impulso à criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985; e a então vitoriosa Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

De acordo com Mendonça (2005), os princípios da doutrina cooperativista que constituíam as bases da OCB, além de propiciar certa afinidade com o Estado, permitiram sua aproximação com as demais entidades patronais, erigindo-se como porta-voz destas. Sua consolidação como força hegemônica do patronato rural brasileiro, entretanto, ocorreu no início da década de 1990, com a criação da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG (MENDONÇA, 2005). Contribuiu ainda para criar as condições políticas na formação da ABAG, de acordo com Ribeiro Neto (2018), o ambiente de diálogo com associações e setores industriais e de serviços propiciado pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) – entidade informal criada em 1986 e liderada pelos presidentes da OCB e da SRB.

Segundo os idealizadores da ABAG, esta nova instituição teria como objetivo articular as demais agremiações e ser uma entidade formal representativa do *agribusiness* no país. Nesse sentido,

A ABAG teria sua legitimidade extraída de dois argumentos: de um lado, a “certeza” da existência, no país, de uma “nova agricultura”, diversa daquela até então vigente; de outro, a necessidade urgente de construir-se canais de representação política ainda mais eficazes e compatíveis com a relevância econômica dessa “nova” agricultura (MENDONÇA, 2005, p. 22).

O discurso de ser um novo tipo de entidade, que articulasse as demais agremiações, como salienta Mendonça (2005), foi deixado de lado desde o momento de sua criação, constituindo-se muito mais em um *pool* de diferentes empresas do que uma associação de agremiações patronais – apesar de seus dirigentes afirmarem o contrário. Além disso, Mendonça (2005) destaca que sob as noções de segurança alimentar e competitividade, a hegemonia do agronegócio buscou minimizar o fato da ABAG corresponder à institucionalização de um *lobby* empresarial altamente lucrativo, disfarçado pelo discurso de sua “missão social”. Assim, apesar de ter sido supostamente

criada com o objetivo de promover o “desenvolvimento econômico” e o “bem-estar social”, a ABAG constitui “uma entidade representativa das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas, destinadas, prioritariamente, à exportação, sem grande afinidade com o mercado interno ou a ‘mal alimentada população brasileira’” (MENDONÇA, 2005, p. 25).

Conforme Ribeiro Neto (2018), uma das principais metas da ABAG era convencer o Estado da importância do *agribusiness* e demonstrar o peso de sua representação política. Mesmo que de forma incipiente, este reconhecimento ocorreu em meados da década de 1990, quando, diante da crise cambial, Fernando Henrique Cardoso propôs algumas iniciativas que convergiram para o relançamento do pacto do agronegócio, como descrito por Delgado (2012). Ao se dar conta da posição estratégica da agricultura na balança comercial, o governo passou a utilizar com mais frequência o termo “agronegócio”, traduzido do inglês *agribusiness* e criou, em 1996, um espaço de articulação entre o governo e os empresários, nomeado Fórum Nacional da Agricultura – FNA. Constituído por entidades, incluindo-se a ABAG, o FNA encerrou suas atividades em 1998 (RIBEIRO NETO, 2018).

Outra articulação que passou a influenciar o rumo das políticas para o setor agrícola foi a então intitulada Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, agregada em 1987, logo após a Assembleia Nacional Constituinte (RIBEIRO NETO, 2018). Iniciando suas atividades com a presença de poucos parlamentares, a frente aumentou paulatinamente sua composição e, conseqüentemente, a articulação em torno da defesa de seus interesses. Conforme Ribeiro Neto (2018), não tardou para que a composição recebesse a alcunha de “bancada ruralista”, sob a qual teria grande notoriedade pública, principalmente a partir da década de 1990. Na imprensa, segundo o autor, a bancada ruralista ganhou relevo principalmente por suas estratégias de barrar votações enquanto suas reivindicações não fossem atendidas e, principalmente, pelo seu enfrentamento a temas como a reforma agrária, código florestal, demarcações indígenas, entre outros.

A reestruturação da economia do agronegócio descrita por Delgado (2012), ou a história da concertação do agronegócio, como defende Ribeiro Neto (2018), teve como marco definitivo, porém, a alta dos preços das *commodities* em 2001, que ensejou o aumento da produção e exportação de produtos agropecuários. A partir de então, Ribeiro Neto (2018) destaca que a ABAG ganhou relevância e passou a ser a interlocutora qualificada do governo federal, principalmente por sua mobilização em torno do agronegócio. Além disso, a Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, que já tinha



relação com o agronegócio, criou em 2006 o Conselho Superior do Agronegócio (COSAG) que objetivava formular propostas para o agronegócio e fortalecer a presença do setor industrial nas cadeias produtivas agropecuárias (RIBEIRO NETO, 2018).

Conforme Ribeiro Neto (2018), a relação destes grupos com a bancada ruralista, informal até o momento, foi consolidada no início da década de 2010, nomeadamente com a criação, em 2011, do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), órgão de intermediação entre as entidades envolvidas com a concertação do agronegócio e a (agora chamada) Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. Através desta instituição “os contatos da bancada com entidades do patronato rural e com as empresas passaria, paulatinamente, a adquirir maior colegialidade, institucionalidade, sistematicidade e caráter estratégico” (RIBEIRO NETO, 2018, p. 265).

Financiada por grupos e entidades do agronegócio, o IPA é uma associação de direito privado que atua no âmbito da FPA, e que agrega, além de organizações ruralistas, entidades representantes das indústrias situadas a montante e a jusante da agropecuária (RIBEIRO NETO, 2018). Com esta composição, Ribeiro Neto (2018) descreve que o instituto concilia o poder econômico, dado pelas entidades do patronato rural e as empresas do agronegócio, e o poder político dos parlamentares da bancada ruralista – configurando um conjunto de atores que passam cada vez mais a definir os rumos da política agrícola no Brasil.

Concomitantemente a aproximação dos grupos representativos do agronegócio com o Congresso, vinculavam-se nos principais grupos de mídia campanhas publicitárias para promover o agronegócio: Movimento Sou Agro veiculado em 2011 pela empresa de comunicação Nova/SB; Time Agro Brasil lançada em 2012 pelo CNA & SEBRAE e; mais recentemente (2017) a campanha Agro – A indústria riqueza do Brasil, elaborada pela Rede Globo. Para Bruno (2012), que alisou a campanha “sou agro”, as campanhas publicitárias procuram criar uma imagem do agronegócio como sinônimo de avanço tecnológico, produtividade, preservação do meio ambiente, riqueza e, principalmente, buscam ampliar a concepção de agronegócio a todos agentes e processos sociais. Por meio do princípio de universalização, onde “todos são agro, e se ainda não são, deveriam sê-lo”, Bruno (2012) descreve que os grupos relacionados ao agronegócio tentam transformar seus interesses, por essência corporativos, em interesses de “toda a sociedade”.

Para a autora, os recursos de mídia e marketing, neste período marcado pela ampliação das redes sociais digitais, assumem um papel cada vez mais expressivo. Assim,

as campanhas midiáticas em muito contribuem para institucionalizar e fortalecer os interesses dos setores patronais e das empresas do agronegócio – o que colabora na construção de sua hegemonia (BRUNO, 2012).

A mobilização em torno da noção de *agribusiness*, ainda na década de 1950, como inspiração para o termo Complexo Agroindustrial, propiciou um maior entendimento da agricultura não como um setor isolado em si, mas articulado aos setores a montante e a jusante dela. Já nos anos 1990, a noção (inspirada claramente em sua definição original proposta por Davis e Goldberg) passou ser o alicerce da articulação intersetorial entre representantes do setor agropecuário e dos segmentos industriais e de serviços associados, que buscavam demonstrar o peso deste “novo setor econômico” (DELGADO, 2012) na economia brasileira.

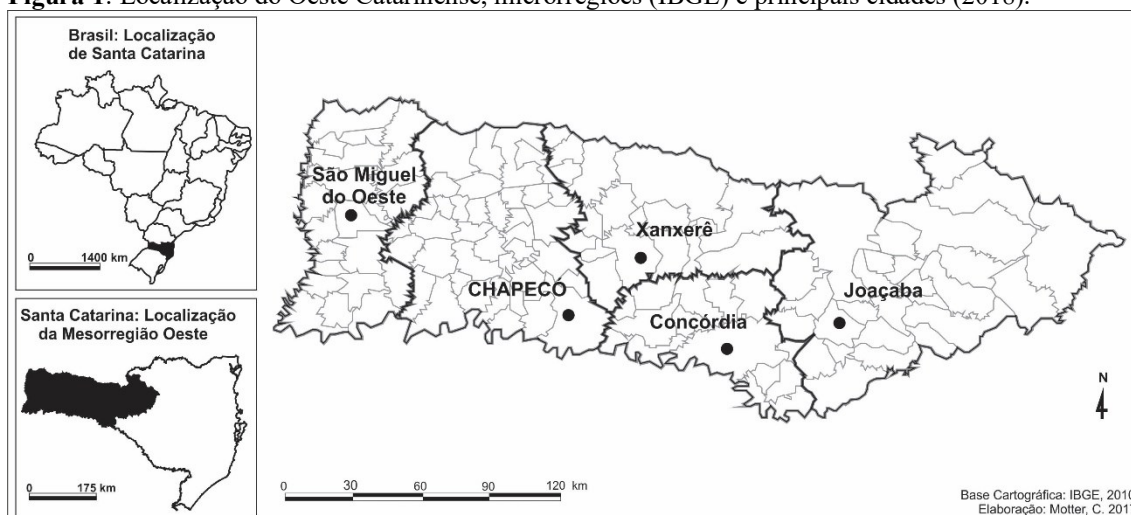
Com a alta dos preços das *commodities* agrícolas e do reconhecimento, pelo governo Federal, do agronegócio (agora em português), fortaleceram-se as relações entre os grupos patronais, empresas do agronegócio e a bancada ruralista. Assim, os anos 2000 marcam a organização e a articulação de grupos relacionados ao agronegócio no interior do Estado para a concretização de projetos hegemônicos. O novo pacto da economia política do agronegócio, conforme descrito por Delgado (2012), compreende então esta nova articulação público-privada que concede vantagens para a acumulação ampliada de capital no setor privado.

O Oeste Catarinense, nesse contexto, é considerado como um dos principais espaços de produção de carnes de aves e suínos para os mercados interno e externo, e onde estão localizadas três grandes empresas do setor. Em comum, as agroindústrias possuem o fato de se originarem na própria região e destinarem sua produção a mercados globais, o que torna emblemático o estudo das transformações locais face a sua integração às dinâmicas gerais da globalização do setor agroalimentar. Para identificarmos as transformações recentes neste espaço, de tal modo, torna-se importante destacar como ocorreu a criação e o desenvolvimento das agroindústrias na região, identificando os principais atores envolvidos nesse processo. De início, podemos destacar que estes processos foram alicerçados tanto nas dinâmicas gerais verificadas no setor agropecuário brasileiro (com sucessivas etapas marcadas pela alteração em sua base técnico-produtiva) quanto nas próprias características socioespaciais e econômicas da região.

### 1.3 Criação e desenvolvimento das agroindústrias de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense

A região Oeste Catarinense (figura 1) atualmente se insere na economia nacional como a principal região produtora de carnes de aves e suínos, tanto para o mercado nacional como para exportação. O sistema agroindustrial, que se consolidou como um segmento moderno da produção de carnes, foi estimulado por inúmeros fatores que outrora foram imprescindíveis para sua consolidação. Estes fatores, em grande medida, estão relacionados ao contexto geral das reestruturações produtivas da agropecuária e com a própria constituição da região, haja vista que os agentes envolvidos neste processo definiram as bases do que mais tarde se transformaria em uma importante região produtora de carnes.

**Figura 1:** Localização do Oeste Catarinense, microrregiões (IBGE) e principais cidades (2018).



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Motter (2017).

Em consonância com os sucessivos períodos de alteração nas bases técnicas e produtivas da agropecuária brasileira, a criação e o desenvolvimento do agronegócio de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense também podem ser interpretados por meio da periodização. Tendo como foco as alterações territoriais que acompanham as reestruturações produtivas, reconhecemos quatro períodos que marcam o desenvolvimento do agronegócio de carnes: o primeiro se inicia na década de 1930 com a criação do primeiro frigorífico na região, caracterizando o início das atividades industriais, mas que mantém, em grande medida, os atributos econômicos e sociais da região. A partir de 1960 transformações de cunho técnico passam a influenciar não

somente o setor, mas o território e as demais atividades produtivas, inaugurando um segundo período em nossa análise. Entre os anos de 1980 e 2000, inicia-se um período de transição que vai culminar, a partir dos anos 2000, no imperativo do chamado novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), caracterizado pela centralização de capitais e a extraordinária ampliação do mercado externo, articulando cada vez mais a região à escala global, denotando um novo período que se estende até o momento atual. Além de descrever as características que marcam cada período, abordaremos nesse capítulo a formação territorial da região, a fim de expor algumas características particulares que motivaram e/ou foram incorporadas ao processo produtivo agroindustrial.

### *1.3.1 Ocupação e aspectos da formação inicial do território no Oeste Catarinense*

Assim como os moldes do restante do país, o processo de ocupação do estado de Santa Catarina ocorreu nos séculos XVI e XVII, a partir da ocupação litorânea (ANJOS, 2007). O interior do estado, porém, efetivou sua ocupação somente no início do século XX, quando findadas as disputas territoriais que envolviam a região, inicialmente entre Brasil e Argentina, num conflito conhecido como Questão de Palmas ou Questão de Missiones, e posteriormente entre os estados do Paraná e Santa Catarina (Guerra do Contestado)<sup>1</sup>, ficando Santa Catarina como detentora deste território.

---

<sup>1</sup> Conforme Bavaresco (2003), no histórico da disputa por Terras, pelo Tratado de Madri (1750), Portugal e Espanha deveriam definir os limites da região. Em 1959, comissários enviados por parte dos reis exploraram o local e tornaram o rio Peperi-Guaçu como marco divisor das duas coroas. Apesar disso, os argentinos interpretaram que os rios que limitavam os dois países eram os rios Chapecó e Chopim, em detrimento dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, entendidos pelos brasileiros. Com os limites indefinidos, o governo imperial brasileiro incentivou a ocupação da região, criou colônias militares e promoveu expedições com o objetivo de expulsar a população considerada “não-civilizada” e garantir a posse da terra. O conflito só foi resolvido em 1895, por intermédio do então presidente dos Estados Unidos Grover Stephen Cleveland, quando a posse brasileira foi reconhecida internacionalmente. A região, que ficou conhecida como Campos de Palmas (que corresponde atualmente ao Oeste Catarinense), tornou-se então alvo de uma nova disputa de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Segundo Pertile (2008), as medições e o balizamento na fronteira com a Argentina foram concluídos no ano de 1903 e, nesse mesmo tempo, já tramitava o projeto de uma estrada de ferro que ligasse o estado de São Paulo ao do Rio Grande do Sul. Com um trecho da ferrovia situado no território em litígio, aumentou consideravelmente o valor econômico da região, acirrando a disputa entre os estados. Além disso, a construção da estrada de ferro desencadeou um conflito armado que envolveu posseiros e pequenos proprietário de terra, de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal brasileiro, de outro, entre 1912 e 1916. Em 1916, os governadores dos estados de Santa Catarina e Paraná assinaram o acordo, tendo como mediador o Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes, efetivado, contudo, somente em 1917.

Até este período, a região era habitada predominantemente por grupos indígenas e caboclos<sup>2</sup> que praticavam essencialmente atividades de subsistência. Com a indefinição dos limites territoriais, Pertile (2008) ressalta que o governo imperial incentivou a ocupação deste espaço por meio da concessão de terras, e os campos gerais (particularmente o Extremo Oeste Catarinense) passaram a receber fazendeiros que tinham como atividade principal a criação de gado. Quando estabelecidos, os fazendeiros encontraram dificuldades para comercializar sua produção, por ser uma região isolada de onde processavam-se as transações comerciais. Porém, a autora destaca que desde meados do século XIX a região passou a sofrer influência dos tropeiros<sup>3</sup>, que a incluíram como parte de sua rota, fomentando o comércio de gado. A extração da erva mate nativa, de acordo com Bavaresco (2003), também se tornou uma atividade relevante na região, cujo comércio era realizado pelos tropeiros que a transportavam para os mercados da Argentina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O processo efetivo de colonização, entretanto, só ocorreu após a criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro (hoje Joaçaba), por meio da lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, que, conforme Pertile (2008, p. 60), “tornaram-se os embriões da ocupação de toda aquela região que formaria, posteriormente, a mesorregião Oeste Catarinense e a nova fronteira agrícola para os migrantes procedentes do Rio Grande do Sul” (figura 2). Com a região sob a jurisdição do estado de Santa Catarina, iniciaram-se os investimentos na ocupação deste espaço, principalmente por meio da concessão de terras a empresas colonizadoras. Com a passagem das terras públicas para o setor privado, vale ressaltar, os indígenas e os caboclos que habitavam a região foram expulsos e marginalizados (RENK, 2006), e nenhuma política governamental foi implantada para assegurar algum benefício à população que ali residia durante décadas (PERTILE, 2008).

Conforme Pertile (2008), as terras a serem colonizadas eram concedidas às empresas em troca da construção de estradas (ferrovias e estradas de rodagem), o que beneficiava em grande medida as próprias empresas colonizadoras. Estas, de acordo com Bavaresco (2003), exploravam primeiramente a madeira nobre encontrada nesta região e posteriormente vendiam as terras aos imigrantes. As empresas colonizadoras, descreve

---

<sup>2</sup> Denominação pejorativa dada pelos descendentes de origem europeia aos luso-brasileiros, os quais, por sua vez, autodenominavam-se “brasileiros” (RENK, 2006).

<sup>3</sup> Referência ao conjunto de homens que conduzia gado muar desde o Brasil colônia até por volta de 1940. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado vindo do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais e, posteriormente, de São Paulo e Rio de Janeiro (PERTILE, 2008, p. 32).

Pertile (2008), dividiam a terra em lotes de mais ou menos 25 hectares, pois a venda de lotes considerados pequenos era mais fácil de ser realizada, em virtude de o tamanho estar relacionado ao respectivo preço. Assim, os lotes poderiam ser adquiridos por um número maior de agricultores, já habituados a vida de poucos recursos – caso de grande parcela das famílias que migravam do Rio Grande do Sul. Desta forma, estabelecia-se na região Oeste a presença de inúmeras pequenas e médias propriedades agrícolas.

**Figura 2:** Mapa de Santa Catarina com destaque para os municípios de Chapecó e Cruzeiro (1927).



Fonte: SANTA CATARINA (2019).

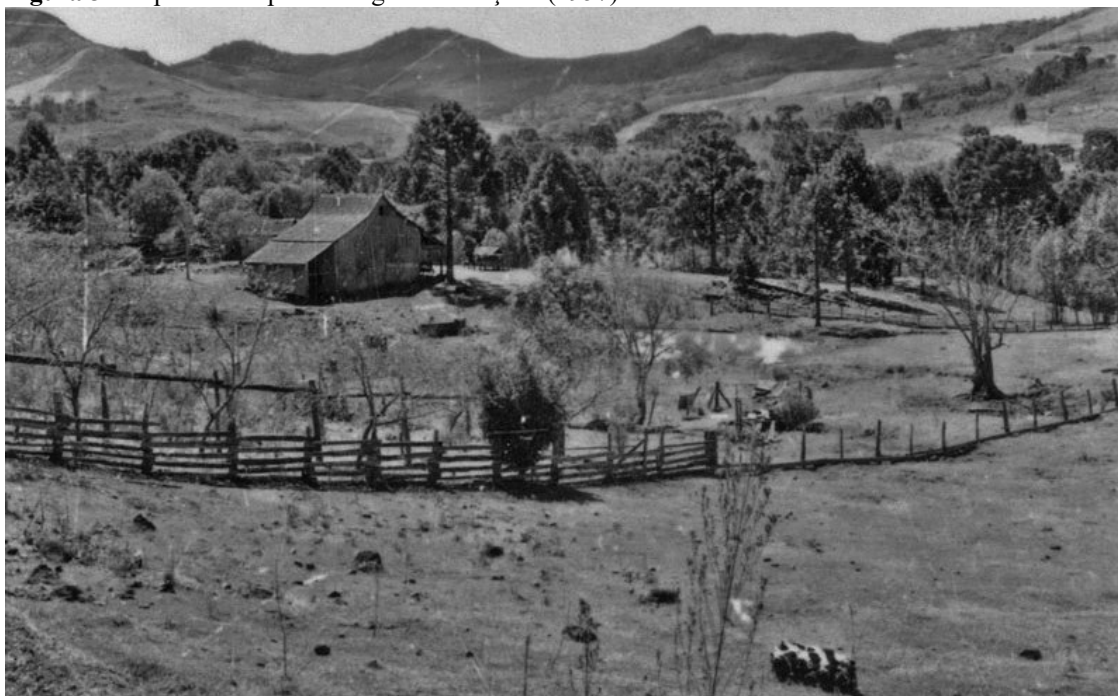
Além de influenciar a estrutura fundiária da região, as empresas colonizadoras também marcaram o processo migratório: Desde 1920 até por volta da década de 1940, o modo como atuavam as companhias colonizadoras atraíram famílias migrantes do Rio Grande do Sul, principalmente descendentes de italianos e alemães. De acordo com Espíndola (1996), grande parte dos colonos<sup>4</sup> eram filhos de pequenos produtores gaúchos, os quais encontravam dificuldades de se reproduzir na propriedade paterna em virtude do

<sup>4</sup> Denominação dos descendentes de italianos e alemães que migraram do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina durante o período de colonização.

excedente populacional e do super aproveitamento dos solos. Segundo o autor, fatores como o baixo preço da terra, a fertilidade natural, a relativa abundância de terras e a consequente possibilidade de ascensão social foram o que motivaram a saída dos descendentes de europeus do Rio Grande do Sul com destino ao Oeste Catarinense.

As famílias instaladas nas pequenas propriedades praticavam a agricultura de subsistência, e cultivavam produtos como arroz, feijão, mandioca, milho, trigo, e criavam suínos e aves “à solta”, ou seja, nas proximidades da casa (PERTILE, 2008). Além dos produtos destinados à subsistência, Espíndola (1996) destaca a extração de madeira, a colheita de erva-mate e o plantio de alfafa que eram destinados à venda nos mercados locais, nacionais – como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná – e para o país vizinho Argentina. Conforme o autor, as pequenas propriedades na região expressavam duas maneiras de existência: por um lado, os produtores se especializavam em determinado produto que seria entregue ao comércio local e fornecido a outros estados e, por outro lado, praticavam a subsistência, fabricavam seus próprios instrumentos de trabalho e utilizavam certos equipamentos e instrumentos das propriedades de forma comunitária. A figura 3 representa uma propriedade rural típica da região Oeste Catarinense em meados do século XX, onde é possível observar área de pastagem (já em substituição das matas), típica construção de habitação em madeira, pequenos animais cercados, o cultivo de grãos nas proximidades e a presença de mata nativa (araucárias).

**Figura 3:** Propriedade típica na região de Joaçaba (1957).



Fonte: IBGE (2019).

Destaca-se que a produção nestes estabelecimentos rurais era predominantemente marcada pela agricultura familiar, entendida como “um sistema constituído por agentes – os produtores rurais e seus familiares – que estabelecem entre si e com o meio que o cerca relações com vistas a produzir alimentos, obter renda, melhorar a qualidade de vida, entre outros” (PERTILE, 2004, p. 242). Resultante do processo de colonização, as pequenas propriedades trabalhadas por membros da família foram se fortalecendo e se consolidando como principais características da região (PERTILE, 2008). Esta particularidade tornou-se, mais tarde, fundamental para o desenvolvimento agroindustrial, constituindo o ponto de partida para o “sistema de integração”.

Até por volta da década de 1920, a produção agrícola praticada no Oeste Catarinense ocorria de forma primitiva<sup>5</sup>. Antes da colonização, Renk (2006) destaca que os caboclos criavam animais como gado para tração e transporte e, em maior quantidade, porcos. Estes eram mantidos em grandes áreas e se alimentavam com os frutos disponíveis, ou então eram soltos em plantações de milho ou abóbora e, após a engorda, eram conduzidos “em tropa” para os mercados consumidores (figura 4), ou até a ferrovia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (também chamada de Ferrovia do Contestado), que atravessava o Meio Oeste Catarinense. Segundo Bavaresco (2003), esta atividade foi paulatinamente incorporada pelos migrantes, que cercavam determinada área para a criação dos porcos. A rotação de culturas utilizada pelos caboclos também foi adaptada e integrada pelos migrantes, assim como as plantas cultivadas – principalmente o milho, a mandioca e a batata, que serviam para a alimentação humana e dos animais.

Outros gêneros também eram cultivados nas pequenas propriedades, como feijão, arroz, trigo, fumo, cana de açúcar, frutas e verduras, que, conforme Bavaresco (2003) eram consideradas indispensáveis nas colônias. O autor também destaca a produção artesanal nas propriedades, que confeccionavam embutidos (salame), queijo e banha. A diversidade da produção, assim, gerava pequenos excedentes, que eram utilizados para a venda e para troca.

Produzir excedentes para o mercado é herança cultural dos imigrantes provenientes das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul. A necessidade da poupança, como já salientamos, é fator importante na aquisição de ferramentas para o trabalho, produtos que não era possível obter na colônia e poupança também se fazia necessária para o pagamento da terra. (BAVARESCO, 2003, p. 74).

---

<sup>5</sup> Esse tipo de produção consistia em queimar a mata, cultivar a clareira por alguns anos e depois deixá-la em repouso, quando aparece a mata secundária. Enquanto isso, nova área de mata é derrubada com emprego semelhante ao anterior. Este processo também é chamado de agricultura nômade ou itinerante na literatura geográfica, e de rotação de culturas na linguagem dos economistas rurais. (BAVARESCO, 2003, p. 73).



**Figura 4:** Transporte de porcos em Chapecó (sem data).



Fonte: IBGE (2019).

Com a redução da madeira nobre comercializada pelos colonos e dadas as dificuldades para o transporte de grãos para os mercados consumidores, Bavaresco (2003) salienta o interesse dos pequenos produtores na criação de suínos. A venda destes animais, aponta, resultava em ganhos razoáveis, já que a criação não exigia altos investimentos e havia a possibilidade para transporte – o que explica o crescente aumento da produção de suínos na região.

No processo de venda de excedentes, ganha destaque a figura do comerciante, que fazia a intermediação entre a produção mercantil e os mercados consumidores, além de fornecer suprimentos aos produtores rurais. Grande parte dos comerciantes da região também eram migrantes, e já desenvolviam atividades comerciais no Rio Grande do Sul. Conforme Bavaresco (2003), nas pequenas vilas e povoados, o comerciante passou a ser o centro dos negócios, pois eram nas casas comerciais onde os produtores entregavam o excedente de produção e adquiriam os produtos que necessitavam. Estes produtores raramente recebiam dinheiro em troca de seus produtos, optando por deixar “em conta” junto ao comerciante, estabelecendo uma relação de confiança entre este e o produtor. Este cenário, analisa o autor, resultava, por um lado, no domínio dos preços praticados pelo comerciante (dada sua supremacia econômica), e por outro lado, na dependência do

produtor, por não saber exatamente o valor dos produtos entregues. Por ser considerado uma pessoa mais “entendida” e que possuía mais bens, os comerciantes passaram a ditar as normas nas pequenas vilas (BAVARESCO, 2003).

Os excedentes entregues pelos produtores rurais, de tal modo, eram vendidos em centros urbanos maiores, onde o comerciante se abastecia de mercadorias para suas casas comerciais. Na época, conforme Pertile (2008), o produto que mais interessava aos comerciantes eram os porcos, haja visto que a gordura animal era um produto muito consumido no Brasil. Quando os suínos estavam prontos, eram conduzidos pelos produtores às casas comerciais mais próximas, e vendidos ao comerciante local. O comerciante, por sua vez, revendia os animais para os frigoríficos localizados na região e em centros maiores, como São Paulo e Rio Grande do Sul (PERTILE, 2008).

De acordo com Espíndola (1996, p. 29), “essa estrutura ampliava a acumulação de capital por parte dos comerciantes e, por conseguinte, possibilitava a alguns deles a criação de diversos mecanismos de domínio sobre os pequenos produtores mercantis”. Destaca que as relações entre os produtores diretos e os comerciantes promoviam a diferenciação social que, por sua vez, possibilitava aos comerciantes sua ascensão no âmbito econômico e político. Ao reforçarem o domínio e o poder sobre os pequenos produtores, Espíndola (1996) descreve que os comerciantes representavam a “cúspide do edifício regional” – orientados para os mercados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros –, enquanto a base seria formada pelos pequenos produtores, trabalhadores assalariados e os responsáveis por atividades artesanais.

Torna-se evidente, assim, a dependência dos produtores face aos comerciantes para a colocação de seus produtos nos centros consumidores. Neste contexto, restou aos pequenos produtores sua simples reprodução, ao passo que as riquezas se concentravam nas mãos dos mercadores. A agricultura familiar praticada nas pequenas propriedades, entretanto, deve ser vista como agente fundamental no desenvolvimento econômico da região. Neste primeiro momento de ocupação do Oeste Catarinense, a acumulação de capital resultou da atividade comercial, primeiramente com o extrativismo da madeira e da erva mate nativa e posteriormente com os excedentes agrícolas, atividades realizadas em grande medida pelos pequenos produtores.

De modo geral, a constituição da região propiciou características sociais, culturais e econômicas singulares a este espaço. Desde a ocupação, o Oeste Catarinense diferenciou-se do restante do Estado, e as marcas deixadas por este processo são visíveis até os dias atuais. A estrutura fundiária caracterizada por pequenas e médias propriedades

e a organização produtiva baseada na agricultura familiar foram se desenvolvendo e consolidando como os principais atributos da região. Entretanto, se analisarmos os fatores culturais, é possível entender que o papel desempenhado por cada agente (colonizadores, produtores e comerciantes) reforçou certas características de diferenciação social e econômica. Estes atributos, somados com as transformações de ordem nacional e internacional, impulsionaram o desenvolvimento agroindustrial e, por conseguinte, estabeleceram-se novas relações sociais, econômicas e políticas na região.

### *1.3.2 A criação das primeiras agroindústrias na região*

A década de 1930, em termos da dinâmica capitalista mundial, foi marcada pela Grande Depressão de 1929, cujos efeitos fizeram-se notar – de diferentes formas – em todos os países, capitalistas ou não. Os impactos no Brasil, de acordo com Rangel (1990), não se limitam a um movimento pré-industrial de substituição de importações, mas marcaram um passo decisivo para a industrialização do país. Para o autor, isto foi possível porque o Brasil já dispunha de serviços de utilidade pública bastante desenvolvidos (como transporte rodoviário, navegação mercante, transportes elétricos urbanos, água, esgoto, luz e energia para fins industriais, telefones urbanos, correios, telégrafos, etc.), que foram criados majoritariamente por empresas privadas estrangeiras. “Graças a isso, a economia brasileira dispunha de um ‘setor’ de serviços de utilidade pública, sem o qual não teria sido possível lançar o processo de industrialização geral” (RANGEL, 1990, p. 36).

Sorj (2008) destaca que neste período, marcado pela transferência do eixo de acumulação do setor agrícola exportador para o setor industrial, a produção agropecuária se manteve em expansão, em grande medida pelo aumento dos excedentes comercializados pelos pequenos produtores de subsistência e pela expansão da fronteira agrícola. Assim, o autor descreve que, embora o ritmo de crescimento seja menor que o setor industrial, a produção agropecuária foi suficiente para atender as demandas crescentes do mercado interno e gerar divisas que sustentaram as importações de insumos e máquinas necessárias ao processo de industrialização por substituições de importações.

A criação das primeiras agroindústrias no Oeste Catarinense, de tal modo, é reflexo desse movimento geral observado no território brasileiro. Conforme Pertile (2008), ainda na década de 1930 a região se destacava no cenário nacional como produtora de alimentos, particularmente de suínos, que eram destinados ao processamento nos frigoríficos instalados em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Estes frigoríficos, por

sua vez, eram especializados inicialmente na produção de banha e toucinho, motivados, entre outros, pela política protecionista que defendia a produção da banha nacional em detrimento da americana (ESPÍNDOLA, 2002). Com o desenvolvimento das indústrias no país e a extinção de barreiras de circulação entre os Estados brasileiros, entretanto, o comércio de suínos vivos deixou de ser lucrativo para os comerciantes, devido a competitividade dos frigoríficos instalados em São Paulo (PERTILE, 2008). A necessidade de transformação no perfil dos produtos a serem comercializados, somada às políticas econômicas e o conjunto da estrutura política centradas no setor urbano-industrial (SORJ, 2008), de tal modo, motivaram os comerciantes a redirecionar seus investimentos, resultando na criação dos primeiros frigoríficos na região.

Conforme Alba (2008), os frigoríficos que se desenvolveram no Oeste de Santa Catarina possuíam em comum o fato de se originarem na própria região e a partir migrantes do Rio Grande do Sul, que atuavam até então como comerciantes. A atividade comercial, de acordo com a autora, foi o que permitiu a acumulação do capital inicial para a criação das primeiras agroindústrias na região. Assim,

A Perdigão foi fundada em 1934, em Videira, pela Família Brandalize, que já atuava no ramo do comércio. A Sadia, fundada em 1944, na cidade de Concórdia, pertencia à família de Attilio Fontana, que também era comerciante. A Chapecó Alimentos, fundada em 1952, na cidade de Chapecó, por Plínio Arlindo De Nês, pertencia ao ramo do comércio madeireiro. A Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora), fundada em 1975, em Chapecó, teve na sua presidência até pouco tempo Aury Luiz Bodanese, que também era dono de casa comercial na região. (ALBA, 2008, p. 35).

Quando os primeiros frigoríficos iniciaram sua produção, argumenta Espíndola (1996), já contavam com oferta considerável de matéria-prima ao processo industrial, haja vista que a suinocultura já se constituía como atividade predominante nas pequenas propriedades da região. A partir da década de 1940, a produção ganhou impulso, e os pequenos produtores que antes vendiam apenas seus excedentes passaram a produzir com vistas a comercialização de seus produtos. Assim, Bavaresco (2003) ressalta que o aumento da demanda contribuiu para o surgimento de uma produção organizada, onde as agroindústrias aproximavam-se das pequenas propriedades (que tinham por base o trabalho familiar) visando garantir o abastecimento regular de matéria prima. Para o autor, isto representa um “ensaio” para o sistema de integração implementado após a década de 1960.

Quanto ao processo industrial, Espíndola (1996) descreve que este ocorreu de forma arcaica, combinando diversos fatores produtivos, que compreendem: a) a absorção

da mão de obra qualificada dos frigoríficos do Rio Grande do Sul, a aquisição de mão de obra especializada da Europa e dos EUA e o treinamento da mão de obra não qualificada advinda do meio rural; b) fornecimento regular e abundante de matéria prima por parte dos pequenos produtores; c) produção própria de suas embalagens e; d) orientação da capacidade produtiva do frigorífico à especialização dos produtos com alto grau de elaboração e qualidade (salame, salamito, presunto, carne defumada, cortes especiais, etc.). Estes fatores, para o autor, permitiram que os frigoríficos do Oeste Catarinense competissem no mercado interno com os frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

No início da década de 1960, entretanto, o abate de suínos diminuiu consideravelmente, em virtude da crise desencadeada após o período de expansão industrial do governo Kubitschek (1956-1961). A crise, entre outros fatores, comprimiu o poder de compra da população brasileira, o que fez com que o setor alimentar de carnes bovina e suína reduzisse o número de animais abatidos. Com a queda na demanda destes produtos, a avicultura, que já era realizada na região desde 1950 pela Sadia e pela Perdigão (ESPÍNDOLA, 1996), passou a se destacar em detrimento da produção de carnes suínas.

Assim, Hentz, Oliveira e Batella (2013) assinalam que as agroindústrias começaram a se consolidar pautadas na produção de frangos, ante a queda do poder aquisitivo da população, que passa a substituir paulatinamente o consumo de carnes bovinas e suínas (que possuem um valor mais elevado) pelo consumo de carne de aves. O contexto de crise, de tal modo, converteu-se em oportunidade de crescimento para as agroindústrias, que passaram a destinar grande parcela de recursos na produção de aves, entregando ao mercado uma opção de menor custo para a população brasileira.

Este primeiro momento, de tal modo, é marcado pelo surgimento das primeiras agroindústrias no Oeste Catarinense, desencadeado pela necessidade de transformação dos produtos comercializados pela região. Com a diminuição da demanda por suínos vivos, os comerciantes, que até então faziam a intermediação entre os produtores rurais e os frigoríficos situados em outros Estados, passaram a investir no processamento industrial, dando origem aos primeiros frigoríficos. Posteriormente, com a queda na demanda por carnes suínas, as agroindústrias passam a voltar sua produção para carnes de aves, visando atender ao mercado interno. A produção de matéria prima, durante este período, era realizada de forma independente pelos pequenos produtores rurais, que entregavam sua produção às agroindústrias por meio de acordos informais.

De modo geral, esse período mantém as características sociais e territoriais anteriores, porém, a produção de suínos que antes era destinada aos frigoríficos situados no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo (através da intermediação dos comerciantes), passa a ser processada na própria região, que agora comercializa produtos mais elaborados no mercado interno. Como ressaltado por Sorj (2008), grande parte da produção agrícola mercantil nesse período estava voltada ao atendimento das demandas internas, o que determinou uma crescente monetarização, mercantilização e especialização da pequena produção. Entretanto, o autor destaca que o aumento da oferta de excedentes ocorreu sem maiores modificações nos instrumentos de produção utilizados. Assim, embora tenha ocorrido um aumento na produção agrícola de suínos (e posteriormente de aves) na região Oeste Catarinense, esta não se deu pelo emprego de novas técnicas na produção, mas pelo crescente número de pequenos e médios produtores que, asseguradas as opções de venda, viam na criação de suínos uma opção de baixo custo que resultava em ganhos razoáveis. Este cenário, porém, transforma-se significativamente a partir da década de 1960, motivado em grande medida pelo processo de modernização da agropecuária brasileira e representa, em nosso trabalho, um novo período de análise.

### *1.3.3 O processo de modernização agropecuária e a atuação do Estado na constituição do Complexo Agroindustrial de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense*

A partir da década de 1960, o setor agroindustrial passou por notáveis transformações, alicerçadas no processo de modernização agropecuária iniciado no país. Entre as ações ocorridas neste período no Oeste Catarinense, podemos destacar a permanência da estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades, a mudança na forma de relação entre as agroindústrias e os provedores de matéria-prima (que foi responsável pela alteração na base técnica do processo produtivo local e na organização da unidade familiar) e a participação do Estado, viabilizando programas de extensão rural e disponibilizando linhas de crédito com o fito de adequar a produção rural às exigências agroindustriais.

Como já descrito, a criação de suínos e aves pelos pequenos produtores inicia no momento da ocupação da região, aumenta com a atuação dos comerciantes e atinge seu auge com a implementação dos primeiros frigoríficos na região. A oferta de matéria prima por parte dos pequenos produtores então independentes, entretanto, era irregular até por volta da década de 1960. De acordo com Espíndola (1996), a oferta de suínos

concentrava-se nos meses de setembro, outubro e novembro, o que acarretava a ociosidade total dos maquinários nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março. “A necessidade constante e abundante de matéria prima, por parte dos frigoríficos da região, fez surgir – a exemplo do que já ocorria na Europa e nos EUA – o processo de extração da produção organizada à base do trabalho familiar” (ESPÍNDOLA, 1996, p. 119).

No início das operações industriais, o processo de compra e venda de suínos e aves era realizada por meio de acordos informais entre o agricultor (passando agora a produtor) e as agroindústrias. Com as novas demandas produtivas, esta relação passou a ser regida por mecanismos formais, realizados através de contratos entre as empresas e os pequenos produtores, configurando o chamado “sistema de integração”. Conforme Pertile (2008, p. 98), “a ideia central contida nesse sistema de produção é o da garantia de fornecimento de matéria-prima homogênea e de qualidade, produzida pelos produtores rurais para a indústria processadora”. O sistema de integração, de tal modo,

Consiste num contrato normativo de parceria entre o produtor familiar e a agroindústria, no qual o agricultor é responsável pela produção da matéria-prima e a empresa se responsabiliza pelo fornecimento de assistência técnica, insumos para a produção (matéria-prima, vacinas, rações etc.) e toda a logística do processo (entrega de rações e transporte da matéria-prima). (HENTZ, OLIVEIRA, BATELLA, 2013, p. 48).

Autores como Alba (2013) e Pertile (2008) descrevem que esse sistema foi consolidado no Oeste Catarinense a partir da década de 1960. Porém, Espíndola (1996), argumenta que já no ano de 1951 o empresário Attilio Fontana (Sadia), através da instalação da granja modelo Santa Luzia, buscava conquistar pequenos produtores capazes de desenvolver a criação de suínos de forma integrada. A experiência com suínos, assim, estendeu-se para o setor avícola no início da década de 1960, quando o empresário, após visita aos EUA, decidiu implantar o sistema em Santa Catarina, por meio do estoque de pintos de um dia vindos daquele país (ESPÍNDOLA, 1996).

Por meio do sistema de integração, as agroindústrias preestabeleciam os padrões na produção, além de manter os integrados sob o seu domínio ideológico e econômico. Segundo Alba (2013, p. 35) “as agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor) ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de matéria prima”. Assim, se na fase anterior à instalação das agroindústrias os pequenos produtores estavam submetidos aos comerciantes, agora quem toma a posição de domínio são as agroindústrias e as formas de sujeição são ainda mais complexas.

O sistema de integração, de tal modo, tinha o objetivo explícito do aumento da produção e da produtividade, da implementação de novas relações de produção e da ruptura das estruturas produtivas rurais autossuficientes, assim como os moldes do projeto de modernização agrícola implementado em todo o território brasileiro (ESPÍNDOLA, 1996). Este projeto, em âmbito nacional, tinha como alicerce a atuação do Estado, e no Oeste Catarinense não foi diferente, pois a viabilidade, a consolidação e a disseminação do sistema de produção integrada ocorreu em grande medida pelas ações desempenhadas pelo Estado, nomeadamente pelos programas de extensão rural e da disponibilidade creditícia.

As ações desempenhadas pelo Estado e pelas agroindústrias, entretanto, não ocorreram de forma homogênea, privilegiando tanto regiões como grupos de produtores rurais específicos. Nas regiões onde era marcante a concentração de terras, destaca Giese (1991), as agroindústrias não demonstraram interesse no que tange a integração, privilegiando áreas de baixa concentração de terra – caso típico da região Oeste Catarinense. Assim como o latifúndio, o minifúndio também não participou desta etapa de modernização e do sistema integrado com a indústria, pois não dispunham de recursos para subsistir no campo e ao mesmo tempo modernizar seus estabelecimentos (GIESE, 1991).

As pequenas e médias propriedades trabalhadas pelos membros da família, assim, constituíam o alvo do sistema de integração e dos programas de extensão rural catarinense. Além disso, Giese (1991) destaca que ocorreu uma diferenciação entre os produtores de alimentos de base (que não foram incluídos pelas políticas de modernização) e os produtores de alimentos destinados ao processamento industrial. Conforme a autora, enquanto o segundo grupo foi altamente beneficiado, os agricultores dedicados à subsistência e ao consumo da população foram marginalizados pelo sistema.

Como o desenvolvimento das agroindústrias foi acompanhado da criação e fortalecimento de núcleos urbanos (como Videira, Concórdia, Joaçaba, Chapecó, entre outros), e da ampliação de serviços, atividades e outras indústrias localizadas nas cidades, os produtores que foram excluídos do processo produtivo e encontravam dificuldades para se manter no campo, acabavam por migrar para estes espaços, buscando uma melhor condição de vida – o que resultou no aumento populacional e nas desigualdades socioespaciais nos espaços urbanos.

A agricultura familiar que foi integrada ao processo produtivo, por outro lado, sofreu intensas transformações. Conforme Plein (2006), a agricultura realizada durante o



período de colonização foi sendo paulatinamente dissolvida, dando lugar a crescente integração mercantil e a especialização produtiva. A modernização dos pequenos e médios estabelecimentos, porém, não causou alteração na situação econômica dos produtores familiares. Segundo Pertile (2004), nas propriedades onde a integração é a principal atividade desempenhada, é requisitado que o produtor invista nas instalações de acordo com as inovações tecnológicas disseminadas pelas empresas. Além disso, pelos contratos de integração, os produtores são obrigados a vender/entregar seus produtos a um mercado monopsônico, cujo valor pago aos produtores não corresponde à expectativa de lucro para compensar os investimentos realizados (PERTILE, 2004). Assim, “se por um lado os preços dos produtos foram diminuindo cada vez mais, as despesas do agricultor para produzir aumentaram consideravelmente, em função do aumento do consumo intermediário, que refere-se aos insumos de produção” (PLEIN, 2006, p. 57).

Nesse contexto, as agroindústrias buscam incentivar os produtores integrados a diversificar as atividades na propriedade – para não dependerem de uma única alternativa de renda. Segundo Pertile (2004), esta foi a maneira encontrada pelas indústrias para que o integrado se conforme com os baixos valores pagos e, ainda assim, invista na atividade produtiva voltada a agroindústria. Manter a propriedade significou, assim, desempenhar a suinocultura e/ou avicultura simultaneamente ao desenvolvimento de outras atividades, o que implica no emprego de todos os membros da família na execução destas atividades.

Em trabalho de campo realizado entre os dias 6 e 10 de julho de 2020 em propriedades rurais localizadas na microrregião de Chapecó (nomeadamente Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste e Saltinho) entrevistamos 11 produtores integrados e verificamos tal afirmação: conforme relato dos produtores, à época, a principal motivação para tornar-se integrado das agroindústrias foi a possibilidade de diversificar as atividades na propriedade, já que a criação de suínos ou aves podia ser realizada concomitantemente a outras atividades, vislumbrando uma outra fonte de renda para a família. O fato de necessitarem apenas das instalações e da mão de obra, dispensando a criação de matrizes, formulação de rações e contratação de técnicos veterinários, também foi citado como fator relevante na escolha pela integração.

Estes produtores também relatam que no início da integração (década 1970) enfrentavam riscos como a incerteza de pagamentos que fossem suficientes para cobrir os investimentos iniciais, mas, apesar disso, a integração resultava em ganhos razoáveis aos produtores. Uma das maiores dificuldades, destacam, era a quantidade de trabalho empregada na criação dos animais, pois o controle de temperatura e umidade, por

exemplo, demandava atenção 24 horas por dia, principalmente nos dias de temperaturas baixas ou muito altas. Com o desenvolvimento de tecnologias e maior disponibilidade de linhas de crédito que permitiram a instalação destes equipamentos, relatam, este trabalho diminuiu consideravelmente. Ainda assim, os produtores desenvolviam a atividade integrada concomitantemente a outras atividades na propriedade, como garantia de renda para a família e para assegurar condições para o pagamento das instalações voltadas à integração.

Ademais, a consolidação do sistema de integração, que permitiu às agroindústrias o controle sobre os integrados, como destacamos, só foi possível pela intervenção Estatal. Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento de instituições criadas pelo Estado de Santa Catarina, visando modernizar os estabelecimentos agrícolas. Conforme Giese (1991), a Secretaria da Agricultura, estabeleceu linhas gerais da política agrária em Santa Catarina, e a Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), fundada em 1957 e responsável pela extensão rural, desempenhou papel fundamental no processo de modernização da agropecuária catarinense. Segundo a autora, a partir da década de 1960 a Acaresc realizou um trabalho diretamente com os agricultores, preparando-os para um novo nível de qualidade de seus produtos, através da utilização de tecnologias modernas no manejo do solo, na suinocultura e avicultura industriais, etc. Além da assistência técnica gratuita, Giese (1991) destaca que a Acaresc oferecia crédito orientado aos produtores, por meio de convênios com o Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco Mercantil, Bamerindus e o BRDE.

Neste período, a extensão rural foi acompanhada por campanhas estaduais de eletrificação rural e asfaltamento de estradas vicinais, principalmente por meio da Secretaria da Agricultura e/ou Secretaria dos Negócios do Oeste, que permitiram as condições estruturais fundamentais para o desenvolvimento de programas de modernização agropecuária (GIESE, 1991). Além destas instituições, destaca-se a atuação do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (CEPA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-SC), criadas em 1975, e da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC) fundada em 1976, entre outras.

Às agroindústrias, neste momento em que o país buscava industrializar-se, eram concedidas diferentes formas de créditos e incentivos fiscais. Entre as políticas públicas de financiamento e modernização de parques industriais promovidas pelo Estado de Santa Catarina, tem destaque o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

(Fundesc) criado em 1963 e transformado em 1975 no Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Procape). O Fundesc/Procape atuava por meio da garantia de desconto de 10% do ICMS às empresas que fizessem aplicação em projetos industriais aprovados pelo Fundo. Este subsídio estatal contemplou em grande medida o setor agroindustrial que, conforme Giese (1991), recebeu a maior parcela dos recursos estaduais: entre 1970 e 1978, o setor foi beneficiado com 43,3% dos recursos, enquanto o ramo têxtil (segundo maior beneficiário) contou com 15,8% das aplicações.

Giese (1991) destaca que outra fonte importante de recursos para as indústrias catarinenses foi o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), órgão ligado à União que era administrado pelos três estados da região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Recebendo a maior parte de seus recursos através de fundos federais, o BRDE redistribuía a estes estados que, de forma autônoma, alocavam sua parcela de recursos de acordo com suas demandas. Em Santa Catarina, entre 1963 e 1980, o setor agroalimentar foi o que mais se beneficiou pelo programa e, nas aplicações no setor primário, a região oeste recebeu, no mesmo período, 62% das aplicações do órgão (GIESE, 1991).

De modo geral, a atuação do BRDE e dos demais programas e fundos implementados em Santa Catarina com vistas a modernização da agropecuária, beneficiaram duplamente o setor agroindustrial. Conforme Alba (2013), as políticas de crédito eram destinadas tanto para a reestruturação produtiva das empresas quanto aos produtores que, auxiliados pelos programas de extensão rural, revertiam em resultados positivos na produtividade e na qualidade da produção, favorecendo diretamente o capital agroindustrial. Nas décadas de 1960 e 1970, de tal modo, pode-se afirmar que o Estado foi o responsável pelo aperfeiçoamento e modernização dos produtores integrados, conferindo maior qualidade aos produtos entregues às agroindústrias. Com o problema básico de qualidade dos animais e da periodicidade de fornecimento de matéria prima solucionados, as empresas assumiram a assistência técnica de seus integrados – o que não excluiu a importância da disponibilização de linhas de crédito direcionadas a modernização das instalações rurais.

No momento em que o Estado dispunha de políticas e recursos voltados ao crescimento econômico, destaca Pertile (2011), o estado de Santa Catarina investiu de forma maciça no direcionamento de recursos e serviços visando promover o Complexo Agroindustrial de carnes de aves e suínos. As vantagens concedidas a este setor presente no Oeste Catarinense em detrimento das demais atividades produtivas e regiões do estado

de Santa Catarina, foi reflexo, em grande medida, da atuação direta dos empresários da região no âmbito político.

Conforme Alba (2013), o Oeste Catarinense organizou-se politicamente muito tarde, haja vista a forma como ocorreu a ocupação deste espaço. Apenas em 1930, com as primeiras emancipações dos municípios, surgiram os primeiros representantes municipais e regionais na esfera estadual. Outro elemento destacado pela autora é a revolução de 1930 e a Grande Depressão, que acabaram com o “pacto de poder” da estrutura política brasileira, vigente desde a Proclamação da República. Neste período, ressalta Alba (2013), os políticos que controlavam o poder em Santa Catarina (principalmente os comerciantes importadores-exportadores do Vale do Itajaí) foram afastados do poder, e ocorreu a ascensão dos latifundiários do Planalto Serrano, oportunidade em que alguns políticos do Oeste Catarinense aproximaram-se dos cargos em nível estadual.

Nesse contexto, o empresário Atílio Fontana (Sadia), que na época atuava como comerciante, passou a compor forças políticas locais assumindo o cargo de conselheiro consultivo do município de Cruzeiro (hoje Joaçaba).

A indicação de Atílio como consultor municipal transformava-o em líder que garantia um bom relacionamento com a pequena produção mercantil, solidariedade interna e laços verticais efetivos com a comunidade local. Do ponto de vista econômico, essa posição de Atílio Fontana quanto aos demais comerciantes possibilitava o fortalecimento e legitimação do capital comercial, uma boa relação com os administradores da estrada de ferro, facilidade em negociar com os pequenos produtores mercantis e o reforço da dominação sobre esses últimos. (ESPÍNDOLA, 1996, p. 63).

Ao iniciar na vida pública, o empresário dedicou-se a melhorias e construção de estradas de rodagem, rede de esgoto e fornecimento de energia elétrica. A melhoria da infraestrutura regional favorecia, em grande medida, os interesses de expansão comercial e industrial do próprio empresário. Além dos cargos municipais, Atílio Fontana elegeu-se deputado estadual (1955-1958), deputado federal (1959-1962) e senador (1963-1971), além de outros cargos públicos. Estas funções, segundo Alba (2013), facilitaram as viagens de Atílio aos Estados Unidos, local de origem do sistema de integração, que serviram de base para a implementação em Santa Catarina – particularmente nas suas próprias unidades industriais.

No âmbito municipal e estadual, particularmente entre 1960 e 1970, os empresários do Oeste de Santa Catarina atuaram de modo conjunto. De acordo com Giese (1991), os proprietários das agroindústrias deliberavam sobre a divisão dos territórios de

integração e estabeleciam padrões de preços, ao mesmo tempo em que desenvolviam estratégias para a ocupação de postos-chaves na administração pública pelos próprios empresários ou por representantes políticos de sua confiança. Além de Atílio Fontana (Sadia), eram comuns nomes como Plínio Arlindo De Nês (Chapecó Alimentos<sup>6</sup>) e Ivan Bonato (Perdigão) em secretarias, órgãos e instituições vinculados ao governo estadual. Assim, “dos cinco maiores grupos agroindustriais, sem contar as cooperativas, aparentemente apenas um, a Ceval<sup>7</sup>, não foi representada diretamente no legislativo ou executivo estaduais” (GIESE, 1991, p. 78).

Vale ressaltar que o padrão eleitoral conservador, no nível municipal, influenciou sobremaneira a eleição destes empresários. Analisando o padrão eleitoral e os sistemas partidários em Santa Catarina, Carreirão (1990) identificou o domínio do partido conservador nas regiões onde atuavam os grupos agroindustriais. Esse padrão, analisa o autor, pode ser relacionado com o processo de industrialização baseado em pequenas e médias indústrias localizadas em municípios de pequeno e médio porte. Nestes locais, segundo Carreirão (1990), as indústrias acabam por concentrar um poder econômico e político, principalmente por contribuírem em impostos, gerar e disponibilizar empregos nas cidades, integrar produtores rurais, estabelecer relações com outros ramos econômicos, etc.

Os empresários industriais do Oeste Catarinense, de tal modo, formaram um grupo estratégico muito bem-sucedido e articulado na esfera pública. De acordo com Espíndola (1996), as estratégias adotadas em nível federal, tanto antes do golpe militar de 1964, quanto posteriormente com os militares, buscavam a qualquer custo o crescimento industrial brasileiro. Os empresários da região Oeste Catarinense, neste contexto, aproveitaram-se deste panorama para ingressar na esfera pública, com vistas a consolidação e expansão do ramo produtivo que faziam parte (ESPÍNDOLA, 1996).

Com a atuação no nível estadual e municipal, os políticos ligados às agroindústrias estavam atentos às transformações em curso e, com base nisto, adaptavam suas ações,

---

<sup>6</sup> A Chapecó Alimentos, de acordo com Alba (2013), figurava entre as décadas de 1970 e 1990 como uma das maiores empresas exportadoras de frangos e suínos. Apesar disso, com a recessão do mercado e falta de capital de giro entre 1996 e 1999, a empresa passou por um momento de crise, sendo adquirida em 1999 pelo grupo Macri (Argentina). Apesar de retomadas as exportações, a crise na Argentina em 2001 acabou afetando o grupo Macri, e as dívidas contraídas pela Chapecó Alimentos resultaram no decreto de falência, assinado no ano de 2005 (ALBA, 2013).

<sup>7</sup> A Ceval, com sede em Gaspar-SC, instalou duas unidades destinadas ao refinamento de óleos vegetais no Oeste Catarinense na década de 1970 (Chapecó e São Miguel do Oeste). Em 1980, adquiriu a Seara para a industrialização de frangos e suínos. Em 1997, foi vendido o controle acionário da Ceval para a Bunge Internacional LTDA. Atualmente, não existem unidades da Bunge na região Oeste Catarinense (ALBA, 2013).

tanto no âmbito político como na esfera econômica, alavancando seus empreendimentos. Com efeito, o Estado, ao conceder uma série de benefícios ao setor de alimentos localizado no Oeste Catarinense, acabou por tornar as agroindústrias no principal agente da estruturação regional. As relações entre empresários e Estado, de tal modo, acabaram por moldar as características econômicas, políticas e sociais do Oeste de Santa Catarina.

De modo geral, a década de 1960 é caracterizada pela criação de uma série de frigoríficos na região Oeste Catarinense, impulsionados por fatores produtivos internos (estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades, agricultura familiar, abundância de matéria prima, entre outros) e, principalmente, pela dinâmica nacional, sobretudo o processo de modernização da agropecuária e o incremento industrial no país – que disseminou o modo de vida urbano e fez crescer as demandas de consumo interno. A partir da década de 1970, as agroindústrias passaram a compor o conjunto das grandes empresas de Santa Catarina e o sistema de integração desenvolvido nessa região acabou difundindo-se em diferentes áreas do território nacional.

Com a crise desencadeada pós governo Kubistchek (1962-1967), Espíndola (2002) destaca que grande parte dos pequenos frigoríficos da região Sul decretaram falência e foram vendidos e/ou incorporados à grupos maiores, assim como ocorreu com alguns grupos estrangeiros. Na década de 1970, assim, desencadeou-se um intenso processo de centralização de capitais, resultando na formação de fortes grupos agroindustriais regionais/nacionais. Em Santa Catarina, Giese (1991) descreve que dos 23 frigoríficos presentes na década de 1970, restaram apenas sete em meados da década de 1980, incluídas as cooperativas.

Este período também marca o início da expansão geográfica das unidades agroindústrias, motivada, em grande medida, pelos incentivos fiscais e subsídios proporcionados pelos governos estaduais e federal (ESPÍNDOLA, 1996). Entre os locais, Espíndola (1996) ressalta que as empresas buscavam instalar-se próximos aos locais de produção de matéria prima (agrícola e pecuária) e/ou junto aos grandes centros consumidores. Além da expansão das unidades dentro do estado, as grandes empresas do Oeste Catarinense instalaram unidades, durante a década de 1970, em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Com a diversificação produtiva no setor de aves (que em meio à crise de 1962-1967 apresentou um *boom* de crescimento) e a agregação de valor na cadeia produtiva de suínos, Espíndola (2002) destaca que as agroindústrias conquistaram seu espaço no mercado interno. Além disso,

As capacitações tecnológicas apresentadas na cadeia produtiva de carne suína e de aves, a instalação de multiplantas e as estratégias de deslocamento espacial, somadas às medidas político-institucionais, possibilitaram às agroindústrias catarinenses a conquista agressiva do mercado externo. (ESPÍNDOLA, 2014, p. 1872).

Em 1967, o autor destaca que a unidade da Sadia (instalada em Concórdia) já exportava carne suína para o Mercado Comum Europeu e para a Suíça, quando adquiriu precocemente o caráter de uma empresa nacional/internacional. Entretanto, o setor de carne suína só adquiriu expressividade a partir da década de 1970, tendo as exportações interrompidas em 1978 (devido à suspeita de aparecimento da peste suína e das restrições no mercado à carne brasileira) e reestabelecidas a partir dos anos 1980 (ESPÍNDOLA, 1996). No setor avícola, as exportações iniciaram em 1975 e, como ressalta o autor, a empresa Sadia foi a pioneira nessas exportações.

A década de 1970, de tal modo, foi decisiva para a acumulação de capitais por parte das agroindústrias do Oeste Catarinense, tanto pela centralização de capitais quando por sua atuação nos mercados interno e externo. No âmbito mundial, entretanto, o fim dos anos 1970 marca o declínio do sistema fordista, iniciando uma fase de transformações e incertezas. No Brasil, este período é marcado pelas crises fiscais do Estado, que, somada à mudança neoliberal, passou a se desvencilhar do papel de financiador e articulador das políticas públicas destinadas ao processo de modernização da agricultura (SILVA, 1999; DELGADO, 2002).

Entre as décadas de 1960 e 1980, de tal modo, forma-se na região Oeste Catarinense o chamado Complexo Agroindustrial de carnes de aves e suínos. Com os incentivos propiciados pelo Estado, as agroindústrias passam a ser o principal agente da estruturação regional. Além do incremento demográfico nas cidades, o desenvolvimento agroindustrial fez surgir uma série de outras atividades voltadas tanto às agroindústrias quanto à produção no campo. Neste, as pequenas propriedades foram obrigadas a modernizar suas instalações (através da adoção do “pacote tecnológico”) com vistas à integração, e os produtores que não conseguiram adequar-se a esse novo modelo de produção foram excluídos do processo produtivo. O espaço regional, assim, foi sendo paulatinamente modificado pela atuação das agroindustriais. Considerada como a atividade produtiva mais relevante, o setor agroindustrial, ao mesmo tempo que propiciou o desenvolvimento econômico, tornou a região especializada e dependente de sua atuação.

Em relação ao período anterior, as principais diferenças compreendem a adoção de técnicas e equipamentos modernos na produção, novas relações entre pequenos produtores e as indústrias à montante e à jusante da produção agropecuária, a criação e/ou a ampliação de outras atividades econômicas relacionadas ao circuito produtivo de carnes, e a permanente ação do Estado, atuando como viabilizador e propulsor da consolidação do Complexo Agroindustrial. O Estado, que teve papel fundamental neste período como viabilizador e/ou propulsor do processo de modernização agropecuária, entretanto, teve sua atuação reduzida a partir da década de 1980. Este período passa então a ser marcado por mais um processo de reestruturação produtiva, caracterizado como uma fase de transição para o período atual que, por sua vez, é muito marcado por aquilo que Delgado (2012) denominou como novo pacto de economia política do agronegócio.

#### *1.3.4 Um período de transição (décadas de 1980-1990)*

No início dos anos 1980 e com mais intensidade na década de 1990, conforme Espíndola (2002), o conjunto da economia brasileira e seus distintos ramos produtivos vem sendo impactados em decorrência da abertura comercial, das baixas taxas de crescimento interno, da queda do valor da produção, da queda no nível de emprego e da redução do saldo da balança comercial. Este período, interpretado por Delgado (2012) como um momento de transição, comporta duas graves crises cambiais (1982 e 1999, respectivamente), que convergiram para o que o autor denomina de “novo pacto de economia política do agronegócio”.

A crise de 1982, de acordo com Delgado (2012) assinala um conjunto de mudanças externas que interrompem, sem reverter, a estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, enquanto a crise cambial de 1999 interrompe o período de transição, “para demarcar a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado” (DELGADO, 2012, p. 89).

Espíndola (2002) destaca que o que ocorreu no setor agroindustrial a partir da década de 1980 constitui o segundo ciclo de reestruturação técnico-produtiva, sendo o primeiro iniciado (precocemente) na década de 1960.

Essas reestruturações, por sua vez, começaram a transformar as empresas líderes agroindustriais em empresas líderes da indústria alimentar. Isto é, abandonaram suas estratégias de agroindústrias processadoras para indústria



transformadora de produtos para o consumo final. Trata-se de uma nova estrutura produtiva marcada pela segmentação de mercados, diferenciação de produtos, menor ciclo de vida dos produtos, intensa competição, novas formas de distribuição, etc. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 75).

Seguindo as tendências mundiais, as agroindústrias da região Oeste Catarinense buscaram agregar valor aos produtos finais, introduzindo novas tecnologias tanto em relação ao equipamentos quanto no melhoramento genético e nutricional dos animais, com o fito de aumentar a qualidade da matéria prima para o processamento industrial. Os produtores integrados, assim, foram os mais impactados por este processo. De acordo com Konrad e Hespanhol (2016), a crise do Estado interferiu na manutenção do sistema de agricultura subsidiada e, com efeito, muitos produtores não conseguiram se adequar às novas exigências das agroindústrias, dando início a um processo seletivo de produtores.

Segundo Plein (2006), se durante a década de 1960 ocorreu a integração crescente dos pequenos produtores, a partir de 1980 o que se observa é a diminuição no número de integrados, “excluindo mais de dois terços dos produtores num período de dez anos” (PLEIN, 2006, p. 40). Apesar da redução no número de produtores, como analisa o autor, não ocorreu a diminuição da produção, pelo contrário, o que se observa é seu aumento, principalmente relacionado ao setor avícola.

O processo de implementação de inovações tecnológicas, que garantem o aumento da produtividade e da qualidade da matéria prima exigidos pelo setor agroindustrial, de tal modo, implicou na crescente especialização da produção por parte dos integrados. Entretanto, Plein (2006) ressalta que mesmo cumprindo as exigências tecnológicas, não ocorreu alteração na condição econômica dos integrados, em virtude da queda dos preços agrícolas e do aumento do consumo intermediário. Os financiamentos disponíveis, assim, eram destinados ao custeio da produção, que demandava cada vez mais de insumos, revelando uma dependência crescente do produtor aos novos padrões tecnológicos (PLEIN, 2006).

Quanto à estrutura fundiária da região, este período de certo modo permite a manutenção das características tradicionais e históricas da região, qual seja, o predomínio de pequenas propriedades rurais. Conforme a tabela 1, o período que vai de 1970 a 1995 apresenta, de modo geral, um aumento no número de estabelecimentos e na área ocupada por estas propriedades. Em relação ao número de estabelecimentos, o destaque é dado aos que possuem menos de 50 hectares, que representam a grande parte dos estabelecimentos da região (superior a 90% em todos os períodos analisados). Na questão de área ocupada, este período apresenta aumento da área ocupada por estabelecimentos agropecuários,

destacando-se a faixa que vai de 20 a menos de 50 hectares como o maior grupo neste quesito, apesar diminuir sua participação em relação ao total de área ocupada (passando de 40,3% em 1970 para 28,3% da área total em 1995). Por outro lado, o ano de 1995 vai demonstrar a expansão da área ocupada pelo extrato acima de 200 hectares, pois representava 11,9% da área total em 1970 e passa, em 1995 a ocupar 25,9% da área total (tabela 1).

**Tabela 1:** Estrutura fundiária do Oeste Catarinense (1970, 1980 e 1995).

Extrato de áreas (ha)	1970				1980				1995			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	19.628	37,0	102.727	9,9	26.869	40,7	143.414	10,8	29.881	34,0	166.546	7,7
10 e menos de 20	16.670	31,4	228.063	22,0	22.151	33,6	304.133	22,8	31.752	36,1	449.645	20,8
20 e menos de 50	14.442	27,2	417.476	40,3	14.259	21,6	408.737	30,7	20.767	23,6	612.030	28,3
50 e menos de 100	1.780	3,4	117.836	11,4	1.933	2,9	128.222	9,6	3.490	4,0	230.965	10,7
100 e menos de 200	349	0,7	46.679	4,5	440	0,7	59.405	4,5	1.081	1,2	144.718	6,7
200 e mais	202	0,4	123.387	11,9	322	0,5	287.690	21,6	889	1,0	559.972	25,9
Totais	53.071	100	1.036.168	100	65.974	100	1.331.601	100	87.860	100	2.163.876	100

Fonte: IBGE, Séries históricas (1970 e 1980) e Censo Agropecuário (1995). Elaboração: Motter (2018).

Considerando a definição do INCRA<sup>8</sup> para a classificação dos estabelecimentos rurais, verifica-se que para a maioria dos municípios do Oeste de Santa Catarina um módulo fiscal corresponde a 20 hectares. Assim, de acordo com esta definição, os minifúndios compreendem os imóveis com até 20 hectares, as pequenas propriedades são as que possuem entre 20 e 80 hectares, as médias propriedades apresentam área de 80 até 300 hectares e as grandes propriedades são compostas por estabelecimentos com área acima de 300 hectares.

A partir desta definição, observa-se que a estrutura fundiária do Oeste Catarinense manteve as características da colonização durante o período analisado: as divisões por extratos de área do IBGE demonstram que entre 1970 e 1995, a maioria dos estabelecimentos rurais apresentavam áreas com menos de 50 hectares. Se considerarmos

<sup>8</sup> A classificação utilizada pelo INCRA é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município. Assim, são considerados: a) minifúndios: imóveis com área inferior a 1 módulo fiscal; b) pequena propriedade: as que possuem área entre 1 e 4 módulos fiscais; c) média propriedade: imóveis com área entre 4 e 15 módulos fiscais e; d) grande propriedade: as que possuem área superior a 15 módulos fiscais. (INCRA, 2018). Os módulos fiscais correspondentes a cada município podem ser consultados no site oficial do INCRA.

a definição do INCRA, estes imóveis – definidos como minifúndios e pequenas propriedades - representam a quase totalidade dos estabelecimentos na região.

A área ocupada pelos minifúndios e pequenas propriedades, porém, vem apresentando diminuição em relação à área total, a passo que se expande a área ocupada pelo extrato acima de 200 hectares (tabela 1). Este fato pode ser justificado, entre outros, pela exclusão de produtores pelo sistema de integração e, conseqüentemente, a compra de suas propriedades por produtores maiores.

Além da inclusão de novas técnicas produtivas que resultaram na especialização dos produtores integrados (e na conseqüente exclusão dos que não se adaptaram ao processo), ocorreram outras ações por parte das empresas de carnes de aves e suínos. Com a abertura comercial promovida pelo Estado brasileiro e a necessidade do aumento do superávit na balança comercial, ocorreu a pressão por exportações na década de 1990, e as agroindústrias do Oeste de Santa Catarina buscaram, além da adaptação aos novos padrões de qualidade dos produtos, sua expansão geográfica. De acordo com Pertile (2008), as empresas que antes atuavam preferencialmente na região Oeste Catarinense (além das unidades situadas em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso), passaram a redistribuir suas unidades produtivas no Brasil, principalmente para a região Centro-Oeste. Para tanto, a autora ressalta que estas empresas contaram com o apoio do governo federal, nomeadamente dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como o cultivo da soja passou a se destacar na região central do Brasil no final da década de 1970, Cleps Jr. (1998) salienta que a partir de meados da década de 1980 empresas como a Sadia e a Perdigão passaram a se instalar em Minas Gerais e no Centro Oeste, buscando a integração das cadeias produtivas de grãos e carnes. Além da proximidade com a matéria prima para a fabricação da ração, as empresas buscavam o aumento da competitividade, através da instalação, junto aos grandes centros de consumo, de modernas estruturas de armazenagem e distribuição (CLEPS JR., 1998).

Para Bezerra e Cleps Jr (2004), a região Centro Oeste tornou-se, a partir da década de 1980, um polo de atração de capitais do Centro-Sul (particularmente de empresas líderes no setor agroindustrial) motivado em grande medida por investimentos e incentivos fiscais e regionais. A título de exemplo, a expansão da Perdigão para o sudoeste de Goiás, como demonstra Borges (2013), foi motivada em grande medida pelos fortes incentivos fiscais e pelas oportunidades de financiamento disponibilizadas em nível federal, estadual e municipal.

A Cooperativa Central Aurora Alimentos, por sua vez, orientou a sua expansão através da aquisição de empresas menores e da instalação de unidades produtivas dentro da região Oeste Catarinense. Lima (2015) ressalta que desde sua criação, a cooperativa buscava sua consolidação através da conquista dos mercados nacionais e internacionais. Buscando aproximar-se dos grandes centros de consumo, descreve que a Cooperativa Central instalou, no ano de 1987, uma filial de armazenamento e distribuição de seus produtos em Guarulhos-SP. Além disso, a autora salienta que as exportações da Aurora passaram a se desenvolver sobretudo a partir da década de 1990, motivadas em grande medida pela abertura comercial.

A organização das empresas atreladas ao setor de carnes de aves e suínos do Oeste Catarinense durante este período, assim, vão ser marcadas pelo uso de novas técnicas produtivas, tanto em relação aos equipamentos industriais quanto pelas inovações genéticas e nutricionais dos animais; prioridade no que diz respeito ao atendimento das demandas externas; novas formas de distribuição da produção e; pela expansão de unidades produtivas e aquisições de empresas de menor porte. Estas características, por sua vez, vão refletir e caracterizar um novo período em nossa análise, marcado, entre outros, pela consolidação do novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012).

### *1.3.5. A virada de século e a conformação atual do agronegócio de carnes no Oeste Catarinense*

Os anos 2000 marcam a emergência de um novo período, que se estende até os dias atuais. Os processos que caracterizam as atividades do setor de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense vão convergir para conformação do Agronegócio a partir de suas características atuais, ou seja, resultam do contexto geral de emergência de um novo pacto de economia política do agronegócio (DELGADO, 2012), e particularmente ao setor de carnes de aves e suínos, de processos de aquisições, fusões e vendas de ativos, internacionalização de grupos agroindustriais, fortalecimento dos grandes grupos do setor e o aumento das exportações.

Conforme Delgado (2012), a crise cambial de 1999 decorreu do desequilíbrio continuado e aprofundado na Conta de Transações Correntes com exterior. Para resolvê-la, a política de ajuste externo foi alterada, e buscou-se, a todo custo, gerar saldos de

comércio exterior positivos, visando suprir este déficit da Conta Corrente (DELGADO, 2012). Com efeito, o autor descreve que os setores primário-exportadores foram escolhidos para gerar esse saldo comercial, dando início à reestruturação da economia do agronegócio, diretamente vinculada à expansão mundial de *commodities*. Na concepção do autor, estes eventos vão demarcar um novo projeto de acumulação de capital do setor agrícola, denominado novo pacto da economia política do agronegócio.

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio. (DELGADO, 2012. p. 109).

Para o autor, a economia do agronegócio vai além de uma estratégia econômica, construindo ideologicamente uma hegemonia da grande propriedade fundiária, das cadeias agroindustriais fortemente vinculadas ao setor externo e da burocracia do Estado (ligadas ao dinheiro e à terra), tendo como objetivo a realização de um projeto de acumulação de capital pelo setor primário.

Em relação a estrutura fundiária no Oeste Catarinense, o período pós 2000 é marcado pela diminuição no número de estabelecimentos agropecuários e na redução da área ocupada por estes estabelecimentos. Conforme a tabela 2, há uma redução no número de estabelecimentos com menos de 50 hectares – ou seja, os minifúndios e pequenas propriedades – enquanto aqueles que possuem acima de 50 hectares apresentam aumento no número de imóveis. Apesar disto, estas propriedades continuam representando uma pequena parcela dos estabelecimentos na região: conforme a tabela 2, no ano de 2017 o número de estabelecimentos com área entre 50 e 100 hectares representam 5,6% do total de imóveis rurais, enquanto os que possuem mais de 100 hectares perfazem 3,4% do total dos estabelecimentos na região.

Em relação a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, a tabela 2 evidencia a redução da área total, devido, entre outros, à conversão de estabelecimentos rurais em imóveis urbanos (atrelados ao processo de urbanização), e pela criação de Lei voltada à certificação de imóveis rurais<sup>9</sup>. Especificando os dados de área, verificamos que os minifúndios e pequenas propriedades (até 50 hectares) apresentaram redução de sua área a partir dos anos 1990, assim como os imóveis com mais de 200 hectares. De modo geral, as pequenas propriedades (com áreas de 10 a 50 hectares) ainda ocupam a maior

---

<sup>9</sup> Lei 10.267 de 28 de agosto de 2001.

área da região, (45,1% da área total), seguidos pelas propriedades com mais de 200 hectares (25,3% da área total).

**Tabela 2:** Estrutura fundiária do Oeste Catarinense (1995, 2006 e 2017).

Extrato de áreas (ha)	1995				2006				2017			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	29.881	34,0	166.546	7,7	26.913	33,2	141.051	6,9	23.905	32,9	123.982	6,3
10 e menos de 20	31.752	36,1	449.645	20,8	29.068	35,9	406.131	19,8	23.780	32,7	336.094	17,1
20 e menos de 50	20.767	23,6	612.030	28,3	19.488	24,1	569.851	27,7	18.422	25,3	550.168	28,0
50 e menos de 100	3.490	4,0	230.965	10,7	3.556	4,4	237.189	11,5	4.096	5,6	274.066	14,0
100 e menos de 200	1.081	1,2	144.718	6,7	1.147	1,4	154.530	7,5	1.397	1,9	182.718	9,3
200 e mais	889	1,0	559.972	25,9	859	1,1	545.346	26,5	1.096	1,5	497.501	25,3
Totais	87.860	100	2.163.876	100	81.031	100	2.054.098	100	72.696	100	1.964.529	100

Fonte: Censos Agropecuários (1995, 2006 e 2017). Elaboração: Motter (2018).

Outra característica dos estabelecimentos agropecuários da região é a forma de utilização destas terras, caracterizada pela realização de mais de um tipo de atividade, geralmente a criação de aves/suínos associada ao cultivo de grãos e/ou a criação de gado leiteiro. Na figura 5, verifica-se a configuração de uma propriedade agrícola típica do momento atual, onde se observa a presença de aviário moderno (à direita) somado a área destinada ao cultivo de grãos (frente) e matas de reflorestamento (ao fundo).

**Figura 5:** Configuração típica de propriedade integrada no município de Pinhalzinho (2019).



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora (2020).

Os dados da estrutura fundiária e do uso da terra, assim, demonstram que a região mantém, de certa forma, a presença de inúmeras pequenas propriedades que desenvolvem mais de um tipo de atividade, herdadas do período de colonização. No início da atividade agroindustrial na região, de acordo com Giese (1991), as pequenas e médias propriedades foram privilegiadas para a implantação do sistema de integração, em detrimento dos minifúndios e latifúndios. A permanência do grande número de propriedade com estas características no período atual revela que este atributo ainda é relevante na consecução das atividades agroindustriais na região. Em relação ao período anterior, destaca-se que a partir dos anos 2000 ocorre a redução, de modo geral, no número de estabelecimentos e na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários.

As demais características do período anterior, associadas a atividade agroindustrial e exemplificadas pela implementação de inovações tecnológicas nos processos produtivos, a busca pelo atendimento de demandas externas e a expansão das unidades produtivas, vão refletir na dinâmica recente apresentada pelas agroindustriais da região oeste, principalmente o fortalecimento dos grandes grupos do setor. Como destacado por Delgado (2012), nos anos 2000 o Estado volta a ter um papel importante na acumulação de capital por parte do setor agropecuário, e determinadas cadeias produtivas cresceram substancialmente em relação ao conjunto da economia, em virtude das condições externas e do novo pacto de economia do agronegócio em âmbito interno.

Com uma melhora na conjuntura macroeconômica do país, Espíndola (2014) descreve que as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por processos de aquisições, fusões, vendas de ativos e, principalmente, pela internacionalização de grupos agroindustriais. Os grupos Sadia e Perdigão, conforme o autor, foram os que iniciaram os processos de internacionalização, por meio da aquisição e instalação de unidades em outros países, destacando-se a Argentina, Chile, Holanda, Reino Unido e Romênia. Conforme Espíndola (2014), esses investimentos tinham como objetivo não apenas facilitar as exportações, mas também buscavam a proximidade com mercados consumidores e a ampliação da diversificação produtiva. Trata-se da definitiva internacionalização dos maiores e mais competitivos agentes do setor, a partir de oportunidades de mercado típicas do período de globalização.

Para Delgado (2012), o relançamento do agronegócio nos anos 2000 vai encontrar um comércio mundial muito receptivo para algumas *commodities*, entre elas o ramo de carnes, que, junto com outros produtos, vão dominar a pauta exportadora brasileira. A estratégia de “reprimarização” do comércio externo, ressalta Delgado (2012), iniciada no

segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, ganha relevância sobretudo no governo Lula, no período de 2003/2007, quando a balança comercial se torna superavitária. “A partir de 2008, contudo, recrudescerá o déficit na ‘Conta Corrente’, tornando frágil o argumento da via primária como solução do desequilíbrio externo” (DELGADO, 2012, p. 95).

Em 2008, de acordo com Ripplinger (2019), a Sadia passou por uma crise financeira, decorrente da crise econômica mundial instaurada nos Estados Unidos e que impactou em diferentes setores e países. A autora relata que o montante de investimentos realizados pela empresa para proteger as exportações, diante da desvalorização do dólar, acabou por agravar a situação financeira da empresa. A Perdigão, por outro lado, apresentava crescimento tanto na esfera nacional como internacional. Deste modo, Ripplinger (2019) relata que, valendo-se da crise apresentada pela empresa concorrente, a Perdigão passou a negociar com Sadia e, no ano de 2009, a fusão das empresas foi anunciada sob o nome de Brasil Foods – BRF S/A. “Com a fusão, a BRF (Brasil Foods), passou a concentrar 53% da produção de industrializados de carnes no Brasil, 62,2% de congelados de carnes, 60,5% de massas, 52,9% de pizzas, 56% de margarinas e 11% de lácteos” (ESPÍNDOLA, 2014, p. 1876).

No âmbito dos processos de fusões/aquisições verificados no território brasileiro e que impactaram as empresas localizadas no Oeste Catarinense destaca-se que a empresa Seara foi adquirida pelo grupo Marfrig Global Foods ano de 2009, sendo vendida ao Grupo Friboi/JBS em 2013. A Cooperativa Central Aurora Alimentos, de acordo com Lima (2015), também foi impactada pela crise mundial, tendo algumas de suas unidades fechadas durante os anos de 2008 e 2009. Em 2012, porém, Lima (2015) descreve que a Cooperativa Central expandiu suas unidades produtivas, através da aquisição Diplomata (localizada em Xaxim) e da Bondio Alimentos (situada em Guatambu), também impactadas pela crise e que ainda apresentavam déficits orçamentários e produtivos.

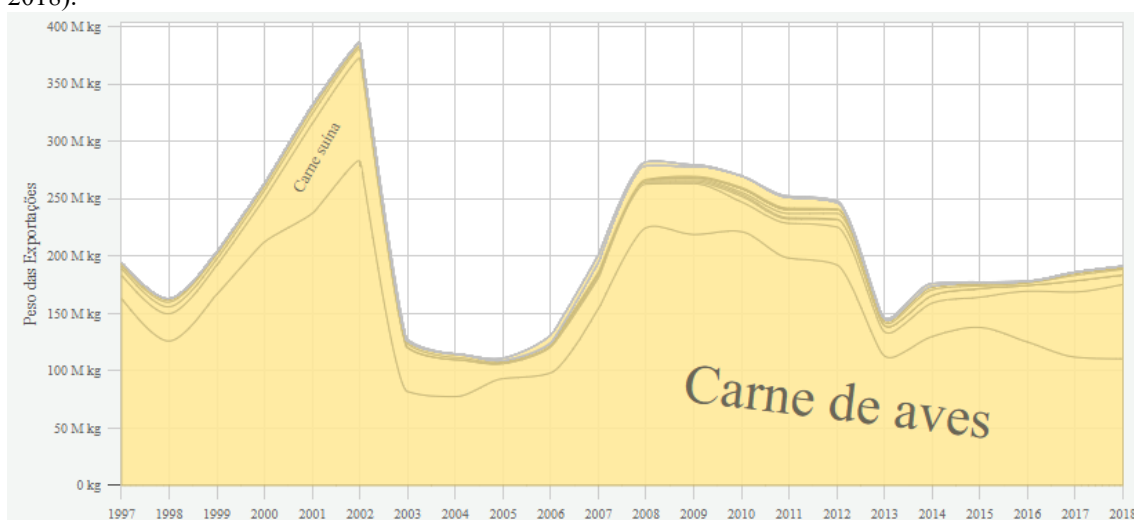
Com estes processos, de tal modo, evidencia-se que cada vez mais as empresas organizam-se em torno de oligopólios empresariais, orientados por lógicas ditadas pelo capital financeiro, lucrando alhures e concentrando o poder produtivo e de mercado em suas mãos. As empresas BRF, Seara/JBS e Aurora, que tem como local de origem o Oeste Catarinense, assim, se fortalecem como grandes grupos do setor agroalimentar.

O novo pacto de economia política do Agronegócio (DELGADO, 2012), como mencionamos, também vai se caracterizar pelo aumento das exportações, especificamente a partir dos anos 2000. As exportações de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense,



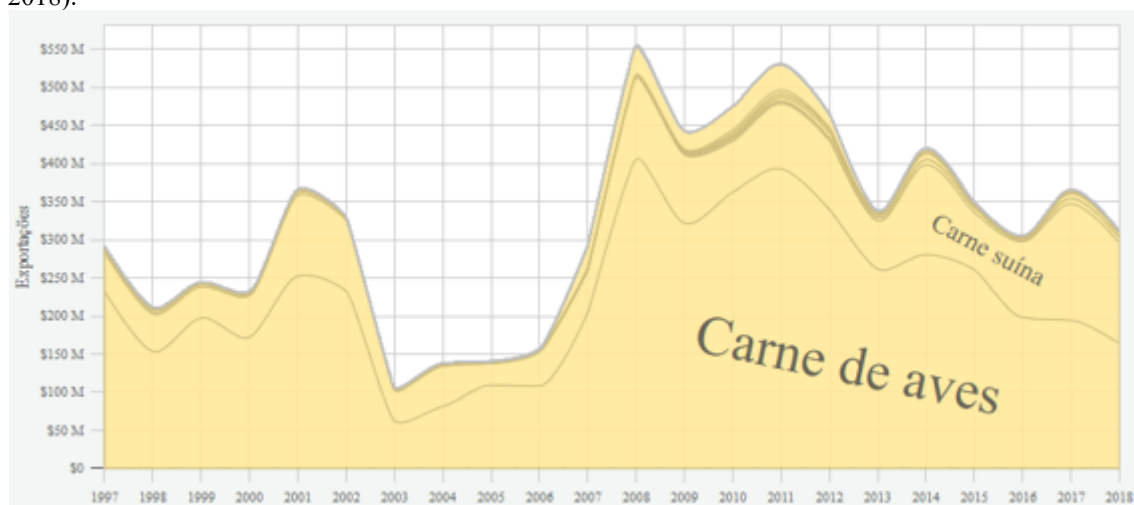
de tal modo, refletem este fato. Em termos de peso, o ano de 2002 representa o maior volume exportado (282 milhões kg de carnes de aves e 89,4 milhões de kg de carne suína), aumentado significativamente desde 1998 (figura 6). Os valores das exportações neste período também apresentam aumento, apesar das variações em cada ano (figura 7). No contexto internacional, este momento é marcado pelo chamado *boom* de *commodities*, do qual o setor agroindustrial de Santa Catarina, assim como os demais setores baseados em *commodities* no Brasil, foram beneficiados. No ano seguinte, porém, a crise financeira internacional impactou negativamente nas exportações, gerando uma queda brusca nos valores e quantidades exportadas, que se mantiveram baixas até o ano de 2006.

**Figura 6:** Evolução das exportações de produtos de origem animal do Oeste Catarinense – por peso (1997-2018).



Fonte: Dataviva (2019).

**Figura 7:** Evolução das exportações de produtos de origem animal do Oeste Catarinense – por valor (1997-2018).



Fonte: Dataviva (2019).

A partir de então, verifica-se um aumento paulatino nos valores das exportações pelo setor, tendo seu pico no ano de 2008 (chegando aos valores de US\$ 405 milhões em carnes de aves e US\$ 106 milhões em carnes suínas). Com a crise financeira internacional, verificada, sobretudo, na economia estadunidense no final de 2008, a economia brasileira também foi afetada e, apesar de ser visível a diminuição do valor e da quantidade exportada, os impactos no setor agropecuário não foram de grande monta. Recentemente, com a eclosão da Operação “Carne Fraca”, verifica-se a diminuição das exportações no ano de 2018, em virtude do fechamento de alguns mercados e/ou a imposição de embargos à carne brasileira.

O oligopólio formado pelo agronegócio de carnes, mais recentemente, passou por uma crise associada a escândalos de corrupção, envolvendo também órgãos públicos. Em 2017, a Polícia Federal do Brasil atuou na operação denominada “Operação Carne Fraca”, que investigava as maiores empresas do setor de carnes (entre elas a BRF e a JBS), acusadas de adulterar os produtos comercializados no mercado interno e externo. Nesta operação, além de 30 empresas investigadas, a Polícia Federal apontou agentes públicos, nomeadamente os fiscais do Ministério da Agricultura, que recebiam propina por certificados de qualidade adulterados. Em maio do mesmo ano, ocorreu a segunda fase da operação, que teve como principal alvo o ex-superintendente regional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no estado de Goiás. A etapa mais recente da operação, denominada “Operação Trapaça”, foi deflagrada em março de 2018, e envolveu apenas uma empresa, a BRF. A operação apontou que cinco laboratórios e setores de análise da empresa fraudavam resultados de exames, sob o conhecimento dos executivos da empresa – o que resultou na prisão do então presidente e vice-presidente da empresa.

Como consequência destas operações, a credibilidade dos produtos comercializados foi posta em xeque, desencadeando a retração do consumo interno e externo. Os parceiros comerciais importadores de carnes, assim, passaram a questionar e a impor embargos às empresas investigadas pela operação. Logo após a primeira fase, conforme Otta (2017), 18 blocos e países suspenderam temporariamente ou adotaram algum grau de restrição à importação de carne brasileira, a saber: União Europeia, Suíça, Japão, China, Hong Kong, África do Sul, Egito, Argélia, Arábia Saudita, Qatar, Canadá, México, Chile, Jamaica, Trinidad e Tobago, Bahamas, Panamá e São Vicente de Granadina. Outros países como Estados Unidos, Vietnã, Coreia do Sul e Malásia mantiveram seu mercado aberto aos produtos brasileiros, mas reforçaram os controles

sanitários. A Rússia, assim como Israel e Barbados enviaram apenas um pedido de informações.

Dada a importância do agronegócio de carnes na manutenção de saldos positivos na balança comercial brasileira, várias entidades governamentais buscaram reverter os impactos gerados pelos embargos à exportação de carne do país. Entre as ações, destaca-se a mobilização da diplomacia – que elaborou um documento destinado a 165 países e solicitou às embaixadas o esclarecimento da crise no setor – e o apelo à Organização Mundial do Comércio. Paulatinamente, os mercados foram retomando as exportações, mas o controle externo – principalmente em relação às normas sanitárias – ficou ainda mais rigoroso após a operação Carne Fraca.

Estes acontecimentos recentes reforçam o objetivo central dos empresários agroindustriais: se hoje o mercado é o mundo, todas as estratégias são válidas para acumular capital e manter-se ativo frente a concorrência global. Para o Estado, o bom desempenho no mercado internacional de empresas brasileiras garante saldos positivos na balança comercial e, por este motivo, ele tende a buscar soluções para os problemas das empresas privadas. O sucesso dos aglomerados agroindustriais, entretanto, não se limita mais a simples relação entre estes e o Estado.

De modo geral, a organização dos grandes grupos do agronegócio de carnes demonstra que vários são os atores imbricados na atuação e manutenção das atividades produtivas. Como a relação entre estes agentes ocorre de forma complexa, o conceito de rede tem sido utilizado por alguns autores como importante recurso para entender estas novas articulações verificadas no setor agroindustrial. A rede agroindustrial, de forma resumida, é composta tanto pelas relações que se estabelecem entre diferentes agentes que atuam em distintas escalas geográficas, quanto pelo ambiente no qual estão inseridas as etapas de gestão, produção, distribuição, circulação e consumo.

Neste trabalho, optamos por privilegiar a região Oeste Catarinense pelo fato de as grandes empresas do setor terem se originado neste espaço e moldado as características da região de acordo com seus próprios interesses. Beneficiando-se das características socioespaciais da região (exemplificado pela existência de pequenas propriedades trabalhadas pelos membros da família e a sujeição dos produtores que veem a integração como única alternativa para a permanência no campo, entre outros fatores), as agroindústrias se desenvolveram e atualmente se mantêm em posição estratégica no mercado global. Desta situação, resulta a contínua adaptação, não somente das agroindústrias, mas de todos os atores e do próprio território face a dinâmicas globais.

Por meio do conceito de rede, procuramos assim identificar os atores envolvidos na dinâmica do agronegócio de carnes de aves e suínos e destacar suas implicações na região Oeste Catarinense. As características atuais do Agronegócio de carnes de aves e suínos na região Oeste Catarinense, de tal modo, também serão privilegiadas no decorrer deste trabalho.

## REDES AGROINDUSTRIAIS DO AGRONEGÓCIO DE CARNES DE AVES E SUÍNOS NO OESTE CATARINENSE

### 2.1 O conceito de rede nos estudos das relações agroindustriais

A noção de rede existe desde o século XII, como descrito por Dias (2005). De acordo com a autora, a palavra rede designava um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós, sendo também associada – na medicina de Hipócrates – ao funcionamento do organismo. Na segunda metade do século XVIII, o conceito de rede passa a estar ligado predominantemente a uma referência técnica (notadamente a de rede de comunicação), e foi muito utilizada por engenheiros cartógrafos para representar o território como um plano de linhas imaginárias ordenadas em rede, tornando possível matematizar e ordenar o espaço, bem como construir os mapas (DIAS, 2005).

Atualmente, o termo tem sido amplamente utilizado para designar o conjunto de inovações técnicas que condicionam e expressam uma nova forma de organização espacial. Apesar disto, a organização em rede não é exclusiva do período atual. Como destaca Santos (2008a), é possível admitir pelo menos três momentos na produção e na vida das redes: um período pré-mecânico, o período mecânico intermediário e a fase atual. No período pré-mecânico, predominam os dados naturais e o engenho humano era limitado e, muitas vezes, subordinado às contingências da natureza. Nestas circunstâncias, conforme o autor, as redes se formavam com um largo componente de espontaneidade e estavam restritas a uma pequena vida de relações.

O segundo momento, que coincide com o início da modernidade, tem como característica o desenvolvimento das técnicas. Entretanto, tal progresso técnico ainda possui limites: “As redes buscam mundializar-se, e fisicamente o fazem, mas seu funcionamento é limitado. As fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político” (SANTOS, 2008a, p. 265). O período atual, caracterizado pela emergência do meio técnico-científico-informacional, marca o terceiro momento na evolução das redes.

Os suportes das redes encontram-se, agora, parcialmente no território, nas forças naturais dominadas pelo homem (o espectro eletromagnético) e parcialmente nas forças recentes elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos (por exemplo, o computador...). Desse modo, quando o fenômeno das redes se torna algo absoluto, é ele que conserva esse nome. Na realidade, nem há mais propriamente redes; seus suportes são pontos. (SANTOS, 2008a, p. 264).

Sendo um produto histórico, a rede se estabelece de acordo com o avanço material que lhe dá suporte. Assim, o novo paradigma da tecnologia da informação, como defende Castells (1999), fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social. Além disso, o autor ressalta que o poder dos fluxos se tornou maior que os fluxos de poder, isto porque a lógica das redes gera uma determinação social em nível superior aos interesses específicos por elas expressos.

A exigência da fluidez se torna então uma das características do período atual. Baseada nas redes técnicas, a fluidez incita a competitividade e disto resulta a busca incessante de ainda mais fluidez, notadamente de novas técnicas que sejam ainda mais eficazes: “a fluidez é ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado” (SANTOS, 2008a, p. 274). Entretanto, Santos (2008a) ressalta que a fluidez não é uma categoria técnica, mas sociotécnica. Isso se deve porque as inovações técnicas não teriam o mesmo resultado se não operassem novas normas de ação, particularmente da chamada desregulação.

A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas (SANTOS, 2008a, p. 275).

Além disso, o espaço de fluxos também é dependente da dimensão territorial, pois exige a presença de uma infraestrutura tecnológica que opera a partir de determinados locais, conectando pessoas e funções localizadas em áreas específicas (CASTELLS, 2000). O chamado “fim dos territórios”, resultado da emergência de uma “lógica reticular”, como relatam alguns autores, só pode ser defendido quando estes enfatizam o seletivo espaço de uma minoria privilegiada (HAESBAERT, 2002). Isso quer dizer que o espaço reticular não é homogêneo, assim como o território também não o é (SANTOS, 2008a).

É verdade que, em certo sentido e sob certas condições, existem redes efetivamente globais, envolvendo o mundo em conjunto. Mas como uma das características das redes é que elas formam apenas linhas (fluxos) que ligam pontos (polos), jamais preenchendo o espaço no seu conjunto, muitos são os interstícios que se oferecem para outras formas de organização do espaço. Identificar as redes de dimensão planetária e que, segundo alguns autores, servem de embrião para a formação de um “território-mundo” [...], é tão importante quanto identificar as redes de carácter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas (HAESBAERT, 2002, p. 123).

Este fato leva a outra característica das redes: sua simultaneidade. Santos (2008a) lembra que onde as redes existem, elas não são uniformes, mas superpostas. Isso quer dizer que um mesmo subespaço apresenta uma infinidade de redes, cada uma operando de forma desigual no espaço, e cujo papel dos agentes é diferente no processo de controle e regulação do seu funcionamento. Torna-se impossível, de tal modo, separar território de rede, como destaca Haesbaert (2002). A realidade concreta, segundo o autor, apresenta uma constante interseção das redes com os territórios, que ora apresentam redes mais extrovertidas – que ignoram fronteiras e territórios por meio de seus fluxos – e ora são marcadas por redes introvertidas, que estruturam novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras.

A interação entre as redes e os territórios, apresenta, deste modo, duas lógicas distintas, como descrito por Dias (2005): a lógica das redes – que é definida por atores que as desenham, modelam e regulam – e a lógica territorial, cuja característica é ser o suporte das redes que transportam verticalidades (regras e normas hegemônicas) e das horizontalidades, entendidas na totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2008a). Além disso, é importante analisar o território como resultado de mecanismos endógenos e exógenos, sendo o primeiro dado pelas relações que ocorrem nos lugares entre agentes conectados por laços de proximidade, e o segundo permitindo com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização (DIAS, 2005).

De encontro à ideia de Castells (1999, 2000) – que defende que o mundo está se transformando de um “espaço de lugares” em um “espaço de fluxos” – Henderson et al (2011, p. 145, grifos do autor) ressaltam que “o mundo é agora constituído *tanto* por um espaço de lugares *quanto* por um espaço de fluxos e, portanto, a natureza da relação dialética entre esses espaços e das consequências dessa relação tornou-se uma questão fundamental”. Conforme os autores, para entender a dinâmica de desenvolvimento, é preciso compreender como os lugares estão sendo transformados por fluxos e como os lugares (nomeadamente seus tecidos institucionais e sociais) estão transformando os fluxos na medida em que se localizam em domínios específicos do lugar.

A análise das redes torna-se, dessa forma, imprescindível para o entendimento da sociedade globalizada e imersa em uma lógica reticular, seja ela dada pelas redes materiais ou imateriais. Dada sua aplicabilidade na compreensão dos fenômenos atuais, o conceito de rede tem permitido análises em diferentes áreas de conhecimento, e mesmo dentro da ciência geográfica, o termo tem sido amplamente utilizado em diferentes abordagens. Entre estas, destacamos o trabalho realizado por Yeung e Coe (2015), que busca desenvolver uma teoria dinâmica das redes de produção globais.

Para Yeung e Coe (2015), a produção global, que tem como marco a década de 1990, é caracterizada por ser organizacionalmente fragmentada e espacialmente dispersa, um processo frequentemente associado à globalização econômica. Desse quadro resulta uma série de trabalhos empíricos de cadeias de valor particulares, cujas limitações teóricas constituem a motivação dos autores em desenvolver uma nova teoria de redes de produção globais. De início, os autores definem a rede de produção global como

Um arranjo organizacional que compreende atores econômicos e não econômicos interconectados, coordenados por uma empresa líder mundial e produzindo bens ou serviços em vários locais geográficos para mercados mundiais. Esses atores incluem diferentes tipos de empresas, bem como atores não-firmas, como o Estado, organizações internacionais, grupos trabalhistas, consumidores e organizações da sociedade civil, em diversas localidades (YEUNG; COE, 2015, p. 32, tradução nossa).

A definição utilizada pelos referidos autores demonstra que a rede é analisada por meio dos atores e de suas relações, ou seja, uma rede que tem como característica ser socialmente produzida. A relação com o território também é destaque nesta definição, pois cada local geográfico é marcado por particularidades e singularidades. Na teoria das redes globais de produção de Yeung e Coe (2015, p. 34, tradução nossa), “a dinâmica capitalista é a razão de ser das redes globais de produção, levando estratégias específicas de atores em diferentes economias regionais e nacionais”.

Resumidamente, a organização das redes globais de produção é marcada por dinâmicas competitivas consideradas como variáveis independentes, sendo elas a relação custo-capacidade, o desenvolvimento do mercado e a disciplina financeira. A essas três forças dinâmicas os autores incluem também o gerenciamento das formas de riscos, pois fatores como a fragmentação da produção, a terceirização internacional e o aumento nos novos mercados concorrentes têm resultado em uma sensação maior de incerteza e imprevisibilidade. Em seus diferentes tipos de combinações, as dinâmicas competitivas são condições necessárias para explicar as estratégias específicas adotadas por atores na configuração de suas redes de produção globais (YEUNG; COE, 2015). Para Yeung e



Coe (2015), essas combinações são úteis para explicar como as redes de produção globais são organizadas e governadas e quais são as múltiplas consequências para as mudanças industriais e para o desenvolvimento territorial.

As estratégias das empresas, atores e atores não-firmas são definidas então por combinações únicas das dinâmicas competitivas. São elas: coordenação intra-empresa, controle inter-empresa, parceria inter-empresa e negociação extra-empresa. A coordenação intra-empresa é definida como a internalização e consolidação da atividade de valor dentro da empresa líder, seus parceiros estratégicos e/ou a empresa do fornecedor, dentro e entre as fronteiras nacionais. Disto resultam redes altamente integradas e com controle exercido rigorosamente pela sede corporativa sobre suas subsidiárias e afiliadas (YEUNG; COE, 2015).

O controle inter-empresa, na definição dos autores, corresponde a estratégia de externalização, no qual uma empresa líder terceiriza grande parte de suas atividades, mas continua a exercer forte controle sobre seus processos de produção. “Em termos de configurações de rede, as empresas líderes de diferentes origens nacionais também podem desenvolver plataformas de produção na mesma localização geográfica, mas com orientação de mercado drasticamente diferente” (YEUNG; COE, 2015, p. 49, tradução nossa). A estratégia de parceria inter-empresa, diferentemente da anterior, tem como pressuposto a colaboração, coevolução e desenvolvimento de uma empresa líder e seus parceiros estratégicos na mesma rede de produção para competir com demais redes e seus parceiros estratégicos. As negociações extra-empresa, por fim, enfatizam a relação das empresas com os atores não-firmas, como o Estado, organizações internacionais, grupos trabalhistas, consumidores e organizações da sociedade civil. Para os autores, a estratégia é definida como um processo bidirecionado de negociações e acordos entre empresas e atores não-firmas, com o objetivo de alcançar um resultado que beneficie ambas as partes.

O estudo de Yeung e Coe (2015), de tal forma, evidencia as práticas adotadas por atores globais ou hegemônicos que definem suas estratégias de acordo com as imposições das dinâmicas capitalistas. Estas estratégias, por sua vez, manifestam-se de modo desigual no espaço, privilegiando determinados lugares em detrimento de outros. Além disso, a racionalidade organizacional das empresas líderes nas redes de produção globais possui a capacidade de transformar territórios, pois a polarização por ela exercida influencia sobremaneira o desenvolvimento das demais atividades envoltas pela rede.

Os diferentes tipos de interações espaciais que resultam no estabelecimento de redes, somadas às estratégias dos atores globais, demonstram que um mesmo espaço pode

participar de diferentes redes de produção, de acordo com o tipo de interação espacial atuante. Assim, o papel que cada local assume em virtude do tipo de rede presente varia consideravelmente, ao mesmo tempo que um tipo de rede não exclui a existência de demais tipos, pois, como já mencionado, as redes possuem a característica de serem superpostas no território.

O imperativo de mercado, que faz com que cada empresa busque destaque no comércio internacional, tem levado diversos setores a repensarem sua estrutura organizacional. Entretanto, a busca por novas formas organizacionais não é algo recente. Green e Santos, em estudo publicado em 1992, já destacavam uma nova forma organizacional definida como “economia de rede” no sistema agroalimentar. Para os autores, a utilização da informática nos setores de serviços, os novos aportes técnicos que facilitaram a automatização industrial e os avanços na engenharia genética foram os fatores que permitiram a emergência desta nova forma organizacional.

Através de um complexo sistema de aprendizagem, conforme Green e Santos (1992), os atores da produção mundial foram progressivamente integrando novas formas técnicas e organizacionais e assim, “começaram a se desenvolver relações industriais regidas por um sistema de solidariedade, explicitadas em regras específicas, estabelecidas de forma contratual” (GREEN; SANTOS, 1992, p. 199, tradução nossa). A esta forma de relação estabelecida entre distintos atores produtivos, os autores denominam “empresa rede” definida como

[...] a estrutura organizacional sinérgica que articula contratualmente, a médio prazo, relações interempresariais, a fim de responder conjunta e solidariamente, de maneira flexível, sob a direção de uma empresa emissora de ordens, a uma demanda – final ou intermediária – volátil, em um espaço econômico de relações produtivas de bens e serviços. (GREEN; SANTOS, p. 207, tradução nossa).

Em virtude das características do setor agroalimentar – nomeadamente a oferta heterogênea e a demanda volátil –, somadas a importância crescente dos meios técnicos de circulação da informação, este tipo de organização torna-se, segundo os referidos autores, cada vez mais relevante. A solidariedade produtiva, centro do novo modelo de funcionamento da economia, exige assim maior flexibilidade, tanto das relações de produção (subordinação) dos agricultores com as indústrias, como também das normas e padrões de produção – dada a substituição da lógica massiva antes predominante (GREEN; SANTOS, 1992).

A atividade agropecuária brasileira, que tem se caracterizado pelo fim de seu isolamento em relação aos demais setores econômicos, também é um exemplo deste processo. Para Mazzali (2000, p.12), “a necessidade de superar as ‘rigidezes’ imanentes à atividade produtiva engendrou a reavaliação das formas de organização da produção, no âmbito interno das empresas e no âmbito das interações entre elas”. Isso refletiu principalmente na fluidez de fronteiras entre as empresas e entre os setores, resultando em novas configurações produtivas (MAZZALI, 2000).

Ao analisar as estratégias de organização na cadeia de soja/óleos/carnes e na agroindústria citrícola, Mazzali (2000), propõe a utilização do conceito de rede – em detrimento da noção de complexo agroindustrial – para a compreensão das novas dinâmicas produtivas e organizacionais no setor agroindustrial. As principais características organizacionais, de acordo com o autor, compreendem a superação da dicotomia entre a unidade econômica e seu ambiente, a dependência com os demais agentes que a circundam e o rompimento de qualquer tipo de fronteira (geográfica, setorial ou empresarial) – que permite captar o movimento recente de globalização.

Em síntese, as “redes” traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos, consubstanciada em múltiplas formas de relações entre as empresas, cuja caracterização exige a explicitação de sistema de “divisão de trabalho” intra-rede, a partir da identificação das especificidades de sua estrutura interna. (MAZZALI, 2000, p. 157).

Entre as estratégias de reorganização adotadas pelas empresas, Mazzali (2000) destaca três tipos, comuns a todas as cadeias estudadas: a) as novas relações resultantes do processo de externalização/terceirização de atividades; b) estreitamento de relações e estabelecimento de interações sistemáticas com os fornecedores, produtores agrícolas, distribuidores e clientes e; c) consolidação de alianças estratégicas entre empresas concorrentes.

Apesar do conceito de rede proposto por Mazzali (2000) derivar do estudo de cadeias agroindustriais específicas e ser tratado como novo paradigma em substituição do modelo explicativo via Complexos Agroindustriais, entendemos que a utilização deste conceito é de grande valia, pois, de acordo com Santos e Silveira (2013, p. 292), “cada empresa, cada ramo de produção produz, paralelamente, uma lógica territorial. [...] esta é visível por meio do que se pode considerar uma topologia, isto é, a distribuição no território dos pontos de interesse para a operação dessa empresa”.

Por outro lado, Cunha (2003) questiona a validade do conceito de rede para os estudos do sistema agroalimentar. Conforme o autor, a rede pode ser tanto uma “forma

de fazer” quanto uma “forma de olhar”. No primeiro caso, a aplicação do conceito está ligada às recentes formas de organização das firmas, onde a acumulação e a valorização do capital estão necessariamente ou determinantemente baseadas na interação (CUNHA, 2003). O segundo caso, entretanto, utiliza o conceito como um instrumento de análise, cujo foco são as relações entre os agentes e onde é possível analisar aspectos como os ganhos sinérgicos, a estabilidade das interações e a flexibilidade dos arranjos. Além disso, “as redes seriam analisadas como arranjos organizacionais não necessariamente baseados em tecnologias recentes e tampouco constituem-se uma nova forma organizacional” (CUNHA, 2003, p. 5-6).

Para o autor, o conceito de rede

[...] não pode ser tomado como um novo paradigma teórico e tampouco deve ser tomado como representativo de uma etapa histórica do desenvolvimento capitalista na agricultura, sucedânea da conformação de complexos agroindustriais. O conceito de redes pode ser tomado, sim, como uma ferramenta analítica, que tem prescrições específicas em termos dos fenômenos que é capaz de exprimir com vantagens sobre a análise de cadeias baseada nos custos de transação. (CUNHA, 2003, p. 11).

Como instrumento analítico, as redes podem trazer vantagens quando são verificados, em sistemas agroindustriais, fatores como a presença de geração de valor por meio de ganhos sinérgicos, ambientes econômicos, sociais e tecnológicos instáveis, ambientes concorrenciais intensos e a necessidade de flexibilidade organizacional e econômica (CUNHA, 2003). Além destas, o autor ressalta que outras situações também podem ser analisadas sob o aparato das redes, principalmente aquelas que procuram dar ênfase aos atores de uma teia de inter-relações em um determinado espaço geográfico, desde que o recorte seja relevante para a delimitação de políticas regionais ou locais.

Utilizando a rede como recurso analítico, como apresentado por Cunha (2003), Silveira (2005) propõe que o complexo agroindustrial deve ser pensado como um sistema complexo, aberto ou dinâmico, a fim de superar a rigidez mecânica e funcionalista característica dos sistemas fechados. Isso permite, para autor, aperfeiçoar a essência e o significado do conceito de complexo agroindustrial, recuperando sua importância teórica e analítica: “Nos marcos desse novo sentido constitucional do CAI, a ideia da presença de fluxos, animando e possibilitando os processos de organização e interação, remete-nos, por sua vez, ao conceito de rede enquanto forma de organização” (SILVEIRA, 2005, p. 228).

Frente a esta definição, segundo Silveira (2005), é possível verificar os vínculos epistemológicos presentes entre eles, pois enquanto o CAI expressa a essência de um

sistema aberto, o conceito de rede surge como meio de análise e de explicação do funcionamento e da organização daquele sistema. Além disso, a interpretação do complexo agroindustrial como um sistema aberto, ressalta o autor, permite a análise do território como uma variável ativa no desenvolvimento das atividades e processos produtivos, na promoção das ações econômicas e políticas e na circulação dos fluxos materiais, de capitais, de normas e das regulações gerenciais.

O conceito de rede, em nosso entendimento, é representativo para a compreensão da dinâmica do agronegócio de carnes de aves e suínos. Primeiramente porque verifica-se, atualmente, alterações no modo de atuação dos agentes envolvidos na atividade agroindustrial, revelando maior autonomia das empresas líderes que comandam os processos produtivos. Isto resultou em relações muito mais complexas, tanto no âmbito interno e entre as empresas quanto entre estas e os demais atores envolvidos no processo agroindustrial (Estado, instituições, organizações nacionais e internacionais, grupos trabalhistas, consumidores, etc.). Segundo porque estas relações não estão mais circunscritas a um território específico, mas são marcadas pela conexão de uma gama de agentes e lugares. Como a rede possui a característica de formar “linhas” que ligam “pontos”, ela se torna relevante na identificação dos agentes e locais imbricados na organização agroindustrial e o território, neste contexto, figura como a base sob qual perpassam os fluxos materiais e imateriais que dão suporte para as redes agroindustriais.

Buscamos, de tal modo, abordar a rede agroindustrial de carnes de aves e suínos forma a privilegiar a identificação dos atores e suas formas de atuação, além de destacar o papel do território – que assim como os atores, se apresenta conectado à diferentes níveis escalares. Para tanto, entendemos que é necessário retomar alguns conceitos cunhados na ciência geográfica que permitem interpretar as articulações e as implicações socioespaciais da atividade agroindustrial. Estes conceitos, que serão mostrados adiante, são de fundamental importância para a interpretação da atual dinâmica do agronegócio de carnes de aves e suínos, suas articulações e suas implicações sócio-espaciais.

## 2.2 Pressupostos conceituais para a definição de redes agroindustriais

A reestruturação produtiva da agropecuária verificada no Brasil a partir da década de 1980, provocou intensas transformações, não somente no processo produtivo em si, mas nas formas de organização da produção e nas relações entre cadeias industriais, grupos empresariais e o Estado. As crises cambiais de 1982 e 1999, como argumenta Delgado (2012), desencadearam a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, baseado na articulação público privada da política agrária e nas estratégias privadas de acumulação de capital, projeto designado pelo autor de “novo pacto de economia do agronegócio”. A partir dos anos 2000, de tal modo, o que se observa são novas formas de atuação dos agentes com interesses na atividade agroindustrial.

Em uma perspectiva econômica do território, como destaca Fajardo (2011) é possível compreender que as empresas exercem ações que são materializadas no espaço, representadas não somente nas unidades de produção, mas também são expressas nas áreas onde seus mercados são estabelecidos. Nesse sentido, “o espaço rural em sendo base concreta da produção agropecuária, vinculada diretamente às atividades agroindustriais, reproduz também as estratégias corporativas” (FAJARDO, 2011, p. 49). Isto significa que a seleção de atividades ou culturas que caracterizam a matriz produtiva de determinada região são definidas segundo os interesses mercadológicos aliados às estratégias empresariais (FAJARDO, 2011).

Com efeito, a organização de grandes empresas ligadas ao setor agropecuário configurou regiões altamente competitivas no território brasileiro, entendidas como “um compartimento produtivo do espaço geográfico atrelado à produção agrícola moderna” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 20). Nestes espaços, em sua maioria formados por regiões produtoras de *commodities* agrícolas, observa-se a presença de uma gama de atividades econômicas – como a agricultura, a indústria, os serviços e o comércio – e forte densidade técnica e normativa vinculada à atividade agrícola dominante, como destacado por Castillo e Frederico (2010).

A competitividade presente nas regiões onde ocorrem os mais expressivos investimentos produtivos também compõe o que Elias (2011, 2013ab) denomina de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs). Segundo a autora, as RPAs se apresentam de forma conectada aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regional estão articuladas permanentemente com a escala internacional. O

território, nesse contexto, organiza-se tendo por base as imposições do mercado, cujo comando é exercido por grandes empresas nacionais e multinacionais (ELIAS, 2011).

Em consonância ao desenvolvimento destas regiões produtivas, ocorre o aumento dos fluxos materiais e imateriais no território, decorrentes do processo paulatino de mundialização da produção. A expansão do agronegócio globalizado, de tal modo, passa a ser caracterizada por novas lógicas de aglomeração, deslocamento e funcionalidade do setor, promovendo, mais recentemente, a formação das redes agroindustriais (ELIAS, 2011, 2013a, 2013b).

Green e Santos (1992) destacam que por meio de um sistema de aprendizagem, os principais atores da produção foram paulatinamente integrando novas formas organizacionais regidas por um sistema de solidariedade. Nesta nova forma de organização, caracterizada como organização em rede, se sobressai a importância dos meios técnicos que propiciam a fluidez de mercadorias e a informação ganha destaque. Esta última, como ressalta Santos (2008a), tornou-se hoje o verdadeiro instrumento de unificação entre as diversas partes de um território.

Com base nas concepções de redes agroindústrias destacadas anteriormente, procuramos elaborar neste trabalho uma definição que evidencie, além da estrutura organizacional empresarial, os principais atores que participam direta e indiretamente da rede, destacando suas implicações no território. Assim, entendemos a rede agroindustrial como a base organizacional através da qual diferentes atores – em diferentes escalas e de diferentes setores, econômicos ou não – atuam para o desenvolvimento de atividades econômicas produtivas geograficamente dispersas. Em regiões marcadas pela existência de mais de uma corporação do mesmo setor, as redes de cada empresa são superpostas, e os agentes que nela atuam, ora competem, ora cooperam para o desenvolvimento da atividade.

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, fruto do aprofundamento da divisão territorial do trabalho, e com o aumento dos fluxos materiais e informacionais, como destacado por Castillo e Frederico (2010), cada vez mais os locais de produção tornam-se distantes dos locais de consumo. Para os autores, esse processo tornou mais complexa tanto a distribuição espacial das atividades econômicas quanto as relações entre as diferentes etapas, em diferentes lugares, da produção. Os conceitos de circuito espacial da produção e círculos de cooperação no espaço, nesse sentido, tornam-se fundamentais para o entendimento destas articulações e de suas implicações sócio-espaciais (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

O conceito de circuito espacial produtivo, conforme Castillo e Frederico (2010), ressalta, a um só tempo, a importância da circulação entre as diversas etapas produtivas (*circuito*), o papel determinante do espaço na reprodução social (*espacial*) e o enfoque na atividade produtiva dominante (*produtivo*). Em relação a atividade,

Os circuitos de produção e acumulação se estruturam a partir de uma atividade produtiva definida como primária ou inicial. Tais circuitos constituem uma série de fases ou degraus correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final. Uma atividade pertencerá a um dado circuito quando o seu insumo principal provier da fase anterior do mesmo circuito. Caso contrário, considera-se que a partir desse ponto se desenvolve um outro circuito, a ser estudado separadamente. (BARRIOS, 1978 apud SANTOS, 1986, p.125).

Para a análise das redes agroindustriais, tão importante quanto a definição da atividade primária ou inicial é a identificação das diversas etapas produtivas encadeadas pela circulação de matéria e/ou informação. “Como, no processo global de produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornaram mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação” (SANTOS, 2008a, p. 268). Além disso, Santos e Silveira (2013) ressaltam que a abordagem dos circuitos espaciais de produção é relevante para entender o funcionamento do território por captar o “movimento”, indo além da interpretação da divisão territorial do trabalho – que dá apenas uma visão mais ou menos estática de um país.

Os circuitos de ramos, de firmas e territoriais, definidos por Santos (1986), seriam categorias de análises importantes para indicar as modalidades de uso do território. Conforme o autor, os circuitos dos ramos permitem identificar, por meio das relações técnicas precedentes à atividade e as relações sociais correspondentes, a localização das atividades e as especificidades dos lugares. Os circuitos de firmas permitem a análise das relações econômicas em diferentes níveis e escalas, além do reconhecimento das relações sociais que as grandes empresas provocam ou controlam. A noção de circuitos territoriais, também chamados de circuitos espaciais, por fim, sintetiza os demais circuitos e, conforme Santos (1986, p. 130),

[Os circuitos espaciais] nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração do espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país. Aí se conjugam as relações de produção social, que os circuitos de ramos tipificam, as relações sociais de produção, dada pelas firmas, mas também as relações de produção do passado, mantidas ou rejuvenescidas pelas relações atuais e representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social.



As rugosidades – entendidas como formas herdadas, provenientes de momentos anteriores (SANTOS, 2008a) – são enfatizadas na definição de Santos (1986), remetendo ao papel ativo do espaço geográfico. Para o autor, o processo social – e, portanto, espacial – sempre deixa heranças que se constituem como condição para novas etapas e o espaço geográfico passa a ser concebido como uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2008a).

Além destas características, é importante salientar que a produção não se limita ao ato produtivo em si. Para Moraes (1985) essa definição remonta a Marx, quando este explicita a unidade contraditória entre a produção, a distribuição e o consumo. Embora sejam consideradas fases distintas, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, são elementos de uma mesma totalidade e diferem-se no interior de uma mesma unidade (MORAES, 1985). Para o autor, “[...] discutir os circuitos espaciais da produção é discutir a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (MORAES, 1985, p. 4).

A centralidade dos fluxos, nesse sentido, evidencia também a importância dos círculos de cooperação no espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2013). Consenso entre alguns autores, os círculos de cooperação permitem conectar as distintas etapas da produção espacialmente separadas, além de articular os agentes e os lugares que participam do circuito espacial da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010; MORAES, 1985; SANTOS; SILVEIRA, 2013; SILVEIRA, 2010).

Se para a equação interna da firma hoje é mais rentável dividir as etapas técnicas de sua produção e abarcar as diferentes regiões do país, também se torna necessário unificar as etapas, tecendo verdadeiros círculos de cooperação que cingem o território sob a forma de ordens, informações, propaganda, dinheiro e outros instrumentos financeiros. (SILVEIRA, 2010, p. 81).

De tal modo, é possível inferir que enquanto os circuitos espaciais de produção presumem a circulação de matéria no encadeamento das atividades de produção, distribuição, troca e consumo, os círculos de cooperação no espaço abarcam a comunicação – exemplificada pela transferência de capitais, ordens e informação – que garantem os níveis de organização necessários para a articulação destas atividades (CASTILLO; FREDERICO, 2011).

Estes conceitos, como destacam Santos e Silveira (2013), mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições e dos indivíduos. O território torna-se, assim, o local onde coexistem vários tipos de fluxos e, portanto,

onde superpõem-se também os diversos circuitos da produção e os círculos de cooperação no espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

A organização das redes agroindustriais, de tal modo, pressupõe a relação entre os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no encadeamento de suas atividades de produção, distribuição, troca e consumo. Como destacado por Silveira (2005, p. 216), as atividades agroindustriais possuem como característica “a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares”. É neste sentido que o conceito de rede se torna um recurso analítico importante para a identificação e análise das características, particularidades e principais variáveis que resultam da interação entre as agroindústrias e o território que ela integra (SILVEIRA, 2005).

Ademais, como as redes agroindustriais articulam diferentes pontos geograficamente dispersos, as estratégias de ação das empresas também diferem segundo as condições apresentadas pelos lugares. Ou seja, cada ponto do território oferece – ou é chamado a oferecer – aptidões específicas à produção (SANTOS; SILVEIRA, 2013). As redes agroindustriais, de tal modo, representam a associação de todas as etapas inerentes ao seu funcionamento e, na maioria dos casos, expressam a articulação entre o espaço regional/local e os espaços nacional e mundial. Como destaca Santos (2008a, p. 289-270), “as redes seriam incompreensíveis se apenas a enxergássemos a partir de suas manifestações locais e regionais. Mas estas são também indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo”.

A partir desta constatação, entendemos que as redes agroindustriais apresentam dois recortes complementares em sua organização: o primeiro, que chamamos de rede corporativa, possui um carácter estritamente técnico da empresa e envolve, com mais frequência, articulações que transcendem a escala local/regional. O segundo, definido como rede local, representa a base sobre o qual as atividades de produção são realizadas, e permite enfatizar tanto a constituição do território como os atores que direta e indiretamente participam do desenvolvimento das etapas produtivas.

Nas condições atuais, como ressalta Santos (2008a), os arranjos espaciais não se dão apenas por pontos contíguos e contínuos, mas sim através pontos descontínuos interligados, formando um espaço de fluxos reguladores. Esta segmentação, para o autor, sugere a existência de pelo menos dois recortes:

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separado uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. (SANTOS, 2008a, p.284, grifos do autor).

As concepções de horizontalidades e verticalidades, assim, norteiam as definições de redes corporativas e redes locais: enquanto a primeira está relacionada principalmente aos fluxos gerados entre locais descontínuos onde se realizam os processos de produção, distribuição e consumo, a segunda presume o funcionamento da produção que ocorre em áreas contínuas e que por se tratar de um território específico, possui particularidades e singularidades quanto a sua organização. Na definição de Santos (2008a), a principal diferença entre as horizontalidades e as verticalidades é que enquanto as horizontalidades presumem a produção propriamente dita – e por isto é o lugar onde há uma cooperação mais limitada – as verticalidades ocorrem sobretudo nos outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), o que exige uma cooperação mais ampla, tanto econômica, política e geograficamente.

Para Cunha (2003), a rede agroindustrial pressupõe não somente as formas organizacionais das empresas, mas todos os fluxos impostos à organização e pela organização, compreendendo redes hierárquicas e de cooperação. Nesse sentido, as redes corporativas e locais não são excludentes, mas estão constantemente em interação. Em grande medida, as redes corporativas – que apresenta uma organização hierárquica – influenciam direta e indiretamente sobre as redes locais, que estão inscritas sobre as particularidades do território. No espaço regional, de tal modo, ocorre aquilo que Santos (2008a) denomina de solidariedades organizacionais: “as regiões existem porque sobre elas se impõe arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos de sua existência e definição” (SANTOS, 2008a, p. 285).

As RPAs, conforme Elias (2011), estão conectadas aos centros de poder e consumo mundial e as escalas locais e regionais estão articuladas permanentemente com a escala internacional. O território, nesse contexto, organiza-se tendo por base as imposições do mercado, cujo comando é exercido por grandes empresas nacionais e multinacionais, ou seja, nestes espaços há a presença de novos fluxos inerentes às redes agroindustriais, e as verticalidades predominam sobre as horizontalidades (ELIAS, 2011).

Segundo Santos (2008a), este fenômeno ocorre por que as verticalidades criam dependências, cuja intensidade e número varia de acordo com as necessidades de

cooperação entre os lugares. “Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema” (SANTOS, 2008a p. 285). Assim, consideramos que as redes corporativas têm como característica principal a imposição de fluxos imateriais. Estes permitem tanto a busca do funcionamento ideal nas diferentes etapas produtivas, quanto nas relações que a empresa estabelece com outros ramos produtivos.

A intensidade destes fluxos também impõe às regiões adaptações necessárias ao funcionamento das atividades produtivas. Se por um lado as verticalidades predominam sobre as horizontalidades, por outro, as horizontalidades são extremamente difundidas no território (ELIAS, 2011). Quanto maiores e mais intensas as imposições dadas sob um comando que é global, maiores são os requisitos impostos ao território em que as atividades de produção propriamente dita estão localizadas. As redes locais, apesar de sua limitação analítica – por utilizar um recorte espacial que possui especificidades e singularidade que são inerentes a cada lugar – permite analisar com mais afinco os desdobramentos da atividade produtiva no território. Isso inclui, entre outros, o desenvolvimento de fluxos materiais e imateriais que se estabelecem no território – utilizado como “espaço-valor” nas atividades produtivas, ou seja, “mercadoria cuja aferição é função de sua prestabilidade ao processo produtivo e da parte que toma na realização do capital” (SANTOS, 2008a, p. 82).

Como recurso metodológico, a diferenciação entre redes corporativas e redes locais na composição das redes agroindustriais permite identificar tanto a estrutura na qual as grandes empresas operam, bem como evidenciar a posição que cada agente ocupa no circuito espacial produtivo. Além disso, permite analisar os impactos territoriais decorrentes da internacionalização da produção, ou seja, analisa como o território é utilizado pelas empresas e como este responde a demandas globais. Em nosso estudo, que privilegia o agronegócio de carnes de aves e suínos presente no Oeste Catarinense, as redes corporativas envolvem a análise empírica da organização técnica dos grupos líderes do setor, a identificação das etapas de produção e os locais articulados por fluxos materiais e imateriais. As redes locais, por outro lado, privilegiam as questões pertinentes ao território, como características socioespaciais, as atividades e os agentes locais que participam das redes agroindustriais.

### 2.3 Redes corporativas do agronegócio de carnes de aves e suínos e a feição do circuito espacial produtivo no Oeste Catarinense

Atualmente, na região Oeste Catarinense, três grandes empresas relacionadas ao agronegócio de carnes de aves e suínos têm se destacado nos cenários nacional e internacional: a Brasil Foods S. A. (BRF), a Seara (pertencente ao grupo JBS) e a Aurora Alimentos. A composição das duas primeiras empresas, em consonância com as recentes tendências de reorganização empresarial, é marcada por aquisições e fusões de capitais. Em 2013, as empresas Sadia e Perdigão concluíram oficialmente a fusão de seus ativos e a criaram a BRF e, no mesmo ano, a Seara foi adquirida pelo grupo JBS S. A. Vale ressaltar que assim como as demais marcas controladas pela JBS, a Seara possui administração própria<sup>10</sup>. A Cooperativa Central Aurora Alimentos, diferente das anteriores, é uma cooperativa produtora de alimentos e tem em sua base outras 13 cooperativas filiadas.

Em comum, estas empresas apresentam o fato de destinar grande parte de sua produção a mercados globais dinâmicos, e para tal buscam, a todo custo, manter-se competitivas neste cenário. A rede corporativa, assim, é reflexo das decisões tomadas pela gerência da empresa e que repercutem em sua estrutura organizacional e produtiva. Para isto, a rede é marcada, em grande medida, pela imposição de fluxos imateriais que garantem a organização das etapas geograficamente segmentadas da administração, produção, circulação, distribuição e consumo. As estruturas internas das empresas, em seus diferentes lugares e com seus respectivos atores, compõem o cerne da rede corporativa, e as estratégias competitivas representam como esta organização se adapta para responde às imposições externas.

A dinâmica concorrencial entre as empresas que atuam no mercado internacional fez com que a BRF, a Seara/JBS e a Aurora desenvolvessem, dentro de sua estrutura organizacional, departamentos específicos ligados à pesquisa e inovação. Estes seriam responsáveis tanto por pesquisas e desenvolvimento de produtos, pesquisa agropecuária e melhorias nos processos produtivos e fabris quanto por estudos relacionados ao comportamento do consumidor e estratégias de *marketing*. Em relação aos produtos, as estratégias empresariais compreendem a melhoria e a ampliação de marcas, o

---

<sup>10</sup> Neste trabalho utilizaremos o nome JBS para referir ao grupo agroindustrial de forma geral (com todas as marcas a ela associadas), e o termo Seara/JBS para referir especificamente a marca Seara.

desenvolvimento de marcas regionais e a customização da produção de acordo com as exigências (técnicas e religiosas) dos mercados consumidores.

Temas como a qualidade dos produtos e a sustentabilidade também estão presentes nas estratégias adotadas pelas empresas, e possuem influência em toda as etapas de produção, desde a criação de matrizes até o produto final. A seleção da genética, parte inicial do processo, já ocorre visando as características que os suínos e as aves devem apresentar em um período de cria estipulado, tendo reflexo também na qualidade do produto final. Da mesma forma, a ração é preparada segundo critérios nutricionais que permitam o desenvolvimento do animal e valorizem características específicas para o processamento industrial. Na fase de criação dos animais, que ocorre em granjas próprias e por produtores integrados, a prioridade tem sido o bem-estar animal. Ambas empresas possuem um manual de conduta que os produtores integrados devem seguir para propiciar o bem-estar dos animais, além de treinamentos com equipes especializadas. As normas técnicas que visam o bem-estar animal e as normas religiosas, em alguns casos (para mercados específicos), são avaliadas periodicamente por equipes especializadas, que podem inclusive descontinuar contratos caso as exigências não sejam cumpridas<sup>11</sup>.

Entre os fatores que influenciam nas atividades empresariais globais, tem-se destacado, além da qualidade dos produtos e o bem-estar animal, a preocupação ambiental e social, decorrida da constante pressão exercida por organizações nacionais e internacionais. Com efeito, as questões sociais e ambientais passaram a ser incorporadas nas estratégias adotadas pelas empresas. Entre os últimos, destacam-se as ações voltadas a gestão da água, efluentes e resíduos, a redução de emissões, a eficiência energética e a preservação ambiental. Quanto à questão social, a empresas têm investido parcela de seus recursos na criação de institutos, com diferentes finalidades sociais<sup>12</sup>.

Por meio das estratégias apresentadas pelas empresas, é possível identificar algumas das características de atuação das empresas no mercado mundial. Com um

---

<sup>11</sup> O transporte dos animais também segue normas específicas para o bem-estar animal e, assim como ocorre com os produtores, o não cumprimento destas pode implicar na rescisão de contratos. Além das transportadoras, todos os fornecedores das empresas estão submetidos a códigos e programas de conduta sustentáveis e são periodicamente submetidos a auditorias. Na fase do processamento industrial, prioriza-se o abate humanitário dos animais e em relação aos colaboradores, são desenvolvidos programas voltados a saúde e segurança, oportunidade para pessoas com deficiência, respeito a normas trabalhistas e combate ao trabalho escravo e infantil.

<sup>12</sup> A JBS mantém o Instituto Germinare – entidade sem fins lucrativos que oferece ensino profissionalizante gratuito a crianças e adolescentes. A BRF, por meio do Instituto BRF, coordena investimentos sociais nas regiões onde há unidades da empresa. A Aurora, por seu caráter cooperativo, tem como base a política de partilha dos resultados, e mantém a Fundação Aury Luiz Bodanese, que atua em programas relacionados ao desenvolvimento ambiental, cultural e social.

mercado consumidor cada vez mais exigente, as empresas foram “impelidas à maior proximidade dos mercados finais e à maior diversificação/diferenciação dos produtos” (MAZZALI, 2000, p. 40). As demandas criadas por esta clientela, vale ressaltar, vão além da qualidade do produto em si, atentando para fatores como a sustentabilidade e boas práticas no manejo/abate dos animais.

Conforme Mior (2003), particularmente para os mercados de produtos processados da Europa e Japão, as empresas tiveram que se pautar em novos critérios de qualidade ao longo de todas as etapas da produção, e aspectos como qualidade ambiental, sanidade e segurança na etapa de processamento/industrialização passaram a ser requisitos fundamentais para a exportação. Com base nestas exigências, as grandes empresas buscam hoje atrelar ao produto final um conjunto de valores sanitários, ambientais e sociais buscando conquistar novos mercados. A adesão a temas como a sustentabilidade, qualidade, bem-estar animal e ações sociais, nesse sentido, conferem às empresas inserção e maior competitividade no mercado mundial.

Os consumidores e os órgãos internacionais, assim, compreendem os chamados atores não econômicos que fazem parte da rede agroindustrial. Sua influência na rede corporativa ocorre através da criação de demandas (voláteis ou não) e/ou do apelo voltado a temas específicos (como a questão ambiental e social), que fazem com que as empresas repensem suas estratégias e busquem transformar estas imposições em vantagens competitivas.

A efetivação destas estratégias depende, entretanto, de forma crucial da articulação com demais agentes que configuram e participam do circuito espacial produtivo de aves e suínos. O estabelecimento de fluxos materiais e imateriais, nesse sentido, se apresentam como fundamentais para o funcionamento geral da produção. Para Silveira (2005, p. 228), “a ideia da presença de fluxos, animando e possibilitando os processos de organização e de interação, remete-nos, por sua vez, ao conceito de rede enquanto forma de organização”. A rede corporativa, nesse sentido, caracteriza a forma como estão conectadas as diferentes fases e distintos locais na produção de um determinado produto. A dispersão geográfica das etapas, como ressaltam Santos e Silveira (2013), só é possível através da criação de um sistema de circulação, material e imaterial. Estes, por vez, configuram o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no espaço relativos aos processos de produção, distribuição e consumo.

Partindo da atividade primária ou inicial, que representa a primeira etapa do circuito espacial produtivo, é possível identificar as demais fases e processos de

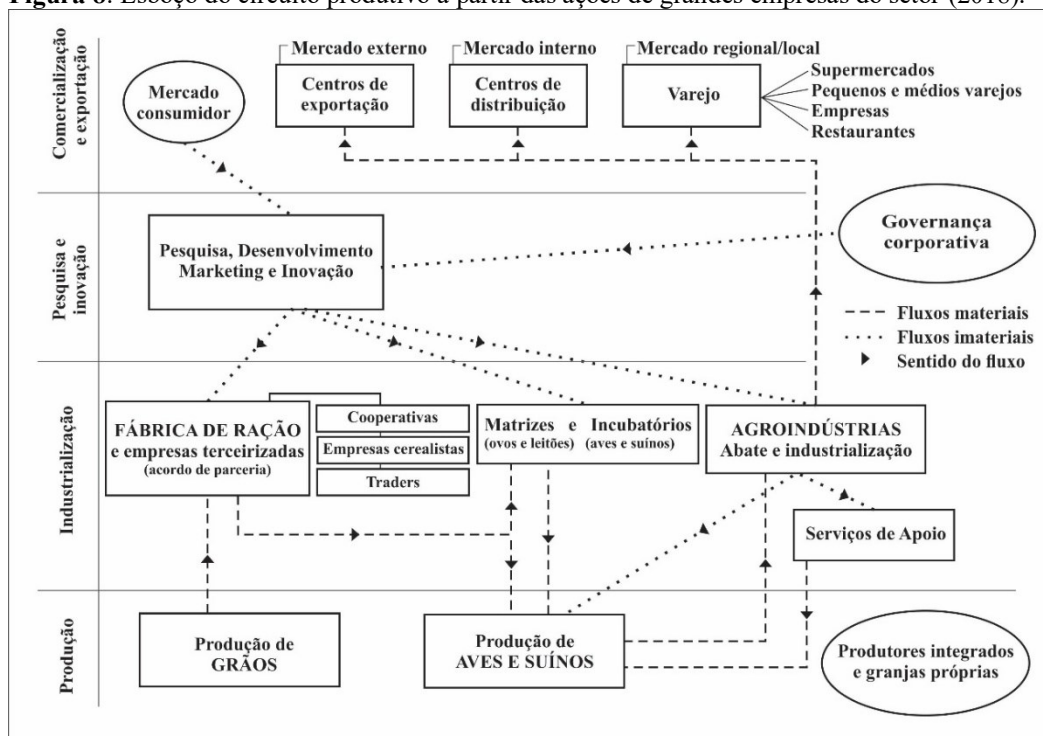
transformação por que passa o produto principal até chegar ao consumo final (BARRIOS, 1978, apud SANTOS, 1986). Em nosso estudo, esta atividade é representada pela produção propriamente dita dos animais, especificamente a de aves e suínos. O movimento permanente da circulação de matéria e de informação inerente a rede corporativa, que vai da produção até o consumo final orientado pela circulação de normas e informações, será representado pelo circuito espacial produtivo das agroindústrias que atuam no Oeste Catarinense. Após a identificação dos locais que compõem as etapas produtivas encadeadas pelo fluxo material, identificaremos os fluxos imateriais que são responsáveis por unificar estas etapas segmentadas da produção. Por suas formas de organização diferenciadas, é possível reconhecer, no interior do circuito como um todo, especificidades praticadas por grandes empresas (como é o caso da BRF e Seara/JBS), bem como as que resultam da estrutura organizacional praticada por uma grande cooperativa (caso da Cooperativa Central Aurora Alimentos).

Conforme a figura 8, a matéria prima da BRF e da Seara/JBS é produzida em granjas próprias e por produtores integrados. As etapas à montante desta compreendem a fabricação da ração, a produção de matrizes e os incubatórios e os serviços de apoio, que se localizam regionalmente, a fim de atender aos produtores rurais. A ração é preparada em fábricas próprias e por empresas terceirizadas e os fornecedores de grãos compreendem produtores rurais, cooperativas e cerealistas – localizados na região onde ocorre a produção – e os *traders*, que fazem a intermediação da negociação entre produtores e compradores nacionais e internacionais. A jusante da criação de aves e suínos temos as agroindústrias que realizam o abate e a industrialização e, por fim, o transporte para os centros de exportação, centros de distribuição e as vendas a varejo.

A localização das unidades fabris, de tal modo, pressupõe a existência de uma área de produção que fornece suprimento às agroindústrias, assim como a presença dos serviços que dão suporte a esta produção (fabricação da ração, matrizes, incubatórios e serviços de apoio). A localização dos centros de distribuição, por outro lado, implica na existência de um mercado consumidor significativo para o produto final. Nesse sentido, a identificação destes locais permite analisar as relações que se estabelecem entre a agroindústria – com sua respectiva região produtora – e o destino final dos produtos industrializados. Tecem-se, entre produtores, agroindústrias e consumidores, fluxos materiais encadeados pelo transporte, também exercido sob o controle das empresas.



**Figura 8:** Esboço do circuito produtivo a partir das ações de grandes empresas do setor (2018).

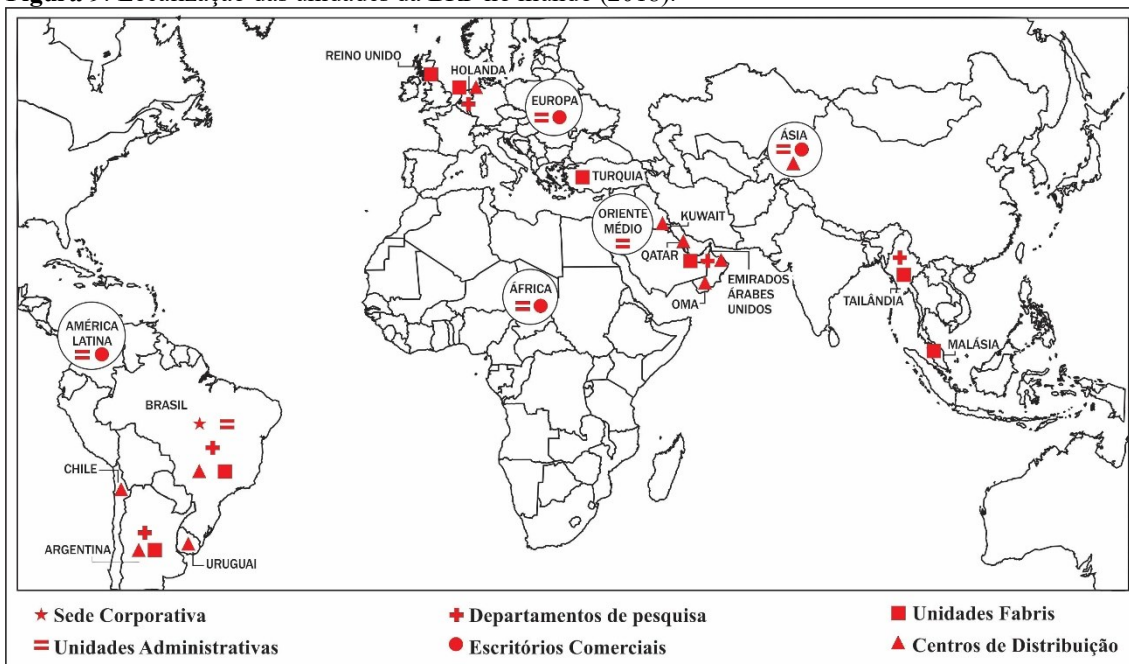


Fonte: Relatório Anual JBS (2017) e Relatório Anual BRF (2016). Elaboração: Motter (2018).

A topologia de um grande agente, como é o caso do grupo BRF, revela a atual extensão do circuito, especialmente no que se refere ao mercado consumidor. De acordo com o Relatório Anual e o site oficial, a BRF possui 56 unidades produtivas: duas localizadas na Europa (Holanda e Reino Unido) – resultado da constituição de uma joint venture<sup>13</sup> com a Invicta Food; cinco unidades produtivas no Oriente Médio (Emirados Árabes e Turquia) – através da constituição da subsidiária OneFoods, que opera em cadeia integrada com as fábricas localizadas no Brasil; cinco unidades na Ásia (Tailândia e Malásia); nove na América Latina (Argentina) e; 35 unidades produtivas no Brasil, representadas na figura 9. No Brasil, as agroindústrias estão localizadas em dez estados, nomeadamente Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>13</sup> Segundo Sandroni (1999, p. 315), “a expressão joint-venture designa o processo mediante o qual empresas se associam para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro”.

**Figura 9:** Localização das unidades da BRF no mundo (2018).



Fonte: BRF (2016; 201). Elaboração: Motter (2018).

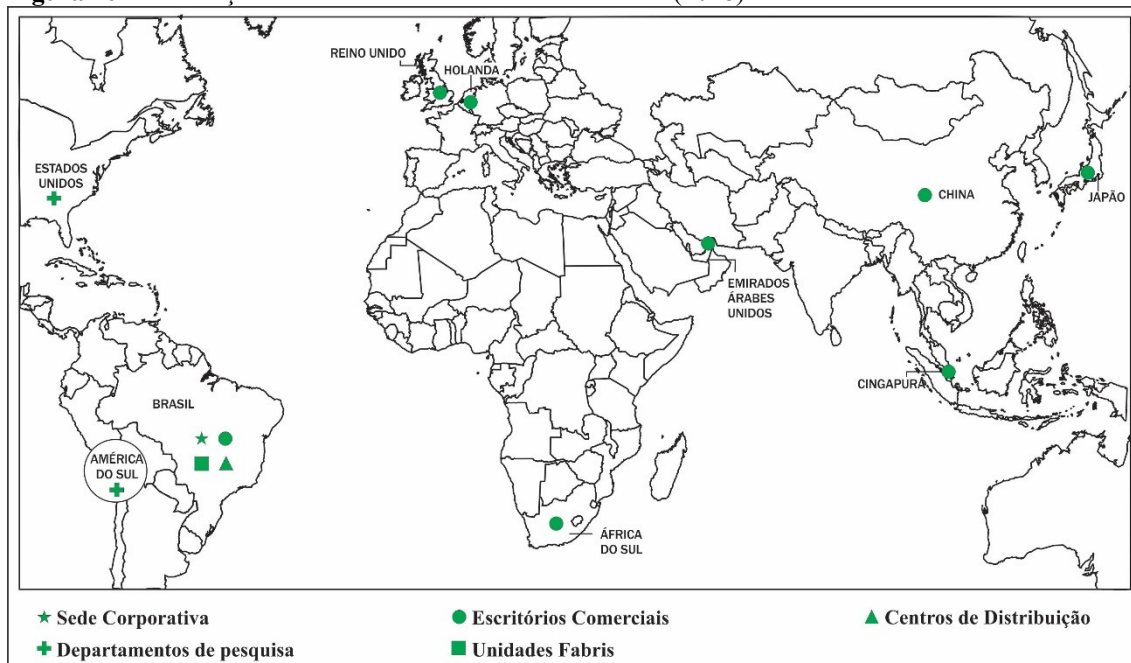
Além das unidades produtivas, a BRF conta com 47 centros de distribuição, assim localizados: uma unidade na Europa (Holanda), dois centros na Ásia<sup>14</sup>, 11 unidades no Oriente Médio (Emirados Árabes, Qatar, Omã e Kuwait); 13 na América Latina (Chile, Argentina e Uruguai); e 20 centros no Brasil (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (BRF, 2016, 2018). A empresa também possui escritórios comerciais na Europa, Ásia, América Latina e na África, que tem como função negociar e abastecer diferentes regiões, identificando o perfil do consumidor de cada localidade (BRF, 2018). Por meio destas instalações, a BRF atende mais de 150 países, de acordo com o site oficial da empresa.

A Seara/JBS possui 52 unidades fabris e 14 centros de distribuição localizados em dez estados brasileiros, a saber, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Ceará e em Pernambuco há apenas centros de distribuição (JBS, 2017, 2018). Cabe ressaltar que a produção da Seara ocorre somente no Brasil, entretanto, a marca atende mais de 125 países, com destaque para o Oriente Médio, Europa e Ásia (JBS, 2017). As diretorias comerciais da Seara, de tal modo, possuem estrutura própria para o atendimento de clientes e estão localizadas em oito mercados diferentes: China, Japão,

<sup>14</sup> Sem dados da localização precisa dos centros de distribuição.

Cingapura, Europa (Holanda e Reino Unido), Brasil, Emirados Árabes Unidos e África do Sul (JBS, 2017, 2018), representados na figura 10.

**Figura 10:** Localização das unidades da Seara/JBS no mundo (2018).



Fonte: JBS (2017). Elaboração: Motter (2018).

A estrutura operacional da JBS, da qual a Seara faz parte, contempla ainda outras unidades de processamento de carne de aves e suínos, que são conduzidas com autonomia, são elas: JBS USA Pork (detentora da Marca Swift e Swift Premium), que atua nos Estados Unidos; Pilgrim's Pride, que está presente nos Estados Unidos, México e Porto Rico; e a Moy Park (Adquirida pela Pilgrim's Pride), que possui unidades de processamento e fabricação na Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Holanda (JBS, 2018).

Conforme Santos e Silveira (2013, p. 153), “as grandes empresas organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção. Para funcionar, elas devem regular seus processos produtivos – hoje dispersos no território –, sua circulação, sua contabilidade, etc.”. Assim, os fluxos materiais e imateriais se estabelecem no território, envolvendo produtores, fornecedores, mercado consumidor e administração empresarial. A circulação material que permeia as atividades produtivas da BRF e da Seara/JBS, de tal modo, se estabelece dentro e entre diferentes países/continentes, como demonstram a localização das unidades fabris e do mercado consumidor, representado pelos centros de distribuição, escritórios comerciais e países importadores. A circulação da matéria, entretanto, só ocorre tendo como base a imposição de ordens, capitais e informação. Estas

são representadas pelos círculos de cooperação no espaço que, na rede corporativa, são os responsáveis pela interação e sincronia das etapas geograficamente separadas da produção, distribuição e consumo.

O topo da organização dos grupos BRF e Seara/JBS é composto pela governança corporativa, que desde que tais agentes entraram no mercado de ações da BM&F Bovespa, atende a requisitos exigidos no Novo Mercado, revelando a imersão dos mesmos nas práticas comandadas pelo capital financeiro. Conforme os relatórios anuais, a organização da BRF e da JBS contemplam a assembleia geral de acionistas, o conselho de administração, conselho fiscal, diretoria executiva e os comitês de assessoramento.

Com sede em Itajaí-SC e escritório corporativo em São Paulo-SP, a BRF possui gestão descentralizada, com diretores gerais responsáveis pela condução de negócios locais divididos em seis regiões: América Latina, Oriente Médio e Norte da África, África, Ásia, Europa/Eurásia e Brasil (figura 9). Neste, a empresa possui cinco lideranças regionais: Nordeste (Recife), Centro Oeste/Norte (Brasília), São Paulo (São Paulo), Sul (Curitiba) e Sudeste (Rio de Janeiro) (BRF, 2016, 2018). A JBS possui sua sede e área de apoio corporativo na cidade de São Paulo-SP (figura 10), e os negócios pertencentes ao grupo são conduzidos com autonomia. Tem-se assim a estrutura dividida em duas plataformas de negócios: a JBS América do Sul – que compreende os negócios conduzidos pela Seara, JBS carnes, JBS couros e JBS novos negócios – e a JBS América do Norte, que engloba a JBS USA Beef (Austrália e Canadá), JBS USA Pork e a Pilgrim's Pride (Moy Park) (JBS, 2018).

Os departamentos ligados à pesquisa e inovação estão logo abaixo dos gestores e do conselho de administração, e possuem significativa importância no funcionamento da empresa. Entre suas principais funções, destaca-se o estabelecimento de estratégias, tanto relacionadas ao funcionamento interno da empresa (pesquisa agropecuária, melhoria nos processos fabris, entre outros), como estudos relacionados ao comportamento do consumidor e estratégias de *marketing*.

A localização dos centros destinados à pesquisas e inovações da BRF leva em consideração as regiões nas quais ocorre o processamento industrial (figura 9), a saber: Brasil (Jundiaí-SP), Argentina (Buenos Aires), Europa (Holanda), Oriente Médio (Abu Dhabi) e Ásia (Tailândia) (BRF, 2018). O grupo JBS, por outro lado, possui um centro global de pesquisa, localizado em Greeley – Estados Unidos (figura 10), e outras cinco regionais, localizadas na América do Sul, América do Norte, México, Europa e Austrália (JBS, 2017). A constituição deste centro de pesquisa e inovação, conforme o relatório

anual da empresa, consiste em uma parceria firmada entre a esta a Universidade do Estado de Colorado (CSU).

Seguindo o caminho inverso ao dos fluxos de matéria prima, os centros de pesquisa e inovação geram fluxos de normas e informações que seguem para as fábricas de rações, para as matrizes e incubatórios e para as agroindústrias. Além disso, estes departamentos, em consonância com as diretrizes da empresa, desenvolvem normas de condutas para os fornecedores das agroindústrias (transportes, serviços de apoio e produtores integrados), que são constantemente avaliados por equipes especializadas.

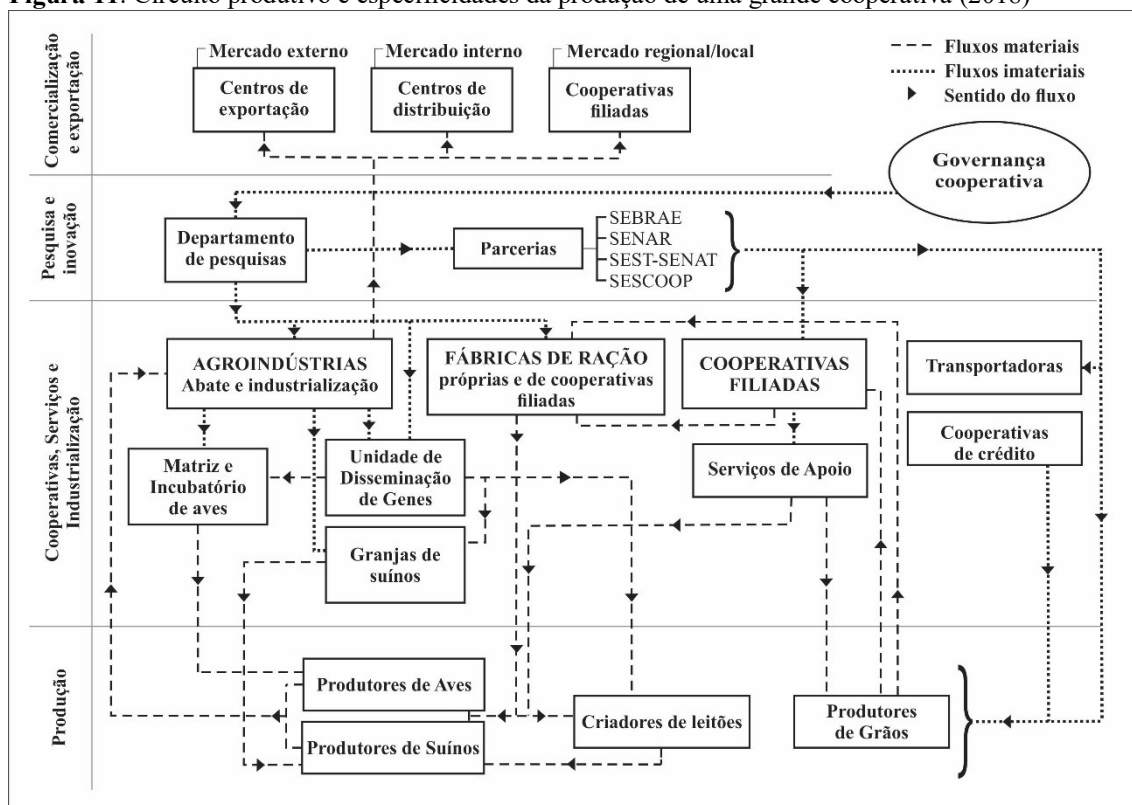
Concordamos com Green e Santos (1992) quanto os autores ressaltam que a estruturação do sistema agroalimentar ocorre por meio de redes centralizadas, onde a empresa funciona como emissora de ordens para os demais integrantes da rede. Para os autores, no caso dos agricultores contratados, a empresa emissora de ordens controla e determina a forma de produção por meio de um rol de tarefas e prescrições, e os produtores são submetidos a controle permanente por parte das empresas, que aportam também assistência técnica aos contratados. O papel do produtor integrado, nesse sentido, passa a ser o de produtor especializado em determinado produto, cujas especificações são determinadas previamente por mercados consumidores distantes.

A Aurora alimentos, diferente dos grupos tratados anteriormente, possui uma organização particular, por ser uma cooperativa produtora de alimentos, inserindo deste modo aspectos particulares ao circuito espacial produtivo de aves e suínos no Brasil. Conforme Mior (2007), a Aurora Alimentos construiu uma rede própria de produção, processamento, industrialização e distribuição de carnes de aves e suínos, e apesar de abranger uma gama de estruturas sociais, dada sua relação com as cooperativas filiadas, “sua inserção econômica se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional, isto é, aposta na economia de escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização” (MIOR, 2007, p. 6). Vale ressaltar que além de atuar na industrialização e comercialização de carnes suínas, aves e suplementos para nutrição animal, a Cooperativa Central Aurora Alimentos também trabalha com a industrialização e comercialização de lácteos e pescados, que não serão avaliados neste trabalho.

A produção de carnes de aves e suínos comandada pela cooperativa está representada na figura 11, e compreende um número maior de agentes se comparada a organização da BRF e JBS. Isto se deve ao formato no qual atua, qual seja, o modelo de cooperativismo. A atividade primária, de tal modo, é realizada principalmente por

produtores de aves, suínos e criadores de leitões associados às cooperativas filiadas. As fases anteriores, ligadas por fluxos materiais, compreendem o centro de disseminação de genes, a criação de matrizes, os incubatórios, as granjas, a produção da ração e os serviços de apoio. Na avicultura, a cooperativa é responsável por fornecer as matrizes e a ração aos produtores rurais. Com relação a produção de suínos, a ração é fornecida tanto pela Aurora como por cooperativas filiadas, por meio do estabelecimento de parcerias. A produção de leitões também é realizada em parceria, sendo que parte dos leitões entregues aos cooperados é oriunda das granjas da Aurora e outra parte é fornecida por produtores especializados das cooperativas filiadas – que contam com a genética desenvolvida pelo Centro de Disseminação de Genes da Aurora.

**Figura 11:** Circuito produtivo e especificidades da produção de uma grande cooperativa (2018)



Fonte: Revistas Aurora (2017-2018). Elaboração: Motter (2018).

A ração é produzida em seis fábricas, localizadas em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Além disso, nove cooperativas filiadas possuem fábricas próprias, e atuam em parceria com a Aurora para o abastecimento das granjas de suínos e leitões (AURORA, 2018). A fabricação da ração também envolve outros produtores, nomeadamente os associados às cooperativas filiadas que vendem seus grãos às cooperativas ou diretamente à Aurora para a produção da ração. Estes, assim como os

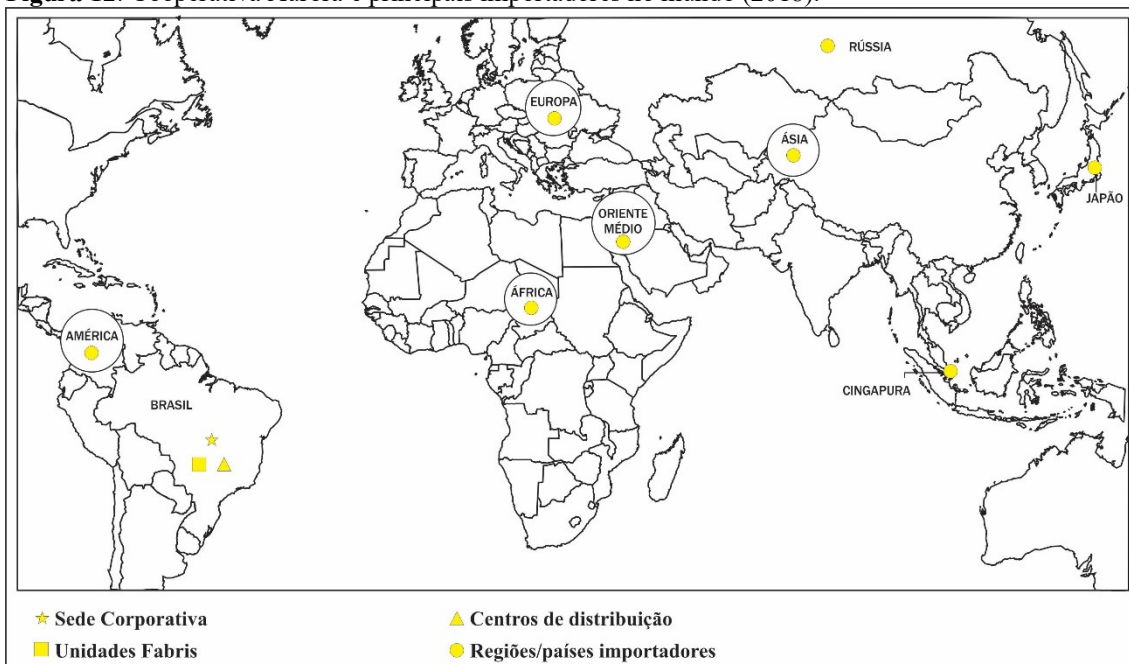
produtores de aves, suínos e os criadores de leitões, contam com assistência técnica fornecida pelas cooperativas filiadas ao sistema. Para os serviços de apoio, as cooperativas contam com técnicos agrícolas, veterinários, zootecnistas e agrônomos que auxiliam os produtores no manejo adequado das propriedades, na nutrição e na genética dos animais. O transporte da ração, das matrizes e dos animais é realizado pela empresa e por transportadoras vinculadas ao sistema cooperativo Aurora.

A principal diferença de atuação entre a Cooperativa Central e as cooperativas filiadas é que enquanto a primeira desempenha funções no setor industrial e de comercialização dos produtos, as segundas são, em grande medida, suporte para as funções primárias. Vale ressaltar que a Cooperativa Central não limita a atuação das cooperativas filiadas ao atendimento de suas demandas. Para as atividades relacionadas à produção de carne de aves e suínos, entretanto, a Aurora Alimentos funciona como centralizadora das matérias primas das cooperativas filiadas.

Após o processo de criação, os animais são conduzidos às unidades de abate e industrialização e, por fim, são transportados para as cooperativas filiadas (mercado local/regional), aos centros de distribuição (que atendem ao mercado interno), ou são escoados por terminais portuários, fronteiras e aeroportos (centros de exportação), com destaque para os portos de Navegantes e Itajaí, no estado de Santa Catarina (AURORA, 2018). O processo de abate e industrialização ocorre em unidades industriais localizadas em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Quanto as unidades destinadas ao atendimento do mercado interno, a Aurora Alimentos possui dois centros de distribuição – localizados em Chapecó (SC) e Curitiba (PR), além da parceria com 18 distribuidoras localizadas na Bahia, Roraima, Acre, Amapá, Manaus, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (AURORA, 2018). A cooperativa também conta com 15 unidades de vendas, que contemplam os Estados de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e os três estados da região Sul (AURORA, 2018). Em relação ao mercado externo, o *site* da Cooperativa Central Aurora demonstra que a cooperativa exporta para mais de 60 países, divididos em nove regiões e/ou países: Ásia, América, Oriente Médio, Japão, Rússia, África, Europa, Cingapura/Pacífico e Eurásia (figura 12).

**Figura 12:** Cooperativa Aurora e principais importadores no mundo (2018).



Fonte: Revistas Aurora (2017-2018). Elaboração: Motter (2018).

A organização e o funcionamento da Aurora, tecido por fluxos de ordens e informações, tem como ponto central a matriz localizada na cidade de Chapecó, além da unidade corporativa comercial localizada na cidade de São Paulo-SP. A estrutura de gestão da empresa, que tem como premissa a governança cooperativa, compreende as assembleias gerais, conselhos administrativos e fiscais, diretoria executiva e os comitês de assessoramento (AURORA, 2018). Subordinada a gestão cooperativa, a Aurora Alimentos possui o departamento de pesquisa e desenvolvimento, que trabalha diretamente com as unidades industriais (agroindústrias, fábrica de rações e unidade de disseminação de genes), marketing e instituições de ensino. Nas unidades industriais, o departamento de pesquisa busca melhorias nos processos fabris, investe em pesquisa e aprimoramento genético de suínos e aves, nas técnicas de manejo, criação e engorda e na elaboração de rações, concentrados e suplementos alimentares (AURORA, 2018).

Além disso, o departamento de pesquisas coordena as parcerias realizadas entre a Aurora Alimentos e as instituições de ensino, agentes estes que compõem o círculo de cooperação. Tanto a empresa como as cooperativas filiadas e seus associados contam com programas desenvolvidos pelas seguintes instituições: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Social do Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). As cooperativas de crédito também possuem papel



importante para o desenvolvimento das atividades no campo, e a Aurora e suas cooperativas filiadas são parceiras do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) (AURORA, 2018).

Assim como as estratégias adotadas pelas BRF e Seara/JBS, os pressupostos de qualidade dos alimentos, a sustentabilidade e o bem-estar animal também norteiam a produção da Aurora. Entretanto, por se tratar de uma cooperativa produtora de alimentos, as estratégias são colocadas aos produtores rurais não por meio de acordos ou contratos, mas pelo aperfeiçoamento e por programas desenvolvidos pelas instituições parceiras da empresa. As instituições de ensino, nesse sentido, exercem importante função na formação dos seus associados.

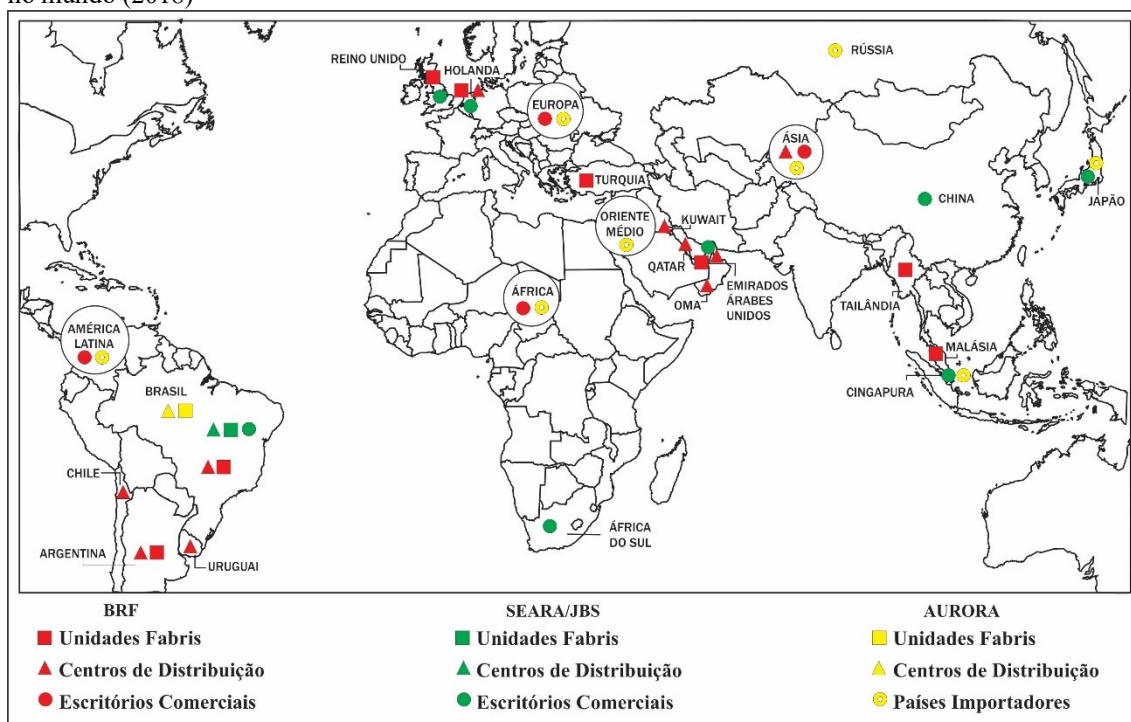
Na relação entre a empresa e os fornecedores de aves e suínos, de modo geral, têm prevalecido como orientação o incremento do padrão de qualidade e da produtividade. Na suinocultura, ocorre o incentivo à especialização do produtor e a “premiação” pela qualidade da carcaça. Para os produtores de aves, “a preocupação crescente com o manejo dos animais conduziu ao privilégio concedido ao pequeno proprietário, cuja atividade é marcada pela presença da mão-de-obra familiar, ao lado de novas formas de pagamento voltadas ao incremento de produtividade” (MAZZALI, 2000, p. 152). Através destas formas de ação, a Aurora implicitamente define e impõe um modelo específico de produção aos associados ao sistema cooperativo.

A organização das agroindústrias no período atual demonstra que suas etapas estão presentes em escala global, e que se relacionam por meio de redes materiais e imateriais. Historicamente, estas empresas iniciaram sua produção de forma modesta no Oeste Catarinense. Paulatinamente, buscaram se fazer presente – seja produzindo, industrializando ou distribuindo alimentos de origem animal – ao longo do território nacional. Por meio de aquisições, fusões e/ou incorporação de firmas, as empresas consolidam sua atuação no mercado interno. A partir dos anos 1990, as estratégias passam a ser novas formas de associação e/ou cooperação para alcançar mercados internacionais e, a partir de então, teve início o estabelecimento de unidades vinculadas às empresas em pontos distintos do território. A articulação destes pontos, de tal modo, ocorreu por meio da constituição de redes materiais e imateriais, que configuram hoje a rede corporativa agroindustrial.

De forma resumida, a rede da BRF é constituída por unidades fabris e centros de distribuição localizados no Brasil, Europa, Oriente Médio, Ásia e América Latina, além de um escritório comercial localizado na África. A Seara/JBS, possui unidades produtivas

somente no Brasil, mas seus centros de distribuição e escritórios comerciais estão presentes no Oriente Médio, Europa, Ásia e África. A Aurora, que também possui unidades produtivas somente no Brasil, tem como mercados importadores a Europa, África, Oriente Médio e Ásia (figura 13).

**Figura 13:** Unidades fabris, centros de distribuição e escritórios comerciais da BRF, Seara/JBS e Aurora no mundo (2018)



Fonte: BRF (2016), JBS (2017) e Aurora (2018). Elaboração: Motter (2018).

De acordo com Santos e Silveira (2013, p. 148) “circuitos da distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas estejam presentes num território unificado pelo mercado”. A localização das etapas de produção, industrialização e distribuição das empresas, de tal modo, é indicativo de como as agroindústrias atuam nos mercados nacional e internacional. Para Mior (2003, p. 118), a expansão geográfica e financeira destes importantes agentes do setor “foi um processo bem-sucedido de construção e estabilização de redes conectando espaços de produção e de consumo através de uma miríade de atores [...] e intermediários [...] dentro de uma estratégia de negociação permanente”.

A descrição da rede corporativa da BRF, Seara/JBS e Aurora teve como intuito identificar os atores e as etapas espacialmente segmentadas da produção de aves e suínos. A estrutura organizacional destes agentes demonstra que ocorrem, entre diferentes atores,

articulações que transcendem a escala local/regional. Tecem-se, entre os diferentes locais de produção, distribuição e consumo, fluxos materiais e imateriais, característicos de redes verticais, pois exigem uma cooperação mais ampla dos atores envolvidos. Além disso, a rede possui uma estrutura hierárquica que se realiza por fluxos de ordem técnica, financeira e de informação, que são fundamentais para o funcionamento geral das empresas.

Em síntese, a noção de rede corporativa demonstra a estrutura organizacional e a atuação global de macroagentes ligados ao agronegócio de carnes de aves e suínos. Essa estrutura, no entanto, só é possível através de uma base na qual ocorre a produção propriamente dita. É nesse sentido que o estudo da rede em sua dimensão local permite analisar a forma como grupos atuam e como territórios específicos respondem às demandas criadas pela rede global estabelecida por tais agentes. As redes corporativas e locais, de tal modo, são complementares entre si, embora a primeira determine sobremaneira o funcionamento da segunda, como veremos a seguir.

#### **2.4 As redes locais do agronegócio de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense**

As redes corporativas do agronegócio de carnes de aves e suínos presentes no Oeste Catarinense estão relacionadas, nos processos de produção, distribuição e consumo, a uma série de lugares geograficamente dispersos, unidos por fluxos materiais e imateriais que transportam matérias, comandos técnicos, econômicos e de informação. Esta racionalidade organizacional, que valoriza a especialização, a articulação e a interconexão dos diferentes agentes e segmentos (SILVEIRA, 2005), transforma o território em um espaço emblemático para o estudo das relações entre as articulações globais e locais.

Como as Regiões Produtivas do Agronegócio encontram-se conectadas aos centros de poder e consumo em nível mundial (ELIAS, 2013a), as redes agroindustriais locais nos permitem entender como ocorre a transformação dos lugares/regiões face a sua integração às dinâmicas gerais do processo de globalização e internacionalização das empresas agroalimentares. Conforme Santos (2008b, p. 81),

O espaço sempre foi o *locus* da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa. Mas, o processo direto da produção é, mais do que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um pedaço determinado de território, adrede organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção.

Por tal motivo, o território deve ser entendido como variável ativa no desenvolvimento das atividades de produção. Segundo Silveira (2005), pode-se considerar que tanto o território diretamente utilizado pelos grupos agroindustriais, quanto o território como um todo (espaço banal) representam, em sua totalidade, um sistema dinâmico. Mais do que simples receptáculo, o território representa possibilidades e condições de usos pelos atores que participam das redes agroindustriais, por meio das características e atributos ambientais, sociais, culturais e econômicos nele imbricados.

#### *2.4.1 Os ativos e os recursos funcionais ao agronegócio de carnes de aves e suínos*

Para Benko e Pecqueur (2001), os atributos locais possuem hoje um papel determinante na competitividade de certas atividades econômicas. De acordo com os autores, na competição mundial a região e as localidades podem ser analisadas em dois níveis, sendo o primeiro relacionado ao domínio dos custos e da atribuição ótima dos fatores de produção (representado pelo custo da mão de obra, preço de energia, taxas de juros e fiscais, entre outros), que tornam as regiões indiferentes aos investidores, e o segundo que leva em consideração as especificidades territoriais e, por este motivo, tornam as regiões (ou territórios) fontes de vantagens concorrenciais. Isso quer dizer que as características internas de um território, quando não susceptíveis de serem movidas a outro espaço, representam vantagens comparativas e sua especificidade é reconhecida (BENKO; PECQUEUR, 2010).

Para destacar as formas novas de concorrência, Benko e Pecqueur (2001) propõem uma tipologia para distinguir os ativos (ou fatores “em atividade”) e recursos (fatores a revelar, explorar e/ou organizar) levando em consideração a natureza genérica ou específica destes fatores. Os ativos e recursos genéricos, para os autores, são definidos pelo fato de que seu valor, ou potencial, não depende de sua vinculação a um determinado processo de produção. “Os ativos ou recursos são assim totalmente transferíveis, seu valor é um valor de troca. O lugar desta troca é o mercado” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 42). Os ativos específicos, segundo os autores, têm seu valor dado em função das condições de seu uso e se diferenciam dos ativos genéricos pela importância maior ou menor dos custos de transferência não possíveis de serem cobertos, embora ainda permaneçam transferíveis.

Os recursos específicos, por outro lado, “só existem no estado virtual e não podem em nenhum caso serem transferidos. Esses recursos nascem de processos interativos e são

então engendrados em sua configuração” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 42). Diferente dos demais tipos, como ressaltam Benko e Pecqueur (2001), os recursos específicos só aparecem por meio das combinações estratégicas de atores, não são expressos em preços, resultam de uma história longa e são inevitavelmente ancorados em um território. Conforme Silveira (2011, p. 5), “um recurso específico está indefectivelmente ancorado num dado território e sua emergência advém de regras e costumes, enfim, de uma cultura elaborada na contiguidade geográfica”.

O agronegócio de carnes de aves e suínos que se desenvolveu na região Oeste de Santa Catarina, de tal modo, é constituído hoje por grandes grupos do setor agroindustrial do país, e sua inserção competitiva no mercado interno e externo ocorreu, em grande medida, pela apropriação de características próprias da constituição social e territorial da região. Anterior ao desenvolvimento das atividades agroindustriais, este espaço era marcado pelas seguintes características socioeconômicas:

a) Estrutura fundiária composta predominantemente por pequenas propriedades, resultante das características físicas (especialmente o relevo acidentado) e principalmente pela forma como ocorreu a colonização na região. Esta foi marcada pela atuação de empresas colonizadoras que dividiam a terra em pequenos lotes para facilitar a comercialização a um grupo maior de migrantes (haja vista que o tamanho estava relacionado ao respectivo preço), resultando nesta característica que marca a região até o período atual;

b) Propriedades rurais marcadas pela prática da agricultura familiar. Quando da ocupação da região, grande parte dos lotes foram adquiridos por descendentes de italianos e alemães que viviam no Rio Grande do Sul e que já praticavam este tipo de organização produtiva. Conforme Pertile (2004), esse sistema é constituído pelos produtores rurais e seus familiares, que estabelecem relações entre si e com o meio que o cercam com o objetivo de produzir alimentos, obter renda, entre outros;

c) Produção voltada a criação de excedentes e o conhecimento tácito, entre os produtores, da criação de aves e suínos. A produção de excedentes, destacada por Bavaresco (2003), é herança dos migrantes das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, e tinha por objetivo gerar poupança e realizar o pagamento da terra adquirida. A criação de pequenos animais “à solta” também remonta ao início da ocupação da região e, devido ao baixo custo envolvido, a criação de suínos passou a se destacar como principal atividade voltada ao mercado;

d) Sistema comercial onde a intermediação entre a produção mercantil e os mercados consumidores era realizado por comerciantes locais. Além de fornecer suprimentos aos produtores da região, os comerciantes recebiam os excedentes produzidos pelos agricultores familiares e os revendiam em centros urbanos maiores. Estas trocas entre produtores e comerciantes, na maioria das vezes, acabava por gerar uma certa relação de confiança para com os comerciantes, pois o produtor optava por receber o valor da produção entregue em mercadorias que necessitasse, em detrimento do valor pago em dinheiro e;

e) Supremacia econômica, social e cultural atrelada aos comerciantes locais, que acumulavam capital exercendo esta função e, pelas relações de confiança adquiridas com os produtores, acabavam por criar mecanismo de dominação sobre estes.

Estas características, tomadas como resultado de um determinado momento da evolução técnica (SILVEIRA, 2011), representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados para fins industriais. A articulação destes fatores, entretanto, desencadeou a transformação dos recursos disponíveis – ou das possibilidades históricas concretas, na definição de Silveira (2011) – em “existências”, ou seja, em importantes ativos para a atividade agroindustrial.

O fator capital, na definição de Benko e Pecqueur (2001), permanece no estado de recurso genérico quando existe na forma de poupança potencial, mas não é investido ou capitalizado. Nesse sentido, os comerciantes que faziam a intermediação entre os produtores mercantis e os mercados consumidores possuíam este recurso, mas não investiam em atividades que iam além das que já realizavam. Com as transformações econômicas verificadas em âmbito nacional na década de 1930, nomeadamente o desenvolvimento das indústrias no país e a extinção de barreiras de circulação entre os Estados brasileiros, os comerciantes sentiram a necessidade de transformação no perfil dos produtos a serem comercializados, e vislumbraram no processamento industrial uma grande oportunidade de negócio.

A aplicação do capital dos comerciantes em indústrias processadoras de carnes de aves e suínos na região, entretanto, só ocorreu ancorada nos demais recursos presentes nesse território, sejam eles genéricos ou específicos, que foram revertidos pelos empresários em importantes ativos. Enquanto a oferta de matéria prima (principalmente de suínos) destaca-se como genérica, outros fatores de natureza específica determinaram a implantação das agroindústrias na região, as quais destacamos: a) a relação que os comerciantes tinham com os pequenos produtores familiares, que garantia, por um lado,

a oferta de matéria prima para o processamento agroindustrial e, por outro, um mercado para os produtos dos estabelecimentos rurais e; b) a representatividade que os comerciantes possuíam na região, o que favoreceu a vida pública destes. Quando assumiam cargos públicos, os empresários o utilizavam como instrumento de desenvolvimento e incentivo ao crescimento de suas próprias empresas.

Somada a dinâmica econômica nacional, a combinação dos fatores capital disponível e matéria prima abundante, além das relações estabelecidas entre os atores locais, desencadearam o início da atividade agroindustrial na região. Outra situação, porém, fez mais uma vez os empresários se aproveitarem das características regionais para inovar e expandir sua produção. Até por volta da década de 1960, a oferta de matéria prima por parte dos pequenos produtores então independentes era irregular, o que acarretava em períodos de ociosidade total dos maquinários. A necessidade de fornecimento constante de matéria prima para o processamento industrial fez surgir, como já ocorria na Europa e nos Estados Unidos, um processo de extração da produção tendo por base o trabalho familiar (ESPÍNDOLA, 1996).

Para Silveira (2001, p. 5), “é um processo de incorporação de conteúdo de ciência, tecnologia e informação (recursos genéricos), que ativa os recursos específicos e diferencia os lugares”, e é neste sentido em que se reproduz o modelo produtivo designado de sistema de integração. O (re)conhecimento dos recursos disponíveis na região, por parte dos empresários, conferiu às agroindústrias vantagens na implantação de um sistema que lhe garantia matéria-prima regular, homogênea e de qualidade.

Somada às características físicas, a estrutura fundiária da região não permite o estabelecimento de grandes áreas de produção agrícola, o que torna a integração uma opção para a permanência dos agricultores no campo. Aliada a este fator, a estrutura produtiva familiar permite que as pequenas propriedades desenvolvam a suinocultura e/ou avicultura sem necessitar a contratação de terceiros, pois as atividades são realizadas pela mão de obra familiar não remunerada. A herança cultural da prática da policultura também se destaca como recurso importante (e é incentivada pelas agroindústrias), pois faz com que os integrados não dependam de uma única alternativa de renda e, com isso, se conformem com os baixos valores pagos e mesmo assim invistam na atividade voltada à agroindústria.

Estes fatores representam, assim, os recursos específicos território, descritos por Benko e Pecqueur (2001, p. 46) como decorrentes de costumes, ou “de uma cultura elaborada num espaço de proximidade geográfica e cultural”. Estas características, por

serem imbricadas em um território específico, não são passíveis de serem transferidas a outros locais. Assim, o sistema de integração baseado nas pequenas e médias propriedades trabalhadas pelos membros da família representa um ativo que só pode ser encontrado em alguns locais específicos da região Sul do País, entre eles, a região Oeste de Santa Catarina.

De acordo com Silveira (2011), as empresas que possuem maior conhecimento técnico dos recursos genéricos e específicos de cada localidade apresentam maior facilidade de transformá-los em ativos a seu favor. Entretanto, a autora ressalta que este processo também supõe um exercício político, realizado dentro da empresa e principalmente fora dela, no âmbito do poder público. O desenvolvimento do agronegócio de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense, de tal modo, foi fortemente ancorado nesta relação. Como descrito por Alba (2013), o espaço produzido na região é fruto da articulação constante entre o Estado e o empresariado, o que permitiu a criação de uma série de instituições e infraestruturas voltadas ao desenvolvimento da atividade. A participação do empresariado na esfera política, para Alba (2013), deixa claro a utilização deste como instrumento de desenvolvimento e incentivo ao crescimento de suas próprias empresas.

A viabilização ou o impulso às atividades produtivas propiciadas pelas vantagens políticas e normativas, porém, classifica-se como de natureza genérica. Isso quer dizer que variáveis como a oferta de infraestrutura, isenção de impostos, incentivos fiscais, disponibilidade de crédito, criação de instituições, entre outros, são passíveis de serem encontradas em diferentes lugares, e tornam as regiões indiferentes na visão dos investidores (BENKO, PECQUEUR, 2001). Sob outra perspectiva, Benko e Pecqueur (2001) destacam que as particularidades territoriais desempenham uma função importante em outros domínios econômicos, resultando em vantagens comparativas. Esta situação exemplifica a chamada “guerra dos lugares” descrita por Santos (2008a).

Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra dos lugares. Estes não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e riqueza. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como um ímã. (SANTOS, 2008a, p. 269).

A expansão das agroindústrias na década de 1980 para a região Centro-Oeste é representativa da influência que possuem as características econômicas e socioespaciais



na localização das atividades produtivas. Os fatores políticos e normativos oferecidos, por si só, não configuram vantagens para o deslocamento da produção agroindustrial. As especificidades da região, entretanto, se revelam como vantagens comparativas à atividade agroindustrial. Aqui, o que ganha relevância é que desde a década de 1970, a produção de grãos (principalmente milho e soja) tem se destacado no Centro-Oeste, em comparação com as demais regiões brasileiras. Para Cleps Jr. (1998), esse fator motivou às agroindústrias a realizar a integração das cadeias produtivas de grão e carnes, visando diminuir custos com a matéria prima para a fabricação da ração.

Se por um lado os custos com a matéria prima para o preparo da ração foram reduzidos, por outro lado as empresas tiveram que investir em novas configurações produtivas para garantir o fornecimento de suínos e aves para o processamento industrial. O sistema de produção integrado baseado em pequenas propriedades diversificadas trabalhadas pelos membros da família, representam um recurso que está fora do mercado (ou seja, não pode ser expresso em preço) e conseqüentemente, não é passível de transferência. Deste modo, a expansão para o Centro-Oeste ocorreu, em grande medida, através da reorganização do sistema de integração, investindo na possibilidade de instalação de economias de escalas na produção.

Como a instalação de grandes plantas industriais de abate demandam um grande volume de matéria prima, Pelegrini (2004) destaca que os projetos desenvolvidos na região Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais apresentam como características a produção em unidades de grandes dimensões e com elevado padrão tecnológico. De acordo com o autor, as granjas com estas características permitem um melhor aproveitamento dos recursos, dado pela diluição de custos de instalação de rede elétrica, de água, do sistema de aproveitamento de dejetos, vantagens na compra de insumos, redução dos custos de mão de obra e economia no transporte de rações e animais. Adotar uma escala menor de produção, salienta Pelegrini (2004), acabaria por comprometer a capacidade de financiamentos e a rentabilidade do empreendimento para os produtores.

O perfil dos produtores que as agroindústrias buscam neste modelo produtivo, assim, compreendem os chamados “produtores-empresários”, ou seja, os que apresentam visão empresarial, adoção de modernas tecnologias, capacidade de investimento e assunção de débitos (PELEGRINI, 2004). Investigando os produtores integrados da Sadia no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Pelegrini (2004) identificou três tipos básicos de produtores integrados: 1. Os produtores-empresários, caracterizados pelo elevado investimento de capital na atividade; 2. Produtores que possuem renda urbana e investem

na atividade integrada como atividade complementar e; 3. Produtores com renda exclusivamente rural, onde a integração aparece como diversificação das atividades. Para o autor, o interesse dos produtores pela parceria com as agroindústrias orienta-se pela obtenção de lucros, haja visto que a integração cumpre, na maioria dos casos, um papel de complementação de renda.

De forma resumida, a integração no Centro-Oeste diferencia-se do tradicional sistema de integração pela adoção da produção em grande escala e com elevado grau de tecnologia, privilegiando produtores com alta capacidade de investimento (mais capitalizados). Em comum, porém, ainda persiste a subordinação dos produtores à agroindústria. De acordo com Alba (2013), o sistema de integração diferencia as agroindústrias das demais empresas porque permite à integradora praticar o controle total sobre outro produtor privado (o integrado), estabelecendo as regras do jogo, em conformidade com a necessidade de matéria-prima.

O sistema de integração se apresenta, assim, como um ativo fundamental para as agroindústrias, dada a importância para o provimento de matéria prima com regularidade, padronizada e a um baixo custo para as indústrias processadoras. Daí a coexistência de diferentes modelos praticados pelas empresas, adaptados de acordo com as características locais. Mais uma vez, o que garante vantagens concorrenciais aqui é o (re)conhecimento dos recursos disponíveis no território que, aliado a aplicação de informação, ciência e tecnologia tornam-se importantes ativos para a atividade agroindustrial.

Como apresentamos anteriormente, hoje a organização das empresas atreladas ao agronegócio de carnes de aves e suínos é marcada pela interconexão de uma série de agentes e locais que participam, de acordo com suas aptidões ao processo produtivo, das redes agroindustriais. O território, neste contexto, é melhor apreendido através das redes locais, pois permitem analisar as transformações e os usos que as empresas fazem dos recursos e das características regionais. Como cada território apresenta particularidades e singularidades, os grandes grupos empresariais o utilizam de diferentes modos. Exemplo disso é que apesar das novas formas de obtenção da matéria prima nas regiões do Centro-Oeste serem vistas como o “sentido único” da produção de aves e suínos (PELEGRINI, 2004), o modelo tradicional de produção ainda persista no Sul do país.

As formas de concorrências expressas pelas noções de ativos e recursos genérico e específicos, por sua vez, representam a capacidade que os grandes grupos empresariais possuem para se aproveitar e transformar os lugares, de modo a permanecerem competitivas no mercado. Por meio deles, buscamos demonstrar como as características

da região Oeste Catarinense influenciaram na criação e no desenvolvimento das agroindústrias, e como ocorreu a transferência de ativos para uma região com características socioespaciais diferentes. Enquanto o Centro-Oeste experimentou uma nova forma de produzir, baseada em economias de escalas, o Oeste Catarinense ainda apresenta o sistema tradicional de integração. Por ser um recuso específico, ou seja, que está engendrado em um território, a produção nesta região tem mantido as bases nas quais o sistema foi idealizado. Essa característica, porém, não altera a importância da região para a produção de carnes de aves e suínos, pelo contrário, o que se observa é que a região ainda se destaca nesta atividade.

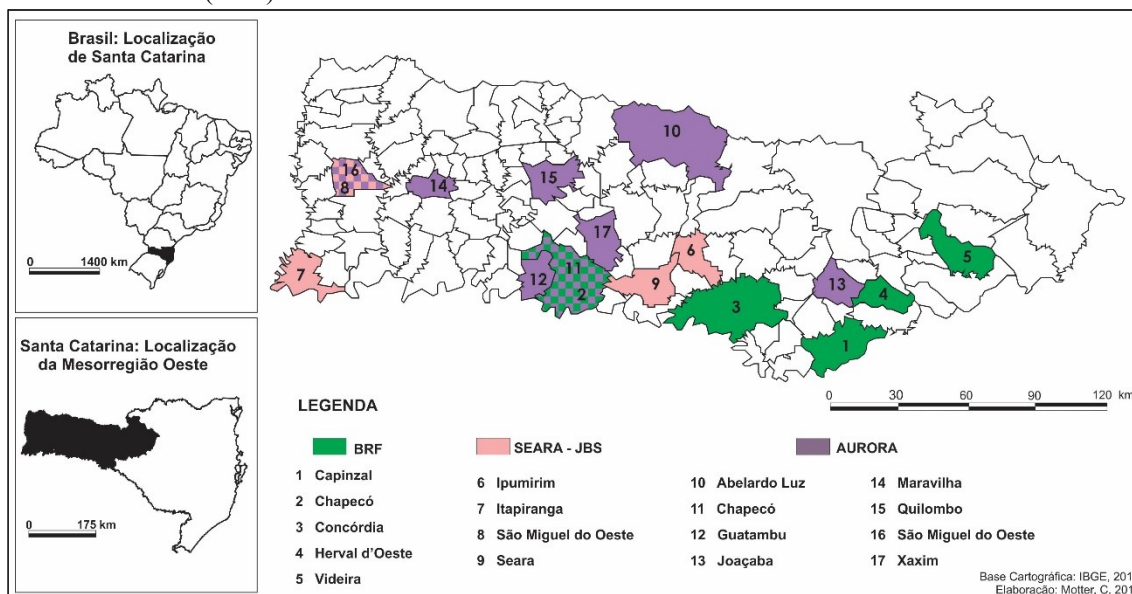
#### *2.4.2 A relevância da região para o agronegócio de carnes de aves e suínos.*

Atualmente, os três grandes grupos relacionados ao processamento e industrialização de carnes de aves e suínos presentes na região Oeste Catarinense atuam em vários estados brasileiros e, no caso da BRF, também em outros países. No entanto, a importância do Oeste Catarinense para a produção é significativa, e pode ser verificada pela quantidade de unidades produtivas presentes na região: em relação a BRF, das 35 unidades produtivas presentes no Brasil, oito estão localizadas em Santa Catarina, e destas, seis estão localizadas na mesorregião Oeste. Quanto à Seara/JBS, das 37 unidades de processamento de aves e de suínos no Brasil, seis unidades estão no Oeste Catarinense, das onze unidades localizadas no estado. Já a Aurora Alimentos possui 15 unidades produtivas no território brasileiro, sendo dez localizadas na região Oeste de Santa Catarina. Deste modo, podemos afirmar que o Oeste Catarinense é, ainda hoje, o principal espaço acionado para a produção de carnes de aves e suínos no Brasil e, portanto, onde as etapas e implicações do circuito espacial produtivo se revelam de forma mais direta no território. Os municípios do Oeste Catarinense que possuem agroindústrias de aves e suínos estão representados na figura 14.

Com o total de 29 unidades produtivas, o estado de Santa Catarina é o principal exportador de carne de suínos, representando 40,28% do total exportado pelo país. Em relação a produção de aves, Santa Catarina ocupa a segunda posição (com 22,95% do total exportado), sendo a primeira posição ocupada pelo Paraná, que representa 37,20% das exportações nacionais, segundo dados do SECEX, para o ano de 2017. O número de abates em Santa Catarina também é expressivo: o estado é responsável por 23,38% do total de abate de suínos e por 16,21% do total de abates de aves. Com essa proporção, é

o estado com maior número de abate de suínos e o segundo maior no abate de aves (atrás do Paraná, que representa 34,32% do total de abate de aves) (IBGE, 2018).

Figura 14: Localização das principais agroindústrias processadoras de carnes de aves e suínos na região Oeste Catarinense (2018).



Fonte: Dados das empresas. Elaboração: Motter (2017).

Em relação ao efetivo dos rebanhos de suínos e aves, Santa Catarina representa 19,69% do rebanho total de suínos e 10,78% do total do rebanho de aves do país (IBGE, 2018). O estado com maior rebanho de suínos é Santa Catarina, enquanto no rebanho de aves o estado ocupa o terceiro lugar, atrás do Paraná (25,31% do total), e de São Paulo (14,01%) primeiro e segundo lugar, respectivamente. A criação de aves e suínos no estado, contudo, está concentrada na região Oeste, como demonstra a tabela 3. Com aproximadamente 75% dos rebanhos de aves e suínos, a região ganha destaque em relação a este tipo de produção.

**Tabela 3:** Efetivo dos rebanhos de aves e suínos – Santa Catarina e mesorregiões (2017).

	Tipo de rebanho			
	Suínos - total	%	Aves - total	%
Oeste Catarinense	6.145.056	75,95	115.273.176	74,97
Sul Catarinense	759.097	9,38	21.235.393	13,81
Vale do Itajaí	562.230	6,95	3.709.228	2,41
Norte Catarinense	369.452	4,57	8.104.595	5,27
Serrana	244.763	3,02	3.408.066	2,22
Grande Florianópolis	10.783	0,13	2.029.060	1,32
Total - Santa Catarina	8.091.381	100	153.759.518	100

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (2018). Elaboração: Motter (2018).

Os dados de produção, exportação e do efetivo de rebanhos demonstram a importância da região para o agronegócio de carnes de aves e suínos. Esses números só foram alcançados, porém, pela atuação de uma série de agentes que cooperaram para o desenvolvimento do setor. As rugosidades, a que se refere Santos (2008a), também estão imbricadas nesta constituição: por mais que o setor tenha passado por várias modificações de cunho técnico-científico, as formas anteriores não foram destruídas, mas forneceram o suporte para o que hoje compõe as redes agroindustriais das principais empresas do agronegócio de carnes de aves e suínos.

#### *2.4.2 A superposição de redes agroindustriais e os principais atores envolvidos*

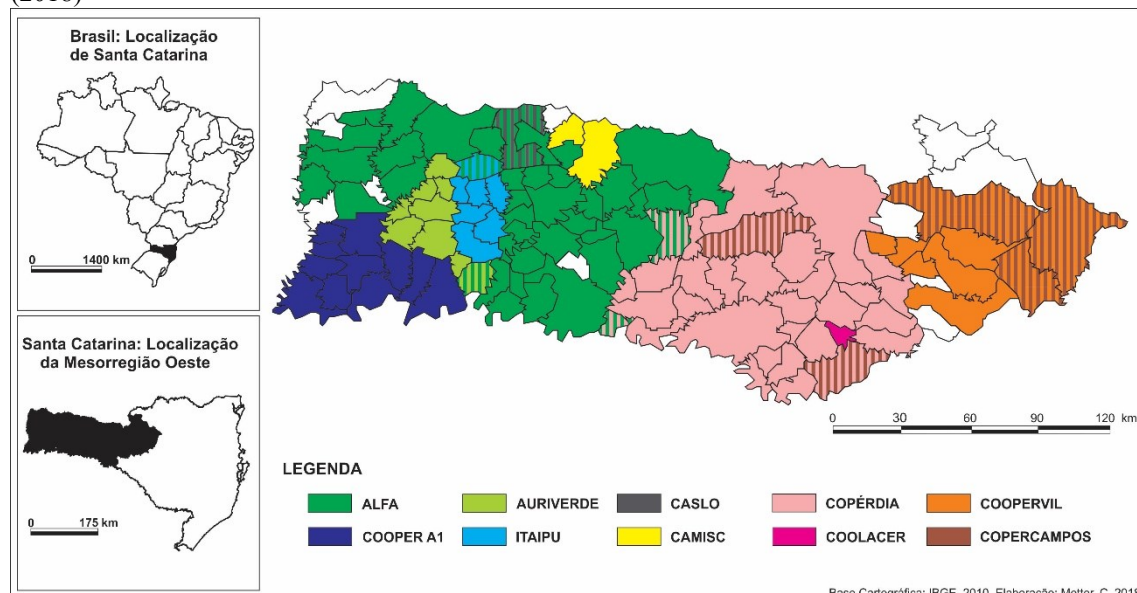
Com a presença de três grandes grupos do setor agroalimentar atuando no Oeste Catarinense, evidencia-se que neste território ocorre a superposição de redes agroindustriais. Isso quer dizer que a pluralidade de atores envolvidos acarreta tanto em dinâmicas de cooperação quanto de competição, diretamente atreladas ao processo produtivo. Ou seja, em determinados momentos e situações, algumas atividades, atores e até mesmo as próprias empresas, cooperam para o desenvolvimento agroindustrial, em outras situações, ocorrem disputas por e entre atividades, mercados, agentes, entre outros.

Entre os atores que participam das redes locais, destaca-se o papel das cooperativas regionais/locais, principalmente no circuito espacial produtivo da Aurora Alimentos. De acordo com Alba (2013), a quantidade de produtos agrícolas disponíveis e as poucas opções de comercialização, na época, fizeram com que representantes de oito cooperativas fundassem, no ano de 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora Alimentos). O objetivo principal da Cooperativa Central, ressalta a autora, era industrializar e comercializar os suínos produzidos pelos associados das cooperativas filiadas, possibilitando aos agricultores a venda de seus produtos sem a intermediação de comerciantes. Paulatinamente, a Aurora foi se apropriando da produção dos pequenos agricultores e os transformando em fornecedores padrão para o processamento industrial.

Atualmente, a empresa se destaca no cenário nacional e internacional como uma das mais importantes do agronegócio de carnes. De acordo com o site oficial da Aurora Alimentos, fazem parte do sistema Aurora outras 12 cooperativas filiadas, 10 com matriz em Santa Catarina (Cooperativa Alfa, Copérdia, Copercampos, Camisc, Caslo, Cooper

A1, Coopervil, Cooper Itaipu, Auriverde e Coolacer)<sup>15</sup>, uma como sede em Mato Grosso (Cooasgo) e uma cooperativa com matriz no Paraná (Cocari). Na região Oeste Catarinense, que é composta por 118 municípios, apenas onze não possuem cooperativas ou filiais associadas ao sistema Aurora, como demonstra a figura 15.

**Figura 15:** Municípios do Oeste Catarinense com matriz/filiais das cooperativas filiadas ao sistema Aurora (2018)



Fonte: Sites das cooperativas filiadas (2018). Elaboração: Motter (2018).

No sistema de produção da Aurora Alimentos, as cooperativas filiadas funcionam basicamente como intermediadoras entre a produção no campo e o processamento industrial. Na avicultura, a matriz (pintinho) e a ração são desenvolvidos e entregues pela Aurora, assim como é a Cooperativa Central que fornece assistência técnica, resumindo a atuação das cooperativas filiadas ao fornecimento de linhas de crédito para modernizações e para a realização dos pagamentos aos integrados. Já no caso da suinocultura, a Cooperativa Central estabelece parcerias com algumas unidades filiadas que possuem fábricas de ração e/ou unidades de produção de leitões (UPLs). Assim, os leitões e a ração são entregues aos produtores tanto pela Aurora quanto pelas cooperativas filiadas. Além destas atividades, as cooperativas também realizam o recebimento e o armazenamento de grãos produzidos por seus associados. Estes são destinados tanto a

<sup>15</sup> Além das filiais localizadas em Santa Catarina, algumas cooperativas filiadas atuam no Rio Grande do Sul (Cooper Alfa, Copérdia, Copercampos, Cooper A1 e Coopervil), no Paraná (Copérdia e Camisc) e no Mato Grosso do Sul (Cooper Alfa), de acordo com os *sites* oficiais das cooperativas.

produção da ração realizada por algumas unidades filiadas quanto às fabricas de ração da Aurora Alimentos.

De maneira geral, o papel das cooperativas filiadas é o de oferecer ao produtor associado as condições necessárias para produzir suínos e aves em conformidade com os requisitos de qualidade, sanidade e bem-estar animal exigidos pela Aurora. Assim, o sistema de produção da Aurora – ou a sua rede própria de produção, processamento e industrialização, como descreve Mior (2007) – está associada a uma série de conexões entre agroindústria, cooperativas filiadas, fábricas de rações e granjas de leitões próprias e de cooperativas filiadas e os respectivos produtores rurais associados.

A atuação das unidades filiadas, cabe ressaltar, não se limita ao provimento de matéria prima para a Aurora Alimentos. Entre as áreas de atuação das cooperativas não relacionadas a Aurora, destaca-se: produção de farinhas de trigo e milho, beneficiamento e comercialização de feijão e milho de pipoca, tratamento de madeiras, reflorestamento, indústria de sucos e vinhos, beneficiamento de café, fábrica de rações para pets, produção de fios de algodão e atividades comerciais<sup>16</sup>.

O objetivo das cooperativas filiadas é, em grande medida, atender as necessidades de produção, industrialização e comercialização dos produtores cooperados. Por este motivo, as cooperativas buscam tanto fornecer condições para a produção no campo (insumos, assistência técnica, crédito, entre outros), quanto oferecer opções de industrialização e comercialização para os produtos advindos de seus associados. Por permitirem certa autonomia aos seus associados, os produtores têm a possibilidade de comercialização direta com outras empresas. Como exemplo, podemos destacar que Seara/JBS e a BRF adquirem grãos diretamente com os produtores associados a cooperativas, por meio de contratos de compra e venda. As cooperativas, enquanto sociedades civis/comerciais, por outro lado, também realizam a venda dos produtos adquiridos com os associados à estas empresas, representando importantes fornecedores de matéria prima para as fábricas de ração da Seara/JBS e BRF.

Os produtores rurais, assim como as cooperativas, também são importantes agentes que atuam nas redes agroindustriais. Historicamente, a quantidade de excedentes produzidos em pequenas propriedades, trabalhadas sobretudo pelos membros da família, foi o que levou alguns comerciantes a vislumbrarem no processamento industrial um excelente negócio. Para os agricultores, inicialmente, a venda de seus produtos no

---

<sup>16</sup> As atividades comerciais compreendem lojas agropecuárias, postos de combustíveis, lojas de insumos e máquinas agrícolas, mercados, lojas de móveis e eletrodomésticos e materiais de construção.

mercado local reduzia uma série de custos se comparada a venda (através de comerciantes) a mercados mais distantes. Paulatinamente, a relação entre produtores e agroindústrias foi tornando-se mais complexa, como veremos a seguir.

A região Oeste Catarinense, conforme dados Censo Agropecuário de 2017, possui 40.350 estabelecimentos com suínos e 49.860 estabelecimentos com aves. Grande parte da produção nestes estabelecimentos ocorre por meio do modelo de produção designado de “sistema de integração”. No ano de 2006, mais de 14 mil estabelecimentos localizados no Oeste Catarinense possuíam produção animal integrada às agroindústrias (tabela 4). Dos agricultores integrados, vale ressaltar a importância da agricultura familiar<sup>17</sup>, que representa 86,70% dos estabelecimentos integrados a indústria.

**Tabela 4:** Número de estabelecimentos agropecuários com produção animal integrada à indústria no Oeste Catarinense, por agricultura familiar e não familiar (2006)

	Tipo de produção animal							
	Aves	%	Suínos	%	Outros animais	%	Total	%
Agricultura não familiar	828	13,3	917	13,7	148	11,1	1893	13,3
Agricultura familiar	5.389	86,7	5.772	86,3	1.181	88,9	12342	86,7
Total por tipo de produção	6.217	100	6.689	100	1.329	100	14.235	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Elaboração: Motter (2018).

Além da preferência por estabelecimentos agropecuários trabalhados pelos membros da família, a integração privilegia, no Oeste Catarinense, os imóveis classificados pelo INCRA como minifúndios (que possuem até 20 hectares) e pequenas propriedades (com áreas entre 20 e 80 hectares). Na tabela 5 é possível verificar a participação deste tipo de imóvel na produção integrada à indústria. Se somarmos a quantidade de estabelecimentos com menos de 50 hectares, veremos que estes representam cerca de 89% dos imóveis integrados.

<sup>17</sup> Conforme a Lei nº11.326, “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).



**Tabela 5:** Número de estabelecimentos agropecuários com produção integrada à indústria no Oeste Catarinense, por grupos de área (2006).

Grupo de área (em hectares)	Estabelecimentos por tipo de produção animal							
	Aves	%	Suínos	%	Outros animais	%	Total	%
Menos de 10	1.287	20,7	852	12,7	233	17,5	2.372	16,7
10 e menos de 20	2.074	33,4	2.182	32,6	555	41,8	4.811	33,8
20 e menos de 50	2.230	35,9	2.829	42,3	429	32,3	5.488	38,6
50 e menos de 100	463	7,4	613	9,2	78	5,9	1.154	8,1
100 e menos de 200	84	1,4	131	2,0	18	1,4	233	1,6
200 e mais	42	0,7	52	0,8	13	1,0	107	0,8
Produtor sem área	37	0,6	30	0,4	3	0,2	70	0,5
Total (tipo de produção)	6.217	100	6.689	100	1.329	100	14.235	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Elaboração: Motter (2018).

Inspirado nas formas de integração praticadas nos Estados Unidos (ESPÍNDOLA, 1996; ALBA, 2013), o sistema de produção integrado foi implantado na avicultura na década de 1960, em Santa Catarina. Posteriormente o sistema passou a ser utilizado na suinocultura, assim como se estendeu para os outros estados da região Sul, como descreve Pertile (2008).

Inicialmente o sistema integrado funcionou por meio de acordos informais entre produtor e indústria. Na medida em que os processos foram ficando maiores e mais complexos, foram sendo desenvolvidos mecanismos formais e foram implementados os contratos entre a empresa integradora e o integrado. Diversas indústrias privadas e cooperativas adotaram este sistema, que na atualidade envolve milhares de produtores. (PERTILE, 2008, p. 98).

Segundo Pertile (2008), a avicultura é regida por um único modelo de “parceria avícola”; na suinocultura, entretanto, existem diversas modalidades, entre elas o “sistema de ciclo completo” e o modelo de “parceria”. Na parceria avícola, descreve a autora, as agroindústrias detêm a capacidade de produção de pintinhos, haja vista que esse processo requer uma estrutura complexa, com altos níveis de tecnificação, genética e controles sanitários. Os pintinhos e a ração são entregues aos produtores integrados e, quando os frangos ficam prontos para o abate, são retirados pela empresa integradora (PERTILE, 2008). Assim, o integrado se torna responsável pela criação dos animais enquanto a empresa seria responsável pelo fornecimento dos insumos (matéria-prima, vacinas, rações etc.), assistência técnica e toda a logística do processo (entrega de rações e transporte da matéria-prima). Em trabalho de campo realizado em alguns

estabelecimentos integrados<sup>18</sup>, os produtores relataram que atualmente, a empresa é quem contrata o serviço de carga dos animais, mas este serviço é descontado do pagamento do lote entregue pelo produtor.

Na suinocultura, Pertile (2008) descreve que o sistema de “ciclo completo” compreende os produtores que possuem seu próprio plantel e realizam todo processo de cria (adquirem os reprodutores, grãos para a fabricação da ração, concentrados e/ou rações prontas, etc.), até disponibilizar os animais para o abate. Para a autora, são considerados “integrados” os produtores que adquirem os insumos necessários a produção a “prazo de lote”, ou seja, a pagar com os animais na ocasião de abate. Quando os suinocultores recebem insumos a crédito, ressalta Pertile (2008), estabelecem o compromisso (muitas vezes informal ou não contratual), de entregar sua produção à indústria que lhe deu suporte.

Diferente do sistema de “ciclo completo”, a modalidade conhecida como “parceria” compreende dois níveis de produtores: o criador de leitões e o terminador (PERTILE, 2008) e é principal modelo utilizado na integração. O primeiro caso compreende os criadores de suínos especializados e/ou as unidades produtoras de leitões (UPL), que detêm um plantel de reprodutores e produzem leitões que são destinados aos terminadores. Como exemplo deste tipo de modalidade podemos citar o circuito espacial produtivo de suínos da Aurora, em que parte dos leitões entregues aos produtores é oriunda da produção em UPLs e/ou dos produtores especializados vinculados às cooperativas filiadas. O caso dos terminadores, conforme Pertile (2008), se assemelha muito com os da avicultura integrada: a agroindústria fornece os leitões, a ração e a assistência e o integrado é encarregado das instalações, mão de obra e alguns custos menores.

Nestes casos, a produção também é regida por contratos formais entre o produtor e a indústria. O objetivo da divisão por fases do animal, conforme Mazzalli (2000), foi garantir um maior controle desse processo e promover o aprofundamento da especialização dos produtores nas diferentes fases de criação/engorda. Em ambos tipos de produção, o sistema integrado é o mais viável para a obtenção de matéria prima, em questão de quantidade e qualidade e com periodicidade segura, o que possibilita às

---

<sup>18</sup> Trabalho de campo realizado pela autora entre os dias 6 e 10 de julho de 2020 em propriedades localizadas na microrregião de Chapecó (nomeadamente Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste e Saltinho), onde foram entrevistados 11 produtores integrados.

agroindústrias planejar suas atividades de forma que não exceda e nem sobre matéria prima (ALBA, 2013).

Em relação ao valor pago pelas agroindústrias ao integrado no final da criação dos lotes de frangos ou suínos, os produtores entrevistados durante trabalho de campo relataram que o valor é dado em relação ao desempenho por lote. De acordo com informações da Embrapa, este desempenho é avaliado por meio do Índice de Eficiência Produtiva, obtido através de cálculo entre três parâmetros: a) ganho de peso diário, obtido através do peso médio dos animais dividido pela idade do lote em dias; b) viabilidade, que é o percentual de animais que foram abatidos em relação ao número que foi alojado (considerando os animais refugados e mortos) e; conversão alimentar, um parâmetro zootécnico de maior influência sobre o índice, pois trata-se da quantidade de ração convertida em peso bruto de animais prontos para o abate. A partir deste índice, que varia de acordo com cada lote, é definido o valor pago aos integrados.

Em campo, verificamos que os produtores têm ciência que o preço pago leva em consideração tais fatores, porém relatam que o pagamento de cada lote é diferente, e não são claros os parâmetros adotados para tal. O produtor só é informado do valor final no momento que os animais chegam as agroindústrias. Conforme relatam os entrevistados, o valor por lote entregue ainda leva em consideração a qualidade do melhor lote entregue na semana anterior (ou o lote com maior índice de eficiência produtiva), o que propicia a concorrência entre os integrados. Como são definidos os critérios de pagamento por animal, porém, nenhum produtor soube responder.

Para atingir os critérios de eficiência produtiva, as integradoras solicitam constantemente melhorias, adequações e investimentos por parte dos produtores integrados nas instalações produtivas. As exigências em relação a implantação de instalações modernas, assim, resultam em grande dificuldade para o integrado, pois os custos são bastante altos, e não são compensados pelo preço dos animais entregues às empresas (PERTILE, 2008; ALBA, 2013). Conforme Pertile (2008), os poucos ganhos com a atividade são convertidos na aquisição de novos equipamentos ou na manutenção da instalação dos animais, sendo assim limitadas as possibilidades de investimentos em benefício da família, como investir em moradia, novas terras ou equipamentos agrícolas.

Na questão das adequações das instalações requeridas pelas empresas, verificamos em trabalhos de campo a dupla face deste processo: por um lado, os integrados relatam que apesar de existirem programas de bonificação quando são cumpridos todos os requisitos (conhecido como *check-list*, averiguado pelo técnico da

empresa), esta bonificação não cobre de maneira alguma o investimento realizado. Porém, destacam que as adequações influenciam sobremaneira no valor dos lotes: como as agroindústrias definem metas aos integrados tendo por base o bem-estar animal, a utilização de equipamentos modernos facilita o alcance destas metas e, conseqüentemente, o valor pago por lote é maior. Por outro lado, e considerando que as metas são definidas por comparação dos lotes entregues, os produtores que deixam de realizar tais adequações recebem, por consequência, um valor inferior. Assim, resta a estes produtores ou investir para tentar ganhos maiores, ou conformar-se com os preços pagos e/ou deixar a integração.

Desde o início da produção integrada, observa-se que neste território os produtores familiares estão submetidos a lógica das agroindústrias, que constantemente exigem atualizações técnicas e de manejo nas propriedades. O mercado monopsônico que se estabeleceu para a produção agrícola, de tal modo, sujeitou os produtores a se adequar constantemente aos padrões estabelecidos, refletindo a adequação deste território frente a dinâmicas e mercados globais.

Uma das poucas vantagens para o produtor, nesse contexto, é a existência de um mercado permanente para seus produtos, apesar de não lhe garantir uma remuneração que valorize as horas trabalhadas e os investimentos na atividade. Segundo Pertile (2008), a integração contribui para a sustentação e o desenvolvimento da propriedade, mas está associada a outras atividades que permitem um complemento de renda. Para a autora, os investimentos na atividade integrada, muitas vezes, são resultado da economia praticada a muito tempo pela família, o que faz com que os agricultores, de modo geral, não abandonem a atividade. Para manter o empreendimento, outras atividades são praticadas na propriedade e necessitam sobremaneira da força de trabalho de todos os membros da família.

Durante a realização dos trabalhos de campo, averiguamos que os produtores têm consciência de que a integração compõe uma atividade complementar de renda, sendo raros os produtores que almejam trabalhar apenas com a integração. Conforme alguns relatos, o sistema integrado limita a atuação dos produtores, os tornando, nas palavras de um produtor, “refêns das indústrias”. As outras atividades, sobretudo o cultivo de grãos e a criação de gado de leite realizadas nas propriedades, permitem que o produtor adquira seus próprios insumos e realize contratos de venda de forma independente. Além disso, mencionam que os aviários e/ou pocilgas complementam estas atividades, haja vista que a cama dos galpões é utilizada para a adubação das lavouras de grãos ou pastagens. Por

fim, consideram que a realização de mais de uma atividade assegura a obtenção de renda, pois quando uma atividade não resulta nos ganhos esperados, a outra serve para suprir as demandas familiares.

Vale ressaltar que as próprias empresas, conforme Pertile (2008), incentivam os integrados a praticar várias atividades na propriedade, além disso, na visão dos produtores, caso a atividade integrada não resulte em lucros, as demais atividades permitem sustentar as despesas familiares. Incentivar a diversificação das atividades dos integrados, de tal modo, foi uma maneira encontrada pelas empresas para que os produtores se conformem com os baixos ganhos da atividade integrada e permaneçam em situação de dependências das agroindústrias (PERTILE, 2008). Os produtores que não se adequam às exigências da empresa, entretanto, são excluídos do processo produtivo.

Na visão empresarial, acompanhar as inovações tecnológicas tornou-se fundamental para responder as constantes exigências dos mercados interno e externo, num cenário marcado pela competitividade. Os produtores, nesse contexto, tornaram-se responsáveis pela aplicação de novas tecnologias na produção de matéria prima e, conforme Pertile (2008, p. 131), “pode-se dizer que os integrados são os mediadores entre a tecnologia e alta produtividade. São eles que irão garantir a qualidade da matéria-prima para processamento industrial que, por sua vez, produz para um exigente mercado consumidor”.

Nas redes agroindustriais, os produtores rurais – que representam a base do sistema produtivo – são os mais impactados pelos movimentos de ordem global. Isto porque o progresso técnico e as exigentes demandas de mercado consumidores obrigam os produtores a realizar atividades cada vez mais modernas e especializadas, com a indústria impondo normas e controlando o processo produtivo. A relação de dependência integrado-agroindústria, de tal modo, ocorre em duplo sentido, haja vista que os produtores necessitam de um mercado para seus produtos, da mesma forma que as agroindústrias contam cada vez mais com a especialização e modernização dos responsáveis pelo fornecimento de sua matéria prima. Criam-se, assim, fluxos imateriais, nomeadamente os de normas e informações, que sincronizam a produção e a industrialização com o mercado dos produtos finais.

Na intermediação entre as agroindústrias e os produtores rurais, ganha relevância o papel dos técnicos especializados, que fornecem a assistência técnica aos produtores e, ao mesmo tempo, realizam a fiscalização das condições relacionadas a biossegurança e o bem-estar animal. Como mencionado nas estratégias adotadas pelas empresas, estes

parâmetros são de extrema importância para a comercialização dos produtos tanto no mercado interno como externo, e é competência atribuída aos integrados assegurarem seu cumprimento.

Conforme abordaram produtores visitados em trabalho de campo, cada propriedade possui a classificação do destino desta produção, e cabe ao produtor garantir o cumprimento das normas exigidas por estes mercados específicos. Cada estabelecimento, assim, possui uma ficha de acompanhamento de lote, que apresenta um campo específico para preenchimento diário pelo produtor e outro campo destinado ao preenchimento pelo técnico da empresa. Esta ficha, ao final de cada lote, é entregue tanto à agroindústria como ao órgão responsável pela inspeção federal (SIF). Em Santa Catarina, esta inspeção é realizada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) que avalia o atendimento à legislação vigente para a produção de alimentos de origem animal, garantindo que chegue aos mercados alimentos seguros e com reduzidos riscos de toxinfecções alimentares. Visando garantir o cumprimento destes fatores, os produtores contatados em trabalho de campo informaram que as empresas oferecem um bônus (em dinheiro, por animal abatido e de periodicidade anual) para os integrados que atendem todos os requisitos de biossegurança em seu estabelecimento.

Da mesma forma que os produtores rurais e os técnicos especializados são fundamentais para as redes agroindustriais, a mão de obra nas agroindústrias também o é. Desde a criação das agroindústrias na região, as cidades onde localizavam-se os frigoríficos receberam um grande contingente populacional, que migravam tanto de áreas rurais como de cidades vizinhas. Atualmente, segundo dados do Ministério do Trabalho (2017), são mais de 43 mil os empregados nas atividades de abate e processamento de aves e suínos no Oeste de Santa Catarina. Somente no município de Chapecó, existem mais de 10 mil vínculos ativos no setor de abate (tabela 6).

Conforme a tabela 6, o número de empregados no abate de aves e suínos é proporcionalmente mais expressivo em Guatambu, onde o setor é responsável por 55% dos empregos formais gerados no município. Em Seara, Itapiranga, Quilombo e Capinzal, a atividade representa cerca de 50% dos empregos formais. Em Ipumirim e Abelardo Luz, os empregos no setor variam entre 30% e 40% do total. Estes dados, de tal modo, evidenciam que nestas pequenas cidades ocorre um processo de especialização territorial, que indica, ao mesmo tempo, a importância do agronegócio de carnes de aves e suínos para o município e a extrema dependência destes em relação ao desempenho do setor

agroindustrial. Nos demais municípios, a atividade corresponde a no máximo 20% do total de empregos formais, e o setor que mais se destaca são os serviços. Isto porque estes municípios, além de apresentarem agroindústrias, também possuem forte centralidade no que concerne a atividades comerciais e serviços e, como é o caso de Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Concórdia, sendo os principais núcleos urbanos da mesorregião.

**Tabela 6:** Número de vínculos ativos nas atividades de abate de aves e suínos por município (2017)

	Abate de aves	Abate de suínos	Total abate de aves/suínos	% dos empregos gerados *
Chapecó	4.913	5.792	10.705	13,6
Concórdia	--	5.520	5.520	19,8
Capinzal	4.225	--	4.225	48,5
Videira	3.148	447	3.595	18,3
Seara	835	2.661	3.496	52,9
Itapiranga	2.690	652	3.342	52,9
Xaxim	2074	--	2.074	20,9
Maravilha	1.569	--	1.569	17,9
São Miguel do Oeste	--	1.540	1.540	11,5
Quilombo	1.479	--	1.479	51,4
Abelardo Luz	1.408	--	1.408	34,1
Ipumirim	1.354	--	1.354	42,7
Guatambu	1.315	--	1.315	55,4
Joaçaba	--	1.250	1.250	7,6
Herval d'Oeste	--	775	775	16,2
Total	25.010	18.637	43.647	100

\* Em relação ao total dos empregos formais registrados no município.

Fonte: RAIS (2017). Elaboração: Motter (2018).

A origem dos trabalhadores nas agroindústrias é, em grande parte, da própria região. A composição da mão de obra nas agroindústrias é formada tanto por trabalhadores que residem na cidade onde está instalada a empresa como por empregados residentes em municípios vizinhos, que se deslocam de ônibus ao trabalho todos os dias. Porém, destaca-se que mais recentemente, com a abertura do mercado islâmico, ocorreu a migração de um número significativo de muçumanos para trabalhar no abate Halal – uma técnica sagrada de abate descrita no Alcorão. Como a exportação para esses países exige normas e procedimentos específicos, todo o processo deve ser feito e/ou acompanhado por muçumanos. Além disso, a partir de 2010 a região passou a receber grande contingente de migrantes haitianos, cuja maioria hoje é empregada nas agroindústrias.

Outra característica da mão de obra nas agroindústrias é a preferência, de acordo com Alba (2013), por migrantes de áreas rurais, pois estão acostumados aos trabalhos pesados realizados no campo e não apresentam resistência ao trabalho dos frigoríficos. Além disso, grande parte dos trabalhadores possui baixo nível de escolaridade, o que faz com que as empresas forneçam treinamentos constantes para a manipulação de alimentos. Em alguns casos, conforme Pertile (2008), estes treinamentos são realizados com apoio de instituições como o Senai. Nas atividades mais especializadas da empresa, grande parte dos colaboradores são oriundos de outras cidades e mesmo de outros estados do Brasil, o que reflete a pouca ou insuficiente qualificação dos trabalhadores locais (PERTILE, 2008).

O número e as características dos integrados no campo e dos empregados na cidade, de tal modo, refletem um pouco da dinâmica da região: Tendo em vista as características físicas e fundiárias, que não permitem o estabelecimento de grandes áreas de produção agrícola, a produção de aves e suínos apresenta-se como uma opção para a permanência no campo. Por outro lado, como destacam Hentz, Oliveira e Batella (2013), os produtores que não se adequam às exigências normativas da agroindústria são excluídos do processo produtivo, restando-lhes ou a troca de atividade ou busca por empregos em áreas urbanas. Historicamente, a migração do campo para a cidade teve como propulsor o início da atividade agroindustrial, que marcou o crescimento demográfico e do tecido urbano de algumas cidades da região, além de aumentar as desigualdades intraurbanas. Diante dessas observações, podemos inferir que o agronegócio de carnes de aves e suínos, ao mesmo tempo que desencadeou a exclusão de agricultores no campo, também impulsionou, por meio da migração, o processo de urbanização das principais cidades da região.

Relacionados aos produtores, empregados e empresas, também fazem parte das redes agroindustriais do Oeste Catarinense as organizações de classe. Com finalidades diferentes de acordo com a categoria que representam, as federações, os sindicatos e as associações são agentes significativos na condução das atividades agroindustriais. No âmbito estadual, as federações relacionadas a atividade agroindustrial compreendem: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Indústrias de Alimentação e Afins do Estado de Santa Catarina (FETIAESC), Federação das Cooperativas Agropecuárias (FECOAGRO), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF-SC).



As associações em nível estadual são compostas por: Associação Estadual Cooperação Agrícola (AESCA), Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses (AEPAC), Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) e Associação Estadual de Mulheres Agricultoras (AEMA). No âmbito regional, as associações compreendem a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), a Associação dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Uruguai e a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Extremo Oeste. Nos municípios, é possível identificar a presença de uma série de sindicatos voltados a atividade. Em grande parte, os que se destacam são os sindicatos rurais, de trabalhadores e produtores rurais, e os relacionados aos trabalhadores das indústrias alimentícias, de carne e derivados.

Representando atores não econômicos nas redes agroindustriais locais, as federações e os sindicatos são importantes por defender interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos das classes que representam. As associações, por outro lado, realizam notável influência no aperfeiçoamento profissional dos seus associados. Por suas formas de atuação, quais sejam, a de mediação entre trabalhadores, empresas e Estado e através do estímulo e assessoramento das atividades agrícolas, as entidades de classe funcionam em defesa dos interesses dos agentes que operam na rede agroindustrial ao mesmo tempo em que atuam como propulsoras da atividade.

Quanto ao papel do Estado, Santos (2008b) enfatiza que sua preocupação são os interesses próprios ao capital e ao trabalho. Conforme o autor,

Ainda que o Estado seja, precipuamente, representativo dos interesses dominantes, os governos levam em conta, às vezes sem discussão, as contingências da segurança nacional e, em escala bem menor, os interesses sociais, embora sejam levados a minimizá-los, já que os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital. (SANTOS, 2008b, p. 101).

Estes recursos, segundo Santos (2008b), são destinados à criação de fixos, sobretudo a serviço da produção. Na região Oeste Catarinense, a participação dos governos federal, estadual e municipal, como demonstramos no capítulo 1, foi determinante no desenvolvimento agroindustrial, principalmente pela participação, nestas esferas políticas, dos empresários da região. Com efeito, a região foi dotada de instituições e infraestruturas voltadas, sobretudo, à atividade agroindustrial. Destacam-se os investimentos em vias e meios de transporte, em infraestrutura básica (água, energia, saneamento, telecomunicação), em planejamento e modernização de equipamentos urbanos e em habitação para a força de trabalho. Quanto às instituições, destacam-se as

criadas com o objetivo de pesquisar e desenvolver novas técnicas de produção agrícola e industrial, e as instituições financeiras – que propiciaram linhas de crédito industrial e agrícola.

Como destaca Santos (2008b, p. 103), “a ação governamental não se limita, porém, ao domínio das formas, mas inclui também as funções”. Estas funções, assim como os fixos, tendem a privilegiar determinado grupo ou atividade econômica. O desenvolvimento da atividade agroindustrial na região, de tal modo, só foi possível por atrativos criados, entre outros, pelas ações governamentais. Como exemplo, podemos citar os subsídios governamentais (redução/isenção de impostos, incentivos fiscais, oferta de serviços públicos por preços menores, etc.) e o desenvolvimento de programas voltados tanto às indústrias como à produção rural.

Nesse sentido, o Estado configura um importante ator não econômico nas redes locais, cuja atuação tende a influenciar no desenvolvimento e na permanência, ou não, da atividade agroindustrial. No caso específico da região Oeste Catarinense, como ressalta Alba (2013), a permanente articulação entre o Estado e o empresariado foi o que possibilitou às agroindústrias sua consolidação como maiores empresas do agronegócio de carnes de aves e suínos. Para a autora, a relação entre as agroindústrias e o Estado pode ser entendida como uma relação dialética, onde as agroindústrias foram agentes e ao mesmo tempo resultado do processo de atuação no âmbito político. Ademais, as empresas, juntamente com o poder público, acabaram por moldar as características políticas, econômicas e sociais da região. A reestruturação dos espaços rurais, urbanos e regionais teve como propósito a sua adequação ao circuito espacial produtivo de carnes e ao desenvolvimento do agronegócio de carnes de aves e suínos. Isso fez com que o Oeste Catarinense se tornasse dependente, em grande medida, do desempenho das agroindústrias ali instaladas.

#### *2.4.3 Incertezas e instabilidades do agronegócio de carnes e seus impactos territoriais.*

Para Castillo e Frederico (2010) a decisão sobre a localização das atividades produtivas resulta, no período atual, de decisões corporativas sobre as características materiais (naturais e técnicas) e normativas presentes em cada lugar. Entretanto, Santos (2008a) ressalta que na atual situação, onde o processo global de produção valoriza a circulação em detrimento da produção propriamente dita, as virtualidades de cada lugar estão sempre mudando, instalando-se a chamada “guerra dos lugares”.

As empresas que atuam no Oeste Catarinense, de tal modo, aproveitaram-se das características socioespaciais da região para efetivar e otimizar suas atividades produtivas. Com efeito, expandiram seu ambiente corporativo através da articulação de uma série de agentes e locais, e mantêm, com estes agentes, diferentes formas de relação. Com a internacionalização das empresas, porém, novas normas passaram a ditar o funcionamento da rede agroindustrial, e o território teve que adequar-se a estas novas imposições, visando manter sua atratividade.

Para o entendimento da rede agroindustrial e sua relação com o território, conforme Silveira (2005), há que se considerar também os graus de incerteza e instabilidade que advêm da relação entre as empresas e o ambiente em que estão inseridas. Nesse sentido, é preciso considerar alguns fatores recentes que tem influenciado o funcionamento das empresas do agronegócio de carnes.

No ano de 2017, com destaque no capítulo 1, as empresas que atuam no Oeste Catarinense foram alvos de uma operação da PRF que apurava denúncias da adulteração dos produtos comercializados nos mercados nacional e internacional. Com as irregularidades nos produtos comercializados e os escândalos de corrupção, os países importadores impuseram embargos às empresas investigadas. Com retração e até mesmo a suspensão das exportações, várias unidades fabris foram desativadas ou tiveram sua produção reduzida, o que resultou na demissão de funcionários e na suspensão da criação pelos integrados.

Diante deste cenário, os atores vinculados as redes agroindustriais na região Oeste Catarinense tiveram que lidar com as incertezas desencadeadas pelo fechamento (temporário) dos mercados importadores de carnes. Como resposta as denúncias que envolviam as empresas do Oeste Catarinense, o Conselho das Entidades Empresariais de Chapecó (CEC) e a Sociedade de Amigos de Chapecó (SAC), promoveram um movimento chamado “Chapecó solidária à Carne Forte” (OLIVEIRA, 2017). Contando com o apoio de instituições representativas dos setores rural, comercial, industrial e de prestadores de serviços, o movimento buscava “promover a valorização e o respeito para toda a cadeia produtiva do agronegócio, bem como a defesa de que irregularidades constatadas sejam investigadas e punidas pontualmente” (OLIVEIRA, 2017).

A manifestação que ocorreu na cidade Chapecó (figura 16), envolveu empresários, trabalhadores das agroindústrias, produtores integrados, consumidores e representantes de organizações de classe, e o objetivo principal do movimento foi reforçar a qualidade da carne catarinense. Como o agronegócio de carnes de aves e suínos possui um grande

peso econômico e social na região Oeste Catarinense, as crises que envolvem esse sistema também impactam no espaço regional. Os pequenos produtores familiares, em especial, dependem sobremaneira das atividades integradas para seu sustento. Nas cidades, além dos empregos diretos, as redes agroindustriais movimentam uma série de outros setores, que também são dependentes das atividades agroindustriais. Observa-se, então, a vulnerabilidade da região frente a situação que envolve as maiores empresas instaladas neste espaço.

**Figura 16:** Manifestação da campanha Chapecó solidária à carne forte (2017).



Fonte: Agência RBS, 2017 (à direita), e Rádio Chapecó AM, 2017 (à esquerda).

De acordo com Silveira (2005), as incertezas representam a desordem e a perturbação ao funcionamento do sistema, o que impõe a todo conjunto e a cada um de seus agentes de modo individual, a necessidade concomitante de auto-organização: “ou seja, exigem uma constante adaptação constitucional e uma permanente reorganização gerencial, funcional e espacial, de modo a poder responder às eventuais mudanças no ambiente com o qual ele interage” (SILVEIRA, 2005, p. 238).

O território, por ser o *locus* da produção propriamente dita (SANTOS, 2008a) constitui-se como a arena da interação entre os diferentes agentes que atuam nas redes agroindustriais. Sob ele, perpassam horizontalidades, verticalidades, fluxos materiais e

imateriais que fazem parte das redes agroindustriais e que o tornam um espaço emblemático da articulação entre o global/nacional e o local. De modo geral, as redes locais representam o território sob o qual as atividades de produção são realizadas, e quais atores estão a ela ligados. No Oeste Catarinense, os produtores rurais, empregados das agroindústrias, cooperativas, entidades de classe e o Estado compreendem os principais atores envolvidos no circuito espacial produtivo de carne de aves e suínos.

As características inerentes ao território também são importantes nas redes locais, pois são utilizadas como atributos que permitem o desenvolvimento e a permanência das atividades na região. As rugosidades, também presentes neste território, representam um passado que foi decisivo para a criação das agroindústrias e que está em permanente transformação. Essas transformações, em grande medida, são definidas por um mercado que hoje é mundial e cada vez mais exigente. A articulação entre o espaço regional/local e o global impõe ao território e aos atores envolvidos no processo produtivo atividades cada vez mais especializadas, tornando esta região altamente competitiva.

Assim, e dado as singularidades e especificidades da estruturação das redes agroindustriais no Oeste Catarinense, é possível identificarmos no espaço regional processos comuns às chamadas Regiões Produtivas do Agronegócio (ELIAS, 2013a). Entre elas, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do agronegócio de carne de aves e suínos (principalmente a partir da década de 2000), que se tornou a atividade dominante na região; a consolidação e ampliação do poder econômico e político das empresas do setor; o aumento das imposições, pelas agroindústrias, das formas de produção agropecuária e; a continuidade do Estado no fomento à atividade agroindustrial. No próximo capítulo, buscaremos demonstrar as características desta especialização regional.

### ASPECTOS DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA REDE URBANA DO OESTE CATARINENSE

#### 3.1 O Oeste Catarinense como expressão de uma região produtiva do agronegócio de carnes de aves e suínos

A reestruturação produtiva da agropecuária e a formação das redes agroindustriais, como buscamos demonstrar nos capítulos anteriores, induziu uma série de transformações no espaço agrário brasileiro. Mais do que isso, a mudança na base produtiva desencadeou uma série de transformações do/no território, com a alteração dos papéis exercidos tanto pelo campo quanto pelos espaços urbano e regional. Diante disto, propomos neste capítulo investigar a dinâmica regional e evidenciar processos que a caracterizam como uma região especializada do agronegócio de carnes de aves e suínos.

Para tanto, consideramos importante resgatar o conceito de região, haja vista que as modificações acima mencionadas ocorrem num período marcado pela globalização e, conforme Santos (2008c, p. 53), “se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização”. Das inúmeras possibilidades de interpretação teórico-conceitual do fenômeno da região hoje, privilegiaremos a noção de Região Produtiva do Agronegócio elaborada por Elias (2011), considerando-a como mais adequada para a interpretação da dinâmica regional no Oeste Catarinense, em função da situação geográfica empírica que privilegiamos na tese.

O conceito de região, como destacado por vários autores, está relacionado intimamente com as transformações do contexto geográfico e histórico, permitindo e demandando novas concepções de acordo com o período em questão. Assim, se durante um longo tempo a região foi vista como uma entidade autônoma, com características particulares e quase autossuficiente, o decorrer da história demonstrou que é necessário repensar esta definição. Conforme Santos (2008c p. 52) “o território a cada momento foi se organizando de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço”. Entre

estas reorganizações, o autor enfatiza as que ocorreram a partir de meados do século XX, cuja principal característica é a intensificação das trocas entre as diversas áreas do globo.

Ao mesmo tempo, Haesbaert (2014) ressalta que o fenômeno da globalização advoga uma crescente homogeneização do espaço, dada pelas redes mercantis e pela penetração, na sociedade, de uma cultura mundializada. O discurso do domínio da globalização em rede e o aumento da mobilidade, assim, levou a afirmação de que estaríamos diante do fim das regiões, com a imposição de uma “sociedade em rede” em detrimento de uma “sociedade territorial”. Apesar disto, Haesbaert (2014, p. 15) sinaliza que o que se observa, simultaneamente, “[...] é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e/ou da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença nos diversos recantos do planeta”. Para o autor, é justamente quando a globalização se torna mais evidente que se impõe a necessidade de reconhecer as diferenciações regionais.

Esta interpretação foi também apontada por Santos (2008a), que afirma ser contrário à ideia de que a região desapareceria em detrimento da expansão do capital hegemônico. Conforme o autor,

[...] já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. (SANTOS, 2008a, p. 246).

A ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento do intercâmbio, nesse sentido, promovem paralelamente mudanças na forma e no conteúdo das regiões. Essa condição, para Santos (2008a) permite que as regiões se transformem continuamente, mas sem suprimir a região, apenas mudando o seu conteúdo, ou seja, ela continua a existir, mas apresentando um nível de complexidade jamais visto.

Do mesmo modo, Silveira (2010) ressalta que no período da globalização as mudanças de funções no território significam também transformações regionais, revelando a importância de entender como se instalam na região os dados do período atual. Apesar da ordem global, Silveira (2010, p. 77) acredita que a região pode ser interpretada como um “tecido contínuo e heterogêneo de modernidades e formas herdadas, materiais e imateriais, que constituem horizontalidades”. Entretanto, destaca que a região também se impõe com o resultado de interdependências e de uma oposição entre a ordem global e a ordem local, salientando que estas se afirmam e se negam dialeticamente na região. Para Limonad (2015), isto ocorre porque a região é construída

por distintos agentes em múltiplas escalas, cuja ação encontra rebatimento nas práticas e nos processos sócio-espaciais históricos e geograficamente localizados.

Com a emergência de novas formas e processos produtivos, Limonad (2015) destaca que ocorreu não somente a transformação da reprodução do capital, do trabalho e do modo de vida, mas a reestruturação do espaço onde as relações sociais de produção se processam. Assim, segundo a autora, a contínua dissolução e recriação da sociedade industrial promoveu simultaneamente a (re)estruturação e a (dis)solução do espaço, levando a uma transformação nos processos espaciais que contribuíram para a (re)estruturação territorial e, conseqüentemente a formação de “novas” regiões e novas formas de regionalização.

Se considerarmos a urbanização do território e a distribuição das atividades produtivas como processos espaciais que conformam a estruturação e a reestruturação territorial (SANTOS, 2008a), podemos afirmar que a segunda metade do século XX marca o início de significativas transformações no território brasileiro. Estas alterações ocorreram, em grande medida, pela ação do Estado, que aparece como o principal responsável pela implantação de políticas voltadas ao planejamento territorial, incentivos à industrialização e à modernização do campo. Na última década do século XX, porém, o Estado “converteu-se em promotor e financiador do planejamento, implementado em parceria com iniciativas privadas, com o objetivo de inserir e articular o país aos fluxos globais e torná-lo competitivo internacionalmente” (LIMONAD, 2015, p. 60).

O final do século XX, assim, é marcado por uma nova posição geopolítica do Brasil no âmbito político e econômico internacional, onde a produção local deixou de ser limitada e orientada para o mercado interno (LIMONAD, 2015). Nesse contexto, destaca-se a ação de grandes empresas, voltadas sobretudo ao mercado internacional. As grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, como argumenta Correa (1992), desempenham um papel fundamental na organização espacial, pois possuem a capacidade de criar e controlar formas espaciais, orientar funções e a distribuição geográfica e determinar processos espaciais. Com efeito, as grandes empresas transformam o espaço local/regional e promovem reorganizações espaciais de acordo com seus próprios interesses.

Nos países subdesenvolvidos, Santos e Silveira (2013) descrevem que a economia internacional considera o mercado interno praticamente “residual”. Em outras palavras, os autores ressaltam que a globalização cria “nexos extravertidos”, no sentido em que se passa a priorizar as exportações em detrimento do mercado interno, levando a uma lógica



competitiva que prioriza relações externas comandadas por empresas globais responsáveis pela demanda.

Na medida em que, com o mercado chamado global, cada empresa busca satisfazer-se nos lugares onde as respostas aos seus reclamos é mais adequada, tal demanda é errática e o território passa a ter, nas áreas atingidas por esse tipo de relações, uma dinâmica praticamente imprevisível no próprio lugar em que se exerce e que é também alienada, já que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 254).

A lógica global, de tal modo, passa a influenciar sobremaneira as atividades produtivas e os respectivos locais onde estas se realizam. Nesse sentido, algumas áreas do território tornam-se altamente competitivas (especialmente as ligadas ao movimento de exportação), seja na agropecuária, na indústria ou mesmo nas atividades que dão suporte ao circuito total da produção (SANTOS; SILVEIRA, 2013). Estes compartimentos territoriais mais competitivos, no nosso entendimento, são representativos de uma nova regionalização do território, que leva em consideração a gama de articulações que se processam no período atual e que permite interpretar como ocorre o processo produtivo em diferentes áreas do globo.

Como destacado anteriormente, com a intensificação das trocas, a região não deixou de existir, mas seu conteúdo tornou-se extremamente complexo. Este fato, por sua vez, deixa em aberto um largo campo teórico e conceitual para sua interpretação. Castillo (2008) propõe o uso das noções de região competitiva e logística para explicar a organização e o uso do território brasileiro no período atual. Conforme o autor, estas expressões são indissociáveis e compreendidas como “expressões geográficas, respectivamente, da *produção* obediente a parâmetros internacionais de qualidade e custos e da *circulação* corporativa” (CASTILLO, 2008, p. 2, grifos do autor).

Segundo Castillo (2008), juntamente com o fenômeno da globalização, difunde-se o imperativo da competitividade, que deixa de ser um atributo exclusivo às empresas para ser atribuído aos lugares, regiões e territórios. Nesse sentido, o autor descreve a competitividade como a articulação entre formas materiais (como a acessibilidade, infraestruturas produtiva e de circulação, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água, entre outros) e normas (benefícios fiscais e demais incentivos públicos, acordos com instituições de pesquisa, etc.) que propiciam fluidez e altos níveis de produtividade.

Como as formas materiais e as normas diferem em cada fração do espaço, o grau de competitividade atribuído às regiões e aos agentes produtivos que ali atuam e fazem parte também muda (CASTILLO, 2008). Com efeito, o autor descreve que se observam

regiões com alta eficiência produtiva e dotadas de fluidez, em meio a áreas onde a mobilidade é precária ou mesmo inexistente. Deste modo, verifica-se em tais compartimentos espaciais o aprofundamento da especialização regional produtiva, ou seja, a combinação entre características particulares e fatores produtivos que elevam a competitividade dos lugares e regiões para determinado tipo de produção (CASTILLO, 2008).

Em síntese, a região competitiva é entendida como

Um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos. Nela reconhecemos as ideias de competitividade e vulnerabilidade territoriais e, por isso, a região funcional aos mercados internacionais pode ser adjetivada como *competitiva*. (CASTILLO, 2008, p. 8, grifos do autor).

Ao lado da região competitiva, Castillo (2008) destaca que a logística também é representativa do fenômeno da globalização, e é definida como o conjunto de competências infraestruturais, institucionais e estratégicas/operacionais que, quando unidas, conferem fluidez a determinados espaços e maiores níveis de competitividade aos agentes e circuitos espaciais produtivos. Para o autor, estas duas noções expressam a manifestação da atual divisão do trabalho e da circulação, sendo, por este motivo, importantes ferramentas para a interpretação da organização e do uso de território no período recente.

Outra proposta conceitual operacional à análise das dinâmicas espaciais recentes do agronegócio é a noção de Região Produtiva do Agronegócio (RPA), elaborada por Elias (2011). Para a autora, “as RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas” (ELIAS, 2011, p. 153). Como o foco deste trabalho é compreender a feição regional a partir da dinâmica do agronegócio de carnes de aves e suínos, consideramos esta definição como a mais adequada para a análise da dinâmica regional no Oeste Catarinense.

A definição de RPA, como destacado por Elias (2012), está longe da definição clássica de região. Para a autora, as RPAs devem ser interpretadas como lugares funcionais atrelados a produção de importantes *commodities* e, por isso, apresentam cada vez menos resistência a influências exógenas. Representando lugares do fazer do agronegócio globalizado e, portanto, resultantes do impacto de forças

externas/modernizantes, as RPAs em nada lembram a região clássica, dotada de autonomia e autossuficiente (ELIAS, 2012).

Como ponto de partida para a definição das RPAs, Elias (2012) faz referência ao processo de reestruturação produtiva da agropecuária, responsável pela alteração na base técnica e econômica do setor, que promoveu grandes impactos sobre a (re)organização do território brasileiro. Deste modo, o recorte espacial baseado nas RPAs se apresenta com um possível caminho de interpretação das inúmeras áreas do território que tem como principal motor de transformações a difusão do agronegócio globalizado e a organização das redes agroindustriais (ELIAS, 2012).

Elias (2012) também destaca que as RPAs apresentam muitas diferenças entre si, haja vista que cada *commodity* possui exigências específicas quanto à insumos, serviços, tecnologias, processamento, entre outros. Para atender a tais demandas, as regiões acabam por desenvolver características particulares, reforçando o processo de especialização produtiva. Além disso, a autora ressalta que a configuração da RPA não necessariamente obedece a limites políticos-administrativos oficiais, sendo comum uma mesma região produtiva ser formada por municípios de diferentes estados. Seus limites, entretanto, são facilmente reconhecidos pela população local e pelas empresas que ali atuam (ELIAS, 2012).

Naturalmente, conforme Elias (2011), as RPAs abrangem apenas os circuitos locais e regionais, ou seja, uma parte territorialmente contígua e circunscrita dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação. Assim, enquanto os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de uma determinada *commodity* envolvem ou são dependentes de etapas que ocorrem em diferentes partes de um país ou mesmo do mundo, a RPA caracteriza uma determinada porção do território que é transpassada por esses circuitos. “Portanto, as RPAs são um lugar funcional do agronegócio globalizado, meras regiões do fazer, com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas” (ELIAS, 2011, p. 157).

Segundo Elias (2013b), nas áreas onde se expande o agronegócio, os espaços agrícolas são induzidos a uma série de transformações, passando, então, por uma acelerada reorganização e mostrando-se extremamente abertos à penetração do capital do agronegócio.

Organizam-se verdadeiros sistemas técnicos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações etc.) voltados

para o objetivo de dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isto induz à mecanização dos espaços agrícolas e onde a atividade agropecuária se dá baseada nos princípios do agronegócio globalizado é visível a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da produção do espaço resultante da reestruturação produtiva da agropecuária. (ELIAS, 2013b, p. 17).

A reestruturação produtiva a que se refere a autora, entendida como indutora de transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária e que reflete na base técnica, econômica e social do setor, causa impacto não somente no espaço rural, mas se estende também aos espaços urbanos. Nesse sentido, Elias (2011) salienta que as RPAs são compostas por espaços agrícolas e urbanos selecionados (especialmente cidades de pequeno e médio porte), que recebem sólidos investimentos privados, transformando-se em áreas de expansão dos vários ramos relacionados ao agronegócio.

Na identificação das RPAs, devemos considerar a distribuição das atividades produtivas e a urbanização do território como fatores determinantes na conformação de regiões especializadas. Esta urbanização, atrelada sobremaneira ao desenvolvimento das forças produtivas do agronegócio globalizado, pode então ser adjetivada como corporativa – definida por Santos (2009) como a urbanização empreendida sobre o comando dos interesses das grandes firmas hegemônicas.

Segundo Elias (2017), ao mesmo tempo em que ocorrem transformações no espaço agrícola, a reestruturação produtiva da agropecuária promove alteração nas cidades próximas, como a alteração dos padrões demográficos e o aumento da urbanização, da mesma forma que propicia novas regionalizações. É nesse contexto que as relações entre campo e cidade se tornam mais complexas e intrincadas, fruto das novas demandas geradas pelo agronegócio globalizado.

Na configuração das redes agroindustriais, espaços urbanos e rurais articulam-se constantemente, promovendo também alterações nas formas e nos conteúdos apresentados pelas regiões. A emergência de processos produtivos reestruturados – agora cada vez mais atrelados a escala global – influenciam sobremaneira os locais onde a produção é realizada. Processam-se, em última instância, a formação de regiões altamente competitivas, cuja combinação entre características particulares e fatores de produção elevam a competitividade da região para certos tipos de produção (CASTILLO, 2008).

O Oeste de Santa Catarina há muito tempo é reconhecido por ser a região onde importantes agroindústrias de carnes de aves e suínos se desenvolveram e se consolidaram como as principais empresas do setor no país. Assim, diferente dos locais onde há alteração no tipo de produção predominante, o que acarreta em transformações mais

significativas no território, a região Oeste apresenta o predomínio da atividade agroindustrial desde a década de 1950.

Demonstramos nos capítulos anteriores, que fatores particulares como a organização em pequenas propriedades trabalhadas pelos membros da família, o conhecimento tácito e a disponibilidade de matéria prima para o processamento industrial, entre outros, propiciaram a criação do sistema de integração e o desenvolvimento das agroindústrias, que agora apresentam unidades produtivas em diferentes estados do Brasil e mesmo em outros países, articulados nas suas respectivas redes corporativas. As novas formas de produção que foram criadas tendo por base essas características e os imperativos associados a uma demanda global, acarretaram em transformações não somente no espaço agrário do Oeste Catarinense, como buscamos demonstrar, mas também no espaço urbano-regional, que modifica suas formas e conteúdos constantemente, mas que também apresenta características que induzem a permanência deste tipo de atividade e, por consequência, tornam a região vulnerável aos ímpetus da produção globalizada.

Dando sequência a esta discussão, pretendemos mostrar as relações estabelecidas entre o campo e as cidades no âmbito regional, tendo por base as redes agroindustriais de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense. Estas relações, associadas aos os objetos e sistemas técnicos, assim como a dinâmica populacional e os dados de exportação e importação, permitirão interpretar a dinâmica da região, atentando para a sobreposição das redes urbanas e agroindustriais e a especialização regional neste tipo de atividade, permitindo reconhecê-la como uma Região Produtiva do Agronegócio de carnes de aves e suínos.

### **3.2 A Região Produtiva do Agronegócio de aves e suínos e seus sistemas técnicos**

As novas regionalizações verificadas no período contemporâneo refletem as novas formas de produzir atreladas ao mercado externo, as novas funções dadas ao território e, sobretudo, a interdependência e coexistência de uma ordem local e uma ordem global. Ao tornar-se mais susceptível a influências externas, as regiões têm hoje como principais motores de transformações as iniciativas privadas e o Estado. Enquanto o Estado busca inserir e articular o país aos fluxos globais (LIMONAD, 2015), as grandes corporações acabam por criar e controlar formas e funções do território de acordo com seus próprios

interesses (CORREA, 1992). Com efeito, observa-se a criação de regiões funcionais aos mercados internacionais, adjetivadas por Castillo (2008) como regiões competitivas.

Destas, destacamos as regiões voltadas ao agronegócio, particularmente o Oeste Catarinense, cuja produção está direcionada ao processamento de carnes de aves e suínos. Como ressalta Castillo (2008), a competitividade, além de ser um atributo das empresas, também está associada a lugares, regiões, territórios. Isto porque a competitividade, na abordagem do autor, é definida como a articulação de formas materiais e de normas que propiciam fluidez e por consequência, maiores níveis de produtividade.

Nesse contexto, a logística, entendida por Castillo (2008) como expressão geográfica da produção e da circulação corporativa, pode ser utilizada para a interpretação do uso e da organização do território. A logística seria composta, de acordo com o autor, por competências infraestruturais – como energia, transportes, portos secos, sistemas de armazenamento e outros equipamentos mais ou menos especializados –, institucionais, exemplificadas por normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, etc., e por competências estratégicas/operacionais, ou seja, o conhecimento especializado que operadores logísticos ou prestadores de serviços possuem (CASTILLO, 2008). Seriam, em outros termos, o desenvolvimento e a utilização, pelos setores produtivos, dos macrossistemas técnicos, definidos por Santos (2008a, p. 16) como os “sistemas técnicos sem os quais outros sistemas técnicos não funcionariam”.

A região Oeste Catarinense, por um longo período, era desprovida de infraestruturas que permitissem maior mobilidade na região. Com o desenvolvimento dos primeiros frigoríficos na região, os empresários (que passaram a ocupar também cargos públicos), realizaram empreendimentos visando seus próprios interesses, principalmente melhorias e construção de redes viárias, fornecimento de energia elétrica, rede de esgoto, entre outros (ALBA, 2013, ESPÍNDOLA, 1996). Com o território dotado destes sistemas técnicos, porém, ainda é visível a demanda por melhorias e/ou construção de novos fixos que proporcionam fluidez a região.

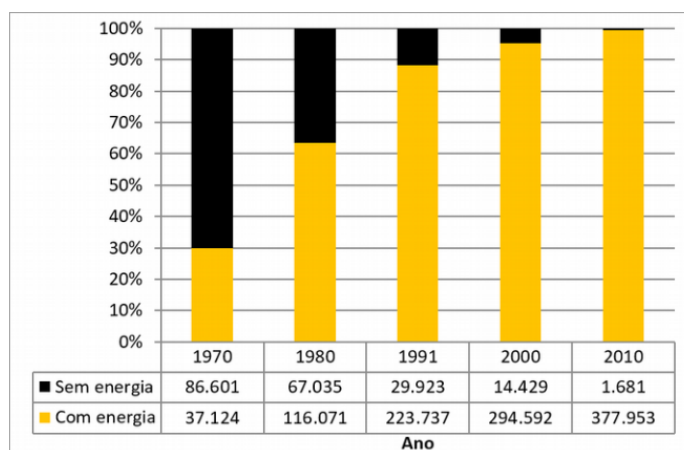
### *3.3.1 Energia*

Quanto à questão de geração/distribuição de energia elétrica, a região Oeste Catarinense apresenta atualmente três empresas que atuam no setor: A Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. (CELESC), holding que possui duas subsidiárias na geração e distribuição de energia e o controle acionário da SCGÁS – que atua em todo o estado de

Santa Catarina, detendo maior parcela dos clientes da região; A Cooperativa Distribuidora de Energia do Vale do Araçá (CERAÇÁ), cuja área de concessão abrange 17 municípios da região e a; Iguaçu Energia, sociedade limitada de capital privado que atua em nove municípios do Oeste Catarinense.

A disponibilidade de energia elétrica na região, de acordo com Fritzen (2016a), abrange quase a totalidade dos domicílios. Na figura 17 é possível verificar o crescimento no número de domicílios que passaram a ter energia elétrica disponível entre os anos de 1970 e 2010. Conforme os dados apresentados, em 1970 apenas 30% dos domicílios possuíam ligação elétrica, enquanto em 2010 esse número passa a abranger a quase totalidade das residências da região. Porém, Fritzen (2016a) ressalta que ainda há disparidade em relação a disponibilidade de energia elétrica, pois a grande maioria das residências que não possuem ligação estão localizadas nas áreas rurais.

**Figura 17:** Disponibilidade energia elétrica nos domicílios da mesorregião Oeste Catarinense (1970-2010)



Fonte: Fritzen (2016a).

Os primeiros sistemas elétricos na região, de acordo com Fritzen (2014) foram concebidos na década de 1940, e tinham como principal função produzir, distribuir e possibilitar o consumo nas pequenas vilas da região, principalmente naquelas que possuíam algum estabelecimento voltado ao beneficiamento de produtos do campo (como moinhos) ou direcionados à exploração de madeira (serrarias).

No final da década de 1960, os sistemas elétricos até então independentes são interligados em um sistema maior, articulado na escala regional, denominado sistema integrado, de cunho estatal (FRITZEN, 2014). Com a densificação do sistema elétrico, principalmente a partir da década de 1970, o autor ressalta que, paulatinamente, verifica-se o aumento no consumo de energia elétrica na região, reflexo do aumento da

urbanização, industrialização e eletrificação rural. Como a industrialização na região é constituída principalmente a partir das agroindústrias, estes fatores – aumento do consumo de energia elétrica, urbanização e desenvolvimento do setor produtivo – para Fritzen (2016a), expressam fenômenos dialeticamente ligados: com o aumento da disponibilidade da eletrificação na região (tanto no campo quanto na cidade), intensifica-se o uso de técnicas produtivas modernas que, por sua vez, elegem os agentes e locais mais adequados às técnicas, excluindo processos, lugares e agentes que não acompanham as inovações exigidas.

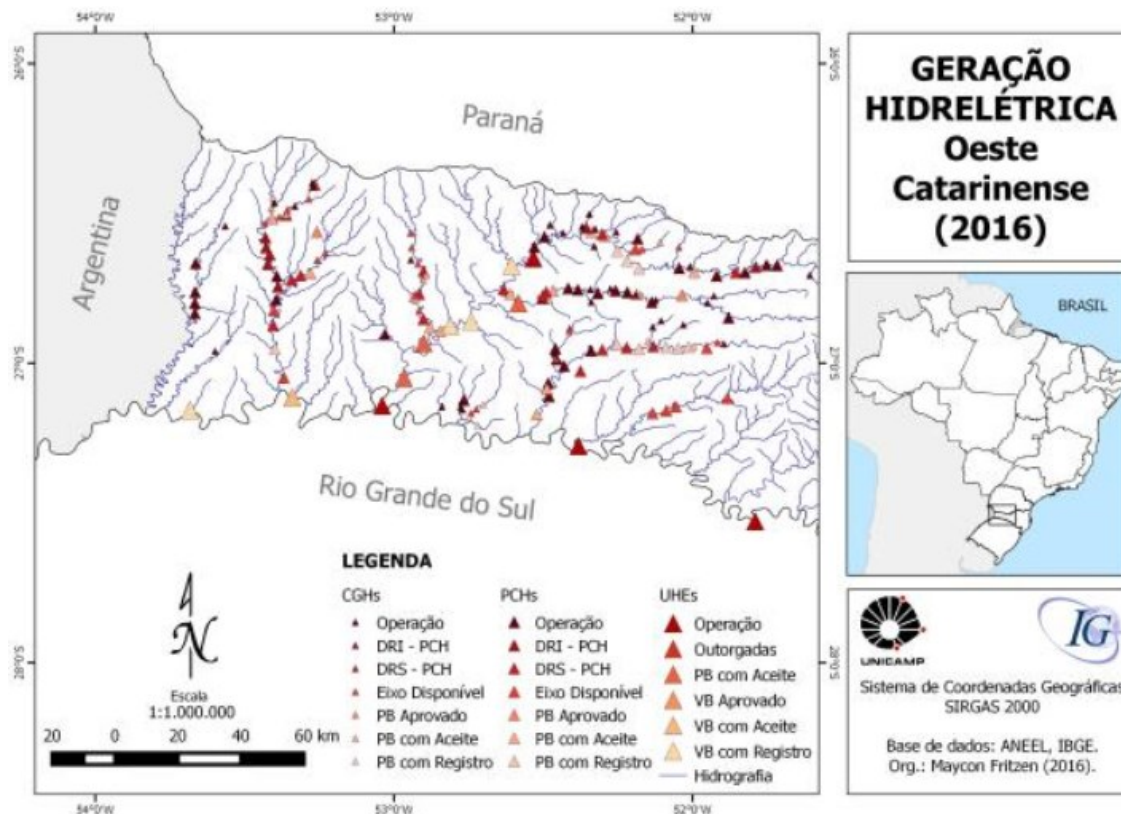
Relacionando os dados dos valores adicionados por setores ao PIB municipal com o consumo de energia elétrica na região, Fritzen (2016a) destaca que desde a segunda metade da década de 1990, o setor industrial é o principal contribuinte do PIB, da mesma forma que a demanda por energia elétrica neste período é maior. Nesse sentido, ressalta que a demanda e o consumo de energia elétrica enquanto insumo fundamental para as indústrias apresenta-se consoante ao desenvolvimento econômico das indústrias presentes na região.

Em relação a geração de energia, a região Oeste Catarinense apresenta grande parte de suas bacias hidrográficas loteadas e segmentadas por empreendimentos de geração de energia elétrica, como demonstra a figura 18. De acordo com Fritzen (2016b), no início de 2016, a região Oeste apresentava 67 empreendimentos em operação, distribuídos em quatro usinas hidrelétricas de energia (UHEs), 29 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e 34 centrais geradoras hidrelétricas (CGHs). Além destas, o autor ainda acrescenta os projetos em fase de instalação, que abarcam oito projetos de UHEs, 60 projetos de PCHs e 33 projetos de CGHs.

Em comparação com os períodos anteriores, Fritzen (2016a) ressalta que o momento atual representa uma nova fase da modernização e densificação técnica que, diferente dos anteriores, não tem o objetivo de atender as demandas essenciais de consumo da população, mas busca “alargar o consumo de energia elétrica para impulsionar as forças produtivas regionais, principalmente a indústria, e assegurar o aumento da expansão das atividades de transformação sem um possível revés ocasionado pela falta de energia” (FRITZEN, 2016a, p. 136).



**Figura 18:** Projetos Hidroenergéticos do Oeste de Santa Catarina (2016)



Ao analisar a quantidade de projetos voltados a produção de energia elétrica, verifica-se o quão necessário se torna para o setor produtivo dotar o território com este tipo de infraestrutura. Conforme Fritzen (2016a), a implantação de novos projetos e a ampliação das redes transmissão e distribuição de energia elétrica é posta como uma necessidade para a manutenção das atividades de produção, por poder garantir o fornecimento constante e seguro de energia. Nesse sentido, a densificação deste sistema é um fator estratégico para as empresas, que buscam, junto a esfera pública, dotar cada vez mais a região com estas infraestruturas que lhes dão suporte.

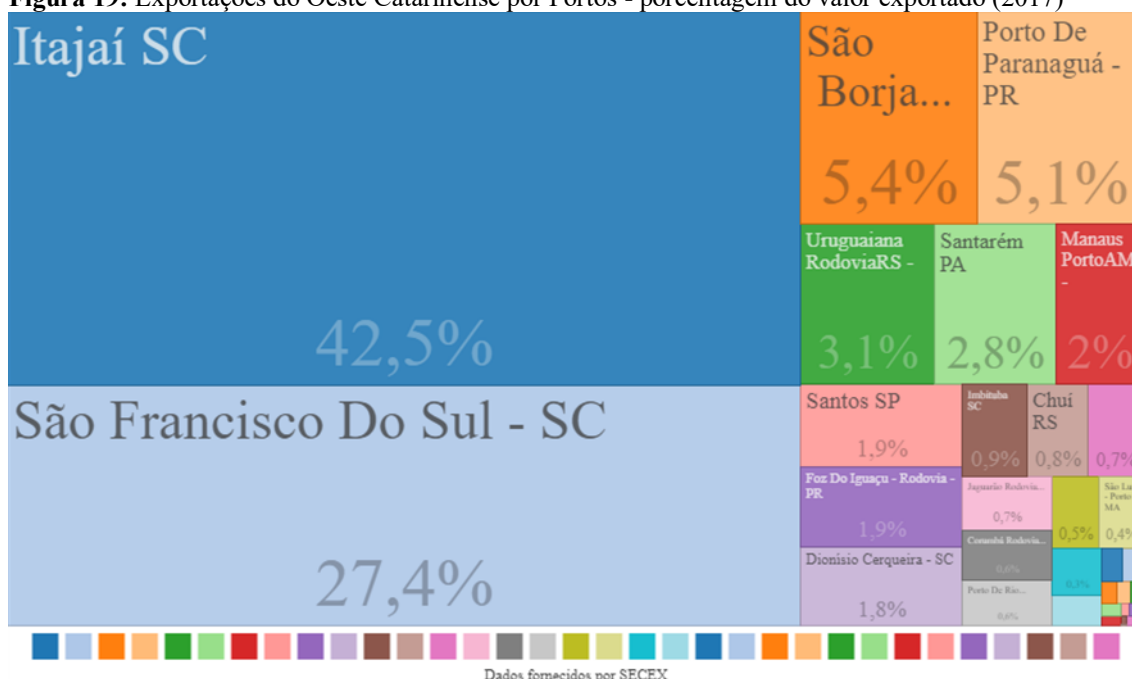
### 3.3.2 Portos e aeroportos

Além da rede elétrica, outras infraestruturas essenciais ao setor produtivo são aquelas que propiciam a fluidez na região. A localização das infraestruturas, conforme Santos (2008a), resulta de um planejamento que interessa principalmente aos atores hegemônicos da economia e da sociedade que tornam o espaço, assim, racionalizado. Nesse contexto, a logística, como descrita por Castillo (2008) expressa a hegemonia da

circulação do período atual, utilizada sobretudo por empresas do circuito superior da economia.

A importância deste tipo de infraestruturas se dá, sobretudo, porque em regiões especializadas a produção é voltada em grande medida ao mercado internacional, o que demanda estruturas eficientes para escoar a produção. As exportações da região Oeste Catarinense, de tal modo, são destinadas a diferentes locais, antes de chegar ao mercado consumidor final. Na figura 19 estão destacados os principais portos para onde as exportações, que somaram 1,02 bilhões de dólares, foram destinadas no ano de 2017.

**Figura 19:** Exportações do Oeste Catarinense por Portos - porcentagem do valor exportado (2017)



Fonte: Dataviva (2020).

Dos portos para onde foram destinadas a produção do Oeste Catarinense, destaca-se o Porto de Itajaí e de São Francisco do Sul, localizados no litoral catarinense, responsáveis por escoar mais da metade dos valores exportados pela região oeste (42,5% e 27,4%, respectivamente). Em menor proporção, os produtos destinados à exportação foram direcionados a portos marítimos e secos localizados em outros estados, entre eles Rio Grande do Sul (São Borja e Uruguaiana), Paraná (Paranaguá e Foz do Iguaçu), Pará (Santarém), Amazonas (Manaus) e São Paulo (Santos). Além dos portos, alguns produtos são destinados a outros países por meio de ferrovia (Ferrovia Corumbá – MS) e dos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e Curitiba, porém, os valores dos produtos exportados por esses meios são menores que 1% do valor total exportado. Na

mesorregião, somente uma cidade possui porto: Dionísio Cerqueira. Conforme a Receita Federal, este porto é classificado como “ponto de fronteira”, e está localizado na divisa de Santa Catarina com a Argentina. No ano de 2017, 1,8% do valor total das exportações foram direcionadas a outros países por meio deste local.

Para a movimentação de pessoas e, em número bem reduzido, de cargas, o Oeste Catarinense conta com sete aeroportos, localizados em Chapecó, Joaçaba, Concórdia, Xanxerê, Caçador, Videira e São Miguel do Oeste. Em relação a movimentação de cargas, Quintilhano (2014) descreve que o aeroporto de Chapecó é o que mais realiza movimentações. Porém, ressalta que a estrutura não apresenta uma equipe responsável direta para a gestão e organização dos transportes aéreos de carga, ou seja, não possui equipe voltada para o setor de logística e cargas. Além disso, Quintilhano (2014) descreve que o aeroporto não possui um terminal de carga aérea, o que implica na inexistência de um sistema de armazenagem, câmara fria, etc. A movimentação de cargas, assim, é feita e gerenciada pelas companhias que possuem voos regulares de passageiros no aeroporto.

Conforme Quintilhano (2014), algumas companhias áreas que atuam no aeroporto de Chapecó contam com uma pequena estrutura física para o armazenamento das cargas, localizadas ao lado do prédio administrativo, onde dividem o espaço em um galpão com peças e aeronaves de pequeno porte. Outra companhia que atua no aeroporto possui uma filial para armazenar suas cargas no centro de Chapecó, e embarca suas cargas somente quando a aeronave da empresa é autorizada a carregar passageiros, bagagens e cargas, acessando o aeroporto por um portão de acesso restrito (QUINTILHANO, 2014). Da mesma forma, descreve que esta defasagem infraestrutural se repete nos demais aeroportos localizados na mesorregião Oeste Catarinense.

### *3.3.3 Ferrovias*

Quanto a estrutura ferroviária, a principal ferrovia que passava pela região – e que teve um papel relevante na própria história do Oeste – era a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, também chamada de Ferrovia do Contestado. Construída entre 1908 e 1910, ligava Porto União, no território catarinense à Marcelinho Ramos, localizado no Rio Grande do Sul, margeando o Rio do Peixe. Além de propiciar o desenvolvimento de vilas (e posteriormente, cidades) em suas proximidades, a ferrovia desempenhava um importante papel para o escoamento da produção mercantil praticada na região para os

portos litorâneos e, sobretudo, para os mercados consumidores do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

No final da década de 1930, porém, um novo trecho da ferrovia São Paulo-Rio Grande foi iniciado, passando por Mafra e Lages, sendo construída com melhores características em relação ao antigo trecho (traçado mais curto e que permite o tráfego de trens mais longos e pesados), finalizada no ano de 1969 (ROCHA; BARBOSA; CABRAL, 2009). Como o trecho que margeava o Rio do Peixe era muito sinuoso e estava em vias de deterioração, Rocha, Barbosa e Cabral (2009) salientam que se tornava mais viável a construção de um novo trecho do que a adequação da antiga estrada de ferro.

Privatizada no ano de 1990, a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande passou a ser administrada pela concessionária América Latina Logística (ALL), como destacam Rocha, Barbosa e Cabral (2009). No mesmo ano, o trecho localizado na mesorregião Oeste (figura 20) foi desativado e, conforme as autoras, a retomada de circulação de cargas neste trecho depende atualmente de acordos comerciais e da disponibilidade de volumes (por parte dos clientes) que viabilizem o retorno das operações. Com isto, a mesorregião Oeste ficou desprovida de estruturas ferroviárias para o transporte de passageiros e para o escoamento da produção agrícola e agroindustrial.

Figura 20: Ferrovias no estado de Santa Catarina (2007)



Fonte: Rocha, Barbosa e Cabral (2009).

Objetivando ampliar a malha ferroviária em Santa Catarina, conforme Rocha, Barbosa e Cabral (2009), a Secretaria de Infraestrutura desenvolveu, no ano de 2003, o “Estudo de Viabilidade do Sistema Ferroviário no Estado de Santa Catarina”, onde propõe a criação de duas novas ferrovias, uma litorânea e outra com 616 quilômetros que liga o Leste ao Oeste do estado (figura 20). A ferrovia Leste-Oeste, também chamada de Ferrovia do Frango, prevê a conexão entre as cidades de Itajaí e Chapecó, conectando-se a ferrovia América Latina Logística em dois pontos: Ponte Alta, na mesorregião Serrana e em Herval d’Oeste, no trecho atualmente desativado no Oeste Catarinense (ROCHA; BARBOSA; CABRAL, 2009).

Desde a publicação deste estudo, muitas foram as iniciativas para a efetivação deste projeto, sobretudo por parte dos grandes empresários e dos políticos da região. Conforme Zanella (2018), em 2011 criou-se a “Frente Parlamentar Mista de Ferrovia” presidida pelo então deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) que garantiu a oficialização, em maio de 2013, do traçado da Ferrovia do Frango ou Ferrovia da Integração – o que animou lideranças políticas, empresariais e comerciais.

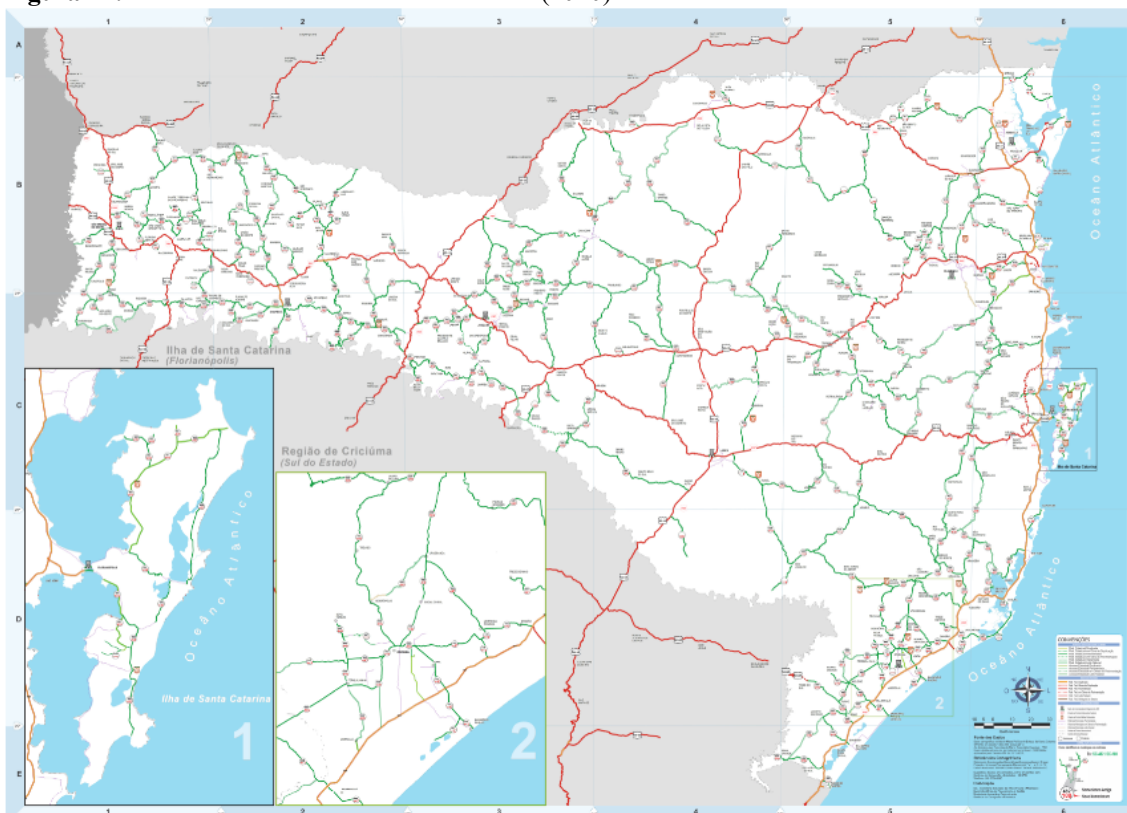
Andando a passos lentos, a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério da Infraestrutura, vencedora da licitação para a construção da ferrovia, assinou contrato de serviço no ano de 2014 em Chapecó, como informa o jornal diário do Rio do Peixe (2020). Iniciaram-se, então, os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a construção da linha férrea. O jornal ainda informa que empresa garante entregar este estudo até junho de 2020. O que foi informado à população catarinense até o momento é que o traçado da ferrovia será maior que o previsto anteriormente, passando de 616 quilômetros a 862 quilômetros de extensão, indo do Porto de Itajaí até Dionísio Cerqueira, antes limitado à cidade de Chapecó.

### *3.3.4 Rodovias*

Sem a presença de ferrovias, apenas um porto seco, e uma estrutura defasada de aeroportos voltados ao transporte de cargas, a região Oeste Catarinense, assim como grande parte do país, tem no transporte rodoviário o principal meio para o escoamento da produção. As principais rodovias presentes no Oeste Catarinense são de jurisdição federal: A rodovia transversal BR 282, que conecta desde o extremo oeste até o litoral catarinense (figura 21); as longitudinais BR 163, que liga os municípios de Tenente

Portela (RS) a Santarém (PA), passando pela microrregião de São Miguel do Oeste; a BR 158, que conecta a cidade de Santana do Livramento (RS) a Altamira (PA), cortando, no oeste catarinense, a microrregião de Chapecó e; a BR 153, que vai de Aceguá (RS) a Marabá (PA), passando em cidades localizadas microrregião de Concórdia. Além das rodovias federais, a região é provida de importantes rodovias estaduais, que se conectam com BRs e fazem ligações entre as cidades.

**Figura 21:** Rodovias no estado de Santa Catarina (2020)



Fonte: Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – Governo de Santa Catarina (2020).

De modo geral, conforme Rocha, Barbosa e Cabral (2009) a construção de estradas de rodagem na região ocorria na medida em que acordos eram firmados, sem haver um planejamento rodoviário estadual. Com efeito, as autoras relatam que a manutenção destas rodovias se tornava uma despesa constante para o Estado, já que as estradas eram constituídas sem estudo prévio de engenharia e de orçamento que garantissem a viabilidade das obras.

Na região Oeste, as primeiras estradas foram construídas pelas empresas colonizadoras e buscavam conectar os principais núcleos da região entre si e, principalmente, com a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Com a conclusão das estradas, segundo Rocha, Barbosa e Cabral (2009), a manutenção e conservação passava

ao setor público. Com os incentivos ao processo de industrialização na década de 1950, as autoras ressaltam que ocorreram expressivos investimentos infraestruturais, consolidando-se as rodovias como opção de mobilidade, não somente na região, mas em todo o país.

Nesse contexto, desde a década de 1950 até o período atual, vários planos de metas estaduais foram elaborados para destinar recursos a construção de novas rodovias e à manutenção das já existentes, visando sobretudo o fácil acesso ao sistema portuário (voltados a importação/exportação) e a circulação de pessoas e da produção (ROCHA; BARBOSA; CABRAL, 2009). As dificuldades impostas pelas características naturais da região, somada a falta de estudos prévios na construção de rodovias, comprometiam e comprometem a qualidade das pistas, o que reforça ainda mais a necessidade de recursos constantes para manutenção do sistema viário.

A logística, por meio das condições básicas infraestruturais, é fundamental não somente para a população em geral, mas representa um fator crucial para as empresas. A partir do momento em que a economia se tornou globalizada, tomar um posto no mercado internacional também implica em dotar o território de sistemas técnicos que garantam a fluidez desta produção. Como bem destacado por Castillo (2008), a competitividade não está circunscrita às empresas, também representa uma característica do território. Além das condições logísticas, também se destacam outros equipamentos que propiciam a competitividade de empresas e regiões, que estão incluídos no circuito espacial produtivo e que resultam em regiões especializadas.

### *3.3.5 Armazéns*

Além dos sistemas de objetos que conferem maior fluidez ao território do Oeste Catarinense, ressaltamos os principais objetos técnicos relacionados a produção agroindustrial, quais sejam, as próprias agroindústrias e os armazéns. Como relata Santos (2008a, p. 39), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Deste modo, o autor afirma que os objetos técnicos não agem, porém já nascem predestinados a certo tipo de ações.

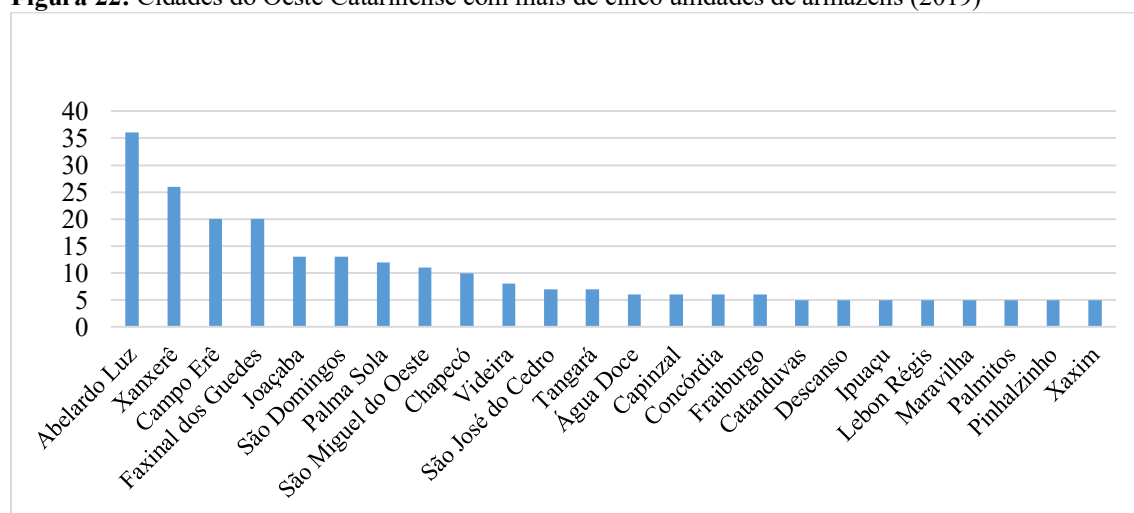
Considerando a estruturação da região Oeste Catarinense, as unidades agroindústrias (as plantas industriais propriamente ditas) compõem um importante objeto técnico, responsável pelas principais transformações deste espaço, que foi adequado para

suprir suas necessidades produtivas. Atualmente, as principais agroindústrias da região (BRF, Seara/JBS e Aurora) estão localizadas em 15 municípios, nomeadamente Abelardo Luz, Capinzal, Chapecó, Concórdia, Guatambu, Herval d'Oeste, Ipumirim, Itapiranga, Joaçaba, Maravilha, Quilombo, São Miguel do Oeste, Seara, Videira e Xaxim (figura 14, página 124). Além das alterações provocadas no espaço rural e urbano dos municípios onde estão presentes, estas agroindústrias são também responsáveis, em graus diversos, pela dinâmica dos demais municípios, ou seja, possuem um raio de atuação que engloba toda a região em questão.

Para a produção de carnes de aves e suínos também são importantes as atividades agrícolas relacionadas ao setor de grãos, utilizados para a fabricação de rações. Assim, outro objeto técnico relevante na constituição desta região especializada são os armazéns, que propiciam o armazenamento de estoques e facilitam as operações logísticas. De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a região Oeste Catarinense possui 335 unidades armazenadoras (incluídos armazéns dos tipos convencional, bateria de silos, graneleiros e silos) distribuídas em 68 municípios.

Conforme a figura 22, os municípios que mais possuem unidades armazenadoras são Abelardo Luz, Xanxerê, Campo Erê e Faxinal dos Guedes, sendo estes também os municípios com maior produção de grãos da região (IBGE, 2020). Além dos municípios listados na figura, destacam-se outros 42 municípios que possuem entre um e quatro armazéns em seus limites administrativos.

**Figura 22:** Cidades do Oeste Catarinense com mais de cinco unidades de armazéns (2019)



Fonte: CONAB (2020). Elaboração: Motter (2020).



A administração destes armazéns também demonstra um pouco do tipo de empresas que atuam na região e que fazem parte das redes agroindustriais. De acordo com os dados da CONAB, as principais agroindústrias (BRF, Seara/JBS e Aurora) possuem juntas 30 unidades de armazenamento, o que compreende 8,98% dos armazéns da região. As empresas que controlam a maior parte deste tipo de objeto técnico são as cooperativas (excluindo-se aqui os armazéns da Cooperativa Central Aurora Alimentos), com 162 unidades, ou seja, 48,36% dos armazéns. Em seguida, destacam-se as empresas cerealistas, ou seja, aquelas que exercem atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar grãos, que, na região Oeste Catarinense possuem 38 armazéns (11,34% do total de unidades).

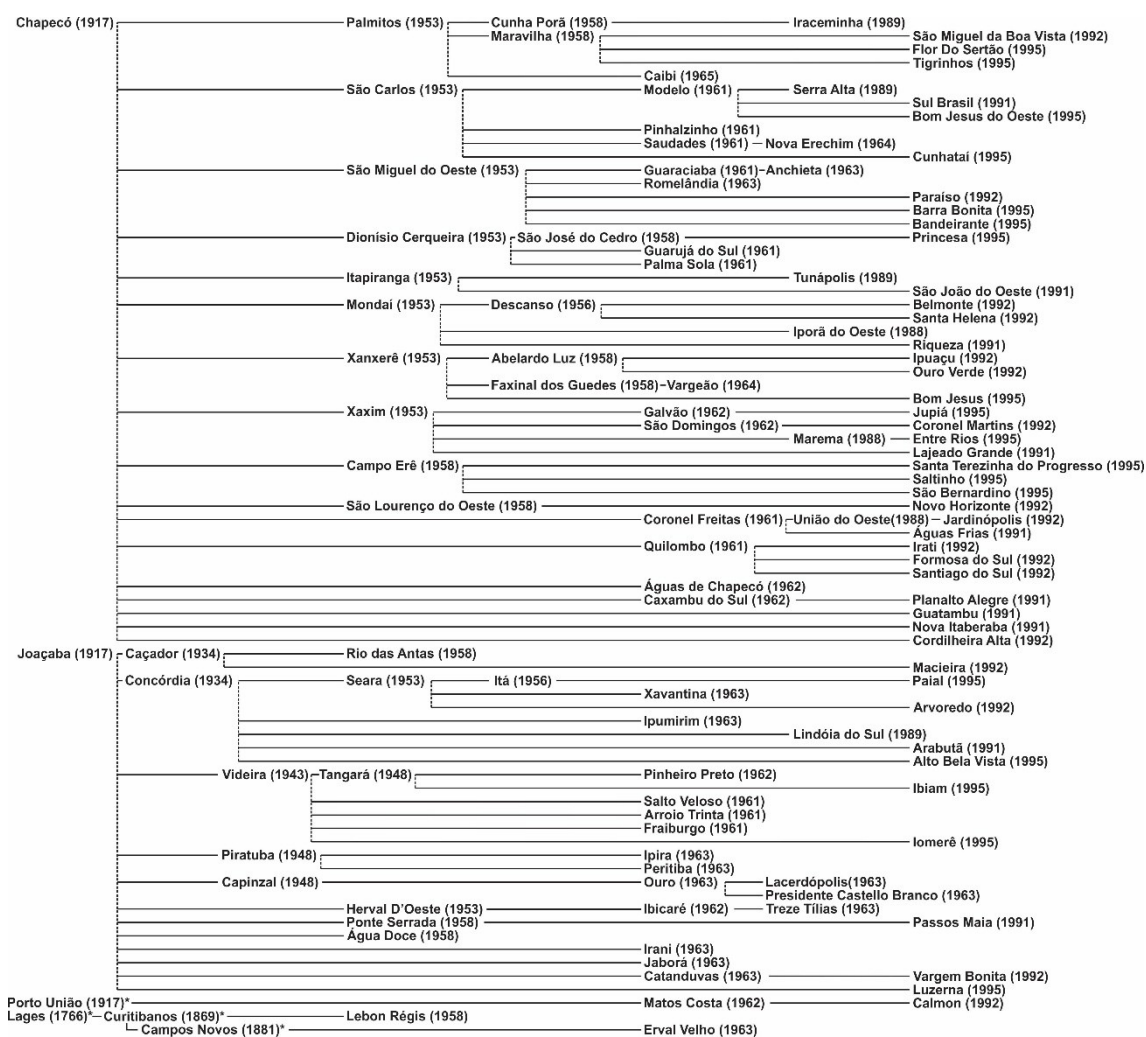
Além destas, a região também possui armazéns ligados a empresas que realizam o comércio em atacado e varejo, que perfazem 8,06% das unidades; armazéns atrelados a indústrias de alimentos e rações, com 6,57% das unidades; outras empresas (que englobam três unidades controladas por uma empresa de importação e exportação, cinco atreladas a empresas de transporte e armazenamento para terceiros e duas empresas agrícolas que possuem baterias de silos) que são responsáveis por 2,99% das unidades e; armazéns públicos (três unidades da CONAB) e comunitários (cinco unidades) que representam 2,98% dos armazéns da região.

As unidades de armazenamento de tal modo, representam um objeto técnico relevante para o desenvolvimento das atividades agroindustriais. A atuação das cooperativas, nesse sentido, se mostra essencial na intermediação da produção realizada por seus associados e a venda tanto para as agroindústrias como para as fábricas de ração. As empresas cerealistas, por outro lado, além de fornecer os produtos com certa regularidade (considerando os momentos específicos da colheita) para as empresas processadoras, ainda disponibilizam sementes selecionadas para a produção no campo.

### 3.3 Dinâmica populacional e caracterização da rede urbana do Oeste Catarinense

A região Oeste Catarinense é formada atualmente por 118 municípios, desmembrados dos antigos territórios de Chapecó e Joaçaba (hoje Joaçaba), em processos emancipatórios que tiveram início na década de 1930 e finalizaram no ano de 1995 (figura 23). Os territórios desmembrados compartilham, assim, não somente a história, mas também parte dos os ciclos econômicos que marcaram a região (pecuária, erva-mate, madeira e agroindustrial).

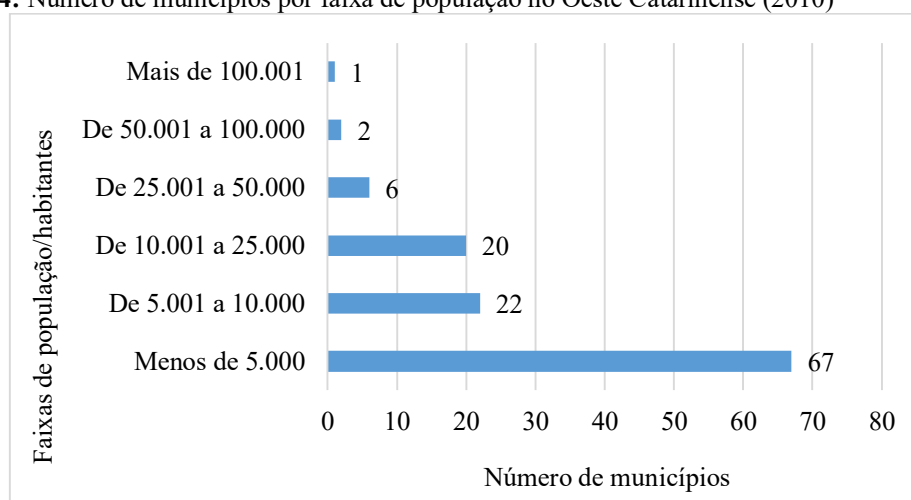
**Figura 23:** Emancipações a partir de Chapecó e Joaçaba



Fonte: ALESC/Div. Documentação (2020). Elaboração: Motter (2020).

Composta por uma população de 1.200.712 habitantes, a característica mais marcante da região é presença de inúmeras pequenas cidades, polarizadas por Chapecó, cidade média que possui cerca de 180 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Na figura 24 é possível verificar que dos 118 municípios que compõe a região, 67 possuem menos de cinco mil habitantes, ou seja, 56,8% dos municípios da região estão nesta faixa de população. Do outro lado, os municípios mais populosos são Chapecó (único que possui mais de 100 mil habitantes), seguido por Caçador (70.762 habitantes) e Concórdia (68.621 habitantes). Na faixa que compreende a população entre 25 e 50 mil habitantes estão, em ordem decrescente: Videira (47.188), Xanxerê (44.128), São Miguel do Oeste (36.306), Fraiburgo (34.553), Joaçaba (27.020) e Xaxim (25.713). Somados, esses municípios representam apenas 7,6% dos municípios da região.

**Figura 24:** Número de municípios por faixa de população no Oeste Catarinense (2010)



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Motter (2020).

Dos nove municípios mais populosos da região, seis possuem agroindústrias, com a exceção de Xanxerê, Caçador e Fraiburgo. O município de Xanxerê, apesar de não apresentar unidades produtivas das agroindústrias aqui analisadas, possui relação direta com a atividade agroindustrial: conforme dados do IBGE cidades (2020), o município é um grande produtor de grãos, com destaque para milho (cuja produtividade se destaca no cenário nacional), soja e feijão, o que favorece a instalação e manutenção de fábricas de rações presentes na cidade. Mesmo consumindo toda sua produção de grãos, o município ainda apresenta déficit nas culturas de milho e soja, que são supridas pelos municípios de seu entorno e de outras regiões. Outra atividade de destaque em Xanxerê é presença de dois incubatórios, destinados a produção de pintos de um dia. Além de fornecer os

pintinhos e a ração, o município de Xanxerê ainda fornece matéria prima para o processamento agroindustrial, em virtude da presença de produtores de frangos e suínos integrados às agroindústrias localizadas em municípios próximos.

Caçador e Fraiburgo, diferente dos demais municípios, não apresentam atividades relevantes relacionadas aos setores de grãos e de carnes de aves e suínos, apesar alguns estabelecimentos rurais realizarem este tipo de atividade. Ambos municípios apresentaram, desde o momento de sua criação, forte presença do setor madeireiro, seguindo o ciclo verificado em toda região no período de sua colonização. Com a diminuição da mata nativa, os municípios pautaram sua produção em madeiras de reflorestamento (*pinus elliottii*), e hoje contam com importantes indústrias exportadoras neste ramo. No município de Caçador, destacam-se também as indústrias de plástico, cobre, metalúrgicas e o ramo de transportes (IBGE, 2020). Apesar da relevância do setor industrial, esses municípios são conhecidos por sua produção agropecuária: Em Caçador, destaca-se o cultivo de tomate (que já rendeu ao município o título de maior produtor do sul do Brasil) e Fraiburgo é reconhecido como o maior produtor de maçãs do Brasil (IBGE, 2020).

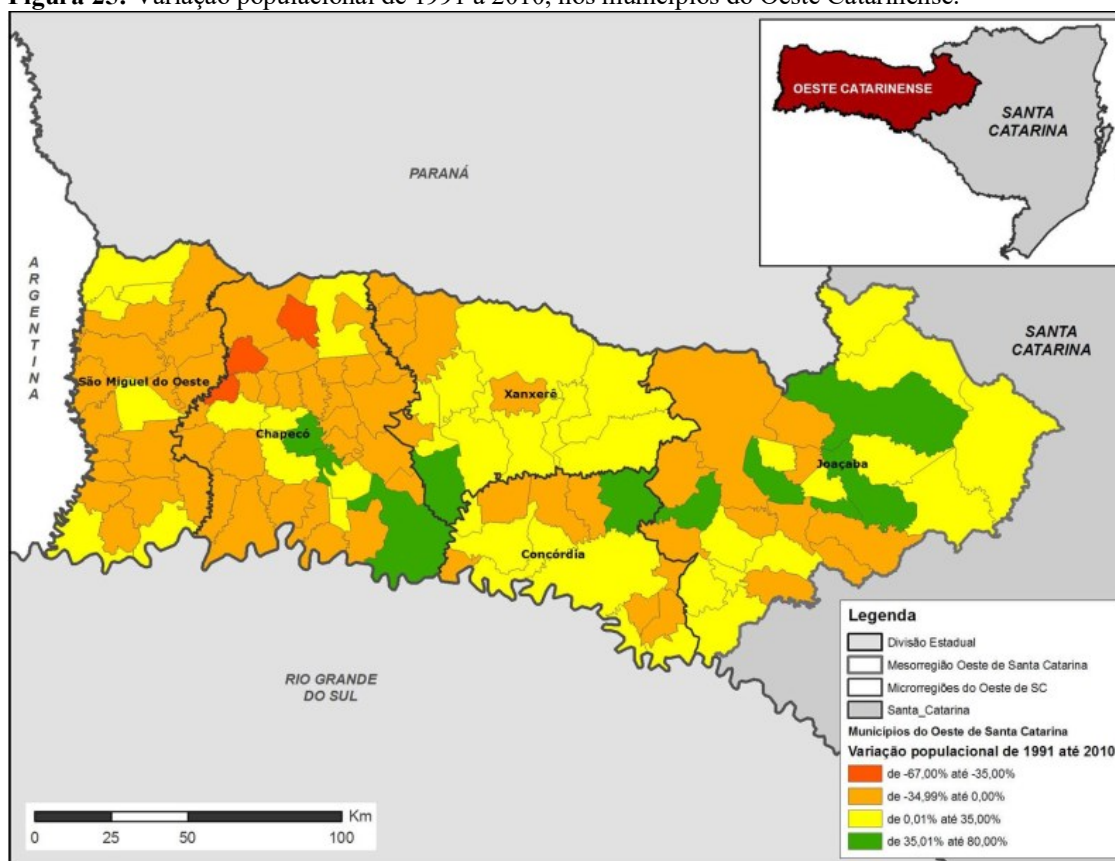
Quanto à mobilidade regional nos anos mais recentes (1991 e 2010), Rammé (2011) evidencia que 56,78% dos municípios da região sofreram retração em sua população total. Conforme a autora, esse grupo é composto por municípios que já possuíam baixo contingente populacional e que acentuaram processos migratórios do campo e da cidade para cidades maiores da região e/ou para outras regiões e estados.

Das microrregiões que compõe o Oeste Catarinense, Rammé (2011) destaca as microrregiões de São Miguel do Oeste e de Chapecó, atrelando a crescente perda populacional aos problemas relacionados a posição fronteiriça (no caso da microrregião de São Miguel do Oeste), à economia urbana pouco diversificada e ao modelo agroindustrial que tem dificultado a permanência no campo. A figura 25 demonstra que dos 21 municípios da microrregião de São Miguel do Oeste, 15 tiveram redução no número da população, enquanto a região de Chapecó apresentou 29 municípios (do total de 38 que o compõe) com perda populacional – destes, destacam-se São Miguel da Boa Vista, São Bernardino e Santa Terezinha do Progresso, que variaram negativamente entre -67% e -35% (RAMMÉ, 2011).

De modo geral, os municípios que tiveram acréscimo de população entre 0,1% e 35%, representam 38,14% dos municípios do Oeste Catarinense. Conforme Rammé (2011), esses municípios estão mais difundidos nas microrregiões de Xanxerê, Concórdia

e Joaçaba (figura 25), que apresentam uma economia mais diversificada se comparados as microrregiões de Chapecó e São Miguel do Oeste. Os municípios que apresentaram maior crescimento populacional, destaca a autora, são aqueles considerados polos regionais, além dos pequenos municípios que receberam novos empreendimentos econômicos, fator que atraiu a população do entorno. Os municípios com maior crescimento populacional são, respectivamente: Chapecó, Nova Erechim, Pinhalzinho (localizados na microrregião de Chapecó), Caçador, Videira, Catanduvás, Treze Tílias, Pinheiro Preto (microrregião de Joaçaba), Xaxim (microrregião de Xanxerê) e Irani (microrregião de Concórdia).

**Figura 25:** Variação populacional de 1991 a 2010, nos municípios do Oeste Catarinense.

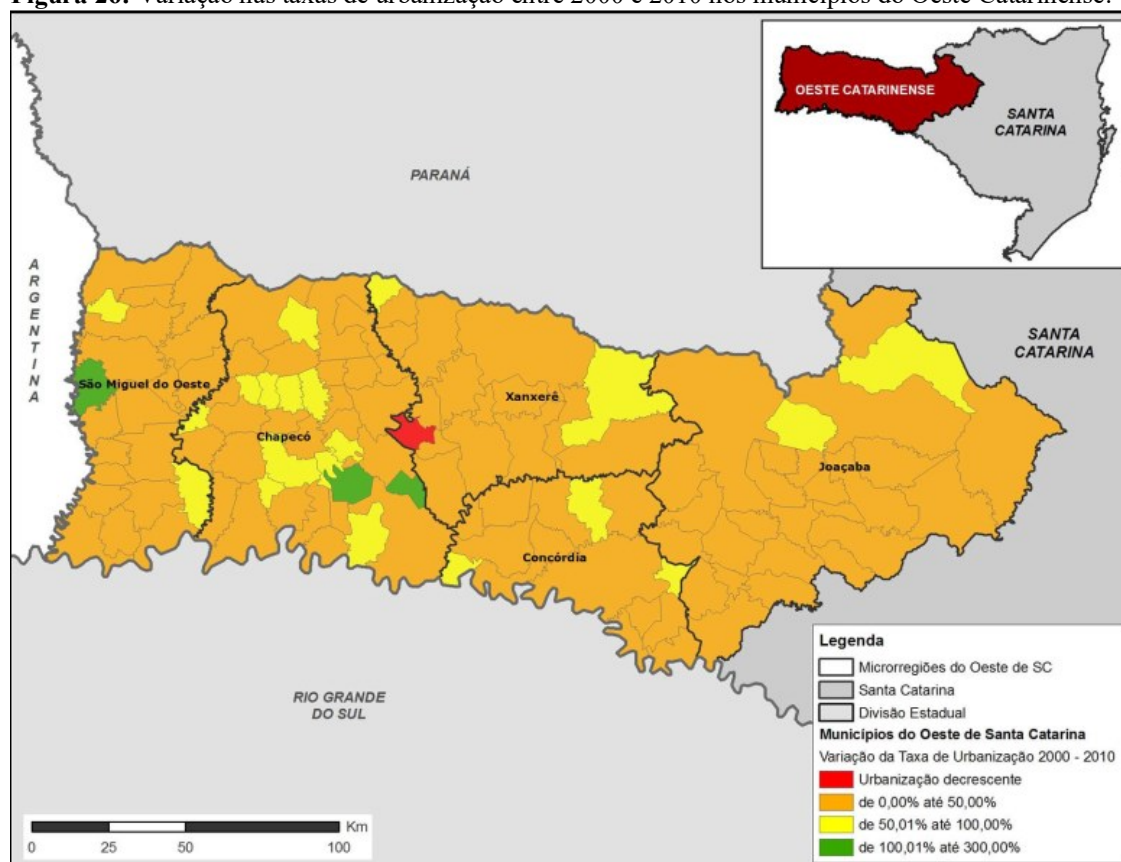


Fonte: Rammé (2011).

Em relação às taxas de urbanização no Oeste de Santa Catarina, Rammé (2011) descreve que estão mais associadas a processos migratórios que pelo crescimento das taxas de natalidade no interior das cidades. Assim, descreve que entre os anos de 2000 e 2010 apenas um município da região apresentou decréscimo na taxa de urbanização: Marema, localizado na microrregião de Xanxerê. Outros 94 municípios (que compreendem 79,66% do total de municípios da região) apresentaram taxas crescentes

de até 50% (figura 26), determinados, segundo a autora, pelo crescimento vegetativo e, sobretudo, pela migração do campo para a cidade, mesmo com decréscimo da população total de alguns municípios. O grupo de municípios com taxa de urbanização entre 50% e 100% compreende 20 municípios, localizados predominantemente na microrregião de Chapecó. Os municípios com variação superior a 100,01% foram apenas três: Paraíso (localizado no extremo oeste), Cordilheira Alta e Nova Itaberaba (próximos ao município de Chapecó), ambos com população total inferior a 5.000 habitantes (RAMMÉ, 2011).

**Figura 26:** Variação nas taxas de urbanização entre 2000 e 2010 nos municípios do Oeste Catarinense.

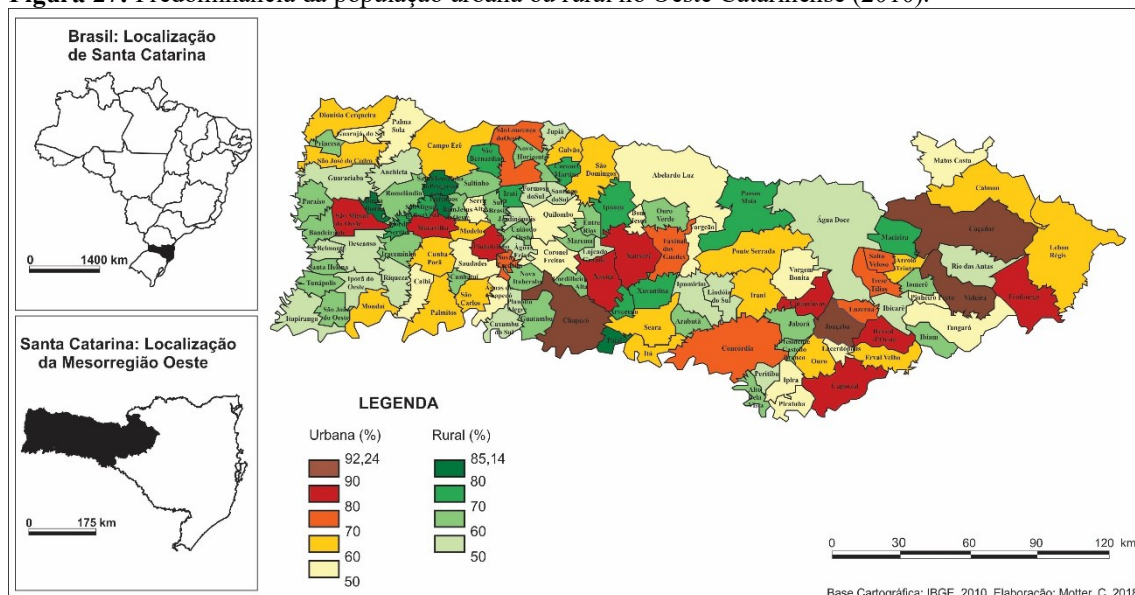


Fonte: Rammé (2011).

Apesar do aumento significativo nas taxas de urbanização, dado sobretudo pelas oportunidades oferecidas nas áreas urbanas e as dificuldades de permanência no campo, o Oeste de Santa Catarina possui um número relevante de municípios onde a população rural ainda é predominante. De acordo com os dados do IBGE (2010), 61 municípios da região possuem população rural acima de 50%, enquanto 57 municípios apresentam a mesma porcentagem de pessoas vivendo nas cidades. Na figura 27, estão representados os dados relativos a predominância da população urbana ou rural no Oeste Catarinense. Quanto aos municípios que possuem maior população urbana, destacam-se Joaçaba,

Chapecó, Caçador e Videira, cuja população urbana representa entre 90% e 92,24% da população total. Do lado oposto, sobressaem-se os municípios de Tigrinhos, Paial, Santa Terezinha do Progresso e Barra Bonita, cuja porcentagem da população rural é de 80 a 85,14%.

**Figura 27:** Predominância da população urbana ou rural no Oeste Catarinense (2010).



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Motter (2020).

Estas características dos municípios refletem, por sua vez, na estrutura da rede urbana da região. Como documento base, que reflete as características da rede urbana brasileira, temos um importante estudo divulgado pelo IBGE intitulado Região de Influência das Cidades – REGIC. Com estudos publicados desde 1966, a metodologia utilizada para definir o nível de centralidade exercidas pelos municípios brasileiros foi sendo adaptada no decorrer dos anos, refletindo as transformações verificadas no território. No nosso estudo, utilizaremos as versões mais recentes, quais sejam, a referente a rede urbana de 2007, publicada em 2008 e o estudo de 2018, publicado em 2020.

Nestas pesquisas, a classificação adotada privilegiou a função de gestão do território<sup>19</sup>. Apesar de alguns aprimoramentos na pesquisa de 2018 (como o uso de três informantes por cidade, perguntas temáticas mais desagregadas e a maior quantidade de municípios abrangidos pelos questionários), ambas classificaram as cidades a partir das funções de gestão que exercem sobre as demais cidades, considerando a centralidade das

<sup>19</sup> O estudo considera como centro de gestão do território “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83). (IBGE, 2008, p. 131).

atividades de gestão pública e empresariais, e a presença de diferentes equipamentos e serviços que geram atratividade para as cidades (IBGE, 2008, 2020).

Os centros urbanos, assim, foram hierarquizados e classificados em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis, a saber: Metrópole (dividida em Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole); Capital Regional (em níveis A, B e C), Centro Sub-regional (em níveis A, B e C) e, para a publicação de 2018, apenas os níveis A e B; Centro de Zona (níveis A e B) e Centro Local. Ressaltamos que a noção de cidade ou centro urbano na REGIC de 2018 utiliza as unidades territoriais definidas no estudo dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (2016), e compreende três conjuntos: os Arranjos Populacionais, as concentrações urbanas e os demais Municípios (ou Municípios isolados)<sup>20</sup>.

Santa Catarina, de acordo com o estudo de 2008, não apresentava nenhum centro urbano classificado como metrópole. A capital do estado, Florianópolis, foi classificada como Capital Regional A, integrando as regiões de influência das Metrópoles Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Na publicação de 2018, porém, a capital do estado foi elevada a Metrópole, inserida em um contexto estadual com diversas Capitais Regionais para as quais convergem as ligações das cidades de menor hierarquia. Conforme o estudo de 2018, a rede urbana de Santa Catarina é uma rede “bem-encadeada”, composta por cidades de vários níveis hierárquicos intermediários com grande dinamismo econômico. Assim, se na REGIC de 2007 a rede de Florianópolis assumia o controle de quase todo o estado, com exceção da rede de Joinville (situada na região norte e ligada diretamente à Curitiba-PR), na publicação recente a capital do estado se mostra influente em todas as cidades de Santa Catarina, em menor ou maior grau.

Na figura 28, é possível verificar as cidades mais importantes na região de influência de Florianópolis: como Capital Regional B, temos os arranjos populacionais de Joinville (antes pertencente a região de Curitiba PR), Blumenau e Chapecó que já tinham esta classificação na REGIC de 2007, e os arranjos agora incluídos de Criciúma

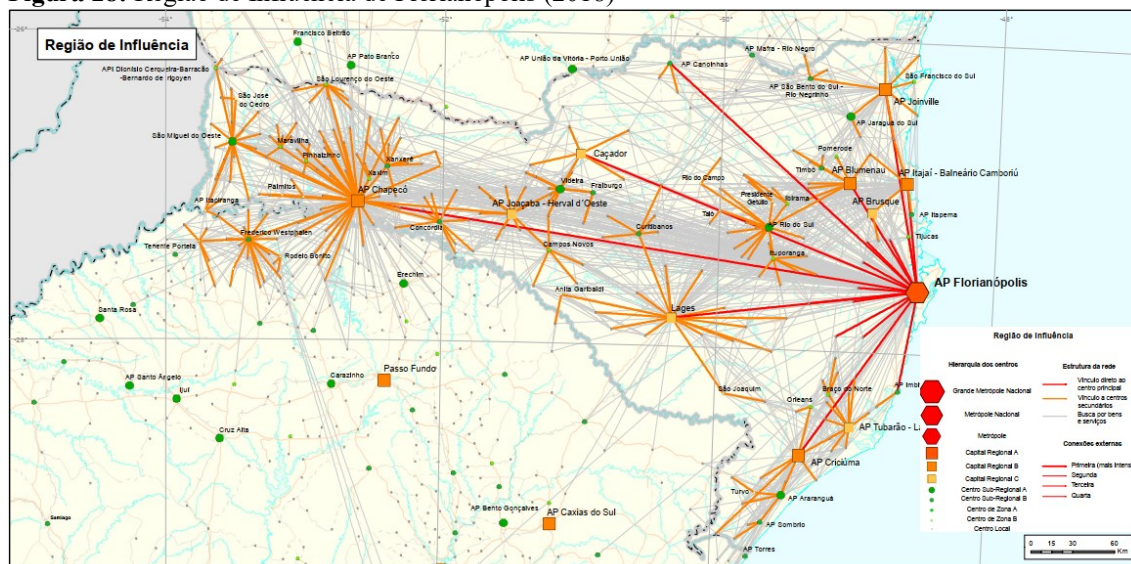
---

<sup>20</sup> Conforme IBGE (2020, p. 72) “os Arranjos Populacionais são unidades territoriais compostas por mais de um Município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalhar ou estudar. Já os Municípios isolados são aqueles que não participam de Arranjo Populacional. Os Arranjos Populacionais com mais de 100 mil habitantes são denominados concentrações urbanas, bem como os Municípios que não compõem Arranjos e que ultrapassam esse patamar populacional. Com o propósito de facilitar a terminologia da presente pesquisa, as concentrações urbanas compostas por mais de um Município são designadas apenas como Arranjos Populacionais. Da mesma forma, os Municípios isolados que constituem concentrações urbanas são designados apenas por Municípios.”



(classificado anteriormente como Capital Regional C) e Itajaí - Balneário Camboriú (anteriormente Centros Subregionais A e B). Em relação aos centros classificados como Capitais Regionais de nível C, destacam-se os arranjos populacionais de Brusque, Joaçaba-Herval d'Oeste, Tubarão-Laguna e os municípios de Caçador e Lages – todos incluídos neste nível na publicação de 2018.

**Figura 28:** Região de Influência de Florianópolis (2018)



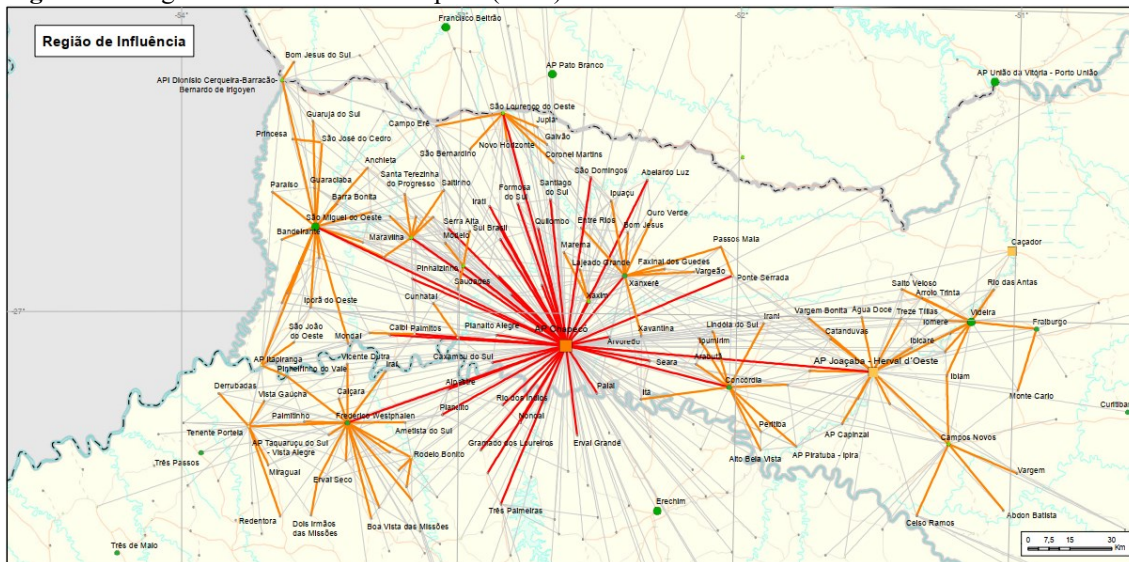
Fonte: IBGE – REGIC (2020).

A cidade de Chapecó aparece como um importante nó da rede urbana catarinense, polarizando grande parte do Oeste de Santa Catarina e algumas cidades localizadas no noroeste do Rio Grande do Sul. Isto é resultado, de acordo com Miotto (2011), da ausência, durante um longo período, de uma rede hierárquica no estado de Santa Catarina, o que favoreceu a autonomia de algumas cidades. Chapecó, nesse período, polarizava toda a região Oeste e relacionava-se muito mais com os estados vizinhos e com São Paulo do que com a capital catarinense.

De acordo com a REGIC de 2018, a cidade de Chapecó é classificada com um arranjo populacional - AP, cuja composição envolve Chapecó, Cordilheira Alta e Guatambu. Sob sua influência verifica-se alguns importantes centros urbanos localizados na região Oeste Catarinense, dos quais destacam-se: o arranjo Joaçaba-Herval d'Oeste (que também inclui Luzerna no arranjo populacional), classificado como capital regional C e cuja conexão, no estudo de 2008 ocorria somente por “conexões externas”, intermediada por Florianópolis; Videira (ligação que em 2008 também era “externa”) e São Miguel do Oeste, centros sub-regionais que passaram do nível B em 2008 para o nível

A e 2018 e; os centros sub-regionais de nível B compostos por Concórdia, Xanxerê (que mantiveram a classificação) e Fraiburgo (antes classificado como Centro local). Para o caso de Caçador (Centro Sub-regional A em 2008 e Capital Regional C em 2018), a conexão com Chapecó se manteve como “conexão externa” (figura 29).

**Figura 29:** Região de influência de Chapecó (2018).



Fonte: IBGE – REGIC (2020).

Além das conexões de Chapecó com os municípios do Oeste Catarinense, a cidade também exerce influência no noroeste do Rio Grande do Sul, particularmente a cidade de Frederico Westphalen, classificada como centro sub-regional B. Em relação a articulação com centros de maior hierarquia, o estudo de 2018 evidencia conexões diretas de Chapecó com Florianópolis, Porto Alegre-RS e São Paulo-SP, além de ligações indiretas com Curitiba-PR e Brasília-DF.

Apesar dos limites da utilização dos dados baseados em definições rígidas utilizadas pelo IBGE – os quais apresentam uma linha tênue entre o que se considera como cidade e campo, urbano e rural, elencados, entre outros, por Abramovay (1988) – os resultados tornam-se pertinentes por fornecer uma visão geral das características apresentadas por determinada localidade.

Através destes dados, evidenciamos que o Oeste Catarinense apresenta as seguintes particularidades: a) é constituído por inúmeras pequenas cidades, fruto do grande número de emancipações; b) grande parte dos municípios, no período que vai de 1991 a 2010, apresentou queda no número de sua população total – revelando a ausência de formas que garantam a permanência da população no campo e nas cidades; c) as

migrações, principalmente do campo para as cidades, associadas ao crescimento vegetativo resultaram em taxas positivas em relação à urbanização; d) apesar do grande número de pessoas vivendo nas cidades, boa parte dos municípios da região Oeste Catarinense possui uma população rural maior que a urbana e; e) Estes fatores, por sua vez, destacam ainda mais a cidade de Chapecó no contexto da rede urbana, pois além de ser o município mais populoso e com maior urbanização e população urbana, apresenta maior centralidade na região Oeste.

A publicação da Rede de Influência das Cidades, como demonstramos, apresenta o padrão hierárquico das cidades brasileiras de acordo com o nível atribuído à centralidade do Poder Executivo e Judiciário, a centralidade empresarial e a presença de equipamentos e serviços. Devemos considerar, porém, que nem sempre as ligações entre campo e cidade e entre cidades de diferentes portes ocorrem de forma hierárquica, principalmente no atual momento, onde os lugares apresentam-se conectados em diferentes escalas. Além de relações verticais (sejam elas hierárquicas ou não), os espaços relacionam-se por ligações horizontais – exemplificando movimentos complementares, sobrepostos, especializados, entre outros.

As redes agroindustriais, que procuramos evidenciar neste trabalho, são sobrepostas à rede urbana e evidenciam as múltiplas conexões existentes em determinado território. Enquanto as redes corporativas ressaltam as conexões entre locais descontínuos onde se realizam os processos de produção, distribuição e consumo (verticalidades), as redes locais evidenciam as áreas contínuas onde ocorre a produção propriamente dita. Por este motivo, revelam particularidades e singularidades do território que, quanto mais integrado às imposições globais, maiores são as exigências impostas ao local onde a produção está localizada.

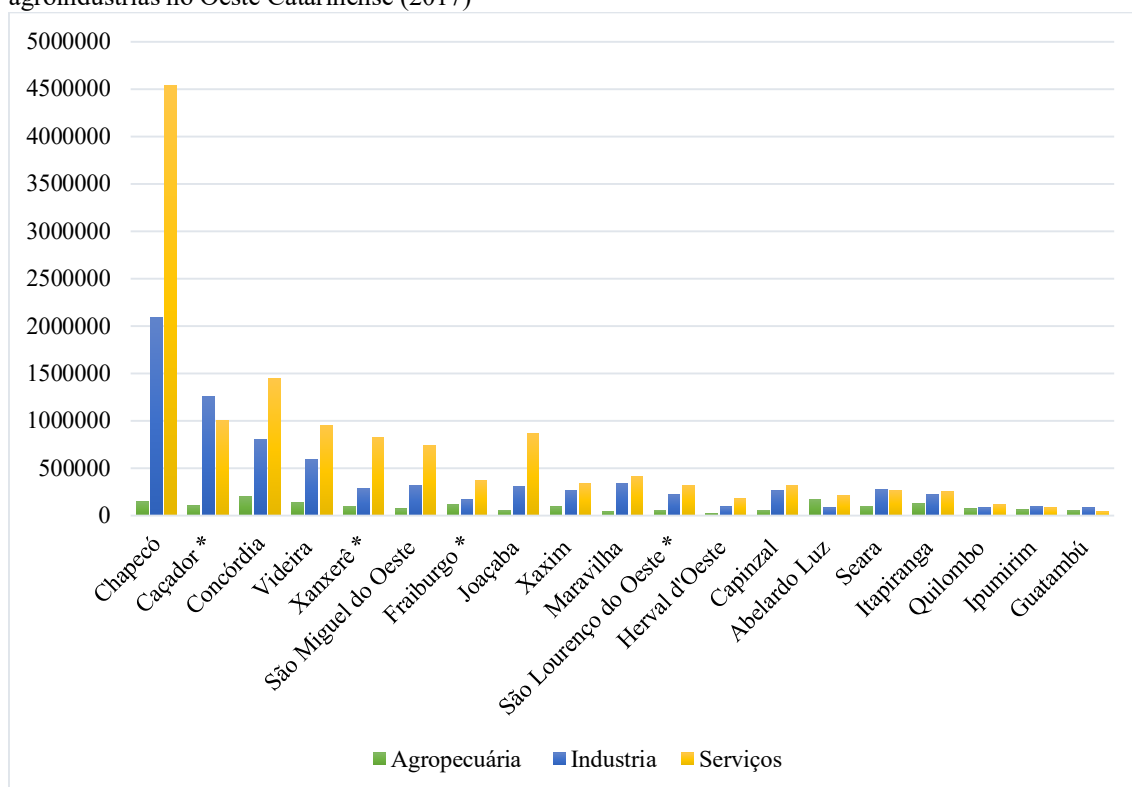
### **3.4 Os fluxos produtivos agropecuários e suas implicações na rede de cidades**

Os produtos agropecuários e as indústrias localizadas no Oeste Catarinense refletem, além da balança comercial, a dinâmica econômica dos municípios que compõem a região produtiva do agronegócio de aves e suínos. Como traço marcante dos modernos espaços do agronegócio globalizado, com um PIB total de R\$ 46 bilhões, o principal valor adicionado do Oeste catarinense corresponde aos serviços, seguido pelo setor industrial (IBGE, 2017). A análise destes dados por município, porém, evidencia que enquanto um pequeno número de cidades apresenta maior valor agregado ao PIB pelos serviços e pela

indústria, os municípios sede de pequenas cidades são dependentes dos serviços prestados por centros maiores e atuam como fornecedoras de matérias primas, tendo, por consequência, maior valor adicionado pelo setor agropecuário – o que revela a vulnerabilidade destes pequenos municípios e sua subordinação às cidades com maior dinâmica industrial.

Nos municípios de maior patamar demográfico e naqueles onde há unidades produtivas da Seara/JBS, BRF e/ou Aurora, o setor industrial possui maior relevância em detrimento do valor adicionado da agropecuária na composição do PIB municipal (figura 30). Os serviços, porém, são os maiores contribuintes. Isto se deve, em grande medida, porque atividades de apoio são desenvolvidas tanto para atender as demandas das empresas ali instaladas como para atender a população do próprio município e dos municípios de sua hinterlândia.

**Figura 30:** Valor adicionado ao PIB nos municípios com população acima de 20 mil e/ou com agroindústrias no Oeste Catarinense (2017)



\* municípios sem agroindústrias.

Fonte: IBGE (2019).

Na figura 30 podemos verificar que dos municípios que possuem acima de 20 mil habitantes e/ou possuem agroindústrias, apenas quatro não têm nos serviços o maior valor agregado ao PIB municipal: são eles Caçador, Seara, Ipumirim e Guatambu. No primeiro,

o destaque é dado a variedade de indústrias no município (setor madeireiro, de couro, plástico, cobre e metalúrgico), que geram maior valor agregado se comparado aos serviços. Em Seara, o abate de suínos e aves contribui sobremaneira ao valor adicionado industrial, enquanto os serviços aparecem em segundo lugar. Apesar da proximidade com centros maiores (Chapecó e Concórdia), Seara apresenta uma população significativa para o contexto da região (em torno de 16 mil habitantes), o que contribui para o desenvolvimento dos serviços na cidade. Guatambu também tem no setor de abate a principal atividade industrial, porém, sua população de menos de cinco mil habitantes e sua proximidade com Chapecó limitam o desenvolvimento das atividades de serviços. Assim, a agropecuária compreende o segundo maior valor agregado no PIB municipal. Em Ipumirim, que possui cerca de sete mil habitantes, os principais setores industriais são o agroindustrial e o madeireiro e, apesar de sua proximidade com Concórdia, os serviços compreendem o segundo maior valor adicionado no PIB.

Nos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, os serviços também se destacam como maior valor agregado ao PIB municipal, seguidos, em sua maioria, pelo valor adicionado pela agropecuária. Na região, porém, o destaque é dado aos pequenos municípios (com população inferior a dez mil habitantes), por representarem 75% do total dos municípios (89 de 118 municípios). Nestes, 56 possuem na agricultura o maior valor agregado ao PIB municipal, enquanto em 16 municípios o setor agropecuário figura em segundo lugar, atrás do valor adicionado pelos serviços.

Excluindo-se os municípios que possuem agroindústrias (Guatambu e Ipumirim), apenas oito possuem na indústria o maior valor agregado ao PIB municipal, são eles: Arvoredo, Ipuauçu, Pinheiro Preto, Piratuba, Saudades, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita. Em geral, estes municípios apresentam no máximo até quatro empresas de médio e grande porte, sendo a maioria empreendimentos locais, classificados como microempresas (SEBRAE SC, 2020). Entre as empresas de grande porte, destaca-se: a GTFoods (abate de aves) e a FOLEM (preparação de subprodutos do abate) em Ipuauçu, a laticínios Tirol em Treze Tílias e a Irani Celulose (fabricação de papel e embalagens) em Vargem Bonita.

A produção agropecuária realizada nos pequenos municípios da região é destinada, sobretudo, a centros urbanos maiores, para seu processamento e/ou comercialização. Nos estudos intermediários da REGIC de 2007 e 2018, que evidenciam a área de influência das cidades segundo temas específicos, a agropecuária foi um dos temas abordados. De acordo com as publicações mais recente, a atividade agropecuária,

embora remeta mais ao espaço rural que aos centros urbanos, apresenta fluxos de diferentes intensidades, cujos nós localizam-se, em grande parte, nos centros urbanos (IBGE, 2018). Daí a importância do tema nos estudos da REGIC.

Por meio de questionário, o estudo divulgado em 2008 investigou, em relação aos três principais produtos agropecuários, o primeiro destino da maior parte da produção e a origem dos insumos (IBGE, 2008). No estudo de 2018, nova metodologia foi aplicada, agora selecionando os produtos que compreendem até 80% do valor total municipal, limitado a cinco produtos por município, onde os informantes deveriam indicar quatro itens: 1. para quais municípios os produtores rurais locais se dirigem para comprar material de consumo, como adubos, fertilizantes, vacinas e sementes; 2 em quais municípios compram maquinário e implementos agrícolas, incluindo ferramentas; 3 para onde vão em busca de serviços técnicos especializados e; 4 para onde destinam a produção. Por resultarem em padrões complexos e dada a especificidade do tema, o item não foi considerado no estudo de influência das cidades, mas originou um importante banco de dados.

Em relação ao destino da produção, o estudo de 2008 identificou cinco padrões na distribuição da produção: a) os de consumo imediato que formam redes mais curtas, para municípios vizinhos; b) o dos produtos para indústrias de processamento (agroindústrias), localizadas em pontos específicos; c) o dos produtos destinados a centros atacadistas em centros regionais; d) o de produtos para abastecimento de cadeias varejistas (hipermercados), destinados a grandes centros urbanos e; e) produtos direcionados à exportação, fluindo em direção a cidades portuárias (REGIC, 2008). Por outro lado, na pesquisa realizada em 2018, o documento aponta que não há padrões definidos em relação ao destino da produção agropecuária, pois apresenta uma rede ligações extremamente densas, incluindo fluxos sobrepostos com cidades próximas e distantes.

Os dados do destino da produção da região Oeste Catarinense verificados na REGIC de 2008 revelam que o padrão mais comum é o de produtos destinados às indústrias de processamento, localizadas sobretudo na própria região e/ou em cidades próximas do Rio Grande do Sul e Paraná. Dentre os principais produtos agropecuários indicados destaca-se: milho, leite, aves<sup>21</sup>, suínos, soja e fumo. Com a exceção do fumo, que é destinado majoritariamente a indústrias localizadas no Rio Grande do Sul e no Paraná, os demais produtos são processados na própria região, revelando, de um lado, o

---

<sup>21</sup> Nos dados da REGIC, definidos como galinhas, galos, frangos e frangas.

crecente desenvolvimento do setor leiteiro e, de outro, a relevância da cadeia produtiva de carnes de aves e suínos, que inclui tanto o processamento de carnes de aves e suínos quanto a produção de milho e soja destinados às fábricas de rações.

O principal destino da produção agropecuária é Chapecó, para onde é voltada a produção de mais de 80 municípios. Concórdia aparece em segundo lugar, seguido por Videira, São Miguel do Oeste e Capinzal. No Quadro 1 estão descritos os principais destinos da produção e o número de municípios onde tem origem a produção agropecuária. Nos municípios listados no quadro, há a presença tanto de agroindústrias processadoras (de carnes de aves e suínos, de leite e fábricas de rações) quanto de cooperativas que possuem silos para armazenamento de grãos, fábricas de rações e que realizam a comercialização dos produtos agropecuários oriundos de outros municípios.

**Quadro 1:** Principais destinos da produção agropecuária no Oeste Catarinense (2007)

Número de municípios de origem	Destino da produção
Mais de 80	Chapecó
De 41 a 50	Concórdia
De 31 a 40	Videira, São Miguel do Oeste, Capinzal
De 21 a 30	Palmitos, Seara, Joaçaba, Treze Tílias, Maravilha
De 11 a 20	São José do Cedro, Xanxerê, Quilombo, Herval d'Oeste, Campo Erê, Xaxim, Catanduvás, Coronel Freitas, Guarujá do Sul.
De 6 a 10	Abelardo Luz, Caçador, Pinhalzinho, São Domingos, Guatambu, Itapiranga, Mondai, São Lourenço do Oeste, Cordilheira Alta, Faxinal dos Guedes, Fraiburgo, Bom Jesus, Descanso, Ipumirim.
De 1 a 5	Totalizam 55 municípios

Fonte: IBGE - REGIC (2008). Elaboração: Motter (2020).

As agroindústrias e as cooperativas, nesse sentido, exercem papel centralizador da produção realizada na região. Como os principais produtos agropecuários são destinados ao processamento industrial, as cidades que possuem tais atividades se destacam em relação às demais. O campo, nesse contexto, passa a estabelecer conexões diretas com cidades de maior porte, sem que a produção agropecuária passe, necessariamente, pela área urbana do município onde é produzida.

Na REGIC de 2020, para sistematizar os dados colhidos nas pesquisas, foi elaborado um índice de atração agropecuária das cidades e dos arranjos populacionais. Este índice, de acordo com o estudo, funciona como parâmetro de aproximação da centralidade exercida pelas cidades em relação à variável questionada, e é dividido em seis níveis. Para o tema destino da produção agropecuária, a região Oeste Catarinense

apresenta duas cidades de nível 4, Chapecó e Concórdia, que possuem maior centralidade na região (quadro 2). Outras cidades que se destacam são: São Miguel do Oeste, Seara, Maravilha, Videira, Pinhalzinho, Arranjo populacional de Itapiranga, Arranjo populacional de Capinzal, Fraiburgo, Treze Tílias e o Arranjo populacional de Joaçaba-Herval.

**Quadro 2:** Nível de centralidade para destino da produção agropecuária das cidades do Oeste Catarinense (2018).

Nível de centralidade	Cidades
3	Chapecó, Concórdia
4	Arranjo populacional de Chapecó, Concórdia
5	São Miguel do Oeste, Seara, Maravilha, Videira, Pinhalzinho, Arranjo populacional de Itapiranga, Arranjo populacional de Capinzal, Fraiburgo, Treze Tílias, Arranjo populacional de Joaçaba-Herval.
6	61 cidades
Sem classificação	38 cidades

Fonte: IBGE – REGIC (2020). Elaboração: Motter (2020).

Em relação a atração da produção agropecuária nos dois estudos, verifica-se que Chapecó, e em menor nível Concórdia, continuam sendo as cidades com maior centralidade. O município de Palmitos, classificado em 2018 com um importante centro, agora figura com uma centralidade baixa. Em oposição destaca-se o caso de Pinhalzinho, Itapiranga e Fraiburgo, que aumentaram a sua centralidade na região. Para o primeiro, o principal motivo é a instalação recentes de agroindústrias do setor leiteiro, que acabou por gerar mais fluxos à cidade. O mesmo ocorre na cidade de Itapiranga, que além da unidade da Seara/JBS para o abate de frangos e suínos, agora conta com outras empresas associadas ao setor leiteiro. Em Fraiburgo, apesar do aumento de sua centralidade, sua principal produção continua sendo o beneficiamento de maçãs. De modo geral, as cidades que possuem agroindústrias continuam sendo o principal destino da produção agrícola.

Quanto aos insumos agropecuários, que representam um pouco do consumo produtivo da região, a REGIC de 2008 investigou quais os municípios de origem dos insumos (sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, vacinas, equipamentos, etc.) utilizados pelos produtores rurais. Como resultado, as redes relacionadas a este tema apresentaram, de modo, geral, dois padrões: um de fluxos longos, que evidenciam os movimentos de grandes produtores agropecuários que buscam insumos principalmente em grandes centros urbanos-industriais, e outro com fluxos curtos, de pequenos e médios



produtores que se dirigem a municípios próximos para adquirir tais produtos (IBGE, 2008).

O Oeste Catarinense, que tem como principal característica o grande número de pequenos e médios estabelecimentos, apresentou, por consequência, um padrão marcado por fluxos curtos, localizados sobretudo na mesorregião e, em alguns casos, em municípios próximos que pertencem aos estados vizinhos. Chapecó, Concórdia e Joaçaba são as principais cidades onde os produtores adquirem os suprimentos agropecuários, seguidos por Videira, Catanduvas e São Miguel do Oeste. Outras cidades que fornecem insumos agropecuários para um número menor de municípios estão listadas no quadro 3.

**Quadro 3:** Principais municípios de origem dos insumos agropecuários no Oeste Catarinense (2007)

Número de municípios	Origem dos insumos
Mais de 60	Chapecó
De 41 a 50	Concórdia, Joaçaba
De 31 a 40	Videira, Catanduvas, São Miguel do Oeste
De 21 a 30	Maravilha, Palmitos, Xanxerê
De 11 a 20	Seara, Caçador, Campo-Ere, Pinhalzinho, Xaxim, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Quilombo, São José do Cedro, Capinzal
De 6 a 10	Capinzal, São Lourenço do Oeste, Treze Tílias, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fraiburgo, Faxinal dos Guedes, Itapiranga e Peritiba
De 1 a 5	Totalizam 56 municípios

Fonte: IBGE – REGIC (2008). Elaboração: Motter (2020).

Os municípios de origem dos insumos agropecuários apresentam uma composição similar aos municípios de destino da produção agropecuária. Isso se deve, em grande medida, a presença do sistema de integração, onde as agroindústrias são responsáveis pelo fornecimento de insumos destinados a produção. Da mesma forma, os produtores rurais não necessariamente buscam insumos no município onde são produzidos, mas estabelecem relações com cidades de maior porte. A exceção são as outras atividades realizadas nas propriedades, já que os estabelecimentos rurais no Oeste catarinense têm como característica a prática da pluriatividade – o que abre espaço para os produtores adquirem suprimentos na própria cidade ou em outros centros urbanos além daqueles para onde a produção é destinada.

Na publicação de 2018, as cidades foram classificadas de acordo com três variáveis: a atração para aquisição de insumos para a produção agropecuária, para a aquisição de maquinários e implementos e para a assistência técnica. Da mesma forma que para o destino da produção agropecuária, gerou-se um índice que determina a

centralidade de uma cidade ou arranjo populacional dividido em seis níveis. Para os insumos agropecuários, destacam-se o arranjo populacional de Chapecó, Concórdia, Videira e Xanxerê (quadro 4), que figuram como nível 4 de centralidade. No nível 5, verifica-se a presença de 20 cidades, das quais figuram as demais cidades que possuem agroindústrias.

**Quadro 4:** Nível de atração agropecuária das cidades do Oeste Catarinense para aquisição de insumos (2018).

Nível de centralidade	Cidades
4	Arranjo populacional de Chapecó, Concórdia, Videira, Xanxerê
5	Seara, São Miguel do Oeste, Fraiburgo, Arranjo populacional de Itapiranga, Cunha Porã, Arranjo populacional de Joaçaba-Herval, Arranjo populacional de Capinzal, Caçador, Abelardo Luz, Pinhalzinho, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Quilombo, Água Doce, Maravilha, Palmitos, Ipumirim, Coronel Freitas, Xaxim
6	34 cidades
Sem classificação	53 municípios

Fonte: IBGE – REGIC (2020). Elaboração: Motter (2020).

Assim como mencionamos para os dados da REGIC de 2007, esta versão destaca a situação específica das empresas integradoras no fornecimento de insumos agropecuários. Com as principais agroindústrias localizadas dentro da mesorregião, verifica-se então a prevalência de fluxos curtos, destinados sobretudo aos centros processadores dos produtos agropecuários. Com efeito, as cidades com maior atração também são aquelas que possuem maior centralidade quanto ao destino da produção agropecuária.

A busca por maquinários e implementos, por sua vez, apresentou fluxos mais longos e, conseqüentemente, menos cidades centrais na região. Novamente, sobressaem o arranjo populacional de Chapecó, Videira, Concórdia, São Miguel do Oeste e Xanxerê (quadro 5). Consideradas polos de suas respectivas microrregiões, estas cidades possuem um comércio bem desenvolvido, o que contribui para aumentar a centralidade que exercem no espaço agrícola regional.

**Quadro 5:** Nível de atração agropecuária das cidades do Oeste Catarinense para aquisição de maquinários e implementos (2018).

Nível de centralidade	Cidades
4	Arranjo populacional de Chapecó, Videira, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê
5	Palmitos, Arranjo populacional de Joaçaba-Herval, Fraiburgo, Abelardo Luz, Pinhalzinho, Arranjo populacional de Itapiranga, Seara, Maravilha, São José do Cedro, Xaxim, São Lourenço do Oeste, Ipumirim, Arranjo populacional de Capinzal.
6	12 cidades
Sem classificação	81 municípios

Fonte: IBGE – REGIC (2020). Elaboração: Motter (2020).

Quanto a variável assistência técnica, a REGIC de 2018 salienta que principalmente no estado de Santa Catarina, grande parte dos produtores não se deslocam a outros municípios em busca de assistência técnica, o que repercute em uma maior centralidade de algumas cidades específicas, principalmente aquelas de referência em extensão rural, pesquisa agropecuária e universidades. Nesse sentido, Chapecó e Concórdia apresentam centralidade de nível três na região (quadro 6), sobretudo pela presença destas instituições. Vale destacar que para o caso dos integrados, não se torna necessário o deslocamento para centros urbanos em busca de assistência técnica, haja vista que o acompanhamento técnico da produção é realizado pela própria empresa integradora. Assim, nas demais cidades apresentadas no quadro, alia-se a questão da presença de instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário à presença das agroindústrias que fornecem a assistência técnica aos produtores rurais.

**Quadro 6:** Nível de atração agropecuária das cidades do Oeste Catarinense para assistência técnica – (2018).

Nível de centralidade	Cidades
3	Arranjo populacional de Chapecó, Concórdia
4	Videira, Seara, Xanxerê
5	São Miguel do Oeste, Fraiburgo, Pinhalzinho, Abelardo Luz, Arranjo populacional de Itapiranga, Arranjo populacional de Capinzal, Caçador, Arranjo populacional de Joaçaba-Herval, Palmitos, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Quilombo, São José do Cedro, Ipumirim, Treze Tílias, São Domingos, Água Doce, Cunha Porã.
6	34 cidades
Sem classificação	54 municípios

Fonte: IBGE – REGIC (2020). Elaboração: Motter (2020).

Ao relacionar os fluxos estabelecidos pela agropecuária com a rede de cidades no Oeste Catarinense, observamos que há semelhanças entre elas. Assim como na rede urbana, Chapecó é a principal cidade centralizadora dos fluxos agropecuários. Da mesma forma, outros centros de destaque na rede urbana, como Joaçaba, Videira, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Concórdia também aparecem como importantes centros relacionados a produção agropecuária. Uma explicação para este fenômeno é que, desde a criação das agroindústrias nestes municípios, houve, por um lado, um intenso processo de migração (dado pela expulsão de produtores no campo associada ao aumento da oferta de mão de obra nas cidades) e por outro, uma série de incentivos dados pelo Estado para o desenvolvimento do setor agroindustrial (infraestrutura, incentivos para a criação de atividades complementares, etc.). Com efeito, estas cidades apresentaram um crescimento maior que os demais centros urbanos e passaram a polarizar as cidades e a produção agropecuária nos municípios de sua hinterlândia. Assim como ocorre nas RPAs, as agroindústrias foram/são os principais agentes produtores do espaço urbano e regional.

A especialização produtiva da região baseada no Agronegócio de carnes de aves e suínos, vale destacar, evidencia também as fragilidades presentes no espaço regional, principalmente no que se refere à dinâmica dos inúmeros pequenos municípios que a compõe. Estes municípios, em grande medida, funcionam como provedores de matéria prima para o processamento industrial, ficando sua economia atrelada ao desempenho das agroindústrias localizadas em cidades de maior porte. A atuação das agroindústrias, por sua vez, também limita o desenvolvimento de novas atividades urbanas nestes municípios, já que o sistema de integração provê os integrados dos insumos necessários à produção, restando às pequenas cidades as funções de apoio e/ou destinadas a outras atividades realizadas nas propriedades agrícolas.

As cidades onde se localizam as agroindústrias, por sua vez, também se tornam dependentes desta atividade. Como analisa Ripplinger (2019), os impactos de uma eventual marginalização espacial (ou o abandono de áreas que anteriormente eram consideradas atrativas) implicariam em redução do número de empregos disponíveis, desemprego, falta de opções de comercialização da produção do campo, diminuição da arrecadação de impostos pelos municípios, desapropriação de áreas de moradia, desvalorização de áreas, obsolescência de unidades industriais, encerramento de atividades atreladas ao setor, entre outros.

### **3.5 As exportações do setor como reflexo da especialização produtiva regional**

O território que compreende o Oeste Catarinense, desde a sua formação, foi (re)organizando-se de maneira diversa, atendendo sobretudo aos ímpetus da produção da qual é arcabouço. Diante da intensificação das trocas que marcam o período atual, os conteúdos da região tornaram-se ainda mais complexos, principalmente os relacionados às atividades produtivas. A feição regional do circuito produtivo de carnes de aves e suínos, nesse sentido, envolve, além dos agentes, locais e infraestruturas já mencionados, as relações entre os espaços rurais e urbanos e entre municípios de diferentes tamanhos, atrelados direta ou indiretamente a produção predominante. O conjunto destas relações, que tem por base os fluxos materiais e imateriais relacionados ao setor de aves e suínos, quando vistos em um compartimento espacial/regional específico, exemplifica o processo de especialização regional produtiva.

Através de suas redes corporativas específicas, as agroindústrias localizadas na região Oeste Catarinense relacionam-se com diversas partes do mundo. Da mesma forma, as relações interescares na região também são realizadas por meio de fluxos de mercadorias, expressos pelos produtos exportados e importados pelos municípios que o compõe. No ano de 2018, conforme os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a mesorregião Oeste Catarinense somou US\$ 977 milhões em exportações e US\$ 392 milhões em importações. Os produtos tiveram como destino 135 países, localizados em diferentes continentes. Entre os principais destinos, estão Estados Unidos, China, Chile, Argentina, Japão, Holanda, Iraque e Hong Kong.

Em relação aos gêneros exportados, destacam-se os produtos de origem animal (US\$ 313 milhões), produtos de madeira (US\$ 174 milhões), produtos químicos (US\$ 87,3 milhões), e gêneros alimentícios (US\$ 90 milhões). Nos produtos de origem animal, sobressaem as carnes de aves e suínos, que correspondem a 30,3% do valor total das exportações. Na figura 31, podemos observar a proporção que os demais produtos possuem nas exportações da mesorregião.

Quanto às importações, no ano de 2018 elas apresentaram um valor menor que as exportações (totalizando US\$ 392 milhões), e os produtos destinados a região Oeste Catarinense tiveram origem em 66 países, com destaque para China, Chile, Argentina, Paraguai, Estados Unidos, Bélgica Itália e Alemanha. No ano de 2018, os principais gêneros importados foram máquinas (US\$ 88,7 milhões), metais (US\$ 82,1 milhões), produtos de origem vegetal (US\$ 78,1 milhões) e produtos químicos (US\$ 54,3 milhões)



Alguns produtos, por sua vez, aparecem em ambas figuras, como é o caso das maçãs, milho e rações para animais. Apesar de serem produtos também exportados pela região, o valor da importação destes mesmos gêneros é maior: Enquanto exportou-se o valor de US\$ 8,73 milhões em maçãs, US\$ 8,63 milhões em milho e US\$ 7,69 milhões em rações para animais, importou-se o equivalente a US\$ 13,1 milhões em maçãs, US\$ 8,63 milhões em milho e US\$ 9,83 milhões em rações para animais. Como descrito por Oliveira (2003, p. 120), isso demonstra a inserção do agronegócio brasileiro na lógica do capitalismo mundializado, onde “se exporta para importar e importa-se para exportar” – buscando, sempre, ganhos máximos nas transações. Além disso, estes dados também demonstram que, aparentemente, algumas empresas da região são distribuidoras no mercado interno de gêneros importados que são comuns aos produzidos na região, como é o caso da maçã. O caso da ração, por outro lado, indica que a região também consome um tipo específico que é fabricado somente em outros países.

Em grande medida, a diferença entre os produtos exportados e importados demonstram potencialidades e fragilidades da região. Como potencial, apresenta produtos competitivos no mercado internacional, em geral produtos de baixo valor agregado, que comercializados em volumes muito significativos (como é próprio das commodities), permitem assim uma balança superavitária. Ao mesmo tempo, a região torna-se dependente de outros produtos com maior valor agregado e com maior tecnologia, exemplificados por máquinas, metais e produtos químicos.

As exportações de carnes de aves e suínos, ao mesmo tempo que apresentam uma significativa contribuição na balança comercial, demandam a importação de produtos para que estes gêneros sejam produzidos. Como exemplo, citamos que, apesar de exportar, a região importa milho e soja para suprir a demanda das fábricas de rações. Ao mesmo tempo, também importa rações para animais, fertilizantes, pesticidas e máquinas agrícolas para atender os produtores rurais (agricultores, avicultores e suinocultores). Para o processo industrialização de carnes, são importados, entre outros, máquinas, metais, papel e plásticos para embalagens.

A especialização regional, evidenciada pelos dados de exportação e importação, de tal modo, ao mesmo tempo em que retrata a competitividade das empresas atreladas ao agronegócio de carnes de aves e suínos, diminui a autonomia dos municípios (principalmente dos de menor porte), na medida em que os insere num contexto de produção global, dentro do qual eles se tornam funcionais e, ao mesmo tempo, vulneráveis.

### O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DE UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO

#### 4.1 A formação das cidades do agronegócio

A reestruturação produtiva da agropecuária e a formação das redes agroindustriais, como buscamos demonstrar nos capítulos anteriores, causou impacto não somente no espaço agrícola, reorganizando-o e o conectando a demandas globais, mas foi determinante para o estabelecimento de novas relações campo-cidade, bem como pelo processo de especialização produtiva regional. No espaço regional do Oeste Catarinense, verificamos a importância de uma cidade média em particular, cujas atividades relacionadas ao agronegócio de aves e suínos se destacam perante os demais núcleos urbanos da região. Esta cidade é Chapecó, núcleo principal da região Oeste Catarinense.

Neste capítulo, buscaremos demonstrar os papéis exercidos por esta cidade e as transformações econômicas ocorridas em detrimento do desenvolvimento agroindustrial e da especialização regional produtiva. Para tanto, recuperaremos conceitualmente os processos reveladores das transformações na agropecuária brasileira que promoveram a reorganização do sistema urbano, com o crescimento de cidades locais e médias atreladas à produção agrícola moderna. Tomamos como referência os estudos realizados por Milton Santos que evidenciam a constituição das chamadas “cidades do campo” e também, como definiu mais recentemente Denise Elias, as “cidades do agronegócio”.

Conforme Santos (2011), diferente dos períodos anteriores, o espaço agrícola é, agora, um meio geográfico característico do período técnico-científico-informacional, com todas as implicações que isto acarreta. Se durante muito tempo afirmou-se ser o campo brasileiro hostil ao capital – e mesmo um obstáculo quanto a sua difusão – o que se verifica no período técnico científico contemporâneo ao processo de globalização é o contrário: o campo moderno passa a acolher e difundir rapidamente o capital, assumindo as novas formas tecnológicas, organizacionais e ocupacionais a ele atreladas (SANTOS, 1994).



Com efeito, instala-se no território brasileiro o que o autor denomina como uma agricultura propriamente científica. Esta agricultura, destaca Milton Santos (2011), possui uma referência planetária e, por isso, está susceptível às mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Para tornar-se competitiva – adjetivo atrelado às atividades de caráter planetário – esta agricultura, agora regida pela economia de mercado, é tão exigente de ciência, técnica e informação quanto os mais modernos serviços do terciário ou as mais modernas atividades industriais.

A aplicação dos procedimentos e métodos científicos na realização da agropecuária, com objetivo de aumentar sua produtividade e reduzir custos, destaca Elias (2006), transformou os sistemas técnicos agrícolas, resultando no aperfeiçoamento e na expansão do processo produtivo, mas também tornou a agropecuária dependente deste processo científico e técnico de base industrial. Nesse contexto, “os *círculos de cooperação* e os *circuitos espaciais da produção* da agricultura científica extrapolam, de forma cada vez mais intensa, os limites de uma propriedade rural, de uma região ou país, reforçando-se sua presença no circuito superior da economia” (ELIAS, 2003, p. 319, grifos da autora). Este fato, na concepção da autora, diferencia a agricultura científica das demais, estendendo os nexos da produção a escalas muito mais amplas.

A agricultura científica, assim, torna-se responsável pelas mudanças tanto no processo produtivo como na vida de relações dos lugares que aciona (SANTOS, 2011). Estas, conforme Elias (2003,2007), resultam da interdependência do setor agropecuário com os demais setores da economia e, sobretudo, de sua integração com as atividades dos circuitos da economia urbana. Para a autora, as relações estabelecidas entre os setores agrícola e industrial permitiram (e demandaram) o desenvolvimento de uma gama de novas classes e gêneros de indústrias, principalmente aqueles que fornecem insumos e bens de capital para a agricultura e as indústrias processadoras dos produtos agropecuários. Com efeito, a difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, para Elias (2007), resultam no estabelecimento de novas relações, de diferentes tipos e complexidades, entre o campo e a cidade.

Entre os principais elementos destas relações, destaca-se, no espaço agrícola/agropecuário, a criação de novas formas de consumo produtivo. Como relata Santos (1994, 2009), ao passo em que o campo se moderniza – exigindo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais necessários à produção, ao crédito e a administração pública e privada – os mecanismos territoriais relacionados à oferta e a demanda de bens e serviços diferenciam-se dos períodos anteriores.

Anteriormente, segundo o autor, o consumo gerado no campo era, acima de tudo, um consumo consuntivo, cuja expressão se dava em função da quantidade de excedentes produzidos (que quanto maior, mais expressivo o consumo) ou das taxas de exploração (quanto maior as formas pré-capitalistas, mais significativa a autossustentabilidade). Com a modernização agrícola, porém, ocorreu a expansão do consumo produtivo, que passou a representar uma parte importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 1994, 2009).

As diferenças entre o consumo consuntivo e o consumo produtivo, segundo Santos (2009, p. 55, grifos do autor), é que enquanto o primeiro cria uma demanda heterogênea que varia de acordo com os extratos de renda, “o *consumo produtivo* cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes”. Elias (2007) complementa que estas demandas variam tanto de acordo com as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial), quanto em relação as diferentes etapas do processo produtivo.

Por suas formas de relação com a economia urbana, “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as” (SANTOS, 2009, p. 55). Para Elias (2006) isto ocorre porque a agricultura científica e o agronegócio têm o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas, tanto no espaço agrícola como nas cidades próximas. As atuais demandas, ressalta a autora, adaptam as cidades no sentido de convertê-las em seu laboratório, por fornecerem grande parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização.

Paralelo a ampliação do consumo produtivo, ocorrem novas relações de trabalho agropecuário, que acarretam o êxodo rural e a migração de profissionais especializados no agronegócio. Assim, para Elias (2003), o crescimento da produção não material nos espaços urbanos está atrelado tanto ao aumento do consumo produtivo quanto ao crescimento populacional e a revolução do consumo – esta constituída sob as premissas do consumo de massa. Apesar deste fato, enfatiza que

A reestruturação da agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material, agrícola e industrial, como foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da produção não material, aumentando a terceirização, especialmente considerando os ramos associados ao circuito superior da economia (SANTOS, 1979) nas áreas de realização do agronegócio globalizado. (ELIAS, 2007, p. 140).

Para Santos (2009) o que ocorre nestas áreas é a superposição dos efeitos do consumo consuntivo e produtivo (justamente o que ocorre em Chapecó, como será avaliado a seguir), contribuindo para a expansão da escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os demográfica e economicamente. Como a arquitetura dos centros urbanos adaptados pelo consumo produtivo é diversa, a divisão do trabalho entre cidades se torna ainda mais complexa (SANTOS, 2009). As cidades próximas às áreas de difusão da agricultura científica, para o autor, são chamadas a responder de forma particular e rápida às necessidades das produções particulares, o que resulta em maior diferenciação entre elas. Este fenômeno, prossegue, antes limitado às cidades que funcionavam como “depósito” para os fatores da produção industrial, agora também ocorre no campo, mas se diferencia porque, no período atual, a regulação do mundo rural não ocorre no campo, mas no espaço urbano. Isto, por consequência, mudou o significado da urbanização brasileira à medida em que a agropecuária ganha, ao longo da segunda metade do século XX, um caráter crescentemente moderno e muito mais capitalizado.

Com a transformação da economia e da sociedade, resultante do aumento da urbanização e da expansão capitalista no campo, Santos (2009) admite que, de forma geral, o território brasileiro no período recente é preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas – e não mais “regiões rurais” e “cidades”. As regiões agrícolas, de acordo com o autor, contêm cidades adaptadas às suas demandas, da mesma forma que em regiões urbanas é possível observar a presença de atividades rurais que atendem sobretudo as demandas urbanas. “Haveria, então, um *Brasil Urbano* e um *Brasil Agrícola*, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural” (SANTOS, 2009, p. 74, grifos do autor).

Um dos critérios de diferenciação, segundo o autor, se daria em relação a área de exportação (ou da tendência de qual tipo de produção seria destinada à mercados distantes): no Brasil agrícola moderno a área de exportação seria predominantemente a rural, tanto mais expressiva quanto mais moderna for a agricultura regional, enquanto no Brasil urbano a área de “exportação” seria tanto a rural como a urbana, mas sobretudo a urbana.

Quanto aos nexos internos a estes espaços, Santos (2009) descreve que a região urbana tem sua unidade dada pela relação entre as atividades de fabricação ou terciárias presentes em seu território, cuja atividade agrícola existente preferencialmente se

relaciona. Nas regiões agrícolas, a unidade é dada pela relação entre os espaços rural e urbano, este representado por cidades que abrigam e são dependentes das atividades agrícolas circundantes. Esta divisão, ressalta o autor, não elimina a hierarquia do sistema urbano, pois todas as cidades (e regiões urbanas) estão, de alguma forma, atreladas as atividades rurais, segundo níveis de inter-relação diversos. Porém, destaca que nas regiões agrícolas, o campo é o principal agente que comanda os aspectos sociais e econômicos do sistema urbano, enquanto nas regiões urbanas quem desempenha este papel são as atividades secundárias e terciárias.

Somado ao desenvolvimento dos transportes e das comunicações, que conferiu maior fluidez ao território brasileiro, verificam-se, nestes espaços, o processo que Santos (2009) denomina como urbanização e cidade corporativas, isto é, espaços empreendidos sob o comando dos interesses de grandes firmas. Nas cidades em particular e no território como todo, segundo o autor, criam-se equipamentos e normas indispensáveis ao funcionamento racional das grandes empresas, enquanto os equipamentos e normas que interessam aos demais empreendimentos e a própria população é praticamente residual.

Nas regiões agrícolas, as chamadas cidades locais mudam seu conteúdo, passando de “cidades dos notáveis” para cidades econômicas, ligadas diretamente ao processo produtivo agropecuário (SANTOS, 1994). Seu papel, segundo Santos (1994), é agora ampliado por meio das funções de controle da atividade econômica, tornando-se o *locus* da regulação técnica do trabalho que se realiza no campo. Para assegurar a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agropecuário, estas cidades são obrigadas a adequar-se às exigências do campo, atendendo as suas demandas e lhes dando respostas cada vez mais imediatas. Com efeito, as cidades locais deixam de ser apenas “cidades no campo”, para transformarem-se em “cidades do campo” (SANTOS, 2009, p. 56).

Nestas localidades, segundo Santos (2011), verifica-se uma oferta de informação imediata e próxima, atrelada à atividade agrícola, produzindo atividades urbanas de fabricação e atividades de serviços que, em virtude das demandas da produção regional, são largamente especializadas. Nas cidades do campo, o papel de comando técnico da produção é amplo, assim como sua função política. Porém, o autor pontua que pelo fato da produção agrícola ser destinada a um mercado global, este papel político é muitas vezes limitado, incompleto e indireto.

Partindo e atualizando a ideia de Milton Santos ([1993] 2009), Denise Elias (2007, p. 146) elabora a noção de *cidades do agronegócio* para designar os centros urbanos onde

“se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado”. Nestas cidades, conforme a autora, as principais funções urbanas estão associadas às demandas especializadas das redes agroindustriais, cujos circuitos produtivos e círculos de cooperação estão diretamente atrelados à economia urbana. As cidades do agronegócio, relata a autora, têm se desenvolvido intensamente em áreas modernas do Brasil agrícola, e são dependentes, em diferentes graus, das atividades agrícolas e agroindustriais.

Para Elias (2006), as cidades do agronegócio desempenham um papel fundamental para ampliação da urbanização e para o crescimento demográfico e econômico de cidades médias e locais, evidenciando que é o no espaço urbano que se realizam a gestão, a regulação e a normatização das transformações verificadas no espaço agrícola moderno. Descreve que quanto mais modernas as atividades realizadas no campo, mais urbana é sua regulação: a cada renovação das forças produtivas, dos sistemas técnicos e dos sistemas de ação que dão suporte às atividades agrícolas e agroindustriais, as cidades tornam-se responsáveis por atender tais reclamos, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação. Com efeito, a cidade do agronegócio se caracteriza pela hegemonia das atividades atreladas ao atendimento do agronegócio globalizado em detrimento das demais funções.

Nas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), são as cidades médias e locais que acolhem funções características das cidades do agronegócio. Sua importância se dá, principalmente, por constituírem o ponto de interseção entre produção agropecuária e agroindustrial modernas realizadas regionalmente e os mercados longínquos. Com efeito, o principal centro urbano de uma RPA é influenciado, por um lado, pelas demandas da produção agropecuária e agroindustrial realizada regionalmente e, por outro lado, responde às imposições de um mercado global, do qual tem limitado poder de decisão. Como ressaltado por Elias (2013a), as grandes corporações atreladas às redes agroindustriais são os maiores agentes produtores do espaço agrícola, urbano e regional. Por tornarem-se dependentes da atuação destas corporações, tais cidades estão constantemente sendo reestruturadas para atender os reclamos do agronegócio globalizado.

## 4.2. O agronegócio de carnes de aves e suínos na conformação das funções urbanas de Chapecó

Com o desenvolvimento das redes agroindustriais e a formação de regiões produtivas especializadas, verificam-se processos como a reestruturação da cidade, o reforço das grandes corporações como principais agentes produtores e gestores do espaço agrícola, regional e urbano, o crescimento da materialidade do espaço urbano e o aprofundamento da urbanização corporativa (ELIAS, 2013a). Estes processos compreendem um dos eixos propostos por Elias (2013a) para o estudo das Regiões Produtivas do Agronegócio. Assim, neste item buscaremos demonstrar as transformações verificadas no espaço urbano de Chapecó, principal cidade do Oeste Catarinense.

O município de Chapecó foi fundado em agosto de 1917, quando findados os conflitos territoriais que marcavam a região Oeste de Santa Catarina. Por muitas vezes, a história de Chapecó se confunde com a própria história da região, pois, durante um longo período a área pertencente a Chapecó abrangia boa parte dos municípios que hoje compõe a mesorregião Oeste Catarinense. O desenvolvimento de Chapecó, de tal modo, se inicia com a atuação das companhias colonizadoras, que entre 1920 e 1940 foram responsáveis pela construção de estradas e, principalmente, pela migração de famílias oriundas do Rio Grande do Sul (ALBA, 2013).

Durante este período, segundo Alba (2013), o “espaço urbano” de Chapecó não passava de uma pequena vila, onde sua função estava restrita apenas a atender as necessidades imediatas da população, que se encontrava muito dispersa. A área definida como município de Chapecó, conforme a autora, compreendia cerca de 14 mil quilômetros quadrados<sup>22</sup> e abrangia vários pequenos aglomerados, atendidos pelo então centro administrativo. O local, apesar de insípiente, era o ponto onde as trocas eram realizadas, e as atividades, como avaliou Pertile (2007) não iam muito além de produtos de primeira necessidade. Entretanto, “o que caracterizava o comércio em Chapecó eram as denominadas casas de secos e molhados que vendiam seus produtos e compravam os excedentes agrícolas” (PERTILE, 2007, p. 158). Na figura 33, observa-se a paisagem da cidade neste período, em comparação com uma imagem recente.

---

<sup>22</sup> O município de Chapecó permaneceu com essa extensão até meados da década de 1950, quando tiveram início os primeiros desmembramentos. Através da Lei nº 133 de 30 de dezembro de 1953, foram criados oito novos municípios: Palmitos, São Carlos, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira Itapiranga, Mondai, Xanxerê e Xaxim—destacados na figura 23, p. 162.

**Figura 33:** Vista geral de Chapecó em 1940 e vista parcial em 2014.



Fonte: Zolet Fotografias (2020); Portal Chapecó (2014).

Valendo-se da interpretação de Santos (2009), as cidades locais, por muito tempo, eram as cidades dos notáveis, onde as principais figuras eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista. Até os anos 1950, Chapecó caracterizava-se também deste modo, acrescentando-se, neste grupo, os comerciantes que, na concepção de Espíndola (1996), representavam a “cúspide do edifício regional”, ou seja, eram considerados as personalidades com maior instrução e capital disponível – garantindo-lhes poder para ditar as normas nas pequenas vilas.

Quanto à dinâmica populacional, o município possuía 44.237 habitantes no ano de 1940, passando para 96.604 habitantes na década seguinte, representando um crescimento de 117,93%, como podemos observar na tabela 7. Esse crescimento, porém, está associado à ocupação dos espaços rurais, tendo em vista que este representa em torno de 90% da população total de Chapecó neste período. Nos anos seguintes, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, ocorre uma diminuição da população total, devido aos processos de desmembramentos e criação de municípios que originalmente compunham o território municipal de Chapecó. Conforme mostra a figura 23 (página 162), entre 1950

e 1960, ocorreu a emancipação de 16 municípios, enquanto entre 1960 e 1970, 17 novos municípios foram criados.

**Tabela 7:** Evolução da população total, urbana e rural de Chapecó (1940-2010).

	Urbana		Rural		Total	Taxa de crescimento
	Total	%	Total	%		
1940	4.128	9,31	40.199	90,69	44.327	
1950	9.736	10,08	86.868	89,92	96.604	117,93
1960	10.939	21,00	41.150	79,00	52.089	-46,08
1970	20.591	41,09	29.526	58,91	50.117	-3,79
1980	55.226	65,92	28.546	34,08	83.772	67,15
1991	96.751	78,63	26.299	21,37	123.050	46,89
2000	134.592	91,58	12.375	8,42	146.967	19,44
2010	168.113	91,60	15.417	8,40	183.530	24,88

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1940 a 2010). Elaboração: Motter (2020).

Alba (2013, p. 30) destaca que, na década de 1950, apesar da indústria madeireira ser a mais representativa (14 estabelecimentos em 1954), surgiram naquele momento outros ramos de produção no espaço urbano de Chapecó (sete estabelecimentos em 1954), entre eles a Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) instalada em 1952, que “marcava a implantação da indústria moderna e a ‘semente’ da agroindústria no município”, iniciando suas atividades de forma bem modesta (haja vista que possuía apenas 29 funcionários) e tornando-se posteriormente um dos maiores frigoríficos de Chapecó<sup>23</sup>. No censo de 1960, ainda de acordo com a autora, a cidade registrava 61 estabelecimentos industriais, sendo o principal a indústria de produtos alimentares, seguido pelo setor madeireiro e o de bebidas. Outros ramos que também se destacavam eram o de mecânica, material de transporte, mobiliário, couro, peles e produtos similares, produtos farmacêuticos (para a agropecuária), perfumaria, sabões e velas (ALBA, 2013).

Apesar do desenvolvimento incipiente de algumas atividades industriais, a população urbana pouco altera-se neste período, aumentando em apenas mil e duzentos habitantes, e perfazendo, no ano de 1960, 21% da população total. Porém, vale destacar que já neste período Chapecó centralizava os serviços administrativos de toda a região, o que lhe conferia função de destaque (PELUSO JÚNIOR, 1991). Como observado por Mioto (2011), durante muito tempo o Oeste de Santa Catarina não possuía ligações expressivas com a capital Florianópolis, em virtude da ausência de infraestruturas que

<sup>23</sup> Apesar de ter decretado falência do ano de 2005, concordamos com Alba (2013) que atuação desta empresa em Chapecó foi de extrema importância para a estruturação da cidade.



permitissem esta ligação. Para o autor, isto retratava a realidade da formação do estado de Santa Catarina, onde cada região buscava seu desenvolvimento de forma autônoma em relação a capital catarinense. As ligações da região Oeste, assim, ocorriam muito mais com estados mais dinâmicos do país (São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) e com a Argentina.

No início da década de 1950, Chapecó sediava o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), órgão estadual fundamental para viabilizar a abertura e manutenção de estradas (PERTILE, 2007). Na época, a atuação deste órgão era de extrema importância, por permitir o desenvolvimento de infraestruturas rodoviárias que conectavam Chapecó com as principais cidades do Sul do Brasil e da Argentina, facilitando o escoamento da produção, além de propiciar uma maior articulação com as cidades de seu entorno.

Em 1960, o município já apresentava importante participação comercial em Santa Catarina e principalmente na região Oeste, em virtude do grande número de pequenos estabelecimentos industriais, a maioria frigoríficos. O escoamento dos produtos exigia melhorias e novas vias de acesso ao município, fazendo com que o governo estadual instalasse, em 1963, a Secretaria de Estado de Negócios do Oeste no município, permitindo com isso maiores investimentos em infraestrutura urbana e rural, como pavimentação das estradas, construção de pontes, instalação de energia elétrica, telefonia, canalização e tratamento de água, entre outros (PERTILE, 2007).

O momento mais significativo para o desenvolvimento do espaço urbano de Chapecó, entretanto, ocorre após a década de 1970 quando a população urbana passa de 20.591 habitantes para 55.226 habitantes em 1980 (tabela 7). É nesse período que a porcentagem de pessoas vivendo no espaço urbano ultrapassa a população rural: Se em 1970 a população urbana representava 41,9% da população total, em 1980 a população vivendo na cidade representa 62,92% da população total do município. Esta transformação populacional está atrelada às mudanças econômicas que ocorreram no município, sobretudo as observadas no setor agroindustrial.

De início, destacamos a nova forma de produção incorporada pelas agroindústrias: o processo de integração. Como buscamos demonstrar no capítulo 1, este processo ocasionou a seleção dos produtores rurais, excluindo os minifúndios e os chamados “produtores de base”, ou seja, aqueles que produziam para a própria subsistência e para consumo da população local. Destaca-se que os programas voltados a modernização dos estabelecimentos agropecuários promovidos pelo Estado, também foram seletivos na escolha dos produtores para os quais eram dirigidos os projetos.

Outro fator verificado neste período em Chapecó foi a chamada centralização de capitais no setor agroindustrial, onde uma série de pequenos frigoríficos foram incorporados aos maiores grupos do setor, ampliando sua escala de ação. A Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), instalada no município em 1954 ganha impulso, particularmente entre os anos de 1974 e 1994, quando chegou a ocupar o 4º lugar no ranking dos dez maiores exportadores brasileiros de frangos e o 3º lugar nas exportações de suínos (ALBA, 2013). Fundada em 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense (atual Cooperativa Central Aurora Alimentos) inicia no ano de 1975 suas atividades de abates de suínos, após adquirir as instalações do antigo Frigorífico Maraffon, instalado em Chapecó. Além disso, a S.A. Indústria e Comércio Concórdia (Sadia) com sede em Concórdia, instala uma unidade destinada ao processamento de perus em Chapecó no ano de 1970 (ALBA, 2013).

Associado a exclusão dos produtores rurais que não foram incorporados ao sistema de integração, o aumento de oportunidades propiciadas pelo setor de abate na cidade de Chapecó levou a um processo intenso de migração. Além do êxodo rural, a cidade de Chapecó se tornou um polo atrativo de mão de obra que, segundo Alba (2013), não derivava somente do meio rural, mas de toda região e dos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. Nesse sentido,

Após a década de 1970 o novo toma mais sentido em Chapecó, quando o capital, por meio da hegemonia da agroindústria, já pode submeter a agricultura, o mercado e suas leis, que já não são mais locais, pois forças externas atuam fazendo-os adaptarem-se a internacionalização do capital. (ALBA, 2013, p. 38).

A acumulação capitalista, que resultou nesta nova dinâmica espacial, também esteve estritamente ligada a uma intervenção política e econômica de grupos que se desenvolveram. Esta intervenção, além de propiciar o desenvolvimento de infraestruturas destinadas ao escoamento da produção, conforme Alba (2013), voltou-se a “acumulação do saber”, centralizada em diferentes instituições criadas pelo Estado com o objetivo de pesquisar e desenvolver técnicas de produção, principalmente agrícolas. Estas intervenções possibilitaram diretamente a acumulação de riqueza por parte das agroindústrias que se apropriaram dos seus resultados, “incrementaram sua produção e sua produtividade e, conseqüentemente, seu capital e seu poder de concentração e centralização” (ALBA, 2013, p. 45).

Nesse contexto, a reprodução do espaço agrícola foi adequada às novas necessidades produtivas das agroindústrias, enquanto no espaço urbano ocorreu o

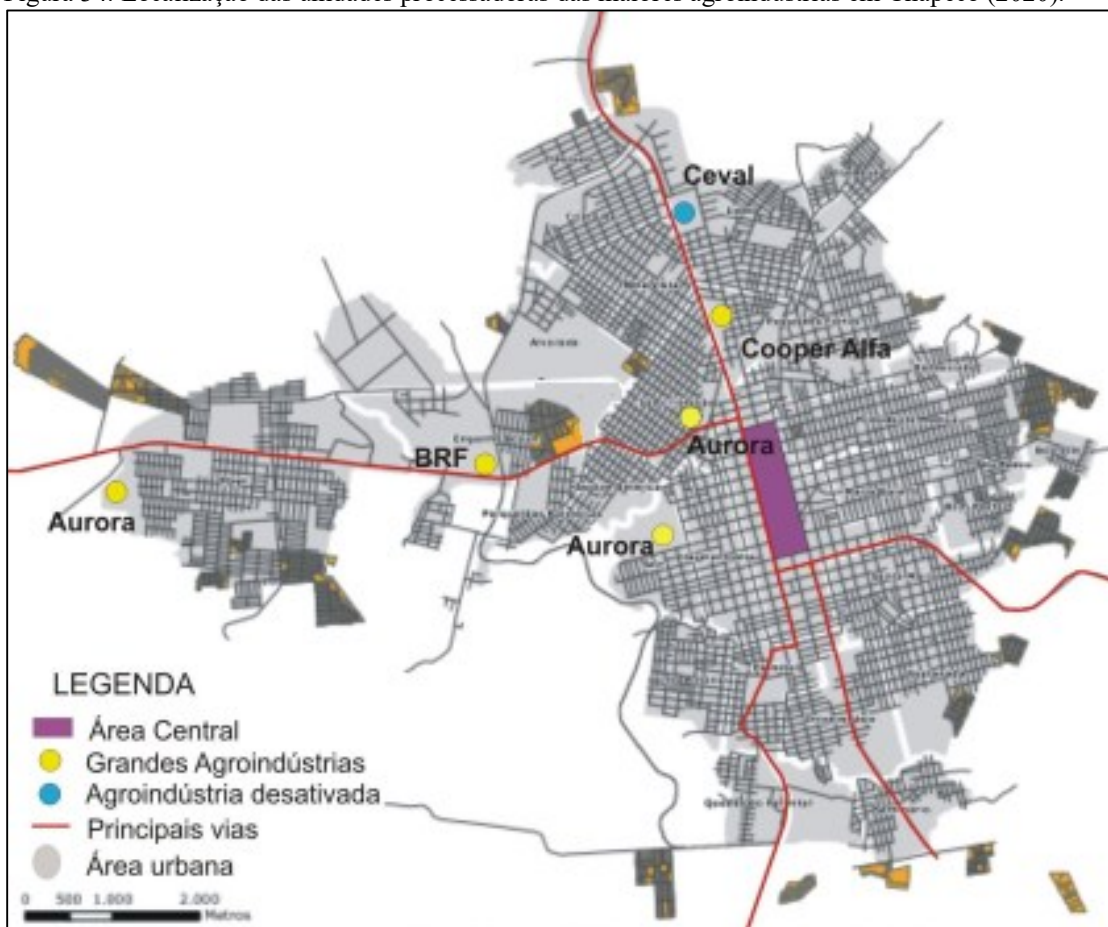
incremento de novas funções para atender às demandas agroindustriais, associado à ação do Estado no que se refere a equipar os espaços de infraestrutura necessária, como eletrificação, água, esgoto, ruas, asfalto, etc. (ALBA, 2013), dando novo impulso à estruturação do espaço e às funções urbanas de Chapecó, o diferenciando dos demais centros urbanos do Oeste de Santa Catarina.

Com o aumento da produtividade e a criação de infraestrutura que capacitaram o desenvolvimento das agroindústrias, outras atividades foram criadas para suprir as necessidades desses complexos agroindustriais, bem como para atender ao mercado de maneira geral, implicando na ampliação simultânea do consumo produtivo e do consumo consultivo na cidade. Esse processo acentuou-se a partir da década de 1980, quando as empresas passaram a incorporar o processo de “desverticalização”, o que repercutiu diretamente no desenvolvimento de novas atividades industriais, comerciais e de serviços que visaram atender as demandas das empresas maiores (ALBA, 2013).

Vale destacar que a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), que figurava entre as maiores empresas do setor até o ano de 1994, passou por um momento de crise, tendo sua falência decretada no ano de 2005 (ALBA, 2013). No ano de 2009, os grupos Sadia (criado no município de Concórdia) e Perdigão (fundada em Videira) anunciaram a fusão de seus ativos, resultando na criação, no ano de 2013, da Brasil Foods (BRF). Atualmente, existem em Chapecó duas empresas que atuam no setor de carnes de aves e suínos, a BRF e a Aurora Alimentos, cujas unidades de processamento estão localizadas de acordo com a figura 34.

Analisando a formação de Chapecó, percebe-se que o Estado, ao conceder uma série de benefícios ao setor de alimentos, acabou por tornar as agroindústrias o principal agente da estruturação urbana de Chapecó. Passa-se então, de uma “cidade dos notáveis” para a configuração de uma cidade econômica, que privilegia o âmbito econômico em detrimento do social (SANTOS, 2009). Pelas características de seu desenvolvimento, Chapecó pode ser considerada uma cidade do agronegócio (ELIAS, 2007), pois seu processo de urbanização está atrelado diretamente ao desenvolvimento do setor agroindustrial de carnes de aves e suínos, sobretudo pelas novas relações que esta atividade propiciou entre o campo e a cidade.

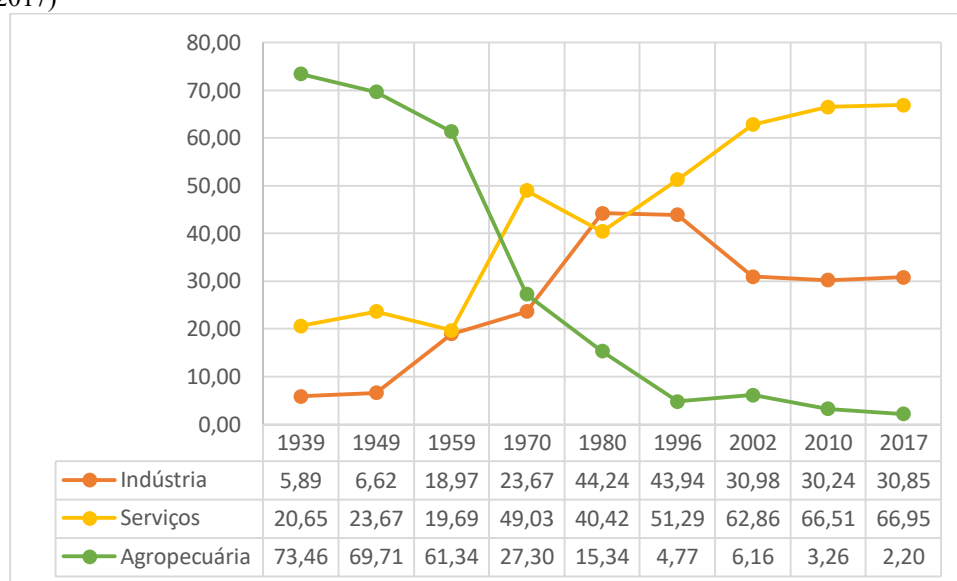
Figura 34: Localização das unidades processadoras das maiores agroindústrias em Chapecó (2020).



Fonte: Adaptado de Hentz (2014).

O setor agroindustrial, assim, foi o principal agente estruturador do espaço urbano de Chapecó e, sobretudo, foi o responsável pelas alterações econômicas no município. Analisando a participação dos maiores setores da economia no valor adicionado ao PIB municipal desde a década de 1930, podemos verificar o peso que as agroindústrias apresentaram nas transformações econômicas do município. De acordo com a figura 35, até o ano de 1949 a indústria era a que menos agregava valor ao produto interno bruto municipal, enquanto a agricultura tinha maior participação. Os serviços já se destacavam em Chapecó, sobretudo pela função de centro regional que exercia no Oeste Catarinense. Os dados de 1959, porém, já demonstram um aumento da participação do setor industrial. Como mencionamos, apesar do ramo madeireiro ser o mais expressivo na década de 1950, surge naquele momento a primeira agroindústria instalada na cidade, a SAIC, no ano de 1952.

**Figura 35:** Participação (em %) da indústria, serviços e agropecuária no valor adicionado ao PIB municipal (1939-2017)



Fonte: IPEA (dados de 1939 a 1996) e IBGE (2002 a 2017). Elaboração: Motter (2020).

No ano de 1970, verificamos uma queda significativa da participação da agropecuária no valor adicionado ao PIB municipal, que pode ser justificada pelo grande número de emancipações que ocorreram a partir de Chapecó neste período. Com o desempenho da SAIC no mercado internacional e a instalação de novas agroindústrias no município durante a década de 1970 (Aurora e Sadia), o ano de 1980 vai registrar o momento em que a participação do valor adicionado da indústria ultrapassa a participação do valor dos serviços, enquanto o percentual de participação do valor adicionado pela agropecuária declina (figura 35).

Em 1996, os valores adicionados pelos serviços voltam a ser os que compõem o PIB municipal de forma mais expressiva, seguido pelo setor industrial. O desempenho do setor de serviços, da década de 1990 até os dias atuais, está associado a dois fatores: o primeiro relacionado ao desenvolvimento de novas atividades, atreladas sobretudo ao atendimento das demandas do setor agroindustrial (consumo produtivo) e em segundo lugar à prestação de serviços e a presença de comércios ligados ao consumo consultivo que são voltados não somente a população de Chapecó, mas a toda a região Oeste Catarinense. A partir de 2002, a participação destes setores não apresenta variações significativas, mantendo o terciário como atividade de maior participação no valor adicionado, seguido pela indústria (representando 30% do valor adicionado) e pela agropecuária (diminuindo em cada período sua participação no valor adicionado).

Para as décadas mais recentes, o PIB de Chapecó apresentou um aumento significativo, passando de R\$ 1,4 milhões em 2002 para R\$ 4,6 milhões em 2010 e

chegando a marca R\$ 8,8 bilhões no ano de 2017, considerando a inflação acumulada de 146% no período de 2002 a 2017<sup>24</sup> (tabela 8). Os serviços, que correspondem ao maior valor adicionado ao PIB, foram os que apresentaram maior aumento, chegando a diferença de quase 4 milhões de reais entre 2002 e 2017, passando de R\$ 691 mil a R\$ 4,5 milhões no valor adicionado. No caso do setor industrial esse aumento foi de R\$ 1,7 milhões entre 2002 e 2017 e para a agropecuária, neste mesmo período, a diferença foi de apenas R\$ 81 mil nos valores adicionados ao PIB municipal.

**Tabela 8:** PIB Municipal e valores adicionados da agropecuária, indústria, serviços e administração (R\$ mil) - Chapecó (2002-2017)

Ano	PIB	Valor adicionado - Agropecuária	Valor adicionado - Indústria	Valor adicionado - Serviços	Valor adicionado - Administração
2002	1.489.338	67.680	340.595	691.122	174.860
2010	4.604.296	115.657	1.073.571	2.361.302	467.064
2017	8.890.178	148.733	2.087.977	4.531.511	998.744

\* sem correção da inflação acumulada

Fonte: IBGE (2020). Elaboração: Motter, (2020).

Estas transformações econômicas nos diferentes setores também refletem no mercado de trabalho em Chapecó. Assim como apresentam maior participação nos valores adicionados ao PIB municipal, as atividades industriais e comerciais são os maiores geradores de empregos na cidade. Conforme os dados da RAIS para o ano de 2017, o município possui 78,6 mil empregos formais, e os setores com maior número de empregados são as indústrias de transformação e o comércio, que juntos, representam 50% dos empregos da cidade. Com um total de 731 estabelecimentos, as indústrias de transformação são responsáveis por 20,4 mil empregos (25,94% do total), enquanto os 2,47 mil estabelecimentos voltados ao comércio geram 18,9 mil empregos na cidade (24,08% do total). Os demais setores, conforme a tabela 9, representam menos de 8% dos estabelecimentos e dos empregos por setor.

Especificando os dados das indústrias de transformação, também a partir de informações da RAIS para o ano de 2017, verificamos que a atividade de abate de suínos e aves é a que possui maior efetivo de trabalhadores formais, representando mais da metade dos empregos gerados por este setor (52,6%). Com um total de oito estabelecimentos, o abate de aves e suínos empregava em 2017 exatos 10.121 trabalhadores e, se comparado ao total dos empregos no segundo setor que mais gera

<sup>24</sup> Conforme dados do IPCA-IBGE

empregos (comércio) percebemos uma diferença de 8.800 empregos, ressaltando que o comércio possuía no mesmo ano mais de 2.000 estabelecimentos – o que demonstra a relevância do setor de aves e suínos no volume de empregos formais na cidade.

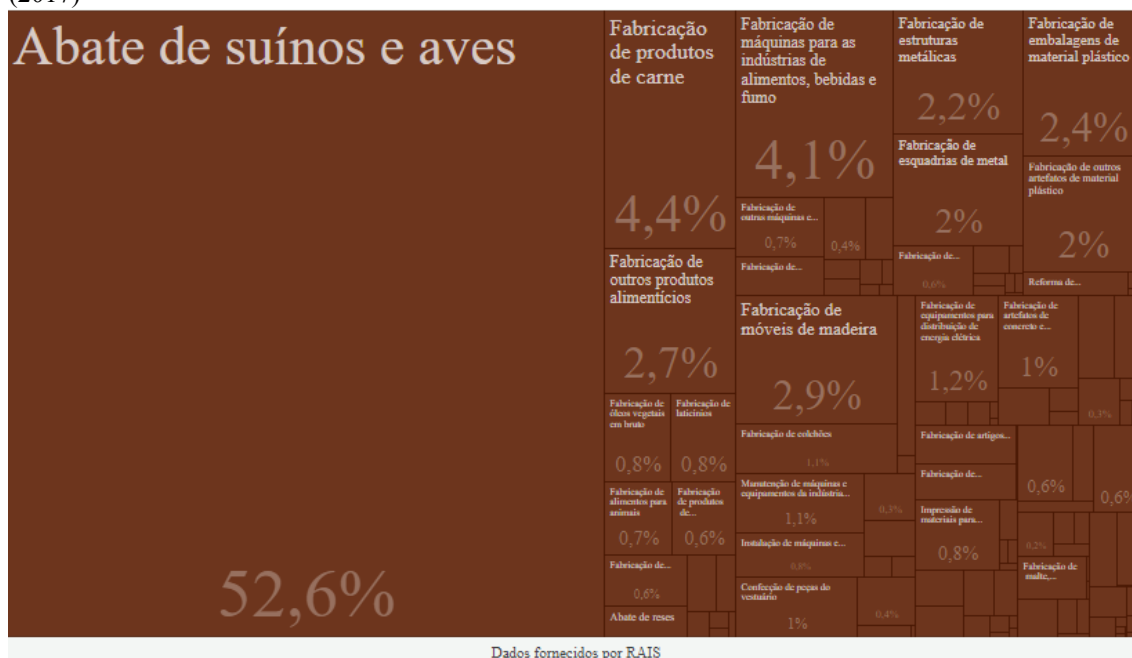
**Tabela 9:** Número de estabelecimentos e empregos por setor em Chapecó (2017)

Setor	Estabelecimentos		Empregos	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Indústrias de transformação	731	11,13	20.380	25,94
Comércio	2.469	37,60	18.921	24,08
Transporte e correio	439	6,68	6.005	7,64
Construção	527	8,02	5.258	6,69
Administração pública	5	0,08	4.417	5,62
Educação	114	1,74	4.307	5,48
Atividades administrativas	359	5,47	3.716	4,73
Saúde e serviços sociais	389	5,92	3.063	3,90
Alojamento e alimentação	353	5,38	2.715	3,46
Atividades financeiras	171	2,60	2.484	3,16
Informação e comunicação	139	2,12	1.846	2,35
Serviços Especializados	339	5,16	1.717	2,19
Outros Serviços	287	4,37	1.541	1,96
Agropecuária	154	2,35	958	1,22
Saneamento Básico	13	0,20	600	0,76
Artes, Cultura e Recreação	75	1,14	472	0,60
Eletricidade e Gás	3	0,05	165	0,21
Indústrias Extrativas	2	0,03	3	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6567</b>	<b>100</b>	<b>78568</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS (2017). Elaboração: Motter (2020).

Singularmente, as demais atividades representavam menos de 5% dos empregos formais em Chapecó (figura 36), ou seja, possuíam no máximo 800 empregados cada. Porém, vale destacar que mesmo sendo a atividade de abate de aves e suínos a que mais emprega, devemos considerar que existem outros tipos de indústrias atreladas direta ou indiretamente a ela. Diretamente, podemos destacar as que fornecem insumos para as fábricas propriamente ditas (como fábricas de embalagens, aditivos de uso industrial, máquinas industriais, etc.) e, indiretamente, as indústrias que fornecem os insumos, maquinários, equipamentos, estruturas, etc. para os produtores rurais. Se considerarmos estas atividades, o número de empregos é ainda maior.

**Figura 36:** Divisão dos empregos no setor de indústrias de transformação (em porcentagem) em Chapecó (2017)



Fonte: Dataviva (2020).

As informações aqui apresentadas, de tal modo, demonstram a importância que as agroindústrias tiveram na estruturação do espaço urbano de Chapecó, assim como esse setor continua sendo um dos mais relevantes na economia e na geração de empregos na cidade. No decorrer do item também mencionamos que a atividade agroindustrial foi responsável pela criação e o desenvolvimento de outras atividades econômicas na cidade. Estas, que representam a expansão do consumo produtivo, serão tratadas em item específico, dada sua importância na caracterização de uma cidade do agronegócio.

### 4.3. O consumo produtivo da moderna agropecuária em Chapecó

Com o desenvolvimento do setor agroindustrial de aves e suínos e o aumento das funções exercidas por Chapecó, observa-se que este território se torna cada vez mais rígido (ELIAS, 2007), atendendo aos reclamos desta produção e, ao mesmo tempo, tornando-se altamente dependente dela. Conforme Alba (2013, p. 133),

As agroindústrias em Chapecó podem ser consideradas o “carro-chefe” do desenvolvimento econômico do município e de boa parte da região. Elas formaram um sistema hegemônico regional de produção, determinando a estrutura urbana e principalmente o rural, com o objetivo de garantir o seu funcionamento e atender à demanda por elas criadas.



Desde então, a cada renovação das forças produtivas, tanto o espaço rural e regional como a própria cidade de Chapecó alteram-se ou incluem novas funções para atender tais reclamos. Com o aumento das funções urbanas, principalmente atreladas ao agronegócio globalizado, e o aumento populacional, o espaço intraurbano de Chapecó foi sendo adaptado tanto para atender aos reclamos da produção agroindustrial como para atender às demandas de outras empresas e da população. Dada a centralidade que a cidade foi adquirindo no contexto regional, verifica-se a criação e o desenvolvimento de uma série de atividades voltadas não apenas a seu espaço imediato, mas à toda produção regional. Entre estas, destacamos as atreladas ao consumo produtivo agrícola e agroindustrial, que representa uma parte importante da dinâmica urbana e das trocas realizadas entre o campo, o espaço regional e a cidade.

#### *4.3.1 O consumo produtivo do campo em Chapecó*

Buscando analisar os equipamentos presentes no espaço urbano de Chapecó que são voltados ao consumo produtivo do campo, selecionamos algumas variáveis consideradas essenciais. São elas: a) insumos agropecuários, que incluem comércios varejistas e/ou distribuidores de sementes, defensivos agrícolas, fertilizantes, medicamentos veterinários e adubos químicos e orgânicos; b) implementos agrícolas, que englobam os comércios de máquinas, peças e acessórios para máquinas e equipamentos, equipamentos avícolas e serviços de reparação/manutenção destes implementos; c) laboratórios de análises de sementes e análises veterinárias; d) assessoria para agricultura e pecuária, que inclui também a assistência técnica; e) pesquisa e desenvolvimento agropecuário e; f) estabelecimentos de armazenamento e estocagem de grãos. A quantidade de estabelecimentos de cada item está detalhada na tabela 10.

O maior número de estabelecimentos direcionados ao consumo produtivo compreende os comércios destinados aos insumos agropecuários, contabilizando 32 agentes. Destes, 12 são agropecuárias de pequeno e médio porte, que combinam a venda de produtos veterinários, defensivos agrícolas, fertilizantes, rações, etc., com outros produtos destinados às propriedades rurais, exemplificados por cercas, ferragens, equipamentos para jardinagem, mudas e sementes de hortaliças, legumes e verduras, produtos para pets, entre outros (figura 37). Pelo conjunto dos produtos disponibilizados por estes estabelecimentos e por seu porte, verifica-se que são voltados principalmente à produção familiar, e não atreladas às demandas do agronegócio de carnes.

**Tabela 10:** Número de estabelecimentos das atividades atreladas ao consumo produtivo – Chapecó (2019)

Atividades	Número de estabelecimentos
Comércio de insumos agropecuários	32
Implementos agrícolas	21
Laboratórios de análises	4
Assessoria para agricultura e pecuária	3
Pesquisa e desenvolvimento agropecuário	2
Armazenamento e estocagem de grãos e sementes	1

Fonte: Lista telefônica (2019), E-mec (2019) e trabalhos de campo. Elaboração: Motter (2020).

**Figura 37:** Estabelecimento comercial de insumos agropecuários - Chapecó (2019)



Fonte: Site da empresa (2020).

Além das agropecuárias, sobressaem os comércios de produtos veterinários e de nutrição animal (rações) que totalizam 14 estabelecimentos. Metade destes é composto por comércios de pequeno porte que disponibilizam uma variedade de marcas aos produtores rurais. Outra metade é especializada na revenda de marcas específicas: no caso de medicamentos veterinários, verificam-se distribuidores das marcas Ouro Fino (empresa brasileira de capital aberto), da MSD (empresa global com sede nos Estados Unidos), e da Vallée S/A (adquirida recentemente pela MSD saúde animal); quanto à nutrição animal, destaca-se a Nutract, empresa criada em 1997 na cidade de Constantina-RS e que trabalhava inicialmente com nutrição de bovinos. Com a expansão dos negócios para aves e suínos, a empresa transferiu-se para Chapecó no ano de 2000, utilizando a

cidade como ponto estratégico para atender aos mercados da região Sul do país. Outras unidades destinadas a nutrição animal são os representantes da Connan e das Rações Supra (empresas nacionais que também atende o mercado internacional), representantes da Alltech (empresa global com sede nos Estados Unidos), representantes da Tortuga (administrada pela DSM, com sede na Holanda) (figura 38) e da BTECH (administrada pela ADM, com sede nos Estados Unidos). Estes estabelecimentos, por sua vez, têm como consumidor principal não o produtor rural, mas as agroindústrias presentes tanto em Chapecó quanto em toda região oeste.

**Figura 38:** Distribuidora de produtos de nutrição animal em Chapecó (2020)



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora (2020).

Outros estabelecimentos inseridos nesta classificação são os comércios de adubos, sementes e de fertilizantes, que somados perfazem apenas seis unidades. O pequeno número de estabelecimentos deste tipo em Chapecó revela a dinâmica da produção agropecuária da região: de início, destaca-se que os principais fornecedores destes suprimentos aos produtores de grãos são as cooperativas e as empresas cerealistas. Segundo, estas empresas atuam por meio de técnicos ou representantes, que se deslocam até as propriedades rurais para prestar assistência técnica e, sobretudo, para comercializar os produtos da empresa/cooperativa que representam, também realizando a entrega dos insumos aos produtores. No caso das cooperativas, cada unidade (matriz ou filial) possui um ou mais técnicos que atendem as demandas dos produtores dentro do respectivo município de sua abrangência. Nas empresas cerealistas, a área de atuação de cada representante (ou representantes) é formada por um conjunto de municípios, ou seja, por

uma regionalização pré-estabelecida. Assim os produtores adquirem os insumos indiferente de sua origem ser a própria sede do município em que atua ou de cidades vizinhas.

Em relação aos implementos agrícolas, que totalizam 21 unidades, sobressaem as revendas de tratores e colheitadeiras, que em Chapecó apresentam seis unidades, entre elas concessionárias especializadas das marcas New Holland (figura 39), Massey Ferguson, LS Tractor, Case e Jhon Deere. Identificamos também cinco unidades que revendem ferramentas motorizadas como motores a diesel, roçadeiras, lava-jatos, motosserras, pulverizadores, colhedoras, semeadeiras, ensiladeiras, etc. (entre elas representantes das marcas Sthill, Gea e Nogueira); revendas de peças agrícolas; dois estabelecimentos que comercializam equipamentos avícolas e dois que vendem implementos para pecuária leiteira; além de serviços de manutenção e reparo de máquinas agrícolas.

**Figura 39:** Revenda especializada em tratores e colheitadeiras em Chapecó (2020)



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora (2020).

Diferente dos insumos agropecuários, os implementos agrícolas, sobretudo as ferramentas motorizadas e os implementos para aviários, são parte relevante do consumo produtivo agroindustrial. Com o sistema de integração, o consumo dos produtores integrados de aves e suínos limita-se a compra de implementos e infraestruturas necessárias. Mas, de certa forma, esse consumo é direcionado para o atendimento dos padrões específicos adotados pelas agroindústrias, o que justifica o pequeno número de estabelecimentos deste tipo. Por outro lado, a prática de outras atividades na propriedade,

sobretudo o cultivo de grãos (atrelado ao circuito produtivo das agroindústrias), gera maior autonomia para a aquisição de implementos, resultando na maior quantidade de estabelecimentos que atendem estas demandas.

Durante a realização de trabalho campo<sup>25</sup>, obtivemos a informação de que o tipo de produto presentes nas revendas de tratores e colheitadeiras é diferente das demais regiões brasileiras, sobretudo do Centro-Oeste: enquanto nestas regiões as grandes marcas investem no desenvolvimento e na venda de máquinas de maior porte e com maior tecnologia agregada, para o Oeste Catarinense são direcionados somente as máquinas de pequeno e médio porte, haja vista as características topográficas e fundiárias da região. Ademais, o custo destas tecnologias se torna oneroso para os produtores rurais, sobretudo se considerarmos a relação custo-benefício, ou a área plantada/colhida e a renda dela obtida *versus* o investimento necessário. Mesmo com esta particularidade, as revendas de tratores e colheitadeiras são equipamentos relevantes no espaço urbano de Chapecó, pois a área de abrangência destes representantes exclusivos ultrapassa o espaço rural imediato, gerando uma centralidade no nível regional.

Em menor número, também estão presentes em Chapecó os laboratórios privados, especializados na análise de sementes (um estabelecimento) e na área de sanidade animal (aves, bovinos, suínos, equinos e pets), alimentos e água (três estabelecimentos). Em grande medida, estes estabelecimentos são voltados ao atendimento das demandas das empresas cerealistas e das agroindústrias de carnes, sendo pequena a participação de produtores rurais na utilização destes serviços. Para os produtores, destaca-se a atuação de institutos de pesquisa e desenvolvimento agropecuário públicos, como é o caso da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Os serviços prestados aos produtores pela CIDASC incluem análises de doenças em animais, inspeção sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, classificação vegetal, fiscalização de insumos agrícolas, armazenagem e educação sanitária. A EPAGRI, por sua vez, oferece análises bromatológicas, de água, solo e fertilizantes, de tecido vegetal e de eficácia agrônômica, cursos, eventos e treinamentos, crédito rural e coordena programas governamentais. Além destes, destaca-se a atuação do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (EPAGRI-CEPA), instituto

---

<sup>25</sup> Trabalho de campo realizado no Itaipu Rural Show (Pinhalzinho), no dia 01 de janeiro de 2020.

especializado em estudos, pesquisas, análises, geração e difusão de informações e conhecimentos rurais para o estado de Santa Catarina.

Outra variável que levamos em consideração por ser parte do consumo produtivo em Chapecó são os estabelecimentos voltados à assessoria para a agricultura e a pecuária. Neste item, figuram três empresas, uma dedicada a assessoria e advocacia ambiental, que fornece serviços de licenciamento e direito ambiental, projetos e instalações rurais (manejo de afluentes e subprodutos) e reposição florestal; outra voltada para consultorias, palestras, capacitação e tecnologia destinada a agricultores familiares e empreendedores rurais; e outra empresa voltada à assistência técnica na área de produção de animais, atuando como empresa terceirizada de serviços técnicos especializados. Esta última atrelada sobremaneira às demandas agroindustriais.

Por fim, ressaltamos os estabelecimentos de armazenamento e estocagem de grãos, com apenas uma unidade. Destaca-se que em Chapecó existem vários estabelecimentos deste tipo, porém, estão vinculados às cooperativas e/ou as próprias agroindústrias, sendo este único local que recebe, armazena, industrializa e comercialização sementes em Chapecó.

Por meio do levantamento destes dados, evidenciamos que apesar de alguns estabelecimentos serem voltados aos produtores rurais, a forma específica de atuação das agroindustriais junto aos produtores integrados apresenta-se absolutamente concentrado, limitando deste modo o número de agentes voltados às demandas do consumo produtivo. O sistema produtivo concebido pelas agroindústrias de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense, lembramos, se baseia em um contrato entre produtor e empresa, denominado sistema de integração. Neste sistema, as agroindústrias se tornam responsáveis pelo fornecimento de insumos, da assistência técnica e do transporte, enquanto os produtores rurais fornecem a estrutura e a mão de obra para a produção da matéria prima destinada as indústrias.

As cooperativas, por sua vez, aparecem como importantes estabelecimentos voltados tanto a produção integrada quanto as demais atividades realizadas nas propriedades, sobretudo a criação de gado leiteiro e o cultivo de grãos. Além de oferecerem uma grande variedade de insumos, infraestruturas de armazenamento e serviços de assistência técnica, realizam a venda de insumos diretamente nas propriedades agrícolas, o que faz com que o produtor não precise deslocar-se a centros urbanos para adquirir tais mercadorias.

O consumo produtivo voltado às agroindústrias, porém, tem outra característica: é formado, em sua maioria por grandes empresas comerciais e industriais. Como no sistema de integração a empresa é responsável pelo fornecimento de insumos aos produtores rurais, as rações, os aditivos nutricionais e os medicamentos veterinários são adquiridos em grandes quantidades pelas agroindústrias para processamento (no caso da fabricação da ração) ou para fornecimento direto aos produtores integrados. Os prestadores de serviços, como empresas de assistência técnica e de análises laboratoriais, por sua vez, são altamente especializados nas demandas industriais.

#### *4.3.2. Atividades industriais voltadas ao processamento industrial*

Além do desenvolvimento, mesmo que restrito, das atividades comerciais direcionadas ao consumo produtivo, consideramos relevante adicionar os dados das indústrias atreladas direta ou indiretamente às demandas do agronegócio de carnes de aves e suínos. Pois, assim como a atividade agroindustrial em Chapecó incitou o desenvolvimento comercial, também fez emergir uma série de empresas industriais voltadas ao atendimento de suas demandas. Como destacado por Elias (2013a), uma das características da difusão do agronegócio é o estreitamento das relações entre a agropecuária e o setor industrial. No caso específico das agroindústrias de carnes, isto ocorre tanto com a produção rural e as indústrias processadoras, quanto em relação a estas e os outros setores industriais.

Por meio da classificação nacional das atividades econômicas (CNAE), identificamos as atividades e dividimos os estabelecimentos industriais de acordo com o setor por ele atendido, qual seja, as indústrias de carnes de aves e suínos e a produção agropecuária. Assim, na tabela 11 estão elencados as atividades, o número de estabelecimentos e os empregos gerados pelos setores atrelados ao atendimento das demandas agroindustriais. De início, verificamos que estas atividades compreendem um grande número de estabelecimentos (totalizando 114 indústrias), da mesma forma que é relevante o número de empregos gerados (somando 1.829 vínculos). Para comparação, o abate de aves e suínos emprega 10.121, com apenas oito estabelecimentos.

**Tabela 11:** Número de estabelecimentos e vínculos das atividades industriais atreladas às agroindústrias (2017).

Atividade	Estabelecimentos	Vínculos
Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	44	166
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para as Indústrias de Alimentos, Bebidas e Fumo	41	844
Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação para Uso Industrial e Comercial	10	50
Fabricação de Alimentos para Animais	7	143
Fabricação de Embalagens de Material Plástico	7	498
Fabricação de Embalagens de Papel	3	124
Fabricação de Aditivos de Uso Industrial	1	3
Fabricação de Medicamentos para Uso Veterinário	1	1
Total	114	1.829

Fonte: RAIS (2020). Elaboração: Motter (2020).

As atividades que mais se destacam são a instalação de máquinas e equipamentos industriais (44 unidades) e a fabricação destes equipamentos para indústrias de alimentos, bebidas e fumos (41 unidades) que, somados, representam mais da metade dos empregos gerados por estas atividades selecionadas. Aliados às fábricas de máquinas e aparelhos de refrigeração (com dez unidades), estes estabelecimentos são importantes por atenderem as indústrias de modo geral, e, particularmente, o setor agroindustrial de aves e suínos.

Direcionados mais especificamente às indústrias de processamento de carnes de aves e suínos, temos um número menor de estabelecimentos, se comparado as anteriores (que atendem vários setores industriais), mas que são fundamentais ao seu funcionamento. Neste grupo, destacam-se às fábricas de rações, com sete estabelecimentos; as fábricas de embalagens de plástico e de papel, com sete e três estabelecimentos, respectivamente; a fábrica de aditivos para uso industrial e a de medicamentos veterinários.

O desenvolvimento destas atividades industriais em Chapecó ocorreu sobretudo a partir do momento em que as agroindústrias passaram a incorporar o processo de desverticalização empresarial ou, em outros termos, quando as empresas do setor de aves e suínos voltam-se especificamente para sua atividade fim, passando a contratar, a partir de uma rede de fornecedores, insumos ou serviços auxiliares à produção de carnes. Conforme Alba (2013), esse processo começou a ser realizado pelas agroindústrias especialmente a partir dos anos de 1985 e 1986, quando o serviço de manutenção e assistência de máquinas foi completamente terceirizado. Atualmente, um conjunto de outras atividades industriais também fora subcontratado pelas agroindústrias do setor de



aves e suínos, resultando na criação de novas indústrias de transformação, que constituem parte importante da dinâmica urbana de Chapecó, seja em termos econômicos, seja pela quantidade de empregos gerados.

Nas atividades industriais atreladas a produção agropecuária, verificamos 42 estabelecimentos, que empregam 776 pessoas (tabela 12). Destes empreendimentos, destaca-se a fabricação de estruturas metálicas, com 15 estabelecimentos e a fabricação de concreto, também com 22 estabelecimentos, responsáveis pela maioria dos empregos gerados por este grupo de atividades. As estruturas metálicas e de concreto pré-moldado são utilizadas em vários tipos de projetos, entre eles casas, supermercados, centros de distribuição, etc. Porém, a seleção deste tipo de atividades industriais colocadas como relacionadas a produção agropecuária, se deve a sua utilização nos projetos de avicultura e suinocultura. De acordo com as instruções para a produção de aves e/ou suínos, os aviários ou as pocilgas devem ser construídos necessariamente com estruturas pré-moldadas de concreto, metálica ou de madeira. Assim, por mais que estas atividades também sejam destinadas a outros tipos de projetos, o consumo destes produtos pelos estabelecimentos rurais, sem dúvida está atrelado a ampliação destas atividades.

**Tabela 12:** Número de estabelecimentos e vínculos das atividades industriais atreladas a produção agropecuária (2017)

Atividade	Estabelecimentos	Vínculos
Fabricação de Estruturas Metálicas	15	453
Fabricação de Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Materiais Semelhantes	22	213
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura e Pecuária, Exceto para Irrigação	3	73
Fabricação de Adubos e Fertilizantes	1	17
Fabricação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos	1	20
Total	42	776

Fonte: RAIS (2020). Elaboração: Motter (2020)

Com menor número, porém com um número significativo de vínculos empregatícios, observam-se outras fábricas em Chapecó direcionadas à produção agropecuária regional - fabricação de máquinas e equipamentos, fabricação de adubos e fertilizantes e as fábricas de geradores, transformadores e motores elétricos. Apesar destes produtos serem oferecidos por estabelecimentos comerciais, a presença de indústrias demonstra que há mercado para este tipo de insumo. Como ocorre com os demais estabelecimentos mencionados neste item, a produção industrial, além de oferecer suporte

a produção agrícola e agropecuária, ainda é importante nas relações campo-cidade e, sobretudo, na dinâmica urbana, fortalecendo-a em termos econômicos. A existência destes empreendimentos também denota que boa parte dos insumos para a produção de carnes de aves e suínos é produzida na própria cidade de Chapecó, o que diminui os custos que as empresas teriam ao buscá-los em outras localidades.

#### *4.3.3. Serviços bancários, educacionais e feiras agropecuárias em Chapecó*

As demandas da moderna produção agroindustrial de carnes de aves e suínos é capaz de adequar as cidades próximas de acordo com suas necessidades. Assim, além de incrementar as atividades comerciais, os serviços e alguns setores industriais, o agronegócio também movimenta os serviços bancários e direciona a oferta dos serviços educacionais. Além disso, a promoção de eventos também destaca o peso que o agronegócio possui na cidade e na região. Pela especificidade de serem direcionadas a mais de um tipo de atividade, optamos por incluí-las em um item específico. Ademais, o desenvolvimento e ampliação deste tipo de atividade representa o que Santos (2009) descreve como superposição dos efeitos do consumo produtivo e consuntivo, pois destinam-se não somente às empresas do agronegócio a ao consumo produtivo rural, mas estendem-se a consumo da população de modo geral, da mesma forma que resultam de ambas demandas.

O sistema bancário em Chapecó evoluiu muito desde a instalação do primeiro banco na cidade, o Banco Industria e Comércio S.A (INCO), instalado em 1947 (PERTILE, 2008). De acordo com Pertile (2008), na década de 1950 a cidade possuía quatro agências bancárias (Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., Banco Nacional do Comércio S.A. e Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola), enquanto em 2007 a cidade contava com a presença de 13 bancos<sup>26</sup>, somando 20 agências e dez postos de atendimento.

Com as sucessivas transformações no sistema bancário, sobretudo o processo de reestruturação deste setor, muitos bancos deixaram de existir ou foram incorporados à grupos maiores. Nesse contexto, a oferta do setor bancário em Chapecó apresenta

---

<sup>26</sup> São eles: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (BESC), Banco HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABN-AMRO Bank, União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), Caixa Econômica Federal, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (Badesc), BBV - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. e Banco Fininvest

atualmente onze diferentes instituições, listadas na tabela 13. Destas, as que possuem maior número de agências na cidade são o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (bancos públicos), o Bradesco, o Itaú e o Santander (privados). Da mesma forma, são estes os estabelecimentos com maior número de postos de atendimento, incluídos aqui os postos de atendimento bancário (PAB), postos de atendimento eletrônicos (PAE) e postos avançados de atendimento (PAA).

**Tabela 13:** Bancos existentes em Chapecó (2020)

	Agências	Postos	Total
BANCO DO BRASIL S.A.	6	10	16
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5	15	20
BRADESCO S.A	4	14	18
ITAÚ UNIBANCO S.A.	3	1	4
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2	5	7
BANCO DAYCOVAL S.A.	1	0	1
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	1	0	1
BANCO SAFRA	1	0	1
BV FINANCEIRA S.A	1	0	1
PACIFIC INVEST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA	1	0	1
BANCO PAN S.A.	0	1	1
COOPERATIVAS DE CRÉDITO	0	28	28
Total	25	74	99

Fonte: FEBRABAN (2020). Elaboração: Motter (2020).

Um dado relevante a ser considerado é a grande quantidade de postos de atendimento cooperativo, que fazem parte de onze cooperativas de crédito<sup>27</sup> existentes na cidade, entre elas o Sicoob Maxi Crédito que possui 11 postos de atendimento, o Sicredi, que conta com 6 postos e a Cresol, com três postos de atendimentos na cidade. Além destes, destacam-se outras cooperativas destinadas especificamente ao setor agroindustrial e agropecuário, quais sejam, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo

<sup>27</sup> Em Chapecó, estão presentes: Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados (Sicoob Maxicrédito), Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção (Sicredi RS/SC/MG), Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Chapeco (Cresol), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Brf-Credibrf, Cooperativa de Crédito Rural de Abelardo Luz (Sulcredi/Crediluz), Cooperativa de Crédito dos Empresários de transportes do Sul Do Brasil (Transpocred), Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina, Cooperativa de Crédito Unicred Desbravadora Ltda, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Militares Estaduais de Santa Catarina (Credpom), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais do Crea dos Estados de Santa Catarina e Paraná (Credcrea), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Dos Profissionais da Saúde, das Ciências, das Artes e Empresários (Uniprime do Iguauçu). (FEBRABAN, 2020).

Brf (Credibrf), a Cooperativa de Crédito Rural de Abelardo Luz (Sulcredi/Crediluz) e a Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul Do Brasil (Transpocred).

Os bancos cooperativos presentes na região têm seu desenvolvimento atrelado, de certa forma, às cooperativas agropecuárias que priorizam este tipo de estabelecimento para realizar as transações com os produtores rurais associados. Assim, no contexto do desenvolvimento agroindustrial, o sistema bancário, seja ele público, privado ou cooperativo, é de extrema importância, por disponibilizar serviços e recursos tanto às indústrias como aos produtores rurais.

Em relação aos serviços educacionais, Alba (2013) revela que os cursos técnicos voltados à capacitação da mão-de-obra em Chapecó tiveram um peso importante na acumulação de saber, posteriormente apropriada pelas indústrias. Conforme a autora, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – instituição privada, administrada pela indústria – está instalado no município desde 1974, oferecendo cursos voltados principalmente aos setores de alimentos, mecânica e segurança no trabalho. Em 1978 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) instalou uma pequena unidade em Chapecó. Esta, por sua vez, foi responsável pela especialização de mão de obra para atuar em diversos setores do comércio, serviços e da indústria (ALBA, 2013).

O ensino superior em Chapecó, revela Alba (2013), teve início em 1970, através da iniciativa de fundações universitárias. A Fundação Universitária do Oeste (Fundeste) era co-mantenedora de instituições de ensino superior em Chapecó e Joaçaba, passando no ano de 2002, a manter a administrar exclusivamente a unidade em Chapecó, que passou a se chamar Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, em funcionamento até hoje (ALBA, 2013).

No ano de 2011 a cidade de Chapecó possuía 22 instituições de ensino, nove delas caracterizadas pela oferta do ensino presencial e 12 instituições que trabalhavam exclusivamente com o ensino a distância (EaD). Das primeiras, destaca-se duas instituições comunitárias (Unochapecó e Unoesc), quatro instituições privadas (Senai-SC, Senac-SC, Uceff e Faculdade Anglo-Americano) e três públicas (UDESC, IFSC e UFFS) (ALBA, 2013).

As instituições públicas, vale ressaltar, têm sua instalação recente na cidade: a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) iniciou suas atividades no campus oeste (Chapecó) no ano de 2004. Dois anos mais tarde, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) também instalou um campus na cidade e, em 2010 foi implantada a primeira universidade pública federal da região, a Universidade Federal da Fronteira

Sul (UFFS), que tem Chapecó como sede (figura 40) e outros cinco *campis* localizados nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

**Figura 40:** Instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó (2019)



Fonte: Tadeu Salgado e Cléber Tobias – UFFS (2019).

Atualmente, existem em Chapecó 39 instituições de ensino em atividade, das quais 28 atuam exclusivamente com o ensino na modalidade de educação a distância (EaD). As que realizam atividades presenciais compreendem 11 instituições, listadas na tabela 14. Em comparação com os dados apresentados anteriormente, verifica-se o crescimento no número de instituições de ensino a distância e a presença de duas novas instituições de ensino presenciais. Estas compreendem a FACESC e a Unopar, instituições que antes ofertavam apenas a modalidade EaD e que passaram, a partir de 2017, a oferecer cursos presenciais. Ressaltamos que a FAEM, a partir de 2018 uniu sua marca com o Centro Universitário FAI Itapiranga e passou a se denominar UCEFF. A Faculdade Anglo-Americana, listada anteriormente, foi adquirida, em 2013 pelo Centro de Ensino Superior Santa Rita Ltda.

**Tabela 14:** Instituições de ensino presencial e número de cursos presenciais em Chapecó (2020)

Instituição de ensino	Número de cursos
Universidade Comunitária Da Região De Chapecó (Unochapecó)	40
Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM-UCEFF)	31
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	13
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	13
Faculdade de Tecnologia Senai Chapecó (SENAI)	10
Faculdade Santa Rita De Chapecó	9
Faculdade de Educação Superior de Chapecó (FACESEC)	4
Faculdade Senac Chapecó (SENAC)	3
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	2
Faculdade Pitágoras Unopar de Chapecó	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)	1
Total	127

Fonte: E-MEC (2020). Elaboração: Motter (2020).

Em relação ao número de cursos ofertados presencialmente, destaca-se que a Unochapecó e a Uceff são as instituições com maior oferta de cursos (acima de 30). As instituições públicas, juntas, oferecem apenas 16 cursos presenciais. Os cursos mais frequentes no ensino presencial são engenharia civil, administração, ciências contábeis, direito e enfermagem, com mais de cinco cursos cada um. Voltados ao setor agroindustrial e agropecuário, e diretamente atrelados às demandas do consumo produtivo do campo, verificamos em Chapecó a oferta de 27 cursos presenciais, entre eles: agronomia, zootecnia, medicina veterinária, agrimensura, alimentos, engenharia de produção, engenharia de alimentos, engenharia ambiental e sanitária, engenharia química, engenharia de controle e automação, gestão da qualidade, processos gerenciais, manutenção industrial, e automação industrial.

No ensino tecnológico, por sua vez, os cursos voltados ao agronegócio são mais numerosos, apresentando 68 cursos, divididos entre as áreas de agronegócio, gestão ambiental, gestão da produção industrial, gestão global *trading*, gestão da qualidade, gestão de agronegócios, gestão de cooperativas, logística, processos químicos, segurança alimentar e segurança no trabalho.

Além das agências bancárias e das instituições de ensino, destaca-se em Chapecó a realização de feiras que promovem o agronegócio. Os eventos setoriais e multissetoriais que incrementam o turismo de eventos e negócios em Chapecó possuem dois espaços de grande porte para realização: o Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, localizado no centro da cidade e o Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves,

conhecido como Parque Efapi, localizado na porção leste do bairro com mesmo nome. Das inúmeras feiras que ocorrem nestes espaços, sobressaem a Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), a Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne (MERCOAGRO), a Feira e Congresso de Tecnologia para a Indústria Eletrometalmecânica, além de outras feiras destinadas a outros setores específicos.

A EFAPI acontece em Chapecó desde 1967, quando, na ocasião, o município comemorava 50 anos de sua emancipação. Desde então, a feira é realizada pela Prefeitura Municipal a cada dois anos, sendo sua última edição a comemorativa dos 50 anos da feira (2017). A feira multissetorial é uma das mais importantes da cidade, oferecendo espaços para a realização de negócios, difusão de tecnologias, conhecimentos e novos produtos. Sua abrangência, de acordo com os organizadores, vai além da própria região, recendo um público de outros estados e até mesmo de outros países, sobretudo dos atrelados ao Mercosul. De acordo com o *site* oficial, na sua última edição, realizada em 2017, fizeram parte da feira cerca de 400 expositores, que fecharam ou agendaram negócios no valor de R\$152 milhões, nos setores de agropecuária, indústria e comércio. Além disso, o site relata o recorde de público, contabilizando a presença de 423,5 mil visitantes durante os dez dias de realização da feira.

Voltada mais especificamente aos negócios das agroindústrias de carnes bovinas, suínas e de aves, a MERCOAGRO é uma feira realizada desde 1996 em Chapecó, com periodicidade bienal. Promovida pela Associação Comercial Industrial de Chapecó (ACIC), a MERCOAGRO é direcionada à difusão de tecnologias e conhecimentos e busca gerar a aproximação entre fornecedores e consumidores atrelados ao agronegócio de carnes. Conforme o *site* oficial, a feira é uma das mais importantes do município, do estado e do país, dada o seu direcionamento a um setor específico, que tem em Chapecó um de seus polos mais importantes. Ainda segundo o *site*, a feira é visitada por empresários e dirigentes de empresas de grande porte do setor da industrialização da proteína animal, além de pessoas responsáveis pela tomada de decisão quanto a aquisição de maquinários e serviços especializados voltados às empresas que representam – demonstrando o caráter específico do público-alvo da feira. Em sua última edição (2018), a feira recebeu cerca de 17 mil pessoas, oriundas de diferentes estados brasileiros e de diferentes países, e as negociações geradas durante sua realização foram estimadas em R\$ 350 milhões.

Outra feira importante realizada em Chapecó, indiretamente atrelada ao setor agroindustrial é a Feira e Congresso de Tecnologia para a Indústria Eletrometalmecânica, que sucedeu a Feira de Metalmeccânica e Plásticos (Metalplast), realizada em 2004, 2005, 2008 e 2010 e a Feira Metalmeccânica + Corte e Conformação, que ocorreu em 2012 e 2014. Promovida pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico da Região de Chapecó (SIMEC), a feira é destinada a exposição de tecnologias voltadas aos setores industriais. Assim, o perfil dos visitantes da exposição são sobretudo profissionais das agroindústrias, profissionais de engenharia elétrica e mecânica, da construção civil e estudantes de cursos técnicos. Em sua última edição (2018) a feira recebeu visitante de 204 cidades, e o volume de negócios foi estimado em R\$ 35 milhões, conforme relatório da organização.

Os eventos multissetoriais e, principalmente os destinados especificamente ao agronegócio de carnes de aves em Chapecó são um dado importante para a economia da cidade, principalmente por incrementam o turismo de eventos e, mais especificamente os negócios em torno da atividade. A realização destes eventos na cidade, atraem um grande fluxo de pessoas, tanto da própria região como de diferentes estados ou mesmo países, o que impacta também na oferta de bens e serviços, incrementando atividades como os serviços hoteleiros, de alimentação, de recreação e mesmo as atividades comerciais. Com efeito, o turismo de eventos também reforça a centralidade que a cidade ocupa dentro da região especializada no agronegócio de carnes de aves e suínos.

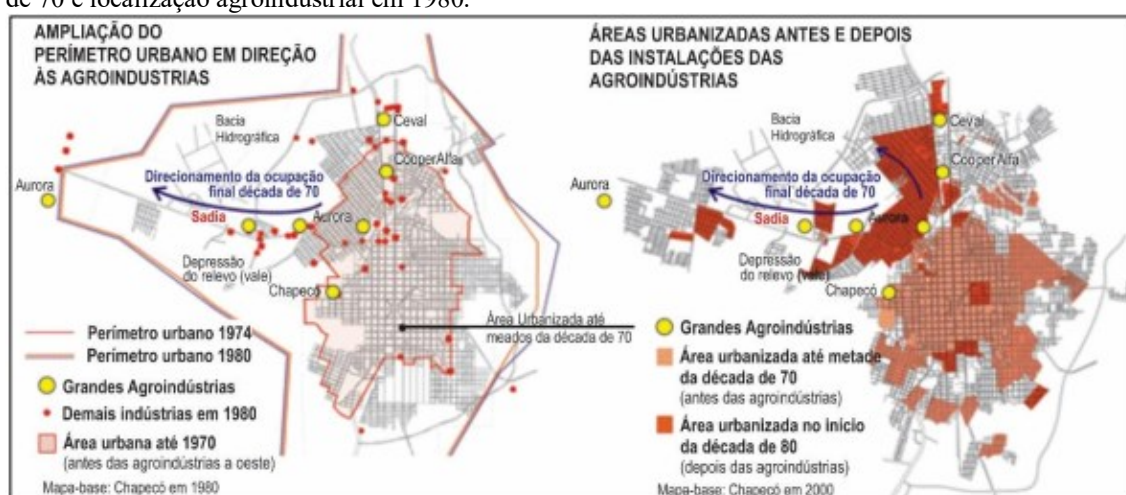
#### **4.4 O Caráter corporativo da urbanização de Chapecó**

Nos espaços onde ocorre o desenvolvimento de uma agropecuária científica globalizada, como destacamos, verifica-se o desenvolvimento de novas funções urbanas, evidenciando o caráter corporativo que as cidades do agronegócio passam a desempenhar. Como destacado por Elias (2006) isto ocorre porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas, tanto no espaço agropecuário como nas cidades próximas. Nestes espaços, para Elias (2013a, p. 217), “campo e cidade tem sido modificados ao sabor de uma racionalidade excludente”. Como consequência, verificam-se no espaço intraurbano a presença marcante das desigualdades socioespaciais – observadas na concentração de riquezas e no crescimento desordenado do espaço urbano – e a criação de infraestruturas voltadas ao atendimento das demandas do agronegócio globalizado.



A ampliação das periferias urbanas e a carência de infraestruturas, como destacado por Elias (2013a), são processos marcantes verificados nas cidades do Agronegócio. Em Chapecó, destaca-se a constituição e configuração do bairro Efapi em particular, por sua relação direta com as agroindústrias, como demonstra estudo realizado por Reche e Sugai (2008). Segundo as autoras, na década de 1970, com a localização de algumas agroindústrias na porção oeste da malha urbana consolidada de Chapecó, a lógica de ocupação gradativa em círculos a partir da área central foi rompida, ocasionando uma ocupação a oeste deslocada da malha urbana principal<sup>28</sup>, detalhada pela figura 41.

**Figura 41:** Ampliação do perímetro urbano de Chapecó da metade da década de 70 para o final da década de 70 e localização agroindustrial em 1980.



Fonte: Reche e Sugai (2008).

Entre os anos 1977 e 1981, a cidade de Chapecó recebia em média 40 famílias de migrantes ao dia, provenientes da expulsão do campo ou mesmo de trabalhadores de cidades e estados vizinhos, que vislumbravam melhores perspectivas de emprego e melhores condições de vida (PELUSO JÚNIOR, 1991). Com o aumento populacional urbano, a demanda por habitação também aumentou, e como ressaltam Reche e Sugai (2008, s/p),

[...] o não acompanhamento de ações governamentais, principalmente de moradia, para minimizar os conflitos resultantes da diferença entre a população absorvida pelas indústrias e a população atraída por essas, provoca o fortalecimento da figura do loteador clandestino que, a partir da década de 70, vê na necessidade de moradia para a população de mais baixa renda migrante, um mercado promissor. A ausência de iniciativas por parte do Estado, de

<sup>28</sup> Entre a mancha urbana principal e o bairro Efapi, cabe ressaltar, está localizada a bacia de captação de água potável do Lajeado São José, onde o processo de uso e ocupação do solo é controlado por leis municipais. A principal via que faz a ligação entre a mancha urbana principal e o bairro Efapi é a Avenida Senador Atílio Fontana, que segue para o extremo oeste de Santa Catarina pela rodovia SC 283 e para o município vizinho (Guatambu) pela rodovia SC 484.

fiscalização e mesmo com uma legislação pouco restritiva (justificada pela pressão populacional), e a demanda crescente, provocou o aparecimento de inúmeros loteamentos irregulares ao redor das indústrias, descontínuas à malha consolidada.

Os funcionários que chegavam a pedido da empresa, conforme Ben (2006), construíram o primeiro núcleo de moradores nas proximidades da agroindústria Sadia (hoje BRF), local que ficou conhecido como “Vila Sadia”. Paulatinamente, novas residências foram sendo construídas nas proximidades da agroindústria e da Avenida Senador Atilio Fontana, formando novas vilas e loteamentos que hoje compõe o maior bairro da cidade (BEN, 2006). Reche e Sugai (2008) afirmam que as vilas e loteamentos formados nessa área da cidade foram instalados em desacordo com as leis municipais, e eram, portanto, segregados e desprovidos de infraestrutura básica.

Ben (2006) acrescenta que pela falta de meios de transporte, a população que trabalhava nas agroindústrias, ou que não dispunha de recursos financeiros para residir em outra área da cidade, acabava por fixar moradia nessa área da cidade, principalmente por poder percorrer a pé o caminho entre a residência e o trabalho. A legitimação destes loteamentos só foi realizada no final da década de 1970, através da alteração de duas leis, que permitiram a ampliação do perímetro urbano, abrangendo essas áreas de interesse do setor imobiliário e que desobrigaram o loteador de várias exigências de infraestrutura básica para a implantação de loteamentos (RECHE; SUGAI, 2008). Surgiram assim, de acordo com as autoras, os bairros operários, com baixíssimos níveis de infraestrutura e renda.

Com a instalação de instituições de ensino, particularmente da Unochapecó na década de 1970 e, mais recentemente do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, este bairro passou a ser ocupado também por estudantes destas instituições. Além disso, o movimento migratório de haitianos para Chapecó também teve no bairro Efapi o principal local de residência destes imigrantes – que, em sua maioria, são empregados das agroindústrias.

Com o aumento populacional neste bairro, houve a ampliação de atividades voltadas a população residente, como a criação de escolas, creches, unidades de saúde e serviços administrativos municipais. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de um subcentro que concentra importante atividades comerciais e de serviços (algumas delas destacadas na figura 42) na principal via do bairro, detalhado por Motter (2016).

**Figura 42:** Atividades comerciais presentes no bairro Efapi (2016)



Fonte: Motter (2016).

Por sua dimensão, vale ressaltar que as desigualdades são visíveis dentro deste espaço, que apresenta ocupações irregulares (figura 43) e conjuntos populacionais populares de um lado e, de outro, geralmente localizados afastados do bairro, loteamentos planejados destinados a população de maior renda. Apesar da falta de infraestrutura básica nos loteamentos operários do bairro Efapi, verifica-se a aplicação de recursos pelo município na ampliação de infraestruturas voltadas a propiciar fluidez para as agroindústrias na cidade. Como exemplo, podemos citar a obra do elevador nas proximidades da BRF (figura 44), concluído em 2020 e que, segundo informações da prefeitura municipal, liga as quatro grandes regiões da cidade (bairro Efapi, centro e porções norte e sul), garantindo melhor mobilidade urbana. Ressalta-se que o contorno viário oeste, que faz a conexão da Avenida Atílio Fontana (agora com a presença do elevador) à rodovia SC 480 (ligação dos estados Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), inaugurando no ano de 2014, também é parte dos investimentos destinados sobretudo ao setor agroindustrial.

**Figura 43:** Ocupações irregulares no bairro Efapi (2020)



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora (2020).

**Figura 44:** Elevado situado nas proximidades da BRF (2020)



Fonte: Roberto Lorenzon (2020).

A presença de bairros operários marcados por falta de infraestrutura básica concomitante ao desenvolvimento de modernos sistemas de mobilidade urbana em Chapecó representam a dupla face da urbanização corporativa. Como ressalta Santos (2009), a partir do momento em que as cidades passam a desenvolver atividades produtivas modernas, a atenção do poder público volta-se a atendimento das demandas destas atividades, sendo os recursos destinados às questões sociais praticamente residual.

Finalizado o trabalho, acreditamos que seu objetivo principal, o de compreender a feição resultante dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e da organização das redes agroindustriais de carnes de aves e suínos no Oeste Catarinense pode ser alcançado. Para tal, o cumprimento dos objetivos específicos, que condicionaram a organização dos capítulos, nos pareceu um caminho válido.

Considerando a análise realizada, cremos que a tese levantada no início da pesquisa pode ser comprovada, qual seja - a de que o tradicional setor de carnes de aves e suínos no Oeste catarinense, diante de suas características endógenas (estrutura fundiária, organização produtiva familiar e capital local na implantação das agroindústrias) e de fatores exógenos de certo modo mais recentes (políticas para o setor e dinâmica do mercado consumidor), resultou-se uma região altamente competitiva, dotada de expressivos investimentos produtivos e que, portanto, pode ser reconhecida como uma Região Produtiva do Agronegócio de carnes de aves e suínos. A título de conclusão, cabe apontarmos os aspectos mais significativos alcançados pela pesquisa.

O Oeste Catarinense atualmente se insere na economia nacional como a principal região produtora e fornecedora de carne de aves e suínos, tanto para o mercado nacional como para exportação. O sistema agroindustrial, que se consolidou como um segmento moderno da produção de carnes na região foi estimulado por inúmeros fatores, outrora imprescindíveis para sua consolidação. No presente momento, a atuação das grandes empresas do setor realiza-se a partir da dialética entre ordem local e a ordem global, tornando o estudo do espaço regional emblemático. Isto porque é no espaço local ou regional onde a cooperação entre as diferentes etapas do processo produtivo é melhor identificada, demonstrando as nuances da consecução do agronegócio globalizado.

No decorrer desta tese, buscamos demonstrar as alterações no espaço rural, urbano e regional do Oeste Catarinense em decorrência do desenvolvimento do setor agroindustrial. Em cada capítulo, de certa forma independente, privilegiamos um tema específico atrelado ao desenvolvimento agroindustrial. A amálgama que conecta esses temas, assim, é realizada pelas redes agroindustriais, e seu resultado é a conformação da especialização regional produtiva ou, mais especificamente, da configuração de uma Região Produtiva do Agronegócio. Tendo isto em mente, busca-se aqui um esforço de síntese das análises realizadas, como forma de conclusão.

De início, realizamos um resgate da constituição do território no Oeste Catarinense, com o fito de demonstrar as principais características endógenas que propiciaram o desenvolvimento das atividades agroindustriais, que se mantêm e diferencia a região dos demais espaços onde este tipo de produção é realizada no Brasil. Posteriormente, e por meio de uma proposta de periodização, identificamos quatro períodos significativos da constituição e consolidação do setor agroindustrial no Oeste Catarinense: o primeiro, que vai da década de 1930 até por volta de 1960, representa a criação das primeiras agroindústrias na região, motivadas sobretudo pela abundância de matéria prima. Neste período, porém, a produção agrícola e o processamento industrial não ocorreram pelo emprego de novas técnicas, mas pelo aumento no número de produtores das matérias primas. Iniciado na década de 1960, o segundo período contemplou o movimento geral de modernização agropecuária, caracterizado pela adoção de técnicas modernas de produção, pelo estabelecimento de novas relações de produção e pela participação ativa do Estado, consolidando na região o chamado Complexo Agroindustrial de carnes. A partir da década de 1980, entretanto, o Estado deixa de ser o principal articulador/propulsor da atividade agroindustrial, resultando em um período de transição que vai culminar, nos anos 2000, na efetivação do Agronegócio, representando um novo período em nossa análise, que se estende até os dias atuais. As principais características deste período, assim, compreendem o imperativo da economia política do agronegócio, a centralização de capitais, a ampliação do mercado externo, a constituição das redes agroindustriais e a dependência do setor ao mercado externo.

A estruturação da região Oeste Catarinense demonstra uma série de características singulares que a diferenciam das demais regiões brasileiras. A começar pela atuação das companhias colonizadoras, que foram os primeiros agentes responsáveis pela estruturação deste espaço. Na época, estas companhias foram responsáveis por dotar a região de infraestruturas e promover sua ocupação, o que acarretou na estrutura fundiária baseada em minifúndios e pequenas propriedades ocupadas por migrantes do Rio Grande do Sul. Estes, por sua vez, trouxeram para a região os costumes e práticas que realizam no seu local de origem, quais sejam, o trabalho realizado por todos os membros da família (organização produtiva familiar) e a produção agrícola dividida em produtos para a subsistência e a especialização em produtos destinados ao comércio local e/ou a outros estados. Na sua maioria, os pequenos estabelecimentos agrícolas na região tinham na criação de porcos a principal atividade voltada para a venda e a troca nos mercados locais, o que favoreceu a atuação dos comerciantes que fazia a intermediação entre os produtores

e os mercados consumidores. A partir da concentração de capital destes comerciantes é que teve início o processamento de carnes de aves e suínos, com a instalação das primeiras agroindústrias na região.

Paulatinamente, as agroindústrias se consolidaram nos mercados nacionais e internacionais, pautadas sobretudo por sua configuração produtiva que se apropriou das características endógenas para o desenvolvimento do sistema de integração. Mesmo com a ampliação das unidades produtivas para outros estados e/ou países, principalmente para os locais onde se vislumbrava a integração das cadeias produtivas de carnes e grãos, concluímos que a região manteve sua importância para o agronegócio de carnes de aves e suínos.

As novas formas de organização do agronegócio de carnes e suínos, assim, foram abordadas por meio do conceito de rede, tendo por base os locais a agentes articulados pelo circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no espaço. Como recurso metodológico, optamos por separar a rede agroindustrial em redes corporativas e redes locais sem, entretanto, ignorar que ambas funcionam em uníssono, embora a primeira determine sobretudo as ações e locais relacionados à segunda.

As redes corporativas possuem um caráter estritamente técnico das empresas, e envolvem a identificação das etapas de gestão, produção, distribuição e consumo. Por tal motivo, evidenciam pontos localizados em diferentes países que estão articulados com a produção agroindustrial realizada no Oeste Catarinense. Desta maneira, apontamos que tanto a BRF que possui unidades produtivas localizadas em diferentes países, quanto as agroindústrias que não possuem unidades produtivas em outros países (Seara/JBS e Aurora) sofrem influência dos mercados globais para onde é destinada esta produção. Da mesma forma, para manterem-se competitivas neste mercado, passam a incorporar uma série de parâmetros que, em grande medida, competem aos integrados o seu cumprimento.

As redes locais, por sua vez, representam a base sobre o qual as atividades de produção são realizadas, e permitem enfatizar tanto a constituição do território como os atores que direta e indiretamente participam do desenvolvimento das etapas produtivas. Para isto, iniciamos a discussão numerando as características específicas da região que foram incorporadas ao processo produtivo agroindustrial, ou, em outros termos, evidenciaremos os recursos e os ativos do território inerentes ao desenvolvimento e a permanência do setor agroindustrial na região, demonstrando, em seguida, a relevância desta região para o setor agroindustrial de carnes de aves e suínos. A partir de então, evidenciamos a superposição das redes agroindustriais locais e os principais atores



envolvidos, destacando, por fim, acontecimento recente que demonstra as incertezas do setor e os seus impactos territoriais.

A principal conclusão que resulta deste capítulo compreende o fato de que os produtores integrados, base da organização produtiva e principais agentes das redes agroindustriais, são os mais impactados pelas imposições, via agroindústrias, dos requisitos exigidos pelos mercados globais. Da mesma forma, verificamos que é ampla a miríade de atores econômicos e não econômicos envolvidos nas redes agroindustriais. Nesse sentido, e considerando os acontecimentos recentes no setor (“Operação Carne Fraca”), evidenciamos que a região é altamente dependente do desempenho das atividades agroindustriais, e busca, por este mesmo motivo, se manter atrativa para estas empresas.

Com efeito, neste período de globalização, e a despeito de novos espaços produtivos do setor que surgem posteriormente no Sudeste e Centro Oeste do país, o Oeste Catarinense tem se afirmado como uma região especializada no agronegócio de carnes de aves e suínos, como buscamos demonstrar no capítulo 3. Neste, destacamos os sistemas técnicos inerentes ao agronegócio de carnes de aves e suínos, responsáveis por propiciar fluidez ao território do Oeste Catarinense e, sobretudo, garantir a viabilidade de uma produção competitiva. Por meio da caracterização da dinâmica populacional e da rede urbana da região, evidenciamos que o agronegócio foi o principal agente da estruturação regional, modificando as formas e conteúdos regionais de acordo com seus interesses. Apesar das unidades industriais estarem presentes em apenas 15 cidades, todos os municípios da região, de uma forma ou outra, possuem relação com o agronegócio de carnes, seja através de atividades complementares (grãos, por exemplo), seja pelo sistema de integração praticado nas propriedades rurais destes municípios.

Constituída por inúmeras pequenas cidades polarizadas por alguns centros regionais, a região Oeste Catarinense, nas últimas décadas, tem apresentado dados relevantes da mobilidade regional: conforme apresentamos, boa parte dos pequenos municípios apresentou retração em sua população total, enquanto alguns centros urbanos maiores tiveram aumento populacional. Isto se deve à falta de oportunidades econômicas nos pequenos municípios somados ao modelo agroindustrial que tem dificultado a permanência no campo, fazendo com que ocorra a migração para centros maiores e/ou aqueles que oferecem oportunidades de emprego. A falta de condições para a permanência no campo também foi fator crucial para o aumento das taxas de urbanização, verificada, segundo diferentes níveis, em todas as cidades da região. Apesar destes fatores, os dados relativos a situação dos domicílios revela que cerca de metade deles

possui a população rural maior que a urbana. Estes fatores, por sua vez, resultaram na configuração de uma rede urbana com várias cidades locais polarizadas por Chapecó.

Quanto à economia dos municípios que compõe a região, verificamos por meio da análise da composição do PIB municipal, que enquanto os municípios de maior patamar demográfico e naqueles onde há unidades produtivas da Seara/JBS, BRF e/ou Aurora, os setores de serviços e industrial são os maiores contribuintes do PIB municipal. Por outro lado, os pequenos municípios são dependentes dos serviços prestados por estes centros maiores e atuam como fornecedoras de matérias primas, tendo, por consequência, maior valor adicionado ao PIB municipal pelo setor agropecuário. A produção agropecuária nestes municípios, por sua vez, é destinada sobretudo à centros maiores, e, no caso da integração, para as cidades que possuem agroindústrias. Os dados da REGIC, nesse sentido, forneceram informações importantes sobre os principais destinos da produção agropecuária e a origem dos insumos agropecuários. Através destes fluxos, destacamos os centros urbanos que maior possuem centralidade agropecuária.

Com resultado, verifica-se a simetria entre a rede urbana e as redes propiciadas pelo setor agropecuário. Conclui-se então, que desde a criação das agroindústrias nestes municípios houve, por um lado, um intenso processo de migração (dado pela expulsão de produtores no campo associada ao aumento da oferta de mão de obra nas cidades) e por outro, uma série de incentivos dados pelo Estado para o desenvolvimento do setor agroindustrial (infraestrutura, incentivos para a criação de atividades complementares, etc.). Com efeito, as cidades onde há agroindústrias apresentaram um crescimento maior que os demais centros e passaram a polarizar as cidades e a produção agropecuária nos municípios de sua hinterlândia. Por fim, destacamos como marca da especialização regional produtiva os dados de exportação e importação da região, evidenciando a presença marcante de carnes de aves e suínos em sua pauta de exportação, e uma gama variada de outros produtos que são importados por este espaço.

Diante da configuração regional, verificamos a importância de uma cidade em particular, que além de ser o maior centro urbano da região, também é a cidade que mais centraliza os fluxos agropecuários: a cidade de Chapecó. Por sua importância tanto para a região quanto para as redes agroindustriais, investigamos a formação de seu espaço urbano e concluímos que a cidade tem como seu principal agente estruturador o agronegócio de carnes de aves e suínos. Além de ser responsável pelo processo de urbanização, as agroindústrias também foram (e ainda são) responsáveis pelo aumento

das funções urbanas atreladas a este setor, sobretudo pela difusão do consumo produtivo do campo.

O consumo produtivo na cidade, por vez, foi analisado considerando-se as atividades comerciais voltadas à produção no campo e atreladas as demandas industriais. Para o primeiro caso, constatamos que a forma como é realizada a produção agroindustrial, qual seja, o sistema de integração, limita o consumo produtivo agropecuário. Observamos que com o sistema de integração, o consumo dos produtores integrados de aves e suínos limita-se a compra de implementos e infraestruturas necessárias. Mas, de certa forma, esse consumo é direcionado para o atendimento dos padrões específicos adotados pelas agroindústrias, o que justifica o pequeno número de estabelecimentos deste tipo. Por outro lado, a prática de outras atividades na propriedade, sobretudo o cultivo de grãos (atrelado ao circuito produtivo), gera maior autonomia para a aquisição de implementos, resultando na maior quantidade de estabelecimentos que atendem estas demandas.

O consumo produtivo voltado às agroindústrias, porém, tem outra característica: é formado, em sua maioria por grandes empresas comerciais e industriais. Como no sistema de integração a empresa é responsável pelo fornecimento de insumos aos produtores rurais, as rações, os aditivos nutricionais e os medicamentos veterinários são adquiridos em grandes quantidades pelas agroindústrias para processamento (no caso da fabricação da ração) ou para fornecimento indireto aos produtores integrados.

Além dos estabelecimentos comerciais e de serviços, averiguamos também as indústrias que desenvolvem produtos destinados ao campo e/ou ao processamento industrial, haja vista que a criação de novas atividades atreladas ao agronegócio de carnes também é uma característica das cidades do agronegócio. Por meio dos dados levantados, concluímos que é significativo o número de indústrias atreladas tanto ao atendimento das demandas agroindustriais como para a produção agropecuária, representando a especialização funcional de Chapecó.

- ABPA. Associação Brasileira de Proteína Animal, 2020. Disponível em: <https://abpa-br.org/> Acesso em: 16 de setembro de 2020.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (texto para discussão nº. 702).
- ALBA, R. S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2008.
- ALBA, R. S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2013.
- ALBA, R. S. Apontamentos sobre a geografia do oeste de Santa Catarina. *In*: ALBA, R. S. (Org.). **Estudos de geografia agrária do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. p. 19-45.
- ANJOS, F. dos. O sistema urbano multipolarizado de Santa Catarina. *In*: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades Médias: Espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.
- BAVARESCO, P. R. **Os ciclos econômicos do Extremo Oeste Catarinense: modernização, progresso e empobrecimento**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.
- BEN, F. Trabalhadores da agroindústria frigorífica de Chapecó. **Cadernos do CEON (UNOESC)**, Chapecó, v. 27, p. 47-67, 2006.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n.32, p. 31-50, jul./dez. 2001
- BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JR. J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 12, p. 29-49, jun. 2004.
- BORGES, R. E. Modernização, agroindústrias e transformação do espaço no sudoeste de Goiás: da criação de gado aos complexos agroindustriais de soja e de carnes. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 139-163, ago. 2013. <https://doi.org/10.5216/ag.v7i2.17287>
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em 10 de novembro de 2018.
- BRF. Relatório Anual e de sustentabilidade: BRF, 2016.
- BRF. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/> Acesso em: 15 dez. 2018.

BRUNO, R. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 36, 2012, Águas de Lindóia-SP. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012, p. 1-28.

CARREIRÃO, Y. S. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

CASTELLS, M. Materials for an exploratory theory of the network Society. **British Journal of Sociology**, London, n.1, v. 51, p. 5-24, jan./mar. 2000. <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2000.00005.x>

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, R. A. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, n. 4, 2008, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008, p. 1-19.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v.9, n. 8, p. 17-26, jan./abr. 2010. <https://doi.org/10.4215/RM2010.0918.0002>

CLEPS JR. J. **Dinâmicas e estratégias do setor agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1998.

CORREA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n.3, p. 115-122, jul./set. 1992.

CUNHA, A. R. A. A. **Um novo enredo para uma velha história?** Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar. Texto para discussão n. 187. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, MG, 2003.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.2, n.1, p.79-97, jan./abr. 1985.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.) Redes sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 11-28.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 17, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FAUUSP, 2017, p. 1-16.

ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. *In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. D.; ARRUIZZO, R. C. (Org.) Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a. p. 201-220.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 13-32, 2013b. <https://doi.org/10.5654/actageo2013.0003.0001>

ELIAS, D. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, n. 12, 2012, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, p. 1-16.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 12, n. 270, p. 74-96, ago. 2008.

ELIAS, D. Fronteiras em mutação no Brasil Agrícola. *In*: Sarah F.; Ana F. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 135-151.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, n. 218, p. 59-81, ago. 2006.

ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. *In*: SOUZA, M. A. A. (Org.) **O território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003. p. 315-340.

ESPÍNDOLA, C. J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6. 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014, p. 1866-1882.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carnes do sul do Brasil**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso Sadia**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FAJARDO, S. A ação territorial corporativa no espaço rural. *In*: VIDEIRA, S. L.; COSTA, P. A.; FAJARDO, S. (Org.) **Geografia econômica: releituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p. 47-66.

FREDERICO, S. Região e modernização agrícola. *In*: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. D.; ARRUZZO, R. C. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 99-111

FRITZEN, M. Macrossistema elétrico e o desenvolvimento das forças produtivas no Oeste Catarinense. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 6, n.1 p. 119-140, 2016a.

FRITZEN, M. Repercussões territoriais do modelo de setor elétrico: geração hidrelétrica no Oeste Catarinense. *In*: BALDISSERA, R.; SIEBEL, A. M.; RENK, A. A.; MULLER, E. S.; SIMÕES, D. A.; GALIANO, D.; MELLO, J. M. M.; CARBONERA, M.;

WINCKLER, S. (Org.) **Meio ambiente e desenvolvimento na grande fronteira Mercosul**. São Leopoldo: Karywa, 2016b, p. 91-95.

FRITZEN, M. Macrossistema elétrico: uma proposta de periodização da gênese e estruturação na região Oeste de Santa Catarina. *In*: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, n. 7. 2014, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014, p. 1-12.

GIESE, B. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Ra'ega**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.5380/raega.v21i0.21231>

GREEN, R. H.; SANTOS, R. R. Economía de red y reestructuración del sector agroalimentario. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 32, n. 126, p. 199-225, jul/set, 1992. <https://doi.org/10.2307/3467328>

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2014.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M; COE, N.; YEUNG, H. W.C. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, v. 8, n. 15, p. 143-170, jan/jun, 2011.

HENTZ, C.; OLIVEIRA, A. R.; BATELLA, W. B. Modernização agrícola, integração agroindustrial e políticas públicas de desenvolvimento rural no Oeste de Santa Catarina. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 35, p. 41-59, 2013.

HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4, 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2008, p. 370-392.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acesso em: 19 de jun. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca digital**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> . Acesso em: 03 de jun. de 2019.

JBS. Relatório Anual e de sustentabilidade: JBS, 2017.

JBS. Disponível em: <http://jbss.infoinvest.com.br/> Acesso em 14 dez. 2018.

KONRAD, J.; HESPANHOL, R. A. M. Estado e os complexos agroindustriais: agentes de transformação do espaço rural no Oeste Catarinense – Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 13, 2016, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016, p. 1-16.

LIMA, J. **Formação de oligopólios e uso corporativo do território pela Cooperativa Central Aurora Alimentos LTDA**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar pra que? Pra quem?. *In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) Brasil, século XXI – por uma nova regionalização?: Processos, escalas, agentes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015, p. 54-66.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e Agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENDONÇA, S. R. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 32/33, p. 91-132, jan.jul/ago.dez. 2005.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL*, 1, 2007, Florianópolis - SC. **Anais [...]**. Florianópolis, 2007, p. 1-15. Disponível em [http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior\\_Agricultura-familiar\\_agroindustria\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf) Acesso em 29 out. 2018.

MIOTO, B. T. A rede urbana de Santa Catarina no período da concentração industrial do Brasil (1930 - 1970). *In: V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE*, n. 5, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: APEC, 2011, p. 1-24.

MORAES, A. C. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço**, mimeografado. São Paulo, 1985.

MOTTER, C. **A cidade de Chapecó e suas centralidades: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.



MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, H. P. G. Manifestação neste sábado valoriza Carne Forte. **Sindicato do Comércio da Região de Chapecó**, Chapecó, 24 mar. 2017. Disponível em: <http://sicom.com.br/noticia/manifestacao-neste-sabado-valoriza-carne-forte> Acesso em: 22, dez. 2018.

OTTA, L. A. Restrição à carne brasileira já alcança 18 países. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2017. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-chile-assinam-novo-acordo-de-livre-comercio-nesta-quarta,70002615592> Acesso em: 21, nov. 2018.

PELEGRINI, D. F. As novas configurações produtivas e a expansão da suinocultura brasileira: um estudo sobre o programa de integração da granja Rezende Alimentos/Sadia no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *In*: SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. L. (Org). **Campo e cidade no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: Edufu, 2004. p. 93-119.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PERTILE, N. O capital agroindustrial catarinense e o Estado. **GeoTextos**, Salvador, v. 7, n.1, p. 13-30, jul. 2011. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v7i1.5267>

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PERTILE, N. Integrados e não-integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no Oeste catarinense. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.29, n. 2, p. 141-152, mai./ago. 2004.

PLEIN, C. A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no Oeste Catarinense. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v.8, n.1, p. 35-72, 2006.

QUINTILHANO, D. **Transporte aéreo de cargas em Santa Catarina**: desenvolvimento e perspectivas. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RAMMÉ, J. Desenvolvimento municipal: análise populacional da mesorregião Oeste Catarinense. **Revista de Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 242-262, jul./dez. 2011.

RANGEL, I. M. O quarto ciclo Kondratiev. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 10, n. 4, p. 30-43, out./dez. 1990.

- RECHE, D.; SUGAI, M. I. A influência do capital agroindustrial na distribuição sócioespacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. In: X COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2008, Barcelona. **Anais** [...] Barcelona, 2008, p. 1-17.
- RENK, A. A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 37-71, 2006.
- RIBEIRO NETO, C. P. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- RIPPLINGER, F. **Dinâmica Locacional da Indústria**: estudo de caso de uma agroindústria catarinense. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.
- ROCHA, I. O.; BARBOSA, A. M. P.; CABRAL, E. Notas sobre a infraestrutura de transportes terrestres - rodoviário e ferroviário - de Santa Catarina (Brasil). In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, N 12, 2009, Montevideo. **Anais** [...]. Montevideo: Egal, 2009. p. 1-12
- SANDRONI, P. (Org.) **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SANTA CATARINA. **Arquivo digital de mapas catarinenses**. Disponível em: <http://www.sp.gov.br/mapas/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. 4 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.
- SANTOS, M. Guerra dos lugares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1999. Caderno Mais!.
- SANTOS, M. **Técnica espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (Org.) **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 121-134.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

- SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Capinas: UNICAMP.IE, 1996.
- SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n.1, jan./dez. 2011.
- SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan./abr. 2010.
- SILVEIRA, R. L. L. Complexo agroindustrial, rede e território. *In*: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.) **Redes sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 215-255.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. <https://doi.org/10.7476/9788599662281>
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar/abr. 2013.
- YEUNG, H.W.; COE, N. M. Toward a dynamic theory of global production networks. **Economic Geography**. v. 91, n. 1, p. 29-58, jan. 2015. <https://doi.org/10.1111/ecge.12063>
- ZANELLA, A. P. **Formação agroindustrial do Oeste de Santa Catarina: infraestruturas como processos de desenvolvimento regional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.